



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Gabriela Almeida de Souza Santos

**Um estudo discursivo-funcional das orações concessivo-condicionais
iniciadas por *nem* e *nem que* no português brasileiro**

São José do Rio Preto
2022

Gabriela Almeida de Souza Santos

**Um estudo discursivo-funcional das orações concessivo-condicionais
iniciadas por *nem* e *nem que* no português brasileiro**

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Orientador: Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Denise Gasparini Bastos

São José do Rio Preto
2022

S237e

Santos, Gabriela Almeida de Souza

Um estudo discursivo-funcional das orações concessivo-condicionais iniciadas por
nem e nem que no português brasileiro / Gabriela Almeida de Souza Santos. -- São José
do Rio Preto, 2022

200 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências
Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientador: Edson Rosa Francisco de Souza

Coorientadora: Sandra Denise Gasparini Bastos

1. Funcionalismo. 2. Gramática discursivo-funcional. 3. Concessão. I. Título.

Gabriela Almeida de Souza Santos

**Um estudo discursivo-funcional das orações concessivo-condicionais
iniciadas por *nem* e *nem que* no português brasileiro**

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de São José do Rio Preto.

Financiadora: CAPES

Comissão examinadora

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – *Campus* de São José do Rio Preto
Orientador

Prof.^a Dr.^a Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – *Campus* de São José do Rio Preto
Co-orientadora

Prof.^a Dr.^a Taísa Peres de Oliveira
UFMS – *Campus* de Três Lagoas

Prof. Dr. Michel Gustavo Fontes
UFMS – *Campus* de Três Lagoas

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
UEM – *Campus* de Maringá

Prof.^a Dr.^a Talita Storti Garcia
UNESP – *Campus* de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
27 de maio de 2022

A Deus; aos meus pais, Nelson e Sonia; ao meu esposo, Diego; ao meu querido orientador e a todos aqueles que acreditaram e/ou contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelo fôlego de vida, pelas bênçãos diárias, pela oportunidade de ingressar em uma ótima universidade pública, por toda direção e proteção nesses anos de tantas dores e perdas. Sem Ele, eu nada seria.

À minha família, Nelson (pai), Sonia (mãe) e meu amado Diego (esposo), pelo apoio, pelo cuidado, pelo amor, pela compreensão. A meu esposo, principalmente – que, por estar comigo diariamente, também fez renúncias junto comigo para a elaboração deste trabalho. Depois de Deus, à minha família todo o meu carinho, amor e respeito. Deus me fortalece do céu e vocês me sustentam aqui nessa terra.

Ao meu orientador, professor doutor Edson Rosa Francisco de Souza, minha mais sincera gratidão por toda orientação, por me apontar caminhos, por abrir portas, por ter me apresentado ao mundo da pós-graduação, por aceitar me orientar no doutorado. O que o senhor já fez e faz por mim é incomensurável. Obrigada por todo apoio e incentivo. Se não fosse o senhor, eu não estaria na Unesp, que para mim era uma realidade muito distante, e não só pelo espaço físico – mas o senhor sempre me incentivou a tentar, a não parar.

À minha coorientadora, professora doutora Sandra Denise Gasparini Bastos, por toda atenção, por toda orientação, por me receber em sua sala e me permitir ficar lá, mesmo depois de finalizar a orientação. Certas atitudes têm um significado imensurável para mim. Só Deus sabe tudo o que passava na minha cabeça e no meu coração... Obrigada por me acolher.

À professora dr.^a Taísa Peres de Oliveira e ao professor dr. Michel Fontes, pelas valiosas contribuições por ocasião do exame de qualificação. Muito obrigada por todos os direcionamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa por meio do Programa Capes-Print (processo número 88887.570053/2020-00) para realização de capacitação em Oviedo, na Espanha.

Ao professor Dr. Daniel Garcia Velasco, por me receber tão bem na Universidad de Oviedo (Uniovi), por me apresentar a universidade, pelo passeio por Oviedo e pelas inestimáveis sugestões para o enriquecimento da pesquisa.

A todos os professores das disciplinas da pós-graduação que frequentei. Vocês são incríveis, possuem um conhecimento imenso e não medem esforços para compartilhá-lo.

A todos os servidores da seção de pós-graduação e aos representantes discentes, sempre muito diligentes e eficientes, entregando além do que lhes é solicitado. A vocês, também, minha gratidão.

À amiga Eliane Silva Ochiuto, com quem compartilho minhas angústias e medos relacionados à elaboração deste trabalho – e que sempre me acolhe, me ouve, me dá bons conselhos e profere palavras de ânimo e conforto para o meu coração. Eli, muito obrigada. Você não imagina o quanto suas palavras me dão força para continuar.

A todos os colegas de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Lagoas (MS) – em especial à equipe do Centro de Referência em Assistência Social (Cras) “Ana Maria Moreira” –, que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

- 1 Eu te louvarei, Senhor, de todo o coração; diante dos deuses cantarei louvores a ti.*
- 2 Voltado para o teu santo templo eu me prostrarei e renderei graças ao teu nome, por causa do teu amor e da tua fidelidade; pois exaltaste acima de todas as coisas o teu nome e a tua palavra.*
- 3 Quando clamei, tu me respondeste; deste-me força e coragem.*
- 4 Todos os reis da terra te renderão graças, Senhor, pois saberão das tuas promessas.*
- 5 Celebrarão os feitos do Senhor, pois grande é a glória do Senhor!*
- 6 Embora esteja nas alturas, o Senhor olha para os humildes, e de longe reconhece os arrogantes.*
- 7 Ainda que eu passe por angústias, tu me preservas a vida da ira dos meus inimigos; estendes a tua mão direita e me livras.*
- 8 O Senhor cumprirá o seu propósito para comigo! Teu amor, Senhor, permanece para sempre; não abandones as obras das tuas mãos!*

RESUMO

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos da abordagem funcional da linguagem e na perspectiva teórica da gramática discursivo-funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), e propõe-se a estudar os usos concessivos de *nem* e *nem que* no português brasileiro, em seus diversos contextos de uso, tanto na fala como na escrita, nos séculos XIX e XX. Para o levantamento das ocorrências, utilizamos o *Corpus do Português* (DAVIS; FERREIRA, 2006). Embasaram a presente investigação estudos sobre concessão vinculados a uma orientação funcionalista de tratamento do tema, tais como König (1985, 1994), que analisa dados do inglês; Olbertz, Garcia e Parra (2016) e Parra (2016, 2020), que analisam dados do espanhol; e Garcia (2010) e Fontes (2016), que analisam dados do português. O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar as orações inseridas por *nem* e *nem que* no português brasileiro, de modo a levantar evidências morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que possam explicar o seu caráter multifuncional, e, principalmente, evidenciar a contribuição dos sentidos de *nem* para a formação da locução concessiva *nem que*. Defendemos a hipótese de que os usos desses conectores são favorecidos pelo seu valor escalar, visto que operam numa escala de importância argumentativa que vai do argumento menos importante para o mais importante ou relevante em termos pragmático-discursivos. Os resultados da pesquisa evidenciam que as construções concessivas prefaciadas por *nem* e *nem que* manifestam múltiplos sentidos em termos de escalaridade argumentativa e, por isso, não podem ser consideradas equivalentes às construções prototípicas introduzidas pelo conector concessivo *embora*.

Palavras-chave: Funcionalismo. Gramática discursivo-funcional. Concessão. Usos de *nem* e *nem que*.

ABSTRACT

The present study is based on the theoretical assumptions of the functional approach to language and on the theoretical perspective of functional-discursive grammar (GDF), by Hengeveld and Mackenzie (2008), and proposes to study the concessive uses of *neither* and *nor that* in Brazilian Portuguese, in its various contexts of use, both in speech and in writing, in the 19th and 20th centuries. For the survey of occurrences, we used the *Corpus of Portuguese* (DAVIS; FERREIRA, 2006). The present investigation was based on studies on concessions in other languages, linked to a functionalist approach to the subject, such as König (1985, 1994), who analyzes data in English; Olbertz, Garcia and Parra (2016) and Parra (2016, 2020), which analyzes data from Spanish and Garcia (2010) and Fontes (2016), who analyzes data from Portuguese. The general objective of the research is to describe and analyze the clauses inserted by *neither* and *nor that* in Brazilian Portuguese, in order to raise morphosyntactic, semantic and pragmatic evidence that can explain its multifunctional character, and, mainly, evidence the contribution of the meanings of *neither* for the formation of the concessive phrase *nor that*. We defend the hypothesis that the uses of these connectors are favored by their scalar value, as they operate on a scale of argumentative importance that goes from the least important argument to the most important or relevant in pragmatic-discursive terms. The research results show that the concessive constructions prefaced by *neither* and *nor that* manifest multiple meanings, in terms of argumentative scalarity, therefore cannot be considered as equivalent to the prototypical constructions introduced by the concessive connector *although*.

Keywords: Functionalism. Functional-discursive grammar. Concession. Uses of the *nor* and *nor that*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização do funcionalismo	24
Quadro 2 – Nível interpessoal e suas camadas	31
Quadro 3 – Tipos de atos discursivos	32
Quadro 4 – Nível representacional e suas camadas	35
Quadro 5 – Nível morfossintático e suas camadas	38
Quadro 6 – Palavras lexicais <i>versus</i> palavras gramaticais	39
Quadro 7 – Nível fonológico e suas camadas	40
Quadro 8 – Níveis e camadas da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008)	41
Quadro 9 – Correspondência entre níveis e camadas da GDF, conforme Hengeveld e Mackenzie (2005)	43
Quadro 10 – Funções exercidas pelas orações concessivas de acordo com os níveis e camadas de atuação	45
Quadro 11 – Características e classificação das orações concessivas na perspectiva de König (1985, 1994)	53
Quadro 12 – Níveis de atuação, camadas, posições e funções discursivas conforme Garcia (2010)	71
Quadro 13 – Níveis, camadas de atuação e funções exercidas por <i>incluso si</i> no espanhol peninsular escrito, de acordo com Fante (2018)	81
Quadro 14 – Códigos utilizados no levantamento dos dados	110
Quadro 15 – Estruturas de <i>nem que</i> e <i>nem</i>	115
Quadro 16 – Níveis, camadas de atuação e classificação das orações concessivas de acordo com os estudos que descrevem a concessão na perspectiva da GDF	121
Quadro 17 – Tipos de conectores	124
Quadro 18 – Tipo de relação estabelecida por <i>nem que</i> e <i>nem</i>	126
Quadro 19 – Relações estabelecidas por <i>nem que</i>	127
Quadro 20 – Relações estabelecidas por <i>nem</i>	135
Quadro 21 – Posição da oração adverbial em relação à principal	138
Quadro 22 – Posição das orações adverbiais com <i>nem que</i>	139
Quadro 23 – Posição posposta x função de <i>nem que</i>	140
Quadro 24 – Posição anteposta x função de <i>nem que</i>	142
Quadro 25 – Posição intercalada x função de <i>nem que</i>	144
Quadro 26 – Posição posposta a uma porção textual x função de <i>nem que</i>	146

Quadro 27 – Posição anteposta a uma porção textual x função de <i>nem que</i>	146
Quadro 28 – Posição x função mais recorrente com <i>nem que</i>	148
Quadro 29 – Posição das orações adverbiais com <i>nem</i>	148
Quadro 30 – Posição anteposta x função de <i>nem</i>	149
Quadro 31 – Posição posposta x função de <i>nem</i>	151
Quadro 32 – Posição x função mais recorrente com <i>nem</i>	153
Quadro 33 – Conector x função x posição	153
Quadro 34 – Correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e adverbial	154
Quadro 35 – Camada de atuação da oração adverbial inserida por <i>nem que</i> e <i>nem</i>	157
Quadro 36 – Funções desempenhadas por <i>nem que</i> e <i>nem</i> na camada do conteúdo proposicional	159
Quadro 37 – Funções desempenhadas por <i>nem que</i> e <i>nem</i> na camada do estado de coisas	161
Quadro 38 – Funções desempenhadas por <i>nem que</i> e <i>nem</i> na camada do movimento	163
Quadro 39 – Níveis de atuação, camadas e funções mais recorrentes de <i>nem que</i> e <i>nem</i>	165
Quadro 40 – Forma verbal da oração adverbial	166
Quadro 41 – Factualidade da oração adverbial	171
Quadro 42 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial	177
Quadro 43 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por <i>nem que</i>	178
Quadro 44 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por <i>nem</i>	181
Quadro 45 – Gênero textual	183
Quadro 46 – Período de coleta dos dados	186
Quadro 47 – Comportamento de <i>nem que</i> e <i>nem</i> diante dos parâmetros analisados	190
Quadro 48 – Níveis, camadas de atuação e classificação das orações concessivo-condicionais prefaciadas pelo conector <i>nem que</i> no português brasileiro	191

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Interação entre os componentes conceitual, contextual, gramatical e de saída na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008)	26
Esquema 2 – Arquitetura geral da GDF de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008)	28
Esquema 3 – Camadas do nível interpessoal	34
Esquema 4 – Camadas do nível representacional	37
Esquema 5 – Camadas do nível morfossintático	40
Esquema 6 – Camadas do nível fonológico	41
Esquema 7 – Padrão básico ou padrão concessivo para Couper-Kuhlen e Thompson (2000)	54
Esquema 8 – Cline de sentencialização	72
Esquema 9 – Trajetória de gramaticalização de <i>aunque, a pesar de (que) e por mucho (que)</i>	78
Esquema 10 – Trajetória de mudança de <i>nem que</i> em termos de conteúdo, segundo a proposta de Hengeveld (2017)	192
Esquema 11 – Trajetória de mudança formal de <i>nem que</i> no português brasileiro, segundo a proposta de Hengeveld (2017)	193

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Premissas básicas do funcionalismo linguístico	19
2.2	A gramática discursivo-funcional	25
2.2.1	O nível interpessoal	30
2.2.2	O nível representacional	34
2.2.3	O nível morfossintático	37
2.2.4	O nível fonológico	40
2.2.5	A correspondência entre níveis e camadas da GDF	42
2.3	Em suma	45
3	AS ORAÇÕES CONCESSIVAS SOB ENFOQUE	47
3.1	As orações concessivas nos estudos funcionalistas	47
3.2	Os sentidos de <i>nem</i> e <i>nem que</i> e a noção de concessividade	87
3.3	As conjunções adverbiais em português	92
3.3.1	O estatuto categorial das conjunções	92
3.4	A proposta de classificação das conjunções baseada na GDF	99
3.5	Em suma	102
4	O VALOR ESCALAR INFERENCIAL	103
4.1	Definição e caracterização de escalaridade	103
4.2	Escalaridade, informatividade e graduação argumentativa	106
4.3	Em suma	108
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	109
5.1	O universo de investigação: corpus de análise	110
5.2	Detalhamento dos objetivos, hipótese e relevância da pesquisa	112
5.3	Parâmetros de análise	115
5.3.1	Descrição dos parâmetros de análise	117
6	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	124
6.1	O tipo de conector	124
6.2	Os tipos de relação estabelecida por <i>nem que</i> e <i>nem</i>	126
6.2.1	A relação estabelecida por <i>nem que</i>	126
6.2.2	A relação estabelecida por <i>nem</i>	135
6.3	A posição das orações adverbiais com relação à principal	138

6.3.1 A posição das orações com <i>nem que</i>	138
6.3.2 A posição das orações com <i>nem</i>	148
6.4 A correferencialidade	154
6.5 A camada de atuação da oração adverbial	156
6.5.1 Camada do conteúdo proposicional (nível representacional)	157
6.5.2 Camada do estado de coisas (nível representacional)	160
6.5.3 Camada do movimento (nível interpessoal)	162
6.5.4 Camada do ato discursivo (nível interpessoal)	164
6.6 A forma verbal da oração adverbial	166
6.6.1 Oração finita com <i>nem que</i>	167
6.6.2 Oração reduzida de gerúndio com <i>nem</i>	168
6.6.3 Oração finita com <i>nem</i>	169
6.6.4 Oração infinitiva e oração reduzida de particípio com <i>nem</i>	170
6.7 A factualidade da oração adverbial	171
6.7.1 <i>Nem que</i> acompanhando orações contrafactuais	172
6.7.2 <i>Nem que</i> acompanhando orações eventuais	173
6.7.3 <i>Nem</i> acompanhando orações factuais	174
6.7.4 <i>Nem</i> acompanhando orações contrafactuais e eventuais	175
6.8 A correlação modo-temporaç entre a oração principal e a oração adverbial	177
6.9 O gênero textual	183
6.10 Período de coleta de dados	186
7 CONCLUSÕES	187
REFERÊNCIAS	196

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, especialmente no modelo teórico da gramática discursivo-funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), e em estudos funcionalistas sobre concessão, tais como König (1994), que analisa dados do inglês; Olbertz, Garcia e Parra (2016) e Parra (2016, 2020), que estudam a concessão em espanhol; e Garcia (2010) e Fontes (2016), que analisam casos de orações concessivas do português prefaciadas por diferentes conectivos, dentre outros.

Com base nesse arcabouço teórico, esta pesquisa busca analisar as orações concessivas iniciadas pelos conectores *nem* e *nem que* no português brasileiro dos séculos XIX e XX, como exemplificadas nos contextos que se seguem:

- 1) *Uma coisa, porém, ele soubera conservar: a força física, impondo-se cada vez mais aos outros marinheiros, que não ousavam agredi-lo **nem brincando.*** (18:Caminha:Bom-crioulo)
- 2) *Nunca mais fumou. Não dançava, para não suar; falava com raiva das mulheres e, **nem caindo de fome**, seria capaz de comer à noite.* (18:Azevedo:Mulato)
- 3) *you recebe esta notícia agora? R - Eu sempre encarei como uma fatalidade. **Nem que não fosse**, era a maneira como eu achava, mesmo porque há fatalidades* (1019Or:Br:LF:Recf)
- 4) *Por ora, ajudaria o palhaço Gargalhada nas trapalhadas de picadeiro. Depois seria toureiro. Mas nunca, nunca mesmo, **nem que o mundo desabasse em cima do Gran Circo Tauromaníaco El Asombro de Damasco e em cima dele, Francisco de Assis Rodano**, ele usaria meias cor-de-rosa, coisa de veado.* (19:Fic:Br:Cony:Piano)

As orações em negrito de (1) a (4) representam casos de orações adverbiais concessivas prefaciadas por dois conectores diferentes: *nem*, em (1) e (2), e *nem que*, em (3) e (4). Os exemplos também mostram que as orações concessivas inseridas por esses conectores se diferenciam em termos morfosintáticos: basicamente, o conector *nem* tende a inserir

orações concessivas na forma não finita (gerúndio ou infinitivo), enquanto o conector *nem que* insere orações concessivas na forma finita.

Assim, no âmbito das orações subordinadas adverbiais concessivas, o nosso foco de análise recai sobre aquelas construções que apresentam a estrutura concessiva do tipo [*nem p*, *q*] e [*nem que p*, *q*], e que são mobilizadas pelos conectores *nem* e *nem que*, com o intuito de mostrar em que medida a locução *nem que* se diferencia das conjunções e locuções conjuncionais concessivas, em termos formais e funcionais, e que tipo de relação a locução *nem que* teria com o elemento *nem*, que, por sua vez, pode operar como advérbio de negação (NEVES, 2000), conjunção aditiva (NEVES, 2000), conjunção correlativa quando opera por meio do par *nem... nem* (NEVES, 2000; ROSÁRIO, 2009), operador de polaridade negativa e de ênfase (NOVAES; PEZATTI, 2016) e conjunção concessiva no português (SANTOS, 1990).

A teoria funcionalista fundamenta o estudo da língua em função do uso, a partir do seu contexto de produção, o que pode ajudar a explicar o funcionamento diversificado de *nem* e *nem que* no português brasileiro, bem como possibilitar a classificação dos seus diferentes usos em conformidade com os níveis e as camadas de organização da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), como forma de mostrar que os diferentes usos de *nem*, incluindo o de locução concessiva, estão ligados a diferentes níveis e a diferentes camadas de organização da gramática.

Autores como Neves (2012), Butler (2003) e Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que, numa teoria funcionalista, a sintaxe, a semântica e a pragmática são domínios fundamentais para uma análise linguística satisfatória; por isso, não se admite uma sintaxe autônoma. A GDF permite uma descrição além dos limites oracionais, opera com dimensões discursivas maiores e prioriza o componente discursivo-pragmático; portanto, considera fenômenos operantes tanto dentro dos limites da oração quanto fora desses limites, que incluiriam as camadas mais altas do nível interpessoal – tais como as camadas do ato discursivo e do movimento.

Essa abordagem faz uma distinção minuciosa entre os níveis de representação subjacente das expressões linguísticas – interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico –, o que justificaria a organização hierárquica rígida entre esses níveis e explicaria o fato de a GDF priorizar uma análise que contempla a integração entre os componentes contextual, conceptual e gramatical da linguagem.

Tradicionalmente, as orações subordinadas adverbiais concessivas indicam uma concessão em relação à ação expressa na oração principal, isto é, admitem uma contradição

ou um fato inesperado em relação ao que vem expresso na oração principal. Desse modo, a ideia de concessão está diretamente ligada às noções de contraste e de quebra de expectativa com relação ao conteúdo veiculado pela oração principal.

A noção de concessão assumida neste trabalho define-se nos termos de König (1994); de modo complementar à definição do autor, adotamos a noção de concessão trazida pela GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008). De acordo com König (1994), as construções concessivas possibilitam ao falante proferir duas sentenças com conteúdos conflitantes de modo que ambas sejam factuais – isto é, sejam consideradas verdadeiras. Assim, o conteúdo factual das duas sentenças é incompatível. A incompatibilidade situa-se na conclusão a que se chega a partir das duas informações contidas em *p* (oração concessiva) e *q* (oração principal). Nesse caso, tendo em vista que a relação existente entre o conteúdo da subordinada e o da principal é de incompatibilidade, só é possível garantir a validade de ambas as orações mediante a ruptura de um pressuposto lógico.

Vê-se que as noções de conflito, incompatibilidade e factualidade trazidas por König (1994) são importantes para conceituar a concessão. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), tanto a oração concessiva quanto a principal constituem atos discursivos, de modo que a oração principal é o ato nuclear e a oração concessiva, o ato subsidiário. O ato subsidiário, nesse contexto, exerce a função retórica de concessão.

A partir da definição de König (1994) e de Hengeveld e Mackenzie (2008), o objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar as orações concessivas iniciadas pelos conectores *nem* e *nem que* no português brasileiro, de modo a identificar seus diferentes usos e levantar evidências morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que possam explicar seu caráter multifuncional no português, entendendo multifuncionalidade como as diferentes funções linguísticas que as orações concessivas prefaciadas por esses conectores podem assumir.

Os objetivos específicos consistem em analisar os usos de *nem* e de *nem que* no português brasileiro, buscando: i) descrever a configuração formal e funcional das orações inseridas pelos conectores *nem* e *nem que*, com o intuito de verificar as motivações funcionais que levam o falante a utilizá-los para estabelecer uma relação concessiva entre duas orações; e ii) identificar o estatuto linguístico das unidades oracionais que esses conectores relacionam (se é um estado de coisas, um conteúdo proposicional, um episódio, um ato discursivo etc.), a fim de verificar em quais níveis e camadas de organização da gramática esses conectores operam.

A justificativa para a realização desta pesquisa consiste no fato de que não há, pelo menos no que se refere à descrição do português brasileiro, um estudo funcionalista detalhado

sobre as orações concessivas inseridas por *nem* e *nem que*, especialmente com base no modelo da GDF. Diversos estudos apresentam as construções concessivas como objeto de descrição, especialmente sobre as orações concessivas introduzidas pela conjunção *embora*; no entanto, um tratamento ausente nessas análises é aquele que contempla as estruturas $[p \text{ nem } q]$; $[nem \text{ } p, q]$; $[p \text{ nem que } q]$ e $[nem \text{ que } p, q]$.

Para atingir esses objetivos, utilizaremos como universo de investigação amostras de língua escrita e língua falada, referentes aos séculos XIX e XX, que integram o banco de dados do *Corpus do Português* (DAVIS; FERREIRA, 2006, 2016).

Como parâmetros de análise, listamos os seguintes: i) tipo de conector; ii) tipo de relação estabelecida pelo conector; iii) posição da oração adverbial em relação à oração principal; iv) correferencialidade entre os sujeitos da principal e da adverbial; v) camada de atuação da oração adverbial; vi) forma verbal da oração adverbial; vii) factualidade da oração adverbial; viii) correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial; ix) gênero textual; e x) período de coleta dos dados.

A tese está organizada em sete capítulos. No capítulo 2, tratamos das premissas funcionalistas básicas de estudos da linguagem que fundamentam a pesquisa e apresentamos uma caracterização do modelo da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), organizada hierarquicamente em níveis e camadas de complexidade linguística.

No capítulo 3, apresentamos alguns dos principais estudos sobre a concessão, discutimos os resultados de algumas pesquisas sobre as construções concessivas e, por fim, delimitamos o nosso objeto de pesquisa.

No capítulo 4, tratamos das conjunções em português, expondo a definição de conjunção, quais critérios licenciam a classificação de um item como conjunção e como concebemos as orações adverbiais no âmbito da GDF. Além disso, esclarecemos o que denominamos sentido escalar, definindo como se identificam os casos em que um conectivo implica uma série de significados dentro de uma escala, além daquele que está formalmente expresso.

No capítulo 5, abordaremos os aspectos metodológicos da pesquisa, a justificativa para a realização deste estudo e a hipótese levantada. Além disso, apresentaremos os objetivos da pesquisa, o detalhamento do universo de investigação (*corpus* utilizado), os parâmetros de análise e o modo de extração das ocorrências.

O capítulo 6 será dedicado à análise dos dados levantados. Nessa seção, serão apresentadas as motivações funcionais que subjazem o uso das orações concessivas introduzidas por *nem* e *nem que* e os níveis e camadas de atuação desses conectores.

Nas conclusões (capítulo 7), retomamos os pontos principais do estudo, seus resultados mais relevantes e listamos as efetivas contribuições desta pesquisa para a descrição das orações introduzidas pelos conectores *nem* e *nem que*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, exploramos todo o arcabouço teórico que fundamenta esta pesquisa. Primeiramente, tratamos das premissas básicas do funcionalismo, essenciais para esta tese; em seguida, apresentamos a gramática discursivo-funcional (GDF) – abordagem funcionalista baseada na gramática funcional de linha holandesa (DIK, 1989) –, detalhando a organização hierárquica de seus níveis e camadas de análise.

2.1 Premissas básicas do funcionalismo linguístico

O funcionalismo é uma corrente teórica que analisa a instrumentalidade da língua; trata-se de um paradigma teórico que estuda a língua em função do uso, a partir do seu contexto real de produção. Apesar das diversas vertentes, a teoria funcionalista de análise apresenta paradigmas que podem ser identificados em qualquer abordagem funcional da linguagem e que serão expostos a seguir.

Segundo Neves (2002), qualquer abordagem funcionalista tem interesse em verificar como se processa a comunicação de modo eficiente entre os usuários da língua. Nesse sentido, o que deve guiar o linguista é a competência comunicativa do falante, considerada um instrumento de comunicação da experiência. Portanto, na abordagem funcional da língua, as análises voltam-se às múltiplas funções da linguagem.

No funcionalismo, o termo “função” faz referência ao papel que a palavra ou expressão desempenha em determinado contexto. Além de significar papel que algo desempenha, o termo “função” também designa relação ou mesmo efeito do uso. Assim, a “função” de determinado termo corresponde ao papel que ele desempenha e à relação que estabelece com outros termos no processo comunicativo. De acordo com Neves (2002), a noção de função refere-se ao propósito e também aos meios para determinado fim – nesse caso, para o estabelecimento da comunicação.

O funcionalismo, ao conceber “a linguagem não como um fim em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal” (DIK, 1989, p. 2), a reconhece como um sistema cuja finalidade é a comunicação, portanto, como um instrumento de interação verbal e social, cujo objetivo é estabelecer relações de comunicação entre os usuários.

Para o funcionalismo, a língua tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel fundamental na determinação de estruturas e sistemas que organizam a gramática; desse modo, analisa-se a língua em uso, em determinadas situações comunicativas, com o objetivo

de observar suas funções, que não são estáveis. Por conseguinte, pressupõe-se a existência de um sistema linguístico subjacente ao uso e entende-se que a língua é dinâmica, mutável, variável e, por isso, viva.

Na perspectiva funcionalista, conforme Dik (1989), a interação verbal é estabelecida por meio da linguagem e trata-se de uma atividade: i) cooperativa, porque necessita de ao menos dois participantes; e ii) estruturada, pois é regida por normas, regras e convenções para atingir os objetivos dos participantes – objetivos esses mediados pelas expressões linguísticas.

No entanto, é importante reconhecer que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é apenas mediada, e não estabelecida, pela expressão linguística. Por esse motivo, a interpretação será apenas parcialmente baseada na informação codificada pela expressão linguística. A expressão linguística não será, em toda enunciação, a verbalização plena da intenção do falante, uma vez que, à informação pragmática do falante, à sua intenção e ao significado codificado pela expressão linguística, acrescentam-se a interpretação do ouvinte, a informação pragmática do ouvinte e os fatores extralinguísticos presentes no contexto em que a enunciação é produzida.

De acordo com Dik (1989), na análise das expressões no processo de interação verbal, consideram-se dois tipos de sistemas de regras: as regras semânticas, sintáticas e morfológicas, que governam a constituição das expressões linguísticas; e as regras pragmáticas, que governam o processo de interação verbal em que as expressões são usadas. Assim, o interesse de investigação do funcionalismo vai além da estrutura gramatical e busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Esse conjunto de regras constitui outro paradigma da teoria funcionalista. Qualquer paradigma funcionalista prioriza uma gramática hierarquicamente organizada e composta por componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos integrados. Nesse paradigma de componentes integrados, teorias da sintaxe e da semântica só podem se desenvolver de modo satisfatório dentro de uma teoria pragmática, ou seja, uma teoria da interação verbal. Isso quer dizer que, nos estudos funcionalistas, a gramática deve ser pragmaticamente adequada.

Por essa razão, nos estudos funcionais não se admite uma sintaxe autônoma, pelo contrário: a sintaxe é regida por fatores semânticos, pragmáticos e discursivos – ou seja, a sintaxe é regida por fatores internos e externos à língua. Nessa ótica, admitir que o discurso determina a sintaxe é incorporar a pragmática à gramática.

Nas teorias funcionalmente orientadas, a prioridade é integrar os diversos componentes na descrição gramatical. Em razão disso, a sintaxe, a semântica e a pragmática são domínios fundamentais na análise linguística, de modo que o paradigma funcional não

admite uma gramática autônoma, o que implica reconhecer que a gramática está sujeita a determinações discursivas. Desse modo, os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes e constituem os níveis de análise.

As funções semânticas especificam os papéis que os referentes exercem dentro do “estado de coisas”. As funções sintáticas especificam a perspectiva da qual se apresenta o estado de coisas na expressão linguística. Já as funções pragmáticas especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicacional mais abrangente em que eles ocorrem.

A gramática funcional, de acordo com Neves (2002), resulta de uma teoria da organização gramatical das línguas naturais. Embora a gramática funcional priorize a descrição da estrutura gramatical, ela inclui em sua análise toda a situação comunicativa – e é suscetível às pressões oriundas do uso. Essa gramática considera tanto a capacidade dos indivíduos de codificar e decodificar expressões quanto a capacidade de usar e interpretar essas expressões de modo interacionalmente satisfatório. Assim, a gramática funcional objetiva descrever o uso social apropriado da linguagem.

O uso das expressões linguísticas é sempre considerado na interação verbal; desse modo, o que se analisa são os enunciados efetivamente realizados pelos usuários da língua. Uma gramática funcionalmente orientada objetiva, portanto, a descrição gramatical das regras do uso apropriado da linguagem, ou seja, procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua.

O funcionalismo entende que os itens que se estruturam no enunciado são multifuncionais; dessa forma, não seria adequada uma descrição estrutural da língua que se limitasse à indicação de funções gramaticais estáveis. Conforme Mackenzie (1992 apud NEVES, 2002), a gramática funcional tem como hipótese a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade e a sistematicidade da língua.

Logo, todo estudioso da linguagem que se fundamenta num viés funcionalista de análise deve compreender que a linguagem é algo cujo poder de ação se legitima por aspectos internos e externos à própria língua. Dito de outra forma, a perspectiva funcionalista de análise deve entender que a língua é sensível às pressões do uso.

Na análise linguística, considera-se toda a situação comunicativa – quem fala, para quem, com qual finalidade, quando, os papéis sociais de quem fala, as influências extralinguísticas, dentre outros fatores – e busca-se compreender a capacidade linguística do falante de adequar a língua aos diversos contextos de comunicação, reconhecendo-se, portanto, a importância do contexto para a análise dos fenômenos linguísticos.

Nessa perspectiva, é fundamental considerar a importância das motivações dos usos, das necessidades comunicativas e do próprio contexto de interação. Segundo Neves (2012), há na linguagem uma competição de forças externas e internas à língua as quais equilibram a forma da gramática. Embora haja algum grau de arbitrariedade, a ativação da gramática ocorre por meio da motivação de fatores que lhe são externos.

Nesse sentido, Butler (2003) afirma que o funcionalismo rejeita a alegação de que o sistema linguístico (a gramática) é arbitrário e autônomo. A recusa à ideia da sintaxe como sistema autossuficiente deve-se ao fato de, numa abordagem funcional da linguagem, a semântica e a pragmática serem vistas como centrais. A sintaxe é considerada um meio para expressar significados, e é pelo menos parcialmente motivada pelos significados. Portanto, esse é o reconhecimento da importância da não singularidade na classificação linguística – não apenas o aspecto linguístico é relevante.

É válido ressaltar que há, por parte do falante, uma liberdade organizacional em seu enunciado; porém, essa liberdade não ultrapassa certos limites construcionais, pois sempre há uma regularidade por trás de determinadas construções ou escolhas, que certamente são feitas com o objetivo de expressar determinado sentido ou efeito pragmático. Por esse motivo, de acordo com Du Bois (1985 apud NEVES, 2012), a gramática se resolve no equilíbrio entre forças internas e externas ao sistema; as forças externas são cognitivas e socioculturais.

Neves (2012) esclarece que é necessário pautar os exercícios metalinguísticos numa visão que não subverta a própria natureza e direção da produção linguística. Assim, a autora propõe um círculo virtuoso a ser considerado nas análises funcionais:

- i) Primeiro, há uma contínua redefinição da relação entre forma e função, o que leva à readaptação contínua do sistema linguístico;
- ii) Essa flexibilidade do sistema leva à multiplicidade dos arranjos;
- iii) O múltiplo aproveitamento desse arranjo leva à renovação;
- iv) E, finalmente, a renovação leva à garantia de uma gramática sempre equilibrada, bastante e suficiente.

Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso. Dessa maneira, entende-se que a gramática é resultante das motivações de uso somadas às necessidades comunicativas. Por isso, como afirma Neves (2012), as entidades linguísticas se configuram como zonas difusas na significação, com superposições funcionais e com imprecisão de fronteiras categoriais.

Conforme articulado por Neves (2012), é preciso respeitar a complexidade do fazer da linguagem e manter-se imune às tentações das receitas, dos rótulos prontos e das compartimentações rígidas e, por isso mesmo, falsas. Ainda segundo a autora, a simplificação das regras da língua para inseri-la em rótulos complica o processo de apreensão das reais operações linguísticas e de seus mecanismos. É válido ressaltar que o uso linguístico constitui a ativação da gramática, e não a obrigação de usar normas preestabelecidas.

Durante as análises, o linguista deve ter uma visão reflexiva sobre a língua e suas inter-relações. Não é legítimo reduzir a gramática da língua a um esquema taxonômico de categorias. Na gramática funcional, as classes correspondem a funções; todavia, essas classes não apresentam uma única e determinada função, assim como não se pode dizer que cada função é desempenhada por uma única e determinada classe de palavras. Por isso mesmo, nem sempre são nítidos os limites entre uma e outra classe de palavras ou entre uma e outra função, o que demonstra a maleabilidade e a multifuncionalidade da linguagem. Essa multifuncionalidade está presente tanto no nível sintático quanto nos níveis semântico e pragmático.

A teoria funcionalista é uma corrente de estudos que abrange diversos funcionalismos, desde os funcionalismos estruturais até os funcionalismos radicais. Butler (2003) indica sete características presentes nas diversas abordagens que se consideram funcionalistas; no entanto, algumas características, a depender da perspectiva em questão, podem aparecer em maior ou menor grau. As características relacionadas por Butler (2003) são:

- i) Ênfase na linguagem como um meio de comunicação humana;
- ii) Rejeição da alegação de que o sistema de linguagem (a “gramática”) é arbitrário, ou seja, que não há relação entre significado e significante, o que reflete uma gramática autônoma;
- iii) Rejeição da alegação de que a sintaxe é um sistema autossuficiente, em favor de uma abordagem em que a semântica e a pragmática são vistas como centrais. A sintaxe é considerada um meio para expressar significados, e é pelo menos parcialmente motivada pelos significados;
- iv) O reconhecimento da importância da não singularidade e da dimensão cognitiva na classificação linguística;
- v) A preocupação de analisar os textos em seus contextos de uso;
- vi) O forte interesse em questões tipológicas, que se referem ao estudo da língua por meio de comparações para encontrar padrões linguísticos e classificações com base nas estruturas;

- vii) A adoção de um construtivismo, em vez de uma visão adaptacionista (proposta de cunho evolutivo e seletivo) de aquisição da linguagem.

O quadro abaixo resume a abordagem funcionalista ao apresentar premissas, focos de estudo, conceitos de língua e outras questões, a fim de contribuir com a reflexão sobre a fundamentação teórica proposta no presente estudo.

Quadro 1 – Caracterização do funcionalismo

Língua/linguagem
Instrumento de comunicação e interação verbal
É maleável, dinâmica, adaptável e social
A língua é uma rede de relações
Está sujeita às pressões oriundas das diferentes situações de uso
Não se dissocia o sistema (língua) do uso (fala)
Tem como função o estabelecimento da comunicação
Tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel fundamental
Gramática
A sintaxe é regida pela semântica e ambas pela pragmática
A estrutura se adéqua às necessidades do uso
Não é autônoma
Está suscetível às pressões oriundas do uso
Os itens que se estruturam no enunciado são multifuncionais
Análise linguística
O interesse dos linguistas está no êxito dos falantes ao se comunicar por meio de expressões linguísticas
Analisa a sistematicidade entre forma e função
Estuda a língua dentro do contexto efetivo de uso
Predomina a função que a forma desempenha no ato linguístico
Associa os fatos linguísticos a determinadas funções a eles relacionadas
Verifica como se processa a comunicação de modo eficiente entre os usuários da língua
Considera a importância das motivações dos usos, das necessidades comunicativas e do próprio contexto de interação

Considera dois tipos de sistemas de regras: as regras semânticas, sintáticas e morfológicas e as regras pragmáticas
Orientação paradigmática

Fonte: própria autora (2022).

Em resumo, o funcionalismo é a teoria que estuda a língua em função do uso a partir do seu contexto de produção. Essa corrente tem como princípio básico o estudo da gramática hierarquicamente organizada e composta por componentes integrados. Autores como Neves (2012), Butler (2003) e Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que, numa teoria funcionalista, a sintaxe, a semântica e a pragmática são domínios fundamentais para uma análise linguística satisfatória.

De acordo com Neves (2012), estabelecer uma compartimentação rígida de entidades gramaticais é desprezar a compreensão da real complexidade das relações que se estabelecem na linguagem, no cumprimento de suas funções. Para a autora, as classificações rígidas engessam a língua, descaracterizando-a e falseando-a. Por conseguinte, cabe aos estudos da língua a explicitação dos reais processos que a permeiam.

Na análise funcional, a língua é descrita segundo as funções comunicativas a que serve dentro da situação de comunicação. Portanto, o objetivo primordial nas análises funcionalistas é observar as relações funcionais nos diversos níveis de análise linguística (pragmático, semântico e sintático). A fim de buscar as destinações funcionais da língua em função, a referida pesquisa privilegia uma direção teórico-metodológica que permite avaliar a funcionalidade das categoriais e do uso efetivo da língua.

2.2 A gramática discursivo-funcional

A gramática discursivo-funcional (GDF) é uma abordagem funcionalista baseada na gramática funcional de linha holandesa (DIK, 1989). Essa teoria apresenta adequação tipológica, psicológica e pragmática por meio de uma estrutura que é **hierarquicamente** organizada em níveis e camadas de análise linguística.

Essa vertente funcionalista tem como hipótese a correspondência entre as categorias formais e as categorias semânticas e pragmáticas inerentes à comunicação humana. A GDF é uma teoria estrutural-funcional da linguagem, tipologicamente baseada, que apresenta uma organização descendente – ou seja, da intenção comunicativa para a codificação morfossintática e fonológica (*top-down*) para alcançar adequação psicológica. De acordo com

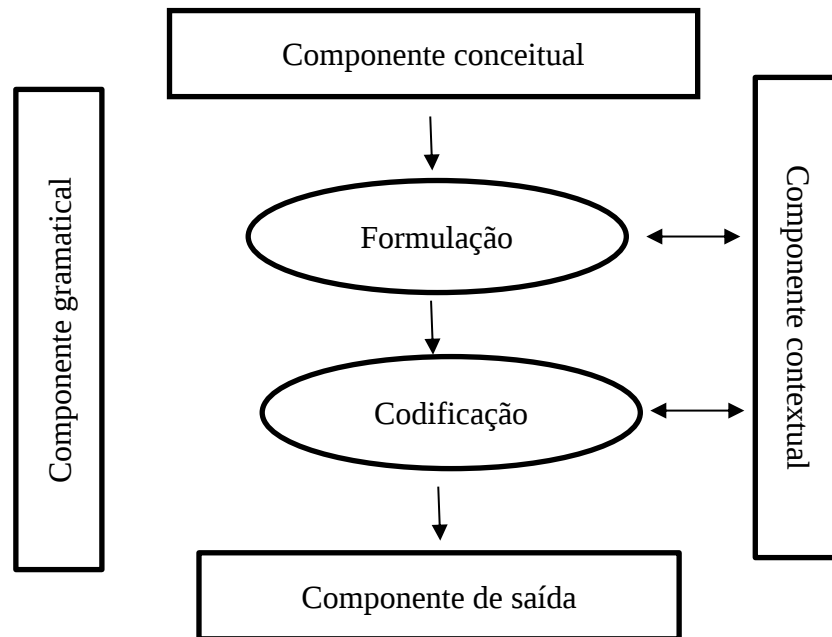
Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF não se limita à análise de orações, mas adota o ato discursivo como unidade de estudo, que engloba unidades ora maiores, ora menores do que as orações, o que confere à teoria adequação pragmática.

A GDF inclui o componente gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal, que está vinculado ao componente conceitual, ao componente de saída e ao componente contextual. Esses três componentes não gramaticais interagem de várias maneiras com o componente gramatical por meio das operações de formulação e de codificação.

Essa teoria sobre a gramática reflete as evidências psicolinguísticas em sua organização básica. A estrutura descendente da gramática tem efeitos profundos em todos os níveis de análise. Aliás, essa é uma característica distintiva da GDF, pois sua organização de cima para baixo subsidia uma análise que começa com a intenção do falante e evolui até a articulação. Essa hierarquia descendente é sustentada pelo pressuposto de que um modelo de gramática será mais eficaz à medida que sua organização refletir o processamento linguístico no indivíduo.

O objetivo principal da GDF é dar conta dos fenômenos morfossintáticos e fonológicos **presentes** nas línguas, sejam eles relacionados aos aspectos pragmáticos e semânticos da formulação, sejam eles portadores de propriedades pertencentes ao processo de codificação. O interesse da GDF incide principalmente sobre o primeiro tipo de fenômeno. Apesar de ser um modelo de gramática, a GDF interage com os componentes conceitual, contextual e de saída, de modo a aprimorar sua correlação com uma teoria mais ampla da interação verbal, conforme ilustra o esquema abaixo:

Esquema 1 – Interação entre os componentes conceitual, contextual, gramatical e de saída na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008)



Fonte: própria autora, adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6).

O **componente conceitual** é responsável pelo desenvolvimento tanto das intenções comunicativas relevantes para o evento de fala quanto das conceitualizações associadas a essas intenções, que, por sua vez, são relativas a eventos extralinguísticos. Assim, o componente conceitual reflete a motivação por trás do componente gramatical como um todo.

O **componente contextual** contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes. O componente contextual alimenta as operações de formulação (conteúdo) e codificação (forma) e é alimentado pelos vários níveis de representação dentro da gramática.

O **componente de saída** contempla as expressões acústicas ou escritas de acordo com as informações fornecidas pelo componente gramatical. Aqui é onde de fato ocorre a articulação da fala ou da escrita, fora da gramática.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF apresenta uma arquitetura que se mostra perfeitamente adequada para uma abordagem tipológica. Uma pesquisa tipológica pode focar em dois diferentes aspectos da organização linguística dentro desse modelo: formulação e codificação. A GDF é considerada uma teoria estrutural-funcional (BUTLER, 2003) justamente por estabelecer a correlação entre a função e a forma, respectivamente, como formulação e codificação. As operações de formulação e codificação são alimentadas pelo componente contextual.

A formulação trata-se de um processo que contém regras de representações semânticas e pragmáticas que ocorrem a partir de moldes, lexemas, operadores interpessoais e representacionais. A formulação traduz a estrutura conceitual em duas representações, uma semântica e uma pragmática, e envolve três processos interligados:

- i) A seleção dos moldes apropriados para os níveis interpessoal e representacional;
- ii) A inserção dos lexemas apropriados para esses moldes;
- iii) A aplicação dos operadores representando as distinções gramaticais pedidas na análise subjacente da língua (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

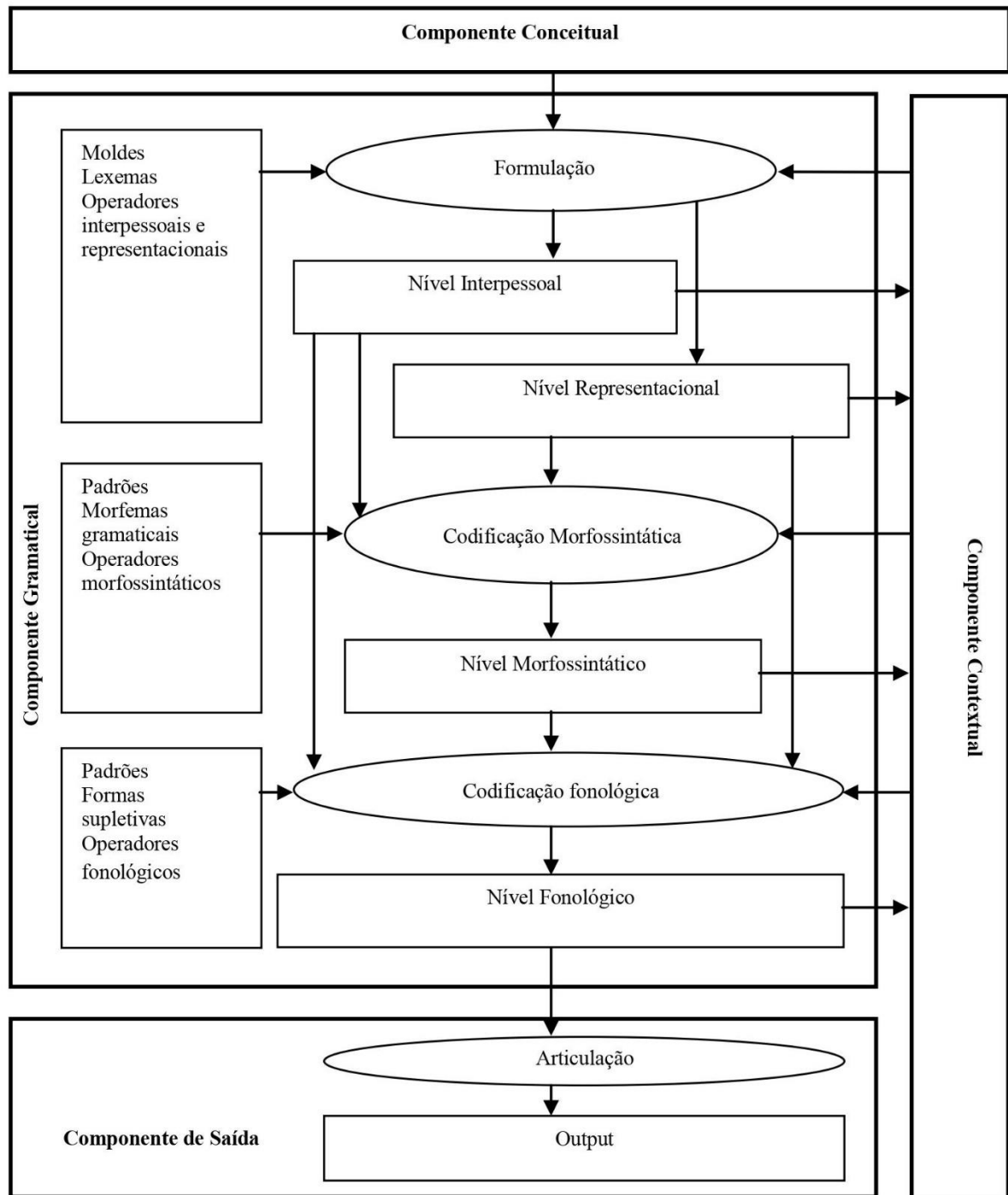
O processo de codificação refere-se a regras que convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas. A codificação morfológica ocorre a partir de padrões, morfemas gramaticais e operadores morfossintáticos. Já a codificação fonológica ocorre a partir de padrões, formas supletivas e operadores fonológicos. A operação da codificação também envolve três processos interligados:

- i) A seleção dos padrões apropriados para os níveis morfossintático e fonológico;
- ii) A inserção de morfemas gramaticais livres;
- iii) A aplicação dos operadores que exercem seus papéis no processo de articulação na produção do ato de fala (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

É válido ressaltar que os recursos de formulação e codificação são processos específicos de cada língua. Assim, podem-se distinguir dois tipos de pesquisa tipológica: o primeiro deles relaciona-se à semântica e à pragmática, e o segundo, à morfossintaxe e à fonologia.

Dentro da organização descendente da gramática, a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe; e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia. O componente gramatical é subdividido em níveis e camadas de organização, conforme o esquema abaixo:

Esquema 2 – Arquitetura geral da GDF de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008)



Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13 apud FANTE, p. 23).

Os quatro níveis propostos pela teoria são o interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico, apresentados dentro do componente gramatical, internamente organizados em camadas hierárquicas e alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável; restringem-se por um núcleo (obrigatório) e por modificadores, e são especificadas por meio de operadores e funções.

A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de Formulação e de Codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 7).

A GDF reconhece em cada ato de discurso suas características interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas, de modo que as línguas podem ser comparadas em cada um desses níveis isoladamente. Os níveis de organização da gramática são estruturados de maneira particular; o que todos eles têm em comum é a organização hierarquicamente ordenada em camadas.

As camadas são restringidas por **núcleos** e **modificadores**, e especificadas por **operações** e **funções**. Núcleos e modificadores são estratégias lexicais – os últimos são usados para especificar um núcleo. Já operadores e funções são mecanismos gramaticais. Os operadores aplicam-se apenas à própria unidade e podem ser do tipo aproximativo, de especificidade ou de identificabilidade. A função atua entre uma unidade inteira e outras unidades da mesma camada.

2.2.1 O nível interpessoal

O nível mais alto é o interpessoal, que apresenta orientação pragmática e tem como foco as intenções comunicativas. As representações formuladas nesse nível dizem respeito aos propósitos comunicativos formulados pelo falante na construção de um enunciado, ou seja, aos mecanismos usados pelo falante a fim de nortear seu ouvinte às intenções comunicativas desejadas.

Nesse sentido, o nível interpessoal abrange as distinções de formulação que dizem respeito à interação entre o falante e o ouvinte. Essas distinções abrangem, nas camadas superiores, noções retóricas (**motivação**, **orientação**, **correção** ou **concessão**) relativas à construção do discurso, na medida em que elas se expressam na forma linguística; e, nas camadas inferiores, distinções pragmáticas (**tópico** e **foco**), que reproduzem como os falantes planejam suas mensagens considerando suas expectativas com relação à informação pragmática do ouvinte, ao passo que essas distinções sejam relevantes gramaticalmente.

O nível interpessoal é composto por oito camadas: **movimento** > **ato discursivo** > **ilocução** > **participantes** > **conteúdo comunicado** > **subato de atribuição** > **subato referencial**. Abaixo, ilustra-se a relação hierárquica entre as camadas de organização do nível interpessoal:

Quadro 2 – Nível interpessoal e suas camadas

i)	Movimento
ii)	Ato discursivo
iii)	Ilocução
iv)	Participantes
v)	Conteúdo comunicado
vi)	Subato de atribuição
vii)	Subato de referência

Fonte: própria autora (2022).

A camada do **movimento** é a mais alta dentro do nível interpessoal. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o movimento é uma colaboração legítima para a continuidade da interação. Uma particularidade do movimento é a possibilidade de fazer o destinatário do ato discursivo exprimir uma reação, que pode ser uma pergunta, classificada como movimento de iniciação, uma resposta e uma avaliação. Um movimento é constituído de um ou mais **atos** temporalmente ordenados que, juntos, formam o núcleo simples ou complexo.

O **ato discursivo** constitui a unidade básica de análise da GDF. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), os atos discursivos podem exercer a função de *backchannels*, ou seja, de respostas que impulsionam a continuidade do discurso por parte do falante. A identificação do ato discursivo pode ser atestada pela presença de modificadores no primeiro ato. **Modificadores** de ato discursivo possibilitam que o falante faça um comentário a respeito desse ato, e é por meio desse componente que o falante consegue se inserir no discurso. Além do modificador, a qualidade de ato discursivo também pode ser verificada, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), pela possibilidade de inserção do **predicado performativo** “eu admita que”.

Os atos discursivos interligam-se em um mesmo movimento tanto por relações de equipolência quanto por relações de dependência. Quando os atos discursivos apresentam um estatuto comunicativo idêntico, tem-se uma relação de equipolência. Por outro lado, na

relação de dependência, o falante não atribui o mesmo peso comunicativo aos atos que constituem o movimento.

É nessa relação de dependência que se situam as orações subordinadas adverbiais e, mais precisamente, aquelas que estabelecem uma relação concessiva. Nessas circunstâncias, segundo Keizer (2015), realiza-se um “ato nuclear” (oração principal), que expressa a principal intenção do falante em termos de comunicação, e um “ato subsidiário” (oração adverbial), que indica a justificativa para a comunicação do ato nuclear. Assim, é atribuída uma função retórica ao ato subsidiário, que marca o tipo de relação de dependência estabelecida pelo ato nuclear. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), as **funções retóricas** podem ser de **motivação, orientação, correção e concessão**.

Um ato discursivo pode ser constituído por uma ilocução, pelos participantes da interação – ou seja, falante e ouvinte – e por um conteúdo comunicado, embora apenas a presença da ilocução e do falante seja obrigatória para a formação de um ato. Identificam-se três tipos de atos discursivos:

Quadro 3 – Tipos de atos discursivos

Tipos de atos	Definição	Exemplo
Expressivos	Expressam diretamente os sentimentos e as emoções do falante	<i>Droga!</i>
Interativos	Consistem de termos lexicais invariáveis frequentemente ritualizados	<i>Parabéns!</i>
Ilocutivos	Envolvem um conteúdo comunicado e uma ilocução lexical ou abstrata	<i>Prometo que estarei lá amanhã.</i>

Fonte: própria autora (2022).

Atos discursivos podem ser **modificados** lexicalmente, por exemplo, por uma expressão que indique o estilo do ato, como *brevemente*, *infelizmente*. Eles também podem estar sujeitos a **operadores**, tais como os de ironia, ênfase e atenuação.

A camada da **ilocução** é onde se encontra o núcleo do ato discursivo e pode ser definida como um atributo convencional disponível na língua para expressar formalmente a intenção comunicativa do falante por trás do ato discursivo enunciado. Conforme Parra (2020), a camada da ilocução pode ser essencialmente formada por um **ato performativo**, por uma **interjeição** ou por uma **ilocução abstrata**. As ilocuições abstratas elencadas por Hengeveld e Mackenzie (2008) com base numa abordagem tipológica são: **imperativa**,

declarativa, interrogativa, proibitiva, optativa, imprecativa, exortativa, desexortativa, admoestativa, compromissiva e suplicativa.

Na camada dos **participantes**, há o **falante** e o **ouvinte** que, por meio de uma interação, constituem uma ilocução.

A camada do **conteúdo comunicado** contempla a ideia que o falante pretende transmitir ao seu ouvinte. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), essa camada contém tudo que o falante espera evocar em sua comunicação. O conteúdo comunicado sempre é atribuído a um falante; essa especificidade diferencia o conteúdo comunicado do conteúdo proposicional. O conteúdo proposicional é uma categoria semântica do nível representacional e tem como escopo os episódios e os eventos; o conteúdo comunicado é uma camada pertencente ao nível interpessoal e possui seus próprios operadores e modificadores interpessoais. Segundo Parra (2020), o operador reportativo tem recebido destaque no âmbito da GDF, e deve ser distinguido dos operadores evidenciais presentes no nível representacional.

Dessa maneira, o conteúdo comunicado é composto por um ou mais subatos, que são a menor camada do nível interpessoal e hierarquicamente subordinados aos atos discursivos. Os subatos têm funções pragmáticas e os moldes para o conteúdo comunicado, ou seja, os moldes do conteúdo que contém aquilo que o falante deseja transmitir. Os subatos podem ser atributivos ou referenciais.

Os **subatos atributivos** evocam uma propriedade. O núcleo de um subato atributivo é, em princípio, vazio. A propriedade será indicada no nível representacional, mas um subato atributivo pode receber a restrição de um **modificador**, tais como *alegremente, infelizmente, verdadeiramente*, e/ou pode estar sujeito à especificação de um **operador** aproximativo, como *tipo, assim* ou *aí*.

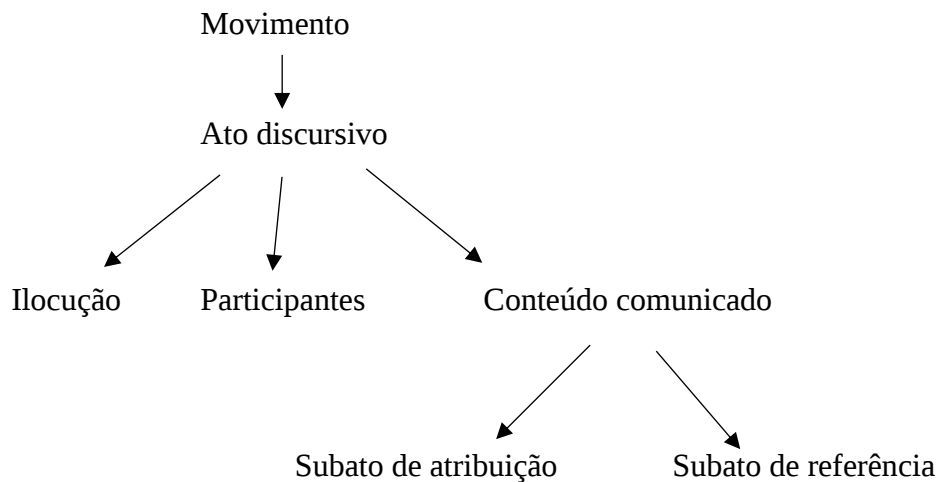
Subatos de referência evocam um referente. Seu núcleo é um subato atributivo, que pode ser um objeto, como a bolsa, ou um nome próprio, como Carlos – ou, ainda, um núcleo abstrato, que pode ser realizado por um pronome ou um afixo. Os **modificadores** de subatos referenciais são formas adverbiais; já os **operadores** considerados principais são os que evidenciam especificidade ($\pm s$) e identificabilidade ($\pm id$).

A relação entre os atos pode ser de **dependência** ou de **equipolência**. Na relação de dependência, haverá um ato nuclear e um subsidiário. A relação de dependência evidencia-se pela presença de **funções retóricas** no ato discursivo subsidiário. Uma das funções retóricas que merece destaque nesta pesquisa é a concessão. Portanto, **a concessão**, no nível interpessoal, é vista pela GDF como uma **função retórica**. Segundo Hengeveld e Mackenzie

(2008), a função retórica é usada pelo falante como uma estratégia para direcionar o ouvinte ao propósito comunicativo pretendido. Essa estratégia é executada por meio da expressão dos atos discursivos.

As camadas que compõem o nível interpessoal podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Esquema 3 – Camadas do nível interpessoal



Fonte: própria autora (2022).

O próximo nível de análise, seguindo a hierarquia da GDF, é o **representacional**, semanticamente orientado; nele, é possível identificar o modo como cada língua representa os tipos de eventos. Nesse sentido, ele se ocupa das propriedades semânticas dos itens linguísticos, na medida em que transfere conteúdo semântico às representações originadas no nível interpessoal.

2.2.2 O nível representacional

Segundo Keizer (2015), todos os elementos relacionados ao sentido podem ser descritos no nível representacional, independentemente da intenção comunicativa do falante – e, portanto, não são considerados no nível interpessoal. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), esse nível representa unidades linguísticas considerando a categoria semântica a que pertencem – ou seja, evidencia a função que essas unidades desempenham ao designar partes do mundo extralinguístico.

As camadas pertencentes ao nível representacional são: **conteúdo proposicional** > **episódio** > **estado de coisas** > **propriedade configuracional** > **propriedade lexical** > **indivíduos**. Segue, abaixo, a organização hierárquica desse nível:

Quadro 4 – Nível representacional e suas camadas

i)	Conteúdo proposicional
ii)	Episódio
iii)	Estado de coisas
iv)	Propriedade configuracional
v)	Propriedade lexical
vi)	Indivíduos

Fonte: própria autora (2022).

O **conteúdo proposicional** é constituído por um ou mais episódios. Ele é entendido, conforme Lyons (1977), como uma entidade de **terceira ordem**, isto é, um constructo mental e, por isso, não pode ser localizado no tempo e no espaço, mas apenas na mente dos participantes; pode ser uma crença, um desejo, uma certeza, descrença ou dúvida, ou expectativas com relação ao mundo. Ainda segundo Keizer (2015), conteúdos proposicionais representam informações que podem ser conhecidas, acreditadas, afirmadas, questionadas, esperadas ou desejadas.

Nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008), devido à sua **natureza epistêmica**, os conteúdos proposicionais podem ser analisados quanto ao seu estatuto de verdade: são **factuais** quando expressam conhecimentos ou crenças sobre o mundo real ou **não factuais** quando expressam expectativas ou desejos sobre um mundo imaginário.

Os conteúdos proposicionais podem ser caracterizados com base em dois aspectos: i) as **atitudes** proposicionais do falante, que podem expressar **certeza**, **dúvida** ou **descrença** do falante com relação ao que ele enuncia; e ii) a **fonte/origem** da informação transmitida, que pode emergir de um **conhecimento compartilhado**, **evidências sensoriais** ou **inferências**.

É válido ressaltar que há diferença entre conteúdo comunicado e conteúdo proposicional. O primeiro é sempre atribuído ao falante; já o segundo, não necessariamente. Isso significa que os conteúdos proposicionais podem ser atribuídos a outras pessoas que não sejam o falante.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF assume que conteúdos proposicionais estabelecem entre si uma relação de concessão. Logo, a relação concessiva

representa uma quebra de expectativa entre o que se espera a partir do que é expresso na oração principal e o que é proferido na oração adverbial concessiva. As construções concessivas que atuam na camada do conteúdo proposicional transmitem um conhecimento ou uma crença que levaria a uma dada conclusão; porém, a oração principal revela uma conclusão contrária àquela esperada a partir do que foi enunciado na oração subordinada. Portanto, para a GDF, as orações adverbiais concessivas representam funções semânticas e a concessão se constitui no domínio semântico entre dois conteúdos proposicionais, a camada mais alta do nível representacional.

Os **episódios** são construções formadas por um ou mais estados de coisas. O núcleo de um episódio é uma propriedade configuracional; em outras palavras, trata-se de uma combinação de **categorias semânticas** que não estabelecem uma relação hierárquica entre si, tais como: indivíduo, propriedade lexical, localização, tempo, modo, razão e quantidade.

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), um aspecto relevante do episódio é o fato de se situar num tempo absoluto, que pode ser o passado, o presente ou o futuro. O **tempo absoluto** apresenta um operador que escopa todo o episódio; por esse motivo, os estados de coisas que formam o episódio representam propriedades formais que refletem o tempo absoluto. Nesse sentido, é válido mencionar que o episódio é localizado num tempo absoluto, enquanto o estado de coisas é localizado num tempo relativo.

Os **estados de coisas** apresentam uma unidade de tempo, de localização e de indivíduos. Segundo Lyons (1977), são entendidos como entidades de segunda ordem; isso quer dizer que se localizam no tempo e no espaço, e são interpretados de acordo com seu estatuto de realidade. Seguindo essa lógica e em concordância com Parra (2020), os estados de coisas podem ser reais ou não, acontecer ou não, num determinado lugar e num intervalo de tempo. Estados de coisas têm como núcleo uma propriedade configuracional, que é composta por uma propriedade que se aplica a um ou mais indivíduos.

A **propriedade configuracional** é de natureza composicional, composta por diferentes unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si. Como abordado por Parra (2020), propriedades configuracionais representam os moldes de predicação relevantes para uma língua.

Propriedades configuracionais não são caracterizadas em termos de localização no tempo e no espaço: são construídas a partir de categorias semânticas que podem ser de vários tipos e incluem **indivíduos** – ou seja, objetos concretos, tangíveis, que podem ser localizados no espaço e avaliados em termos de sua existência – e **propriedades lexicais** – que não têm existência independente e só podem ser avaliadas considerando-se sua aplicabilidade a outros

tipos de entidade ou a situação que descrevem, tais como: **indivíduo**, **localização**, **tempo**, **modo**, **razão** e **quantidade**.

As camadas do nível representacional podem ser esquematizadas como se segue:

Esquema 4 – Camadas do nível representacional



Fonte: própria autora (2022).

2.2.3 O nível morfossintático

O nível **morfossintático** é morfossintaticamente orientado e responsável por todos os aspectos estruturais dos itens linguísticos. Cabe a esse nível codificar as formulações interpessoais e representacionais a fim de fazer emergir a intenção comunicativa do falante. Por conseguinte, grande parte dos fenômenos codificados no nível morfossintático é motivada pelo *input* produzido pelos níveis mais altos da gramática.

Conforme Parra (2020), as operações de codificação das unidades linguísticas processadas no nível morfossintático seguem alguns princípios de ordenação com base na **iconicidade**, na busca por **integridade de domínio** e na **preservação das relações de escopo**. Os fenômenos codificados nesse nível são regidos por esses princípios; contudo, Hengeveld e Mackenzie (2012) não desconsideram que o nível morfossintático possui

princípios próprios de organização linguística e, por isso, pode haver padrões arbitrários. Isso quer dizer que alguns parâmetros de codificação podem ser imotivados.

A distribuição hierárquica das camadas é: **expressão linguística > oração > sintagma > palavra**, de modo que cada camada pode ocorrer mais de uma vez e pode relacionar-se livremente com as camadas superiores, conforme ilustrado a seguir:

Quadro 5 – Nível morfossintático e suas camadas

i)	Expressão linguística
ii)	Oração
iii)	Sintagma
iv)	Palavra

Fonte: própria autora (2022).

A camada da **expressão linguística** contempla o arranjo de, ao menos, uma unidade morfossintática; sempre que houver mais de uma unidade morfossintática numa mesma expressão linguística, essas unidades compartilharão as mesmas características morfossintáticas. Os constituintes que podem se unir na formação de uma expressão linguística são orações, sintagmas e palavras. Segundo Parra (2020), ao posicionar as expressões linguísticas como a mais alta categoria do nível morfossintático, a GDF viabiliza a descrição sintática para holófrases e expressões não sentenciais.

Na camada da **oração**, os componentes podem combinar-se formando uma expressão linguística por relações de coordenação, cossubordinação ou equiordenação. Na coordenação, há relação entre duas orações independentes morfossintaticamente; na cossubordinação, apenas uma oração é independente do ponto de vista morfossintático; e na equiordenação, as duas orações são mutuamente dependentes quanto aos aspectos morfossintáticos.

Os elementos que compõem a camada da oração são um agrupamento de um ou mais sintagmas e palavras gramaticais. Assim, pode-se dizer que a oração é caracterizada, em maior ou menor grau, por um padrão de ordenação desses sintagmas e por formas morfológicas de conexão, tais como regência e concordância. Além disso, conforme Parra (2020), a oração pode atuar como um domínio para diversos fenômenos morfossintáticos.

Os **sintagmas** são formados por uma combinação de palavras, outros sintagmas e orações encaixadas. Existem diversos tipos de sintagmas, os quais podem variar a depender da natureza sintática do seu núcleo; dentre eles, estão os **sintagmas nominais**, os **sintagmas verbais**, os **sintagmas adjetivais**, os **sintagmas adverbiais** e os **sintagmas preposicionais**.

É importante destacar que um único sintagma pode formar uma expressão linguística; por outro lado, também pode se unir a outros sintagmas ou a uma oração na formação de uma expressão linguística.

As **palavras**, assim como os sintagmas, também podem ser de vários tipos. Há a distinção entre **palavras lexicais** e **palavras gramaticais**. Palavras lexicais originam-se no nível representacional e preenchem o núcleo de sintagmas. As palavras gramaticais, por outro lado, atuam no nível morfossintático e não podem constituir núcleos de sintagmas – são somente parte deles. O quadro a seguir, elaborado por Hengeveld e Mackenzie (2008) e adaptado por Garcia (2010), evidencia o que a GDF entende por palavras lexicais e palavras gramaticais:

Quadro 6 – Palavras lexicais *versus* palavras gramaticais

Palavras lexicais	Exemplos	Palavras gramaticais	Exemplos
Verbo	Fechar	Verbo auxiliar	Deve, ser
Substantivo	Cadeira	Pronome	Eu, o que
Adjetivo	Bonito	Pró-adjetivo	Tal
Advérbio	Elevadamente	Pró-advérbio	Lá, então
Adposição	Sob	Adposição gramatical	De, em
Conjunção	Enquanto	Conjunção gramatical	Que, porque
Partícula	Ei, oi	Partícula gramatical	Só, até

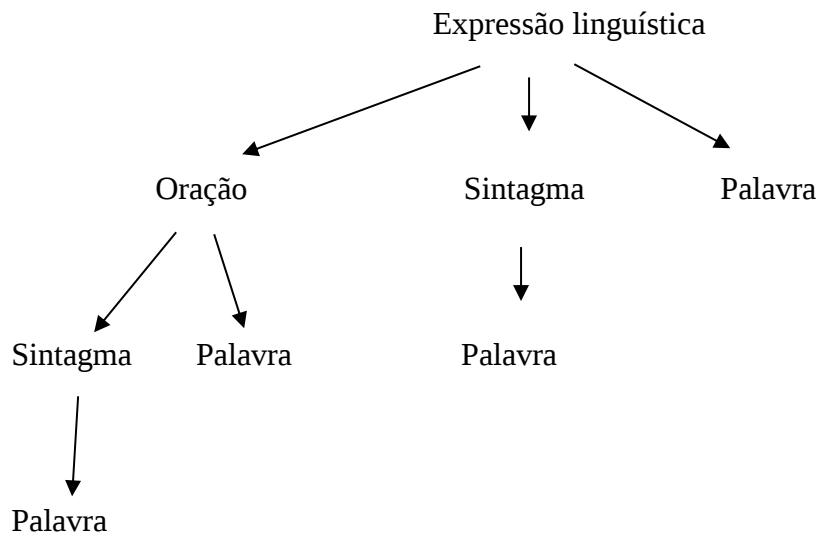
Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 401 apud GARCIA, 2010, p. 50).

Tendo em vista essas distinções entre itens lexicais e gramaticais, o conector *nem* e a locução concessiva *nem que*, objetos de investigação deste estudo, são considerados palavras gramaticais, uma vez que não podem compor o núcleo de sintagmas, somente ser parte deles.

É importante reforçar o fato de que a GDF não faz nenhuma diferenciação entre a análise de aspectos morfológicos e fenômenos sintáticos. Essa distinção não ocorre porque, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012), a GDF considera que os mesmos princípios empregados na formação de palavras são também aplicados na composição de frases e orações. Os elementos da codificação que não são explorados no nível morfossintático são contemplados no nível fonológico, o último nível de investigação linguística dentro do componente gramatical.

As camadas do nível morfossintático podem ser esquematizadas como se segue:

Esquema 5 – Camadas do nível morfossintático



Fonte: própria autora (2022).

2.2.4 O nível fonológico

O nível **fonológico**, na GDF, é considerado o *input* para a realização da articulação. Ele dispõe de todas as regras fonéticas indispensáveis a uma comunicação adequada. As camadas hierárquicas desse nível se organizam da seguinte forma: **enunciado** > **frase entonacional** > **frase fonológica** > **palavra fonológica**, conforme ilustrado abaixo:

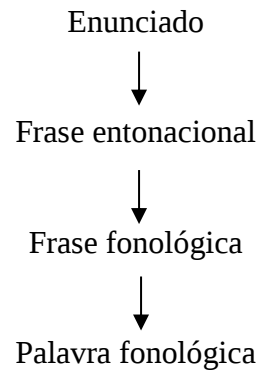
Quadro 7 – Nível fonológico e suas camadas

i)	Enunciado
ii)	Frase entonacional
iii)	Frase fonológica
iv)	Palavra fonológica

Fonte: própria autora (2022).

O **nível fonológico** é o responsável por todos os aspectos da codificação não contemplados no nível morfossintático. Ele fica encarregado de receber o *input* de todos os outros três níveis acima dele e liberar o *input* para o componente de saída. Não serão definidos cada um dos seus componentes, pois eles não serão relevantes para a análise aqui proposta. As camadas do nível fonológico podem ser assim esquematizadas:

Esquema 6 – Camadas do nível fonológico



Fonte: própria autora (2022).

Geralmente, não há uma equivalência entre as unidades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas de um lado e as unidades fonológicas do outro. Quanto às orações subordinadas, elas podem vir separadas da oração principal, devido a uma quebra entonacional entre dois sintagmas – ou as duas orações podem vir unidas, formando um único sintagma entonacional. Em resumo, a arquitetura da GDF pode ser visualizada no quadro abaixo, que contempla seus níveis e camadas:

Quadro 8 – Níveis e camadas da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008)

GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL			
Nível interpessoal	Nível representacional	Nível morfossintático	Nível fonológico
Movimento	Conteúdo proposicional	Expressão Linguística	Enunciado
Ato discursivo	Episódio	Oração	Frase
Ilocução	Estado de coisas	Sintagma	entonacional
Participantes	Propriedade	Palavra	Frase fonológica
Conteúdo	Configuracional		Palavra
comunicado	Propriedade Lexical		fonológica
Subato de atribuição	Indivíduos		Frase fonológica
Subato de referência			

Fonte: própria autora (2022).

Com base nos estudos já realizados sobre a concessão que analisam o funcionamento dessa categoria considerando a arquitetura da GDF, é válido postular que as orações concessivas podem atuar nas camadas em destaque no quadro acima: movimento, ato discursivo e ilocução, pertencentes ao nível interpessoal; conteúdo proposicional, no nível representacional; e na camada da oração no nível morfossintático. Logo, esses serão os níveis e camadas considerados mais relevantes na descrição dos usos concessivos de *nem* e *nem que*.

Portanto, a concessão é concebida como um fenômeno motivado por aspectos interpessoais e representacionais. Além disso, a existência de usos que ocorrem em camadas distintas no âmbito da GDF revela que as motivações funcionais desses usos em cada camada também são distintas.

Apesar de reconhecer que o nível fonológico pode revelar dados importantes sobre o estatuto dependente ou independente da oração concessiva, o recorte feito neste trabalho dedica-se às propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das orações concessivas com *nem* e *nem que*.

2.2.5 A correspondência entre níveis e camadas da GDF

Uma característica relevante da organização da GDF é a relação entre seus componentes, níveis e camadas. A seguir, apresentamos os pontos de intersecção entre o componente gramatical e os demais componentes da gramática – conceitual, contextual e de saída.

Conforme discutido por Hengeveld e Mackenzie (2005), o componente conceitual é o que libera as motivações por trás do funcionamento do componente gramatical. Ele representa o material ideacional e interativo que move os atos discursivos e os movimentos. O componente conceitual não engloba todos os aspectos da cognição, mas apenas aqueles que refletem a intenção comunicativa imediata; ele é pré-linguístico, e não tem o mesmo alcance que o componente gramatical.

Assim como o componente conceitual é restrito em seu alcance, o componente contextual não representa todo o discurso corrente, mas somente os itens do contexto que interferem no funcionamento do componente gramatical. Desse modo, ele engloba todas as informações da gramática que são relevantes para a forma assumida pelos enunciados e retém as informações que são relevantes para a formulação e a codificação. O componente contextual mantém os registros tanto da formulação quanto da codificação, pois é possível

fazer referência anafórica a construções pragmáticas e semânticas, e também a camadas da estrutura morfossintática e da estrutura fonológica dos enunciados.

A função do componente de saída na fala pode ser vista como a tradução da informação codificada na gramática para uma forma analógica. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2005), uma fronteira de enunciado no nível fonológico produzirá uma pausa no componente de saída ou uma sílaba com um operador que trará uma diminuição na frequência do trecho correspondente da saída. O componente de saída é também o responsável pelas configurações de longo prazo, tais como o tempo em que a fala de um indivíduo ocorre.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2005), ao observar a organização hierárquica dos quatro níveis gramaticais e de suas camadas, pode-se notar a existência de um alto grau de correspondência entre eles, como ocorre a seguir:

Quadro 9 – Correspondência entre níveis e camadas da GDF, conforme Hengeveld e Mackenzie (2005)

Nível	Camada	
Interpessoal	Ato discursivo	Subato
Representacional	Estado de coisas	Propriedade/indivíduo
Morfossintático	Oração	Sintagma
Fonológico	Frase entonacional	Frase fonológica

Fonte: própria autora (2022).

A partir do quadro acima, é possível depreender que há uma correlação entre as camadas do ato discursivo, do estado de coisas, da oração e da frase entonacional, de modo que cada uma delas pertence a um nível diferente. O mesmo se observa com relação às camadas do subato, da propriedade ou do indivíduo, do sintagma e da frase fonológica. No entanto, essas interdependências não são tão precisas e podem variar a depender da língua estudada.

Sobre a correspondência entre os níveis interpessoal e representacional, é válido mencionar que todo elemento linguístico é analisado no nível interpessoal – até mesmo os atos expressivos, que não são orientados para o outro e constituem-se de um falante e de uma ilocução. Somente se no nível interpessoal houver um conteúdo comunicado é que os itens linguísticos também serão analisados no nível representacional. Ambos os níveis são os responsáveis pelo processo de formulação.

No que concerne à correlação entre os níveis interpessoal e morfossintático, é possível notar que as formulações geradas no nível interpessoal são codificadas no nível morfossintático ou no nível fonológico. A função pragmática foco, por exemplo, atribuída a subatos, embora seja com maior frequência associada a efeitos prosódicos no nível fonológico, também pode ser codificada morfossintaticamente. Há línguas que dispõem de marcadores exclusivos para foco, conforme De Vries (1985 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2012). Ainda segundo o autor, outra maneira de marcar foco morfossintaticamente é por meio da atribuição de uma posição sintática específica para o elemento focalizado, que pode ser, por exemplo, imediatamente pós-verbal ou pré-verbal.

No modelo descendente da GDF, apesar do distanciamento entre os níveis interpessoal e fonológico, eles também se correlacionam. Em muitas línguas, assim como o foco está associado ao destaque fonológico, as distinções ilocucionárias também tendem a ser manifestadas fonologicamente, principalmente na ausência de alguma indicação morfossintática. Em português, por exemplo, a distinção fonológica entre declarativas e interrogativas é assinalada apenas por uma oposição entre um operador de queda (frase entonacional) ou subida (frase fonológica).

A relação entre os níveis representacional e morfossintático é orientada “pelo princípio de que, todo o resto sendo igual, as relações de escopo no nível representacional serão refletidas na ordenação relativa das unidades correspondentes no nível morfossintático”, conforme Hengeveld e Mackenzie (2005, p. 30). Desse modo, essa relação é amplamente afetada pela tipologia da sintaxe morfológica da linguagem descrita.

Nesse sentido, em uma língua isolante, há uma correlação entre palavras simples no nível morfológico e unidades no nível representacional; nas línguas aglutinantes, a relação se estabelece entre morfemas no nível morfossintático e unidades no nível representacional; nas línguas fusonais, um afixo corresponde a variados itens no nível representacional; em línguas polissintéticas, pressupõe-se pouco isomorfismo entre o nível representacional e o nível morfossintático, uma vez que a inserção de palavras, sintagmas ou orações torna a relação mais complexa.

No que se refere à correspondência entre os níveis representacional e fonológico, existem elementos analisados no nível representacional que são realizados fonologicamente. É o que acontece com diversos ideofones (expressões de ideias por meio de sons). Os ideofones representam unidades do nível representacional transferidas diretamente para o nível fonológico, ultrapassando o nível morfossintático – uma vez que muitos deles não contemplam um constituinte morfossintático.

Quanto à relação entre os níveis morfossintático e fonológico, é possível perceber que, quando as línguas manifestam uma distinção na formulação, essa distinção também apresenta um efeito no nível morfossintático ou no nível fonológico. Conforme postulado por Hengeveld e Mackenzie (2005), evidencia-se uma troca entre os dois níveis de codificação, haja vista que uma distinção codificada num nível não precisa ser codificada em outro.

2.3 Em suma

Conforme postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008) e em conformidade com os resultados de outras pesquisas – como as de Salgado (2007), Garcia (2010) e Parra (2016, 2020), que utilizam a GDF como vertente norteadora das análises linguísticas sobre a concessão –, presume-se que as relações concessivas atuam em quatro camadas distintas: na camada do movimento e do ato discursivo, no nível interpessoal; na camada do conteúdo proposicional, no nível representacional; e na camada da oração, no nível morfossintático, pois se realizam por meio de estruturas oracionais introduzidas pelo conector *nem* ou pela locução concessiva *nem que*, considerados itens gramaticais, conforme demonstrado no quadro a seguir, adaptado do trabalho de Parra (2020):

Quadro 10 – Funções exercidas pelas orações concessivas de acordo com os níveis e camadas de atuação

Nível	Camada	Função
Interpessoal	Movimento	Interativa/discursiva
	Ato discursivo	Retórica
Representacional	Conteúdo proposicional	Semântica
Morfossintático	Oração	Conector/conjunção gramatical

Fonte: adaptado de Parra (2020).

De acordo com o quadro acima, a concessão pode receber motivação interpessoal ou representacional, e essa diferença de motivação codifica diferentes funções para as relações concessivas.

Em resumo, a GDF apresenta as seguintes características, segundo Hengeveld e Mackenzie (2005):

- i) Busca modelar a competência gramatical de usuários das línguas;

- ii) Assume o ato discursivo, e não a oração, como unidade básica de análise;
- iii) A GDF é concebida como o componente gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal e interage sistematicamente com os componentes conceitual, contextual e de saída, que antes não tinham sido contemplados na gramática funcional de Simon Dik;
- iv) A organização hierárquica da GDF é descendente, ou seja, parte das intenções comunicativas, enquanto a da gramática funcional é ascendente;
- v) Por fim, a GDF inclui quatro níveis de análise – o interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico – e pode ser aplicada tanto a dados estatísticos quanto a dados dinâmicos.

Para Hengeveld e Mackenzie (2005), a GDF é uma teoria que busca entender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que elas descrevem e das funções comunicativas que elas expressam na língua. Para a GDF, o discurso constitui o suporte das unidades linguísticas de níveis mais baixos. Assim, a GDF se inicia com a formulação da intenção do falante e finaliza-se com a realização da expressão linguística, enquanto a gramática funcional se inicia com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração para outras camadas.

Tendo isso em vista e com base na GDF, nesta pesquisa serão descritos os diferentes usos concessivos ou não de *nem* e *nem que*, uma vez que esse aporte teórico possibilita que os fenômenos linguísticos de natureza morfossintática ou fonológica presentes nas línguas naturais sejam analisados por meio de uma estrutura funcionalmente organizada em níveis e camadas. Essa estrutura permite que os fenômenos linguísticos sejam descritos de maneira consistente, de forma a contemplar sua real complexidade e seus contextos reais de uso, desvendando usos e funções desses conectores concessivos.

3 AS ORAÇÕES CONCESSIVAS SOB ENFOQUE

A concessão é um fenômeno linguístico que tem sido estudado por diversos autores em distintas perspectivas teóricas. Aqui, reunimos alguns dos trabalhos mais relevantes sobre o tema e mostramos como a concessão é abordada em Neves (1999, 2000), Castilho (2010), König (1985, 1986, 1994), Zamproneo (2014) e, especialmente, nos estudos de orientação funcionalista (gramática discursivo-funcional), tais como em Garcia (2010, 2014), Stassi-Sé (2012), Olbertz, Garcia e Parra (2016), Parra (2016, 2020), Fontes (2016), dentre outros, em inglês, português e espanhol.

3.1 As orações concessivas nos estudos funcionalistas

Autores como Neves (1999, 2000) e Castilho (2010) contribuíram para os estudos sobre a concessão na medida em que trazem em suas análises a descrição dos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos que permeiam o fenômeno da concessão. Além da caracterização das orações concessivas, os autores mencionam as aproximações que a categoria das concessivas tem com outros domínios semânticos, como as adversativas e as condicionais, por exemplo.

Neves (2000) faz as seguintes considerações acerca do estudo da concessão: i) há distinções e semelhanças entre concessivas, condicionais e causais; ii) é possível subcategorizar as orações concessivas em factuais, contrafactuais e eventuais; iii) a análise lógico-semântica da concessão se dá a partir dos domínios cognitivos: epistêmico, do conteúdo e dos atos de fala; e iv) verificação da natureza argumentativa dessas orações – argumentativismo forte ou fraco – e da polaridade – positiva ou negativa.

Nesse estudo, Neves (2000) verifica que o conectivo está associado à forma como a construção aparece e com o modo verbal utilizado. Assim, tanto a subcategorização das orações concessivas em factuais, eventuais e contrafactuais quanto o emprego do modo verbal no indicativo ou no subjuntivo são reflexos do conectivo utilizado.

Os achados de Neves (1999, 2000) ampliam significativamente os estudos sobre o complexo concessivo que se valem de teorias funcionais, as quais consideram os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da língua. Seus estudos contribuem consideravelmente para a compreensão do fenômeno da concessividade em perspectiva funcionalista, uma vez que a autora relaciona diversas áreas de estudos da linguagem que interagem (e, por isso, devem ser estudadas conjuntamente) durante o efetivo uso da língua pelo falante.

Apesar de sua contribuição para o desenvolvimento dos estudos sobre a concessão e de aproximar sua análise das perspectivas linguísticas funcionalistas, não se encontra em seus estudos uma análise detalhada para todos os tipos de orações concessivas encontradas na língua portuguesa, haja vista que há uma complexidade que permeia a categoria das orações concessivas. Essa complexidade se manifesta principalmente com relação à sobreposição de valores semânticos entre as concessivas e as adversativas, causais, condicionais e condicionais-concessivas. Além disso, reconhecemos que analisar sistematicamente todas as orações concessivas em português não contempla os objetivos da autora.

Em suas respectivas gramáticas de uso, tanto Castilho (2010) quanto Neves (2000) declaram que as orações subordinadas adverbiais concessivas estabelecem um contraste com a oração principal; ou seja, essas orações contrariam uma expectativa trazida na oração principal e assumem a estrutura [*Embora p, q*].

Com base em outros linguistas, como Burnham (1911), Haiman (1974) e Mitchell (1985), respectivamente, Castilho (2010) traça o seguinte perfil das orações concessivas: i) a oração concessiva apresenta um fato ou noção apesar do qual o conteúdo da oração principal se mantém inalterado; ii) contrariando uma expectativa justificável, a escolha do elo para estabelecer a disjunção é irrelevante para o conteúdo expresso na oração principal; e iii) na construção concessiva, a verdade da oração principal é atestada, independentemente do conteúdo contido na oração subordinada.

Diante desses traços das orações concessivas, Castilho (2010) assevera que essas orações são comprometidas com o jogo argumentativo, pois o pensamento concessivo, de acordo com o autor, implica a elaboração de uma hipótese de objeção por parte do interlocutor e simultaneamente a contestação dessa objeção, fato que as aproxima das orações condicionais.

Apesar da contribuição significativa de Neves (1999, 2000) e de Castilho (2010) para o estudo das orações subordinadas adverbiais concessivas, as definições apresentadas por esses autores se limitam a descrever a oração concessiva considerando o viés sintático e semântico/pragmático de apenas alguns tipos de conectivos e de construções concessivas. As orações articuladas pelo conector *nem que*, por exemplo, são mencionadas por Neves (2000), mas são poucas exploradas.

É por essa e outras razões que esta tese se propõe a descrever e a analisar o funcionamento desses conectores no português a partir dos pressupostos teóricos da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), para quem a sintaxe é regida pela semântica e ambas são regidas pela pragmática. Logo, o componente pragmático é o nível de análise que está acima

dos demais componentes da gramática e não pode ser deixado de lado na análise dos fenômenos linguísticos, ainda mais quando estamos diante de um fenômeno, como é o caso da concessão, que estabelece um jogo argumentativo bastante produtivo e fortemente marcado na língua.

Há diversos autores funcionalistas que se dedicam ao estudo do complexo concessivo, tais como König (1985, 1986, 1994), König e Siemund (2000), Couper-Kuhlen e Thompson (2000), Salgado (2007), Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), Garcia (2010, 2014), Stassi-Sé (2012), Czopek (2012), Olbertz, Garcia e Parra (2016), Zamproneo (2014), Parra (2016, 2020), Fontes (2016), dentre outros estudos de orientação funcionalista.¹

Os autores funcionalistas evidenciam em suas pesquisas que as orações concessivas apresentam características que vão além de aspectos puramente sintáticos: há também aspectos semânticos, pragmáticos e textuais que devem ser considerados no processo de descrição dessas orações, caso a intenção seja fazer uma análise satisfatória desse fenômeno.

De modo geral, os trabalhos sobre concessão dentro do paradigma funcionalista revelam que a relação concessiva não se restringe a uma relação semântico-sintática estabelecida entre as orações principal e subordinada; para esses autores, a concessão pode também atuar em domínios mais amplos do que o interoracional. Nesses novos domínios, a concessão caracteriza-se como uma estratégia interativa, voltada à argumentatividade empreendida pelos participantes da comunicação.

Na concepção de König (1985), em comparação com outros tipos de conectores, aqueles que estabelecem uma relação concessiva apresentam algumas propriedades específicas. A primeira delas envolve a sua notória transparência com relação à etimologia e à composição. Isso quer dizer que eles podem comumente ser relacionados a outros significados, e que seus componentes são facilmente identificáveis em sua forma e em seu significado, pois os conectivos concessivos são estruturas complexas, ou seja, são formados a partir do arranjo de itens já existentes na língua.

A segunda particularidade desses conectivos, na visão do autor, diz respeito ao seu desenvolvimento tardio na evolução das línguas; além disso, novos itens frequentemente passam a integrar essa classe. No português, o surgimento da conjunção concessiva *embora* é um exemplo desse fato. A conjunção surgiu a partir do sintagma preposicionado “em boa hora”, cujo significado expressava em hora oportuna ou em hora propícia. A expressão “em

¹ Nesta tese, utilizaremos de forma intercambiável os termos “oração principal”, “oração matriz” e “apódose” para nos referirmos à oração principal, e “oração concessiva”, “oração adverbial” e “prótase” para nos referirmos à oração concessiva.

boa hora”, com o passar do tempo, passou por processos de redução fonológica e alterações de significado, até chegar à forma *embora*, que denota valores espaciais – no sentido de levar para longe, partida, como em (5) – e concessivos – que expressam a ideia de contrariedade ao que foi enunciado anteriormente, como em (6):

- 5) “*Sobre as asas do tempo, a tristeza vai-se **embora**.*” (LA FONTAINE).
- 6) “*Há uma única religião, **embora haja centenas de versões da mesma**.*” (GEORGE BERNARD SHAW).

Quanto ao significado e às propriedades sintáticas das sentenças concessivas, König (1994) afirma que, ao declarar uma cláusula do tipo [*Apesar de p, q*] como em (7), o falante assume como verdade o fato de que está tarde e que mesmo assim ele ligará para Helena:

- 7) ***Apesar de ser tarde**, vou telefonar para Helena.*

Além disso, essas orações são enunciadas como incompatíveis, conforme o autor, pois essa declaração estabelece o seguinte pressuposto: [*Se p, então não q*]– ou seja, se está tarde, então eu não deveria telefonar para Helena.

König (1994), ao mencionar os aspectos formais que compõem as orações concessivas, afirma que elas podem ocupar todas as posições permitidas num complexo oracional (no tocante à oração principal) de uma determinada língua, mas elas diferem de outras orações adverbiais nos seguintes aspectos:

- i) Não há um advérbio interrogativo que possa reproduzir o valor concessivo, assim como acontece com outras relações adverbiais, como as temporais, as modais e as causais, que podem ser representadas, respectivamente, pelos advérbios *quando*, *como* e *por que*:
- 8) *Quando **você saiu de casa**?*
- 9) *Como **você saiu de casa**?*
- 10) *Por que **você saiu de casa**?*
 - a) * *Embora **você tenha saído de casa**?*
 - b) * *Nem que **você tenha saído de casa**?*

- ii) As orações concessivas não podem ser focalizadas por partículas focalizadoras, assim como ocorre com algumas orações causais e condicionais:

11) *Só porque eu queria sair.*

- a) * *Só embora eu queria ter saído.*
- b) * *Só nem que eu quisesse ter saído.*

- iii) As concessivas não podem ser o foco de uma sentença clivada, como pode acontecer com as causais, que permitem a clivagem:

12) *É porque eu queria sair que...*

- a) * *É embora eu quisesse sair que...*
- b) * *É nem que eu quisesse sair que...*

- iv) As orações concessivas não podem ser foco de uma negação ou de uma interrogativa polar:

13) *Ele saiu de casa por que estava chateado?*

- a) * *Ele saiu de casa embora estivesse chateado?*
- b) * *Ele saiu de casa nem que estivesse chateado?*

Para König (1994), essas propriedades evidenciam que as orações concessivas não podem ser focalizadas; portanto, para o autor, a particularidade dessas orações explica o fato de as concessivas serem menos integradas à oração principal do que as demais orações adverbiais.

Quanto aos conectivos concessivos, König (1994) distingue cinco diferentes tipos com base na etimologia e na história de desenvolvimento desses conectivos:

- i) O primeiro tipo deriva de noções de obstinação, desprezo, desrespeito; alguns exemplos são *in spite of*, do inglês, e *apesar de (que)*, em português;
- ii) O segundo é muito próximo da concessividade e da quantificação de livre escolha, como expressam os termos *anyway* e *however*, em inglês, e *conquanto*, em português;
- iii) O terceiro grupo é formado por conectivos compostos a partir de outros conectivos que são originalmente condicionais ou temporais, como *also* e *even*, em inglês, e *mesmo se* e *mesmo que*, em português;
- iv) O quarto grupo é composto por conectivos que derivam de expressões originalmente usadas para enfatizar informações. Essas expressões normalmente

significam verdade, de fato, e frequentemente se gramaticalizam em conectivos concessivos; um exemplo é *true*, do inglês, e *verdade*, em português;

- v) No quinto grupo estão os conectivos que derivam de expressões originalmente usadas para afirmar uma notável coexistência entre dois fatos. São exemplos desse tipo as palavras *nevertheless* e *still*, do inglês, e *não obstante* e *porém*, em português.

Na visão de König (1994), conforme é possível perceber pela tipologia por ele apresentada, o desenvolvimento histórico dos conectivos concessivos reflete diversos aspectos desses termos, quais sejam: i) o caráter factual dessas construções; ii) a pressuposição de discrepância ou conflito entre dois tipos de situação; e iii) o fato notável de sua coocorrência em casos específicos.

As construções concessivas, desse modo, possibilitam ao falante proferir duas sentenças com conteúdos conflitantes de maneira que ambas são consideradas verdadeiras. Logo, o conteúdo factual das duas sentenças é incompatível. A incompatibilidade se situa na conclusão que se tem a partir das duas informações contidas em *p* e *q*. Vejamos o exemplo em (14):

14) ***Embora estivesse calor, levei agasalho.***

O exemplo acima apresenta duas sentenças, *p* (“***Embora estivesse calor***”) e *q* (“*leve agasalho*”), de modo que ambas são declaradas como verdadeiras: *estava calor* e *leve agasalho*. No entanto, *p* contraria o que está enunciado em *q*, uma vez que, se está calor, não é necessário agasalho. Logo, o conteúdo expresso em *p* estabelece uma quebra de expectativa com relação a *q*, e o contraste entre ambas fica evidente.

König (1994) menciona dois tipos de orações concessivas: **retóricas** e **de retificação**. Para o entendimento da **concessiva retórica**, imaginemos uma situação em que alguém está procurando um ator com olhos de qualquer cor, menos azuis, e diz:

15) ***Although he certainly knows his jog, he has got blue eyes.***

Embora seja um bom ator, ele tem olhos azuis. (KÖNIG, 1994, p. 684).

Nesse exemplo, *p* (“***Embora seja um bom ator***”) é um argumento para a conclusão *r* (então, podemos contratá-lo), enquanto a segunda oração *q* (“*ele tem olhos azuis*”) é um

argumento para a conclusão oposta, ou seja, *não r* (não poderemos contratá-lo), e a segunda oração apresenta uma força argumentativa maior na construção. Dito de outra maneira: o conteúdo proposicional da primeira oração (*p*) expressa a ideia de que o ator se encaixa no perfil desejado, enquanto o conteúdo proposicional da segunda oração (*q*) remete à conclusão oposta, isto é, a de que o ator não tem o perfil esperado. Nesse tipo de concessão, o conteúdo veiculado pela oração principal é argumentativamente mais forte do que o conteúdo expresso na oração subordinada.

Na **concessiva de retificação**, ao contrário da concessiva retórica, a força argumentativa recai sobre a oração concessiva, conforme exemplificado a seguir:

16) *He is very intelligent, **although some oh things that he says are a bit silly.***

*Ele é muito inteligente, **embora diga coisas um pouco bobas.*** (KÖNIG, 1994, p. 684).

Nesses casos, há um enfraquecimento da argumentatividade contida na oração principal e predomina, portanto, a força argumentativa da oração concessiva. König (1994) afirma que nesse tipo de construção a oração concessiva é menos integrada à oração principal, estabelecendo-se, portanto, uma relação mais frouxa entre ambas. Com essa classificação, o autor deixa evidente que diferentes tipos de construções concessivas manifestam diferentes graus de subordinação e integração sintática e semântica.

Diante do exposto, percebe-se que, nas concessivas retóricas, a informação mais relevante é expressa na oração principal que ocupa a segunda posição na construção, ou seja, vem posposta à oração subordinada [*Embora p, q*]. Nas concessivas de retificação, a informação mais relevante é enunciada na oração concessiva, a qual também ocupa a posposição em relação à oração principal [*q, embora p*]; logo, a oração com maior força argumentativa ocorre na última posição, ou seja, encerrando a construção.

As características e a classificação das orações concessivas na visão de König (1985, 1994) resumem-se no quadro a seguir:

Quadro 11 – Características e classificação das orações concessivas na perspectiva de König (1985, 1994)

Características	Classificação
Composição transparente	Concessivas retóricas

Podem ser relacionadas a outros significados	Concessivas de retificação
São estruturas complexas	
Relacionam ideias incompatíveis	
Não podem ser focalizadas	
São menos integradas à oração principal	
Apresentam caráter factual em ambas as orações	

Fonte: própria autora (2022).

Conforme o quadro acima, o autor, ao estudar as orações concessivas em inglês, subdivide as orações concessivas em retóricas e de retificação, destaca sete características dessas construções e menciona a sobreposição semântica que há entre as concessivas e condicionais, concessivo-condicionais, temporais e causais.

Couper-Kuhlen e Thompson (2000), ao estudar as concessivas no inglês falado, afirmam que a concessão envolve uma sequência de três partes em que um falante afirma um ponto X e outro falante reconhece, admite ou valida esse ponto com uma afirmação X', mas em seguida declara um ponto Y que contrasta com X. Esse esquema pode ser mais bem visualizado abaixo:

Esquema 7 – Padrão básico ou padrão concessivo para Couper-Kuhlen e Thompson (2000)

Falante A:	X – afirmação de algo
Falante B:	X' – afirmação, admissão ou validação de X Y – afirmação que contrasta com X

Fonte: própria autora (2022).

O esquema é denominado pelas autoras de **padrão básico** ou **padrão concessivo cardinal**. Vejamos um exemplo em que ele é aplicado pelos falantes na construção da relação concessiva:

17) *Situation: Joanne and Lenore are discussing a mutual friend who has engaged in substance abuse.*

A: but he's healthy as an OX, that guy (...) that guy is healthy as an OX, his liver

B: except for his liver

A: yeah, but I'm saying, is like, you know, as much as he's abused his liver, and all other things in his life, he's still healthy as an OX.

Situação: Joanne e Lenore estão discutindo sobre um amigo em comum que tem feito uso abusivo de substâncias.

A – Joanne: mas ele está saudável como um boi, aquele garoto (...) aquele garoto é saudável como um boi, seu fígado

B – Lenore: exceto seu fígado

*A – Joanne: mas eu estou dizendo, é como, você sabe, mesmo ele abusando do seu fígado e de várias outras coisas na sua vida, **ainda está saudável como um boi**.* (COUPER-KUHLEN; THOMPSON, 2000, p. 381).

Neste exemplo, Lenore relata que o fígado de um amigo (em comum com Joanne) não é saudável por conta do uso abusivo de substâncias. Joanne reconhece que há algo certo sobre o que Lenore está dizendo, ou seja, que o fígado do amigo não está saudável, mas, em seguida, mantém a afirmação de que ele “*ainda está saudável como um boi*”.

De acordo com o exemplo acima, a representação esquemática do padrão concessivo cardinal é a seguinte, conforme Couper-Kuhlen e Thompson (2000, p. 385):

Falante A: X (o fígado daquele garoto não está saudável)

Falante B: X' (ele está abusando do seu fígado) (e ele está abusando muito)

Y (ele ainda está saudável como um boi)

Com relação à concessão, as autoras levantam quatro questões antes de analisar a atuação das construções em inglês. Em primeiro lugar, de um ponto de vista interacional, reconhecer a afirmação do interlocutor antes de contrariá-la permite uma discordância de forma atenuada. Em segundo lugar, a concessão é sempre construída por meio da interação entre duas pessoas; assim, em sua forma básica, ela requer ao menos duas partes: uma que concede, admite algo, e outra para quem a concessão é feita, ou seja, a que contrasta em alguma medida com a primeira. Em terceiro lugar, ao executar o movimento concessivo, o falante passa a apresentar seu argumento potencialmente contrastante em relação ao argumento do interlocutor. Nesse sentido, a concessão é vista pelas autoras como uma forma de expressar um contraste.

Por fim, a quarta questão abordada pelas autoras, que se relaciona com a terceira, é que a natureza inferencial do contraste estabelecido pelo falante está aberta, uma vez que as capacidades inferenciais das pessoas também estão. Isso quer dizer que a maneira exata pela

qual X e Y são entendidos pelos participantes como contrastantes não é definível de antemão, mas sim interpretada e negociada pelos participantes no contexto de interação. Desse modo, as autoras assinalam que, em alguns contextos, por exemplo, o conteúdo veiculado por Y é considerado pelos participantes como um contraste direto em relação ao conteúdo de X, enquanto em outros Y pode contrastar com uma inferência de X, ao invés de com o próprio X.

Couper-Kuhlen e Thompson (2000) entendem a concessão como uma relação de expectativas conflitantes e unem essa ideia ao seu esquema de concessivas cardinais, no qual a terceira parte, Y, envolve um argumento contrastante em relação ao conteúdo expresso anteriormente. A partir das ideias expostas, as autoras investigam a concessão na língua inglesa falada buscando responder a três questões: i) como a concessão se estrutura em trocas de conversas; ii) quando a concessão é provavelmente usada e qual é sua função interacional; e iii) como os falantes expressam formalmente a concessão. A investigação demonstra que a concessão é uma estratégia usada com frequência na variedade falada do inglês. Certas atividades, como avaliações, acusações e denúncias, são ambientes especialmente ricos em que a concessão pode contribuir muito do ponto de vista interacional.

Ao entenderem que a concessão envolve dois pontos de vista – em que, no primeiro momento, o falante admite algo e, no segundo, apresenta um ponto de vista potencialmente contrastante –, as autoras chamam de padrão cardinal concessivo as três partes representadas por X, X' e Y, que se realizam verbalmente e apresentam relações distintas de outras combinações possíveis para cláusulas hipotáticas. O contraste acontece entre os conteúdos expressos por X e Y.

No entanto, as linguistas verificam que o referido padrão apresenta variações que geram implicações interacionais diferentes. Esse padrão permite variações na ordem de Y ou mesmo um Y ausente, mas implícito. De acordo com as autoras, é exatamente nesse ponto que se instaura a concessão, ou seja, o contraste. As autoras examinam dois mecanismos no que diz respeito a Y: o particionamento semântico e a prosódia implicativa – são eles que licenciam as variações possíveis para Y.

Vejamos o exemplo de particionamento semântico abaixo:

18) *Situation: Charles and Steve, currently in NYC, are lamenting the advent of Starbuck's coffeehouses, which Steve says will 'blow out' the small privately owned places in cities like Minneapolis.*

Charles: *but even the privately owned places here are so CHARACTERLESS. I mean by and large. OUTSIDE of the Village they are.*

Steve: *There's some in the Village that are nice.*

Charles: *outside of the Village, yeah. yeah, that you certainly wouldn't wanna lose. but everywhere ELSE, you know they're all like...*

Situação: Charles e Steve, atualmente em Nova York, estão lamentando o advento dos cafés Starbuck's, que Steve diz que irão 'explodir' os pequenos empreendimentos em cidades como Minneapolis.

X – Charles: *mas mesmo os pequenos negócios aqui são tão SEM PERSONALIDADE. Quero dizer em geral. FORA da Vila que eles são.*

X' – Steve: *Há alguns na vila que são bons.*

Y – Charles: *fora da vila, sim. sim, que você certamente não gostaria de perder. mas em qualquer OUTRO lugar, você sabe que eles são todos como... (COUPER-KUHLEN; THOMPSON, 2000, p. 385-386).*

Uma característica proeminente deste exemplo, segundo as autoras, é a natureza parcial da concessão, rotulada como **X'**. Em outras palavras, ao lançar mão da concessão, Steve estabelece um contraste entre dois aspectos de uma única proposição, que é o que Couper-Kuhlen e Thompson (2000) chamam de particionamento semântico. Assim, Steve reconhece que Charles está certo sobre os lugares que não têm personalidade, mas apenas sobre os lugares fora da vila, pois para Steve há alguns na vila que são legais.

Segundo as linguistas, uma das descobertas mais surpreendentes é a de que os falantes frequentemente conseguem estabelecer uma relação concessiva reconhecendo ou admitindo apenas uma parte do que o outro falante declarou. Em outras palavras, uma das maneiras recorrentes pelas quais um falante valida o ponto de vista de outro é quando ele reconhece que parte desse ponto de vista é ou pode ser verdadeiro. Desse modo, os falantes se orientam e vão construindo os significados ao longo da interação.

Além do mais, de acordo com as autoras, o padrão cardinal concessivo é uma boa ferramenta para análise da concessão por dois motivos: i) fornece flexibilidade com relação à representação léxico-sintática de suas partes; e ii) destaca a ligação entre **X'** e **Y**.

Com relação ao item (i), as autoras atestam que as partes constituintes do esquema cardinal concessivo (**X**, **X'** e **Y**) se realizam por meio de unidades linguísticas de tamanhos variados – como palavras, frases, orações ou segmentos inteiros de discurso. Isso equivale a dizer que a forma léxico-sintática do padrão concessivo é redutível ou expansível dependendo das contingências locais na interação.

Quanto ao item (ii), um segundo benefício do esquema concessivo cardinal, segundo as autoras, é que ele não especifica como as duas partes, X' e Y, são unidas uma à outra formalmente. Isso permite uma variedade de *links* entre essas partes, o que foi comprovado no *corpus* investigado. Por exemplo: a relação entre X' e Y pode não ser marcada por nenhum item morfológico, como foi o caso no exemplo (18) acima, no qual Steve apenas justapõe as duas reivindicações – “*fora da vila que eles são*” (tão sem personalidade) e “*Há alguns na vila que são bons*”. Nesse caso, X' e Y estão ligados por um paralelismo entre as duas frases preposicionais e por ênfase contrastiva na segunda. Os falantes ainda podem ligar Y a X' por meio de uma conjunção coordenada, como *mas*, ou recorrer a conjunções subordinadas na construção de padrões concessivos. Os meios para vincular X' e Y são diversos e podem ser explícitos formalmente ou estar ausentes sintática ou morfológicamente.

Na perspectiva das autoras, a concessão na conversação em inglês pode ser explicada a partir de um esquema cardinal, pois os falantes reconhecem parcialmente um ponto X' para então emitir uma declaração potencialmente incompatível, Y.

O padrão cardinal concessivo geralmente é usado para prefaciар desacordo, de modo que, primeiro, há concordância parcial ou mínima no contexto de uma atividade de avaliação para, posteriormente, prefaciар o movimento incompatível. Logo, esse acordo inicial é uma maneira que os falantes têm de negociar um alinhamento uns com os outros durante a conversação.

Além disso, conforme as autoras, o padrão cardinal concessivo não é encontrado apenas em ambientes de oposição. Ele pode ser uma maneira muito eficaz de dizer “não”. Assim, as autoras propõem a seguinte paráfrase para o sentido implicado ao usar o esquema cardinal concessivo: “Você está parcialmente certo, mas principalmente errado”, mas “Ambos estamos certos, mas vamos ver as coisas do meu jeito”.

Salgado (2007) analisa as construções concessivas – consideradas complexos subordinativos pela pesquisadora – em jornais brasileiros do século XIX com base na teoria sistêmico-funcional de Halliday (1994), que propõe uma inter-relação entre diferentes sistemas linguísticos.

Na perspectiva da autora, o evento concessivo prototípico caracteriza-se por uma junção contrastiva ou contrajunção em que há uma oração nuclear (principal) e uma oração concessiva (subordinada). A oração concessiva é responsável por acrescentar uma contrariedade de expectativa; assim, o que é proposto pela oração nuclear antecipa uma possível refutação de argumentação. Por esse motivo, Salgado (2007) insere no rol de construções concessivas a categoria das construções contrastivas.

Sua investigação restringe-se às construções concessivas prototípicas – ou seja, que utilizam conectores que, tradicionalmente, possuem valor semântico concessivo – e foca o estudo apenas no campo semântico da concessão, sem examinar suas relações com outros tipos de construções – como as adversativas, causais ou condicionais.

A autora distingue dois tipos de orações concessivas: i) construções concessivas com verbo flexionado; e ii) construções concessivas sem verbo flexionado.

Nas construções concessivas com verbo flexionado, sabendo-se que a flexão verbal pode ser de modo, tempo, número, pessoa ou voz, os tipos de conectores mais recorrentes são *embora*, *ainda que* e *(se) bem que*. Esses conectores introduzem orações com os verbos nos modos indicativo e subjuntivo. Com menos frequência, aparecem os conectores *mesmo que*, *nem que*, *por mais que*, *por menos que*, *posto que*; em todas as ocorrências com esses conectores, o modo verbal utilizado é o subjuntivo – que, em geral, é o mais utilizado nas construções analisadas pela autora.

As construções contrastivas concessivas são em sua maioria **factuais**. Esse fato evidencia que o complexo concessivo organiza a argumentação baseando-se num contraste de valores entre o conteúdo expresso pelas orações ou numa contraexpectativa. Nas construções factuais, o modo verbal mais utilizado também é o subjuntivo. As análises de Salgado (2007) mostram que, a depender do tipo de conector usado, há uma determinada relação estabelecida no que se refere à factualidade das construções concessivas. Em outras palavras, é possível afirmar que, de acordo com Neves (1999), a escolha do tipo de contraste que se quer estabelecer (factual, hipotético ou contrafactual) determina o tipo de conector a ser utilizado.

Quanto à posição, a autora comprova que as concessivas podem ocorrer antepostas, pospostas ou em posição intercalada em relação à oração principal; no entanto, sua posição mais recorrente é a **posposta**. Em qualquer posição que a oração concessiva apareça, o modo verbal utilizado com maior frequência é o subjuntivo. As concessivas pospostas, conforme Salgado (2007), exercem a função de *afterthought*, ou seja, de adendo ou complemento – ou ainda a função de tópico ao introduzir uma informação nova. Os conectores *embora*, *ainda que* e *(se) bem que* aparecem frequentemente em posição posposta. Além disso, grande parte das construções concessivas permite a inversão na ordem das orações sem afetar seu significado, na maioria dos casos com verbos no subjuntivo – porém, em alguns contextos, a inversão é possível com a oração no indicativo.

A correlação modal mais recorrente nas construções concessivas é: modo **indicativo** na oração principal e modo **subjuntivo** na oração concessiva – fato que confirma a hipótese de Salgado (2007) de que a correlação modal é uma exigência sintática das construções

concessivas. Entre as diversas correlações temporais possíveis, destaca-se o presente do indicativo na oração principal e o presente do subjuntivo na oração concessiva, atestada por Neves (1999) e Rodrigues *et al.* (1999), conforme a autora.

Salgado (2007) verifica que as construções concessivas se realizam com maior frequência no **domínio epistêmico**, pois envolvem processos mentais relacionados ao raciocínio ao articular premissas e conclusões. Assim, evidencia-se que a natureza pragmática das concessivas reconhece preferencialmente os processos mentais presentes na argumentação. O modo subjuntivo é o que com maior frequência acompanha o verbo nos domínios epistêmico, de conteúdo e dos atos de fala.

A construção concessiva pressupõe uma disjunção entre as orações que a constituem; logo, é de se esperar que haja uma relação de polaridade (negação e afirmação) entre elas. Dentre as possibilidades de relação de polaridade, a que predomina é a presença de polaridade **afirmativa** na oração concessiva e **negativa** na oração principal. Apesar da preferência pela polaridade negativa na oração principal em geral, a polaridade da oração nuclear pode ser positiva ou negativa e afirmativa na oração concessiva. Isso evidencia que a oração concessiva traz uma inferência afirmativa que frustra o conteúdo expresso pela oração principal, cuja polaridade pode ser negativa ou afirmativa – o que, segundo Salgado (2007), reforça o tipo de proposição expressa no domínio epistêmico.

Ao analisar a predicação que acompanha os verbos na oração concessiva, a autora atesta que, em sua maioria, as construções concessivas se realizam com **verbos de estado**, sobretudo no modo subjuntivo.

Salgado (2007) constata que os conectivos *embora*, *ainda que* e *(se) bem que* são mais frequentes no segundo tipo de construção identificado – as orações em que o verbo não se flexiona. A posição preferida é a intercalada, com caráter de informação adicional – muitas vezes com o uso de pontuação específica para esse fim, como parênteses e travessão. Não há possibilidade de inverter a posição nesses casos. Em todas as ocorrências levantadas, as orações concessivas expressam factualidade e atuam no domínio epistêmico, e a polaridade é afirmativa em ambas as orações (nuclear e concessiva).

Salgado (2007) traz uma descrição geral do complexo concessivo quando se consideram fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos para a descrição da língua em uso. Por fim, a autora relaciona as características listadas às funções sistêmicas de Halliday (1994): a **função ideacional**, que se refere às particularidades sintáticas; a **função interpessoal**, que se reserva a características pragmáticas e relativas à interação; e a **função textual**, que considera os aspectos relativos ao contexto.

A pesquisa de Salgado (2007) revela o comportamento das construções concessivas prototípicas, as quais utilizam conectores que, tradicionalmente, possuem valor semântico concessivo. A partir dos resultados da autora, podemos notar que as orações concessivas prototípicas se comportam de forma diferente daquelas prefaciadas por *nem* e *nem que*, como demonstra a presente pesquisa.

Zamproneo (2014) investiga a construção concessiva do português contemporâneo na língua falada e escrita do Brasil com base na teoria funcionalista e na linguística cognitiva. Com base nesse aparato teórico, a pesquisadora propõe uma reformulação dos conceitos de coordenação e subordinação. Para autora, a relação concessiva é um caso complexo de combinação de orações adverbiais que carece de atenção na gramática das línguas naturais. Por meio da observação do nível textual-discursivo, a linguista descreve a combinação oracional considerando os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Seu estudo contribui para a definição da concessividade, um vez que abrange o fenômeno no uso – considerando-se a natureza da concessão na linguagem; os valores lógico-semânticos dessa categoria; os valores discursivo-pragmáticos; as funções argumentativas da expressão da concessividade, vistas na sua relação com a adversatividade; os usos de construções concessivas que se distanciam do fundo lógico-semântico definidor da natureza da concessividade – e averigua o envolvimento da intersubjetividade na expressão concessiva, visto na sua ligação com a face interacional e dialógica.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram a complexidade envolvida na expressão do fenômeno concessivo, mais bem definido quando se considera a noção de prototipicidade, segundo a autora. Nesse sentido, explicita-se o funcionamento de construções concessivas de maior tipicidade e de construções concessivas discursivamente mais marcadas. Além disso, o estudo evidencia a construção concessiva como configuradora de embates de pontos de vista na linguagem, ressaltando que sua natureza é intersubjetiva e dialógica.

Na perspectiva da autora, que também recorre aos pressupostos da GDF para conceituar o objeto de estudo, a concessão é uma relação que ocorre entre um núcleo e um segmento que expressa concessividade. Em razão disso, no nível representacional, essa relação se dá entre dois conteúdos proposicionais; porém, no nível interpessoal, pode ocorrer entre dois atos discursivos.

Zamproneo (2014) defende que a relação concessiva nos enunciados pode explicitar-se segundo noções lógico-semânticas que se colocam dentro dos princípios das relações contrastivas; logo, as diferentes nuances das relações lógico-semânticas apontadas no estudo das construções concessivas caracterizam-se por um componente de contrariedade e de

negação. Os valores lógico-semânticos das relações concessivas indicados no estudo são quatro:

- i) **Concessividade como “contrariedade de uma expectativa” ou “negação de expectativa”**: nesses casos, o conteúdo da oração adverbial concessiva traz uma expectativa, porém o conteúdo da oração nuclear é contrário a essa expectativa. Logo, o que predomina não é o conteúdo do segmento adverbial concessivo, mas o do segmento nuclear, uma vez que a expectativa criada não se cumpre, e o que é válido é o que se enuncia na oração nuclear. Nesse sentido, a autora postula que, nas construções concessivas de significado lógico-semântico “contrariedade/negação de expectativa”, ocorre uma pressuposição implícita que envolve uma expectativa; no entanto, essa expectativa, que tem origem na oração concessiva, é negada na oração nuclear;
- ii) **Concessividade como “implicação (pressuposta) negada” ou “negação de implicação pressuposta”**: noção semelhante à primeira; a implicação é pressuposta por *p* (**oração concessiva**), mas não é cumprida, dada a proposição *q* (**oração nuclear**). A relação concessiva também pode ser conceituada nesses casos como “implicação negada”; nesse sentido, o segmento nuclear nega a implicação oriunda do segmento adverbial concessivo;
- iii) **Concessividade como “negação de inferência entre *p* e *q*”**: o segmento nuclear nega uma inferência que se origina do segmento adverbial concessivo;
- iv) **Concessividade como “incompatibilidade ou conflito entre os fatos expressos em *p* e *q*”**: a construção concessiva tem em sua natureza lógico-semântica o valor de incompatibilidade ou conflito entre o conteúdo que é expresso no fragmento concessivo e o que é expresso no fragmento nuclear. Esse valor de incompatibilidade presente nas construções concessivas também é previsto por König (1985, 1986) e Crevels (2000).

De acordo com Zamproneo (2014), a concessividade, segundo uma proposta de base retórica, pode dar-se não apenas com a presença de conectivos concessivos, mas também com conectivos adversativos e outros itens. Diante dessas possibilidades de expressão da concessão, a pesquisa aponta as funções discursivas de restrição e de correção das construções concessivas. Essa perspectiva permite observar a concessividade para além do envolvimento nas relações lógico-semânticas de causatividade e condicionalidade, uma vez que na

construção concessiva ficam negadas uma causa e uma condição pressupostas pelo segmento concessivo.

Assim, além da natureza lógico-semântica, a autora aborda a natureza argumentativo-pragmática da concessividade e sua relação com a adversatividade. A relação concessiva, quando se considera sua natureza argumentativo-pragmática, envolve os argumentos do locutor e do interlocutor. Nesses usos, o argumento da oração concessiva conduz a uma conclusão, enquanto o argumento da oração nuclear conduz à conclusão contrária. Na construção concessiva argumentativa, o argumento forte é o introduzido pela oração nuclear, e é ele que prevalece.

Segundo Zamproneo (2014), as categorias gramaticais exibem efeitos prototípicos; portanto, é pertinente uma caracterização semântica dos protótipos da concessão. Conforme a autora, a categoria linguística de concessividade apresenta o que os linguistas cognitivistas denominam efeitos prototípicos, efeitos de tipicidade e centralidade graduada. Nesse sentido, as construções concessivas prototípicas são aquelas nas quais:

- i) q nega alguma expectativa gerada em p (valor apontado por muitos linguistas e gramáticos tradicionais);
- ii) O verbo de p se encontra no modo subjuntivo;
- iii) Há possibilidade de mudança de posição de p e q .

Por outro lado, as construções que exibem valores discursivos, como os de correção e restrição, comportam-se como membros não prototípicos da categoria de concessividade. Nestes casos, q não nega uma expectativa gerada em p , a maioria dos verbos de p encontra-se no modo indicativo e não é possível antepor o segmento introduzido pelo conector concessivo, que ocorre sempre em posposição. O valor de negação da expectativa é mais central na categoria da concessividade, havendo uma gradação de valores mais e menos próximos desse protótipo. Desse modo, é possível afirmar que a concessividade se comporta como uma categoria graduada, uma vez que seus membros exibem nuances de tipicidade sem deixar de ser concessivos.

No âmbito lógico-semântico de investigação das categorias, Zamproneo (2014) verifica notáveis inter-relações entre concessividade, causalidade e condicionalidade, o que permite tratar a concessividade como uma categoria conceitual que se organiza a partir de noções cognitivamente menos complexas, como causa e condição. A construção concessiva em si, a menos marcada, conforme a autora, tem uma definição lógico-semântica naturalmente implicada na zona causal-condicional, na qual se envolvem pressuposição,

implicação e inferência, e apresenta os seguintes valores: negação de expectativa, de inferência ou de implicação pressuposta (valor semântico ou lógico-semântico); oposição entre argumentos (valor argumentativo); restrição pelo segmento concessivo à asserção da oração nuclear ou a uma conclusão dela tirada e correção pela oração adverbial concessiva ao que se diz na oração nuclear (valores pragmáticos).

A implicatura causal ou condicional também pode ser demonstrada por meio de uma definição de base cognitivista segundo uma configuração que envolve o espaço mental do locutor e o do interlocutor, na qual a proposição *p* de uma construção concessiva levaria a certa conclusão que é frustrada em *q*. A partir dessa definição, passa-se para a faceta interacional (discursivo-argumentativa) da relação concessiva, uma vez que, por meio da concessão, se manifesta o embate de perspectivas que sustentam as negociações que a linguagem configura intersubjetivamente nas relações entre os homens.

De acordo com Zamproneo (2014), as noções de prototipia e não prototipia, de marcação e não marcação de construções concessivas, são relevantes para comprovar o caráter complexo dessa categoria. As funções da expressão concessiva marcadamente dialógicas e não prototípicas abordadas pela autora referem-se à expressão da concessão com a função de discordância, correção, autocorreção e restrição, que perpassam inclusive categorias fluidas, como plausibilidade, situam-se num *continuum* de pensamento e resolvem-se em gradiência. A concessividade propriamente dita e a correção podem ser considerados, conforme a autora, os dois extremos de uma escala; o valor semântico restrição seria o intermediário.

Garcia (2010), Stassi-Sé (2012), Fontes (2016), Fante (2018) e Parra (2016, 2020) estudam as relações concessivas com base no aparato teórico da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008). Esses estudos mostram que a relação concessiva pode estabelecer-se em diferentes níveis e camadas de organização da gramática.

Fontes (2016) analisa as construções com *ainda que* em português. Em seu estudo, o autor verifica qual é a natureza das relações estabelecidas por *ainda que* e discute alguns aspectos que evidenciam o estatuto gramatical dessa perífrase conjuncional. Os resultados demonstram que a forma *ainda que* é multifuncional em português e pode instaurar relações concessivo-condicionais e concessivas. Conforme o autor, essa multifuncionalidade do item em questão revela seu alto grau de gramaticalidade. Fontes (2016) utiliza como aparato teórico os trabalhos de Neves (1999), König (1985, 1986) e Haspelmath e König (1998), e a partir deles descreve as propriedades semânticas da construção [*Ainda que p, q*].

Neves (1999, 2000) e König (1985) demonstram que os limites entre as orações adverbiais condicionais, concessivas e concessivo-condicionais é muito tênue. No entanto, esses domínios semânticos podem se distinguir a depender da factualidade que evidenciam: as construções condicionais são tipicamente hipotéticas, as construções concessivas são factuais e as construções concessivo-condicionais são semifactuais. Fontes (2016) dedica maior atenção a esta última categoria, assim como também faremos na presente pesquisa.

Conforme o autor, quatro propriedades estão presentes na natureza das construções com *ainda que*: i) um antecedente concessivo contém um fato apesar do qual a proposição principal se mantém; ii) nas concessivas, a escolha do elemento disjuntivo é totalmente irrelevante para o resultado na oração principal; iii) na oração concessiva, afirma-se a verdade da oração principal, apesar da proposição contida na oração subordinada; e iv) um conectivo concessivo implica que o antecedente e o conseqüente são incompatíveis.

As construções concessivo-condicionais estão situadas num espaço nocional entre a condicionalidade e a concessividade, uma vez que carregam traços de ambos os domínios semânticos. Assim como as orações condicionais, as construções concessivo-condicionais estabelecem um vínculo condicional entre prótase (ou oração subordinada), oração que exprime condição, e a apódose (ou oração principal), oração que exprime o que é condicionado. A diferença entre condicionais e concessivo-condicionais está no fato de que, nesta última, a apódose, oração principal, articula-se a um conjunto de prótases expressas explícita ou implicitamente pela oração concessivo-condicional que se realiza por meio da oração adverbial.

Fontes (2016) retoma Haspelmath e König (1998), os quais distinguem três tipos de orações concessivo-condicionais: i) concessivo-condicionais alternativas; ii) concessivo-condicionais universais; e iii) concessivo-condicionais escalares. As concessivo-condicionais alternativas contêm uma junção de dois segmentos condicionais que se diferem pelo fato de o segundo segmento ser a versão negada do primeiro. Portanto, apresenta o seguinte esquema: [*Se (p ou não-p), então q*]. As concessivo-condicionais universais trazem uma quantificação sobre a variável expressa na prótase; nesses casos, a prótase traz uma quantificação sobre a proposição ali designada e deixa implícita uma série de outros valores – tem-se uma condição e uma quantificação. As concessivo-condicionais escalares apresentam a prótase como um valor extremo diante de um conjunto de prótases a que se relaciona a apódose, de modo que, ao declarar a condição para os casos extremos, supõe-se que ela também se aplica aos casos menos extremos.

Com relação aos traços compartilhados entre as orações concessivas e concessivo-condicionais, ambas as construções apresentam na prótase uma circunstância desfavorável à realização da apódose; já a apódose, nos dois casos, manifesta um caráter factual.

As orações com *ainda que* podem manifestar tanto o sentido concessivo-condicional quanto o sentido concessivo. Conforme o autor, quando concessivo-condicionais, articulam uma oração subordinada de caráter hipotético a uma oração principal de caráter factual. Assim, essas orações encabeçadas pela perífrase conjuncional são não factuais, isto é, designam proposições irreais, não verdadeiras, mas sim projeções possíveis para um momento futuro. Além disso, Fontes (2016) descreve tais orações como concessivo-condicionais escalares, já que a prótase expressa uma condição desfavorável como a mais extrema dentro de uma escala, e isso implica um conjunto de condições também desfavoráveis. Conforme Haspelmath e König (1998 apud FONTES, 2016), a escalaridade faz parte da natureza semântica das concessivo-condicionais, e não das concessivas.

A partir disso, o autor lança algumas considerações a respeito do estatuto gramatical dessa perífrase conjuncional. Kortmann (1997 apud FONTES, 2016, p. 134), afirma que, em algumas línguas, partículas concessivo-condicionais podem ser usadas com sentido factual, ou seja, como orações concessivas genuínas; isso explica o frequente desenvolvimento de conectivos concessivos a partir de conectivos concessivo-condicionais. Em português, explica o autor, o item *ainda*, base de formação da perífrase conjuncional *ainda que*, exibe uma natureza multifuncional. Inicialmente, apresentou um uso mais pragmatizado, correspondente a uma partícula focal aditiva (cf. KÖNIG, 1991 apud FONTES, 2016, p. 134). Nesses casos, pode-se afirmar que a função de *ainda* é assinalar a existência de uma escala pragmática ancorada no contexto em que aparece o enunciado e situar o argumento por ele introduzido no extremo superior dessa escala. Essa propriedade escalar enquadra o *ainda* entre as partículas escalares absolutas (cf. SCHWENTER; VASISHTH, 2000 apud FONTES, 2016). Por essa razão, *ainda* marca uma informação como o ponto extremo de uma escala pragmática implicada por meio do contexto.

Com base nessas considerações, Fontes (2016) afirma que é possível conjecturar que o desenvolvimento do conector concessivo-condicional *ainda que* se dá a partir da partícula escalar *ainda*. O autor distingue dois componentes envolvidos no processo de mudança linguística do item *ainda* para a forma *ainda que* concessivo-condicional: i) metáfora, em que houve uma gradativa transferência entre o significado escalar e os significados condicional e concessivo; e ii) metonímia, que reflete uma reinterpretação em que o significado escalar de

ainda, em contexto de subordinação, passa a ser reinterpretado no domínio conceitual da causalidade, na zona entre condição e concessão.

Dessa forma, o *ainda que* concessivo-condicional é avaliado pelo linguista como um estágio intermediário na formação do conectivo concessivo *ainda que*. O cline que representa as trajetórias de mudança na emergência da conjunção complexa concessiva *ainda que* seria: *ainda* partícula escalar > *ainda que* conector concessivo-condicional > *ainda que* conector concessivo. Com isso, Fontes (2016) defende que o *ainda que* concessivo apresenta um alto grau de gramaticalidade, o que pode ser evidenciado por meio de duas propriedades: i) domínios conceituais da oração encabeçada por *ainda que*; e ii) forma verbal da oração encabeçada por *ainda que*.

Com base nos domínios semânticos propostos por Sweetser (1990), Fontes (2016) postula que orações concessivo-condicionais encabeçadas por *ainda que* designam, necessariamente, conteúdos proposicionais que consistem em construtos mentais do falante – que não existem no espaço ou no tempo, mas estão presentes na mente daqueles que os criam. Dessa forma, a interpretação de construções concessivo-condicionais com *ainda que* se dá no domínio epistêmico. Além disso, podem articular-se no domínio do ato de fala; nesses casos, a oração encabeçada por *ainda que* não traz uma circunstância desfavorável à proposição expressa na oração principal, mas sim para a ordem que essa oração expressa num âmbito mais discursivo, articulando dois atos de fala.

Em relação à forma verbal da oração encabeçada por *ainda que*, Fontes (2016) retoma os estudos de Givón (2001), que faz a seguinte previsão implicacional: quanto mais integrados cognitiva e semanticamente são os eventos principal e adverbial, mais nominal – portanto, menos finito – vai aparecer, morfológicamente, o verbo da adverbial. Além da forma verbal, Fontes (2016) considera o parâmetro da dessentencialização proposto por Lehmann (1988). A dessentencialização da oração subordinada avalia o grau em que uma oração subordinada está expandida ou reduzida. No processo de redução, a oração subordinada perde propriedades de uma oração e gradualmente adquire propriedades nominais. Tempo e aspecto, por exemplo, são categoriais verbais reduzidos ou mesmo perdidos em decorrência da dessentencialização da oração subordinada (LEHMANN, 1988, p. 195 apud FONTES, 2016, p. 138). Por outro lado, o verbo se torna não finito, isto é, mais nominal. Entre as construções com *ainda que*, somente no contexto de construções concessivas ocorrem verbos reduzidos em forma nominal, afirma o autor.

O uso do verbo em forma nominal na oração concessiva com *ainda que* implica a perda de conjugação pessoal e a possibilidade de se dispensar o sujeito. Esses traços formais

demonstram um grau avançado de dessentencialização da oração subordinada e, portanto, um grau intermediário de compressão de informações lexicais e gramaticais. Além disso, a presença de um subordinador e a possibilidade de se reduzir a oração dependente mostra um alto grau de integração entre as orações na construção concessiva com *ainda que*.

A partir do exposto, Fontes (2016) conclui que a distribuição entre os domínios conceituais propostos por Sweetser (1990) e a possibilidade de redução da oração encabeçada por *ainda que* são dois traços, um semântico e o outro formal, respectivamente, que confirmam a multifuncionalidade de *ainda que* e evidenciam o alto grau de gramaticalidade do *ainda que* concessivo.

Garcia (2010) estuda as relações concessivas no português falado, com foco nas orações concessivas que se realizam através de estrutura **oracional** e **não oracional** introduzidas por conjunções concessivas. O objetivo da pesquisa é investigar se há diferenças semânticas e pragmáticas entre as diversas conjunções que estabelecem a relação concessiva partindo da hipótese de que, quando houver diferenças, elas podem estar relacionadas aos níveis e camadas que compõem a hierarquia da GDF.

A autora identifica que as conjunções *apesar de*, *apesar de que*, *apesar que*, *por mais que*, *embora*, *mesmo*, *mesmo que*, *ainda assim*, *assim mesmo* e *mesmo assim* são as que efetivamente estabelecem a relação concessiva na língua falada de acordo com o *corpus* investigado. A conjunção *apesar de* é a mais utilizada na amostra analisada, seguida por *apesar (de) que* e *embora*.

A análise revela que as relações concessivas se realizam de três formas distintas no português falado: i) antepostas; ii) pospostas; e iii) como orações independentes, que não dependem sintaticamente da oração que escopa. Além de encabeçar orações, os conectivos concessivos podem introduzir sintagmas ou advérbios para codificar a concessão. Desse modo, a autora afirma que as orações concessivas podem ocupar diferentes posições com relação à oração principal ou, ainda, ocorrer “soltas”.

Segundo a pesquisadora, a posição das orações concessivas dá indícios para sua classificação. Quando as concessivas são **antepostas** à principal, é possível relacioná-las às orações concessivas de conteúdo (segunda ordem) usando a definição de Crevels (2000), pois essas orações apresentam um evento ou estado de coisas na oração concessiva que, apesar de formar um obstáculo, não impede a realização do evento descrito na oração principal. Ainda conforme a autora, as gramáticas normalmente apontam apenas esse tipo de relação concessiva, sem mencionar os outros dois tipos por ela identificados.

A posição da oração concessiva também pode ocorrer **posposta** ao verbo da oração principal. Nesses casos, conforme a autora, há uma relação de dependência entre as duas orações; no entanto, diferentemente das concessivas antepostas, essa dependência estabelecida entre a oração principal e a concessiva posposta é de natureza interacional.

Os aspectos da interação estão relacionados às intenções comunicativas; dessa forma, é possível relacionar as orações concessivas pospostas às concessivas epistêmicas (terceira ordem) e às concessivas de atos de fala (quarta ordem), usando a terminologia de Crevels (2000) – pois elas se relacionam a crenças e conclusões a que o falante chega. Nesses casos, a segunda oração geralmente é enfatizada, conforme Garcia (2010), o que pode justificar a posposição da oração concessiva.

Nesses casos identificados como concessivas epistêmicas e de atos de fala, a oração concessiva é um conteúdo proposicional que modifica outro conteúdo proposicional, expresso pela oração principal. O conteúdo proposicional é uma camada pertencente ao nível representacional e trata-se de um construto mental, não localizável no tempo e no espaço, mas apenas na mente no falante. Além disso, pode ser avaliado em termos de atitudes proposicionais – como certeza, dúvida, crença, descrença – e/ou em termos de origem/fonte da informação transmitida, que pode emergir de um conhecimento compartilhado, de evidências sensoriais ou inferências. Dessa forma, os modificadores de conteúdo proposicional especificam as atitudes proposicionais do falante relacionadas ao tipo e ao grau de envolvimento dele com o que é expresso no enunciado. É válido destacar que o conteúdo proposicional não se limita ao falante: ele pode ser atribuído a outras pessoas (participantes) do discurso.

Além disso, Garcia (2010) avalia que, nesses casos, tanto a oração concessiva quanto a principal constituem atos discursivos, de modo que a oração principal é o ato nuclear e a oração concessiva, o ato subsidiário, havendo certa dependência entre eles. O ato subsidiário, nesse contexto, exerce a função retórica de concessão. Logo, estamos diante de uma relação que se estabelece na camada do ato discursivo, pertencente ao nível interpessoal. Esse tipo de oração concessiva pode ser introduzido pelas conjunções *apesar de*, com maior frequência, e também por *apesar que*, *embora* e *mesmo*.

Além das orações concessivas antepostas e pospostas, Garcia (2010) distingue um terceiro tipo de oração: as **independentes**, as quais não dependem sintática ou semanticamente de nenhuma outra oração. Essas orações aparecem “soltas” na construção e expressam um comentário do falante a respeito do conteúdo apresentado, constituindo uma unidade de informação à parte ou, ainda, um **parêntese**, nos termos de Jubran e Koch (2006

apud GARCIA, 2010, p. 153). Essa propriedade das orações concessivas independentes permite relacioná-las às concessivas textuais de Crevels (2000), uma vez que as orações não se relacionam, mas modificam uma unidade textual precedente. Esse tipo de relação é caracterizado por Garcia (2010) como pragmático, interpessoal, pois o falante considera relevante a emissão de uma informação ao ouvinte.

Conforme destacado por Garcia (2010), Decat (1999, 2001) classifica as concessivas independentes como “desgarradas”. De acordo com Decat (1999, 2001), essas orações não são integradas estruturalmente a outras orações, mas são opções de organização do discurso, pois servem como “guia” para manter a coesão textual.

Garcia (2010) considera esse tipo de oração concessiva como movimento na perspectiva da GDF, pois se configura como “uma contribuição autônoma para a interação contínua, uma vez que constitui uma ação ou movimento para introduzir ou modificar tópicos discursivos e levar a interação adiante” (GARCIA, 2010, p. 155). Assim, a autora entende que o falante insere a oração concessiva no discurso porque julga ser relevante do ponto de vista informacional para atingir seu propósito comunicativo. Além disso, essa inserção pode despertar uma reação no interlocutor, o que constitui as características de um movimento. Dessa forma, essas orações pertencem à camada do movimento e atuam no nível interpessoal. As conjunções concessivas que encabeçam orações independentes são: *apesar de* e *apesar que*, com maior frequência; e *embora*, *mesmo* e *mesmo que*.

Além das relações concessivas que se realizam por meio de uma estrutura oracional, Garcia (2010) salienta que há relações concessivas **não oracionais**, estruturadas por meio de sintagmas ou advérbios. Segundo a autora, a relação concessiva expressa por meio de sintagmas pode ser introduzida por *mesmo* e *apesar de*. Os sintagmas normalmente ocorrem antepostos à oração principal e constituem conteúdos proposicionais, uma vez que podem ser avaliados quanto ao valor de verdade. No entanto, é possível identificar no *corpus* analisado pela autora casos em que os sintagmas aparecem pospostos à oração que escopa e atuam como atos subsidiários – além dos casos em que ocorrem independentemente de outras orações. Esses casos são classificados como *moves*, utilizados para apresentar um novo tópico discursivo.

A relação concessiva que se estabelece por meio de advérbios pode ser introduzida por *mesmo assim*, *assim mesmo* e *ainda assim*. Nesses casos, os advérbios *mesmo* e *ainda* unem-se ao *assim* para expressar a relação concessiva. A oração concessiva é classificada como uma propriedade configuracional que modifica a oração principal.

Garcia (2010), ancorada na perspectiva discursivo-organizacional de Barth (2000), chega às funções discursivas desempenhadas pelas relações de concessão. Conforme destaca a autora, as mesmas funções apresentadas por Barth (2000) para o inglês se aplicam ao português falado e estão intimamente relacionadas à posição, aos níveis e às camadas em que atuam as orações concessivas. O quadro abaixo resume níveis, camadas, posições, domínios e funções das relações concessivas analisadas por Garcia (2010).

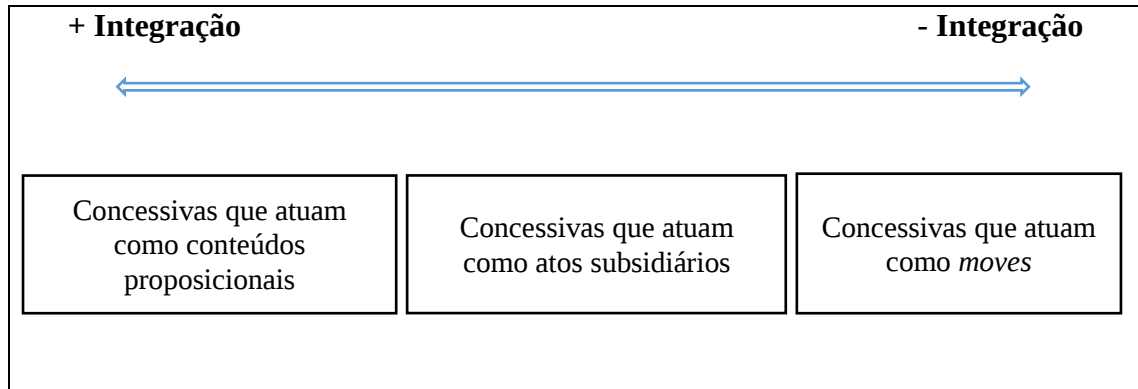
Quadro 12 – Níveis de atuação, camadas, posições e funções discursivas conforme Garcia (2010)

Nível	Camada	Domínio	Posição	Função discursiva
Representacional	Conteúdo proposicional	Conteúdo (segunda ordem)	Anteposta. Conector utilizado: <i>apesar de, apesar que, por mais que, embora, mesmo ou mesmo que.</i>	Prevenir possíveis objeções do ouvinte que poderiam invalidar o que foi afirmado.
Interpessoal	Ato discursivo	Epistêmico (terceira ordem) e atos de fala (quarta ordem)	Posposta. Conector utilizado: <i>apesar de, apesar que, embora e mesmo.</i>	Corrigir o que foi anteriormente afirmado ou uma possível interpretação equivocada do ouvinte; preservação da face.
	Movimento	Textual (quinta ordem)	Independente. Conector utilizado: <i>apesar de, apesar que, embora, mesmo, mesmo que.</i>	Preservação da face; acrescentam informação nova contrária à afirmada anteriormente.

Fonte: própria autora (2022).

Além dessa classificação das orações concessivas, Garcia (2010) propõe um **cline de sentencialização** para representar o grau de integração entre a oração concessiva e a oração principal em relação a cada tipo de relação concessiva, conforme o esquema 8, abaixo:

Esquema 8 – Cline de sentencialização



Fonte: própria autora, adaptado de Garcia (2010, p. 164).

Esse cline indica um *continuum* que se inicia com as concessivas que constituem conteúdos proposicionais – as quais codificam um alto grau de integração entre as orações subordinada e principal –, passa pelas concessivas que constituem atos subsidiários – que apresentam um grau moderado de integração entre as orações – e termina nas orações concessivas que constituem movimento – que se apresentam como independentes de qualquer outra oração.

Outra descoberta relevante da autora é o fato de algumas conjunções estarem se especializando em introduzir determinadas camadas, como acontece com *apesar de* e *mesmo*, que introduzem predominantemente conteúdos proposicionais no nível representacional, e *apesar que*, *embora* e *mesmo que*, que parecem estar se especializando em introduzir movimentos no nível interpessoal.

Nos dados analisados pela autora, as concessivas que constituem movimentos são as mais recorrentes, seguidas pelas que atuam como atos discursivos e, depois, pelas que representam conteúdo proposicional. Outro dado importante revelado pela pesquisa é que uma mesma conjunção pode introduzir relações concessivas em níveis e camadas distintos, ao contrário do que propõem Hengeveld (1996) e Crevels (1998) para as línguas europeias (GARCIA, 2010, p. 169).

Nesse sentido, não necessariamente as relações concessivas que constituem entidades mais baixas aparecerão com verbos na forma não finita e concessivas que pertencem a entidades mais altas aparecerão com verbos na forma finita. Como afirma a pesquisadora, a

conjunção *apesar de*, embora exija o verbo em sua forma infinitiva (não finita), pode introduzir movimento, ato discursivo ou conteúdo proposicional – este último é o mais frequente entre as relações concessivas. Assim, a forma verbal finita ou não finita não está estritamente relacionada à camada de atuação, como propuseram Hengeveld (1996) e Crevels (1998) ao estudar as línguas europeias.

O estudo de Garcia (2010) traz uma importante contribuição para a tipologia das construções adverbiais concessivas, pois demonstra que há diferentes relações concessivas as quais podem atuar em distintos níveis e camadas de organização da GDF. Além disso, a pesquisa evidencia que cada tipo de construção concessiva cumpre um propósito comunicativo diferente e que tais diferenças entre elas se manifestam por meio da conjunção escolhida, da forma utilizada para realizar a concessão (oracional ou não oracional) e da posição escolhida para a oração concessiva (anteposta, posposta ou independente).

Stassi-Sé (2012) estuda as orações introduzidas por *porque* (explicação), *apesar de* (*que*), *embora* (*que*), *mesmo* (*que*) (concessão), *como* (modo) e *se* (condição) que não apresentam dependência morfossintática e semântica em relação a uma oração principal nas variedades lusófonas do português falado. A autora foca nas orações independentes, tipo oracional já identificado nos estudos de Garcia (2010). Stassi-Sé (2012) chama as orações independentes de **subordinadas discursivas**, uma vez que essas construções são interpretadas como porções textuais que constituem movimentos e, apesar de se apresentarem de forma semelhante às orações subordinadas adverbiais, não estabelecem nenhuma relação de dependência com as orações anteriores ou posteriores a elas. Além disso, esses movimentos são destacados prosodicamente por pausas, por atos interativos ou por ambos.

Conforme Stassi-Sé (2012), não há uma relação de dependência entre orações, mas existe uma estrutura composta por orações de estatutos diferentes (oração + oração encaixada). Com base em Decat (1999), a autora compreende as orações independentes como organizadoras do discurso, visto que as construções concessivas independentes parecem codificar funções discursivas que revelam a interferência do falante na organização do discurso. Nas construções independentes, a conjunção não relaciona orações, mas sim porções textuais maiores, o que confere coesão e coerência ao enunciado. Logo, tais construções pertencem ao domínio do discurso, e não da oração, uma vez que as conjunções introduzem porções textuais discursivas maiores que orações – essa é uma particularidade das orações independentes que as difere das subordinadas adverbiais.

Essa característica evidencia que as orações independentes atuam em camadas mais altas do nível interpessoal que não a do ato discursivo, como ocorre com as subordinadas

adverbiais. Tal fato revela que a natureza da concessão expressa por uma oração independente é diferente da concessão expressa por uma oração subordinada. A análise da autora também identifica que essas construções impulsionam o discurso, ou seja, estimulam sua continuação e contribuem para o prosseguimento da relação interpessoal.

Os resultados da pesquisa de Stassi-Sé (2012) mostram que as construções independentes assumem uma função no discurso e são atribuídas à camada do movimento. Logo, entende-se que essas orações ocorrem no plano discursivo devido à sua função de contribuir para a interação ao estabelecer uma relação entre movimentos. Então, no caso das orações concessivas independentes, o movimento inserido por elas introduz uma informação nova, considerada importante e que contrasta com o conteúdo proferido anteriormente. Por causa disso, a autora propõe um olhar mais amplo para o contexto em que essas construções se originam e afirma que sua análise não deve se ater ao plano das orações, mas ao plano da relação entre movimentos.

De modo geral, considerando as funções discursivas de preservação da face e de organização do discurso dessas orações, a autora propõe a seguinte interpretação para o fenômeno abordado: i) pelo fato de não dependerem de uma oração principal para se estabelecer no discurso, as orações independentes não podem ser consideradas subordinadas adverbiais concessivas; ii) como não estabelecem relação de dependência sintática e semântica entre orações, as conjunções que encabeçam essas orações apresentam um uso diferente no discurso; iii) esse fenômeno não é determinado no nível morfossintático, como ocorre com as orações subordinadas adverbiais concessivas, mas no nível interpessoal; e iv) sua relação de dependência não ocorre no nível sentencial, mas no nível do discurso.

A pesquisa de Stassi-Sé (2012) comprova que as orações discursivas independentes são determinadas no nível interpessoal, pois constituem movimentos. No entanto, os movimentos instaurados pelas orações iniciadas por *apesar de (que)*, *embora (que)* ou *mesmo (que)* são orientados pela função interacional de **organização discursiva**, e não por atos discursivos, orientados por funções retóricas, como ocorre na subordinação adverbial.

É importante ressaltar, conforme Stassi-Sé (2012), que a função interacional não é equivalente à função retórica nem à função pragmática, pois ocorre entre movimentos centrais e subsidiários – enquanto a função retórica se estabelece mediante a relação de dois atos discursivos, um nuclear e um subsidiário. A função pragmática, por sua vez, ocorre dentro de um ato discursivo e é atribuída a subatos de atribuição e de referência ou a um conteúdo comunicado. Como se pode notar, cada função é atribuída a uma camada do nível interpessoal.

Diante de todas essas particularidades, a autora conclui que essas conjunções, quando introduzem orações independentes, apresentam um uso discursivo que não é típico das conjunções subordinadas que expressam a função retórica de concessão ou a função semântica de contrariedade entre uma oração subordinada e uma oração principal. Ao invés disso, elas codificam uma função interacional.

Por essa razão, a autora propõe que seja incorporada à arquitetura da GDF uma camada mais alta que a do movimento no nível interpessoal: a camada do **discurso**, que seria responsável por conter um ou mais movimentos ou reações que constituem diferentes turnos. Segundo a autora, essa implementação na teoria da GDF seria muito útil para explicar o uso discursivo dessas conjunções e abrigar as funções interacionais: **adendo** para as conjunções *apesar de (que)*, *embora (que)* ou *mesmo (que)* (concessão), que se afastam do conteúdo, sem, no entanto, focar no interlocutor; **transição** para a conjunção *porque* (explicação), que privilegia conteúdo; **resgate** para a conjunção *como* (modo/conformidade), que tem como foco o ouvinte; e **salvaguarda** para a conjunção *se* (condição), que enfoca o falante.

Parra (2016) examinou as orações concessivas introduzidas por *aunque* nos dados do espanhol peninsular atual em textos orais e escritos. Os resultados da autora evidenciam que as concessivas inseridas por *aunque* no espanhol podem atuar tanto no nível representacional, na camada do conteúdo proposicional, quanto no nível interpessoal, nas camadas do ato discursivo ou do movimento, como comprovado por Garcia (2010, 2014) e Stassi-Sé (2012) para as orações concessivas do português. No entanto, o trabalho de Parra (2016) revela um novo tipo de oração concessiva, que exerce a função de **modificador interpessoal** e atua na camada da ilocução, também no nível interpessoal.

De acordo com Parra (2016), o uso diversificado da concessão por meio da conjunção *aunque* em espanhol se justifica pelo fato de a conjunção estabelecer relações tanto interpessoais quanto semânticas. A frequência de ocorrência das orações concessivas entre as camadas de organização da GDF para a língua falada e para a língua escrita são semelhantes: a grande maioria se realiza na camada do conteúdo proposicional, o que de certa forma é esperado, pois tais concessivas correspondem às orações concessivas prototípicas, de acordo com as definições mais tradicionais. Seguidas das concessivas que atuam na camada do conteúdo proposicional, aparecem as orações concessivas que se constituem na camada do ato discursivo e, depois, as concessivas de movimento. As concessivas que atuam como modificador interpessoal ocorrem especificamente na modalidade falada do espanhol e com frequência muito semelhante à das orações concessivas que se constituem movimentos.

Conforme Parra (2016), nesse tipo de concessão, a oração concessiva atua sobre o modo como a oração principal é enunciada, isto é, sobre sua força ilocucionária. Portanto, ela modifica uma ilocução, como é possível observar no exemplo abaixo:

19) A: *muy bien// **aunque eres joven** pero/ ¿hay algo que te hubiera gustado hacer que no hayas hecho?*

A: *muito bem, **embora** você seja jovem, há algo que você gostaria de ter feito e que não fez?* (PARRA, 2016, p. 123).

A autora explica que, numa construção como essa, não seria adequado o falante perguntar sobre o que ele gostaria de ter feito, uma vez que ele próprio reconhece por meio da oração concessiva que o seu interlocutor ainda é jovem e tem muito o que viver. Mas com o objetivo de preservar sua face e incentivar o interlocutor a responder ao seu questionamento, o falante emite a oração concessiva, reconhece que o interlocutor é jovem, coloca a informação como conhecida de todos e profere o ato interrogativo.

Conforme Parra (2016), essas orações concessivas atuam como modificadores interpessoais porque indicam ao ouvinte o modo como a ilocução deve ser interpretada. Em razão disso, no exemplo acima, ao reconhecer por meio da oração concessiva que o ouvinte é jovem e em seguida lançar a interrogação, o falante sugere que o ouvinte, ao responder, deve desconsiderar o fato de ser ainda jovem. Os dados da autora revelam que, além de modificar uma ilocução interrogativa, as orações concessivas introduzidas por *aunque* no espanhol podem modificar ilocuições imperativas e exortativas. Todas essas modificações ilocutivas ocorrem dentro de uma camada mais ampla: a do ato discursivo.

Os estudos de Garcia (2010), Stassi-Sé (2012) e Parra (2016) evidenciam que a relação concessiva pode estabelecer-se nos níveis representacional e interpessoal da GDF. No nível representacional, a relação concessiva atua na camada do conteúdo proposicional. Conteúdos proposicionais apresentam uma natureza epistêmica, uma vez que relacionam itens do conhecimento do falante. Nesses casos, a oração concessiva opera como um modificador do núcleo da oração principal e recebe a função semântica de concessão.

No nível interpessoal, a concessão pode atuar tanto na camada do ato discursivo quanto na do movimento. Na camada do ato discursivo, a oração concessiva realiza-se como uma ressalva que recai sobre um ponto ou mesmo sobre toda a oração principal. Nesses casos, segundo Parra (2016), a oração concessiva é proferida com a intenção de evitar uma interpretação equivocada do ouvinte ou possíveis contra-argumentos. Nesse tipo de oração

concessiva, o que é expresso na oração principal constitui-se de um ato nuclear ao qual se opõe o conteúdo da oração concessiva por meio de um ato subsidiário. Nessa camada, as orações concessiva e principal são atos distintos, o que pode ser comprovado por meio do acréscimo da expressão performativa “eu admita que” na oração concessiva. Assim, as orações concessivas podem recair sobre todo o ato discursivo nuclear ou estabelecer uma ressalva, agindo sobre um elemento do conteúdo expresso no ato nuclear. Quando atua como ressalva, a oração concessiva transmite uma correção: o falante avalia algo como incorreto e lança mão da oração concessiva para emitir a correção. Segundo Parra (2016), essa atuação da oração concessiva corresponde a uma **concessão metalinguística**.

Ainda no nível interpessoal, foram observadas orações concessivas que atuam na camada do movimento em português, conforme Garcia (2010, 2014), Stassi-Sé (2012) e Parra (2016), e que constituem um fragmento comunicativo completo. O movimento pode ser identificado utilizando-se a noção de tópico discursivo, como idealizado por Jubran (2006), pois essa camada apresenta uma temática central; logo, todos os atos discursivos que a compõem apresentam tópicos discursivos em comum. Parra (2016) explica que, nesses casos, a oração concessiva introduzida por *aunque* funciona como uma inserção no discurso. Dessa forma, o movimento inserido pela conjunção interrompe o movimento anterior que, no entanto, é retomado logo depois. Essa inserção, conforme as autoras, configura-se como um parêntese. As orações concessivas que atuam nessa camada são, portanto, fragmentos comunicativos isolados ou, nos termos de Decat (1999), orações “desgarradas” – ou, como denominou Garcia (2010, 2014), orações independentes. Assim como as orações concessivas que ocorrem na camada do ato discursivo, aquelas que se constituem na camada do movimento não estão subordinadas a uma oração principal, pois são independentes sintática e semanticamente de outra oração. Por outro lado, as concessivas do ato discursivo estão relacionadas pragmaticamente a um ato nuclear; as concessivas da camada do movimento, diferentemente, se relacionam a unidades discursivas maiores e atuam como uma estratégia de organização textual.

Além desses três tipos de orações concessivas, Parra (2016) identificou um quarto tipo de concessão: aquela que atua na camada da ilocução, também no nível interpessoal. Nesse tipo, a oração concessiva atua sobre o modo como a oração principal é enunciada, isto é, sobre sua força ilocucionária; portanto, ela modifica uma ilocução. A autora explica que essas orações concessivas atuam como modificadores interpessoais porque indicam ao ouvinte o modo como a ilocução deve ser interpretada; a modificação ilocutiva ocorre dentro de uma camada mais ampla: a do ato discursivo.

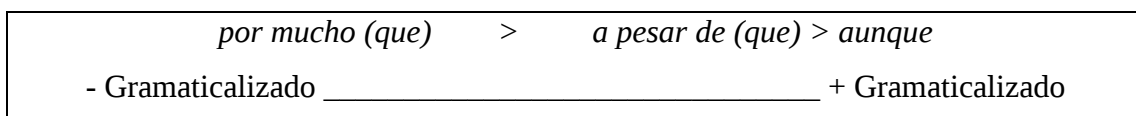
Parra (2020), ao estudar o fenômeno concessivo de uma perspectiva diacrônica, formula a seguinte hipótese com base nos resultados do trabalho anterior: os usos de *aunque* demonstram uma trajetória de gramaticalização que se inicia com um uso semântico e se encerra com os usos pragmáticos desse jutor. Além disso, a autora postula que essa trajetória pode estender-se aos demais jutores concessivos do espanhol peninsular. A grande contribuição desse segundo estudo é a investigação mais abrangente das relações concessivas em espanhol a partir de uma perspectiva que as considera em três diferentes estágios da língua.

Parra (2020) propõe-se a verificar a trajetória de gramaticalização dos jutores *aunque*, *a pesar de (que)* e *por mucho (que)* em três fases do espanhol: antiga, média e moderna, por meio de critérios discursivos, pragmáticos semânticos e morfossintáticos, fundamentando a pesquisa nos pressupostos da teoria da GDF e da teoria da gramaticalização clássica. A autora verifica que, apesar de apresentarem suas particularidades, os três jutores surgem como marcadores de função semântica no nível representacional, atuando na camada do conteúdo proposicional – e, ao longo do tempo, expandem seus usos para marcadores de função retórica na camada do ato discursivo e como marcadores *push* na camada do movimento no nível interpessoal, o que se verificou com *aunque* e *a pesar de (que)*.

Segundo a autora, apesar das origens diferentes, os itens *aunque*, *a pesar de (que)* e *por mucho (que)* passaram por mudanças semelhantes durante o processo de gramaticalização. *Aunque* e *a pesar de (que)* passaram por mudanças semânticas que geraram uma maior abstratização do seu uso. Conforme a autora, ao longo do tempo esses elementos ampliaram seu escopo no que se refere a níveis e camadas de atuação por meio do fortalecimento da função pragmática e das generalizações dos contextos de uso – e adquiriram maior liberdade sintática.

Os dados permitem a descrição da seguinte trajetória de gramaticalização para esses jutores:

Esquema 9 – Trajetória de gramaticalização de *aunque*, *a pesar de (que)* e *por mucho (que)*



Fonte: própria autora, conforme Parra (2020, p. 199).

Segundo Parra (2020), o estágio de gramaticalização de cada jutor se evidencia quando se observa o período em que eles começam a atuar nas camadas de níveis mais altos

da GDF. *Aunque* passa a ocorrer na camada do ato discursivo (nível interpessoal) ainda em sua fase antiga, e esse uso é intensificado nos períodos médio e moderno. *A pesar de (que)* também experimenta mudanças de conteúdo quando começa a marcar a função retórica de concessão na fase média e passa a ocorrer na camada do movimento já na fase moderna. *Por mucho (que)* também amplia seu escopo e passa a relacionar atos discursivos na fase média e moderna. Não se verificaram casos em que *por mucho (que)* relaciona movimentos; com base nisso, a autora postula que esse juntor está num estágio de gramaticalização mais recente quando comparado aos outros.

Ainda com relação aos estudos sobre concessão em espanhol, destacamos Fante (2018), que investiga as orações introduzidas por *incluso si* no espanhol peninsular escrito. De acordo com a pesquisadora, as orações iniciadas por essa locução são consideradas híbridas na literatura linguística, porque sobrepõem os valores de condição e concessão. Por esse motivo, são denominadas concessivo-condicionais escalares, pois partilham com as concessivas a quebra de uma expectativa e, com as condicionais, o sentido hipotético; além disso, o *incluso si* traz para o sentido da construção a noção de escalaridade, uma vez que essas orações estabelecem seu escopo no ponto mais alto de uma escala de possibilidades.

Fante (2018) fundamenta-se na perspectiva teórica da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) e tem como hipótese a pressuposição de que as estruturas com *incluso si* não são híbridas devido ao fato de a partícula *incluso* caracterizar-se como um operador enfático que escopa toda uma oração condicional encabeçada por *si*, e que essas estruturas são formuladas em níveis e camadas mais altos da hierarquia proposta pela GDF. Logo, a autora busca descaracterizar as orações com *incluso si* como construções híbridas ao postular que se trata, na verdade, de um tipo específico de oração condicional: as condicionais enfatizadas.

Conforme a autora, *incluso* atua como um operador enfático e não acompanha necessariamente a conjunção *si* em todos os casos. No nível representacional, formula-se a relação condicional, uma vez que *incluso* é retirado e, por isso, se perde a contrajunção. No nível interpessoal, a intenção do falante é enfatizar o conteúdo introduzido por *incluso si*. Nesses casos, o uso do operador é indispensável, pois o objetivo do falante é introduzir o pior obstáculo possível dentro de uma escala. Logo, as relações de contraste e ênfase tornam-se evidentes e fundamentais.

Segundo Fante (2018), a ênfase é uma categoria pragmática relevante dentro da GDF, pois se caracteriza como uma das estratégias utilizadas pelo falante para atingir sua intenção comunicativa uma vez que intensifica um constituinte ou uma expressão linguística inteira. Por ser uma função pragmática, a ênfase é formulada no nível interpessoal da GDF.

As escalas pragmáticas, como pontua a autora, são significativas para o locutor que as usa a fim de conduzir sua argumentação e para o interlocutor que as interpreta para compreender as declarações do seu parceiro. Fante (2018) associa o valor escalar de *incluso si* no espanhol ao valor que König (1985, 1986), Sweetser (1990) e Haspelmath e König (1998) atribuem para o *even if* em inglês: apresentar o grau mais alto e mais forte em uma escala. Percebe-se que o mesmo valor atribuído para *incluso si*, no espanhol, e *even if*, no inglês, também é veiculado pela locução *nem que* e pelo conector *nem* no presente estudo.

As análises de Fante (2018) revelam que as orações encabeçadas por *incluso si* no espanhol escrito apresentam três tipos de relações: i) estabelecem uma relação semântica entre orações, como prescrevem as gramáticas espanholas; ii) estabelecem uma relação interpessoal entre as orações, e podem ocupar diferentes posições; e iii) podem ocorrer sintaticamente independentes de uma oração principal. Nos itens (ii) e (iii), a autora constatou que a relação estabelecida por *incluso si*, diferentemente de (i), diz respeito a uma relação pragmática.

De acordo com a autora, quando estabelece uma relação semântica (i), *incluso si* atua como modificador de um conteúdo proposicional e recebe a função semântica de condição. Nesses casos, *incluso* se configura como um elemento focalizador com a conjunção condicional *si*, que pode focalizar outros termos dentro de uma oração.

Os testes realizados pela autora comprovam que a relação entre *incluso* e *si* é não composicional, uma vez que *incluso* pode ser alocado em outras posições na oração, ser substituído por outro marcador discursivo como *es más* ou mesmo ser excluído da construção, cujo valor condicional permanece. Quando *incluso* é alocado em outro lugar na construção, observa-se que a ênfase recai sobre outro constituinte, e não mais sobre a hipótese; quando é excluído, a ênfase e a suposta oposição se perdem.

Na relação de natureza pragmática (ii), estabelecida entre duas orações, *incluso si* exerce a função de adendo, uma vez que o falante insere um comentário, introduzido por essa locução, a respeito de algo que foi dito anteriormente. Nessa situação, *incluso si* relaciona dois atos discursivos.

Na GDF, os atos discursivos incentivam o falante a continuar a interação; essa estratégia é reconhecida pela teoria como **função retórica**. Nesses casos, Fante (2018) mostra que a função retórica exercida por *incluso si* é de concessão, uma vez que seu propósito comunicativo é o de fazer uma ressalva ou explicação para justificar o ato discursivo subsidiário enunciado anteriormente por um ato discursivo nuclear, com a intenção de conceder algo. Outro fato que confirma a função retórica de concessão é que, quando se retira

incluso, a oração fica inaceitável do ponto de vista do sentido. Além disso, a autora observou que *incluso si*, nesses usos, pode ser substituído por *aunque* + subjuntivo.

A relação do tipo (iii) veiculada por *incluso si*, também de natureza pragmática, corresponde às orações independentes, que não se subordinam a uma oração principal. Conforme Fante (2018), essas orações exercem a função de impulsionar o discurso, provocando uma reação no interlocutor, o que é reconhecido pela GDF como movimento – nesses casos, constituído por um único ato discursivo.

Nesses usos, *incluso* não pode ser desvinculado de *si*, como ocorre quando essa locução relaciona dois conteúdos proposicionais, pois perde seu sentido original. Nesse tipo de relação, *incluso* recai sobre o conteúdo comunicado do ato discursivo que compõe o movimento e é significativo para o contexto. Isso evidencia que *incluso* exerce a função de denotar um sentido escalar e enfático que, vinculado à conjunção *si*, gera uma hipótese contrastiva considerada a pior possibilidade dentro de uma escala. Logo, essas orações, afirma a autora, apesar de não serem as mais frequentes, exercem a função interacional de adendo na medida em que inserem uma informação contrária e hipotética ao que vinha sendo dito.

O quadro abaixo resume os resultados obtidos a partir da análise de Fante (2018):

Quadro 13 – Níveis, camadas de atuação e funções exercidas por *incluso si* no espanhol peninsular escrito, de acordo com Fante (2018)

Nível	Camada	Função
Interpessoal	Movimento	Adendo
	Ato discursivo	Retórica de concessão
Representacional	Conteúdo proposicional	Semântica de condição

Fonte: própria autora (2022).

A pesquisadora assinala que as orações encabeçadas por *incluso* + *si* no espanhol escrito tendem a atuar nas camadas mais altas dos níveis interpessoal e representacional. No nível representacional, apresentam a função semântica de condição ao articular conteúdos proposicionais. No nível interpessoal, é formulada a função retórica de concessão, ao relacionar atos discursivos, ou a função interacional de adendo, ao relacionar movimentos.

A autora explica que, na perspectiva discursivo-funcional, a partícula *incluso* se caracteriza como operador de ênfase e, como tal, pode modificar todas as camadas dos níveis interpessoal e representacional. Logo, um operador de ênfase intensifica, por meios lexicais ou gramaticais, um constituinte ou a expressão linguística por completo. Ao intensificar a

informação por ele inserida, essa informação é proferida como o argumento mais forte dentro de uma escala de possibilidades.

Os resultados revelam que a composicionalidade de *incluso si* está relacionada ao tipo de estrutura que ele articula: no nível representacional, nota-se que *incluso* e *si* são independentes porque, quando *incluso* é suprimido, a oração condicional permanece semanticamente inalterada. No nível interpessoal, a locução é menos composicional, uma vez que o propósito do falante é inserir uma informação contrastiva enfatizada.

Olbertz, Garcia e Parra (2016), a partir dos pressupostos da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), também analisam o uso da conjunção *aunque* em obras literárias espanholas – restrito às cláusulas que apresentam o verbo em sua forma finita; nesses contextos, são possíveis os modos verbais indicativo e subjuntivo na prótase. Vejamos os exemplos apresentados:

20) *En cuanto a mí, **aunque mi nombre es Marcos**, Don Fortunato me llamaba Zaratustra.* (Merino)

*E quanto a mim, **embora meu nome é Marcos**, Don Fortunato me chamava Zaratustra* (Merino) (OLBERTZ; GARCIA; PARRA, 2016, p. 92).

21) *[Monólogo interior del protagonista, lleno de odio de su interlocutor]*

*Julio no le engañaría, **aunque lo intentase**.* (Pombo)

[Monólogo interior do protagonista, cheio de ódio do seu interlocutor]

*Julio não lhe enganaria, **embora ele tentasse**.* (Pombo) (OLBERTZ; GARCIA; PARRA, 2016, p. 92).

As autoras defendem que, em (20), a oração concessiva “*aunque mi nombre es Marcos*” usa o verbo no modo indicativo, enquanto no exemplo (21) a prótase “*aunque lo intentase*” traz o verbo no modo subjuntivo. O caráter hipotético do conteúdo expresso pela prótese em (21) explica o uso do subjuntivo. Para Olbertz, Garcia e Parra (2016), as orações concessivas hipotéticas, como a apresentada acima (21), costumam ser denominadas concessivo-condicionais por autores como König (1985) e Haspelmath e König (1998).

A partir do exposto, as linguistas se dedicam a diferenciar as orações concessivas daquelas concessivo-condicionais e a investigar os tipos de entidades semânticas ou pragmáticas representadas pelas orações concessivas e concessivo-condicionais a partir dos domínios propostos por Sweetser (1990).

Conforme Olbertz, Garcia e Parra (2016), as orações concessivas prefaciadas por *aunque* podem ocorrer no domínio de conteúdo de Sweetser (1990), que equivale a um estado de coisas na gramática de Hengeveld e Mackenzie (2008); nesses casos, a prótase modifica um evento. Em outros contextos, essas orações podem modificar todo um conteúdo proposicional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), o que, na classificação de Sweetser (1990), corresponde às orações que atuam no domínio epistêmico, pois nesses casos a prótase está relacionada ao conhecimento de mundo do falante. Segundo as autoras, esses dois tipos de orações concessivas têm a propriedade em comum de afetar de alguma forma o conteúdo descrito na oração principal; por isso, denominam essas orações de “concessivas descritivas”.

Além das concessivas descritivas, as autoras também reconhecem os casos em que a apódose representa um ato ilocutivo e a prótase serve como atenuação retórica, o que indica que o falante está consciente do insucesso de seu ato na interação verbal e que, normalmente, ele não deveria realizar esse ato. De acordo com as autoras, de um ponto de vista sintático, a prótase é independente da apódose. Nessas orações, a oração concessiva é, portanto, sintaticamente independente da oração principal, uma vez que a relação estabelecida entre as orações se dá no nível interacional, como postulam Hengeveld e Mackenzie (2008). Esse tipo de oração concessiva, conforme Crevels (1998), é chamada de “concessiva ilocutiva”, que se diferencia da “concessiva textual”, haja vista que o alcance desta é mais amplo: nas concessivas textuais não há uma relação entre orações, mas sim entre a oração concessiva e porções textuais.

Tanto as concessivas ilocutivas quanto as concessivas textuais têm a propriedade de se referir ao ato de enunciação, ou seja, às estratégias do falante na interação verbal. A esses outros dois tipos de orações concessivas, Olbertz, Garcia e Parra (2016) denominam “concessiva interpessoal”, seguindo a terminologia de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Com relação a essa pesquisa, nos interessam as orações concessivo-condicionais, pois pertencem a um grupo escalar e compartilham propriedades tanto com as concessivas quanto com as condicionais: a prótase concessivo-condicional é hipotética, assim como nas condicionais, e o conteúdo da oração concessiva descreve uma expectativa contrária ao conteúdo que é expresso na apódose, como nas orações concessivas. Esse tipo de oração concessivo-condicional também é nomeado de condicional irrelevante, uma vez que seu conteúdo é hipotético e o conteúdo transmitido pela oração principal é sempre factual. Na explanação desse tipo de oração, as autoras mencionam primeiramente as propriedades condicionais e, em seguida, as propriedades concessivas presentes nesse tipo de construção com *aunque*.

Uma primeira propriedade condicional das orações concessivo-condicionais escalares é a de especificar uma série de valores possíveis, assinalando uma relação condicional frente a um valor extremo numa escala imaginária. O que vem descrito na apódose também se aplica, por meio de uma relação de implicação, as condições menos extremas, como evidenciam as autoras no exemplo abaixo:

- 22) [*de una carta de amor*] *Rocío es usted, únicamente usted, y **aunque en su tierra existan cientos de Rocíos**, para mí, desde hace tres meses, no hay más que una.* (*Delibes*)
 [*de uma carta de amor*] *Rocio é você, só você, e **embora haja centenas de Rocíos em suas terras**, para mim, há três meses, só houve uma.* (*Delibes*) (OLBERTZ; GARCIA; PARRA, 2016, p. 106).

No exemplo (22), a prótase concessivo-condicional escalar “*aunque en su tierra existan cientos de Rocíos*” expressa uma condição extremamente improvável; é claro que a singularidade da destinatária também permaneceria se houvesse apenas dezenas, cinco ou mesmo nenhuma outra Rocío em sua terra. O exemplo também evidencia a função discursivo-pragmática das concessivo-condicionais escalares, que consiste em enfatizar o conteúdo comunicado. As linguistas explicam que enquanto a concessão é uma relação entre duas unidades linguísticas – e, portanto, em termos discursivo-funcionais, se realiza como uma função semântica (de concessão) –, a hipótese é propriedade de uma única unidade linguística; por isso, é expressa como um operador (de hipótese). Esse operador sempre opera sobre uma proposição, uma vez que as hipóteses não podem ser colocadas no tempo ou no espaço, ou seja, não são aplicáveis a estados de coisas, mas sim a construtos mentais. O que as funções e operadores têm em comum é que eles possuem uma expressão gramatical. Nesse caso, o efeito combinado da função concessiva e do operador hipotético resulta na combinação da conjunção *aunque* com o modo subjuntivo do verbo.

A segunda propriedade tipicamente condicional das orações concessivo-condicionais escalares é que elas podem expressar tanto condições reais/factuais, assim como vimos no exemplo apresentado acima, como condições irreais:

- 23) [*Un guerrillero se esconde en un pajar*]
*Pero ni **aunque cosieran el pajar de extremo a extremo con palos y guadañas** podrían encontrarme.* (*Llamazares*)

[Um guerrilheiro se esconde em um palheiro]

Mas **mesmo que costurassem o palheiro de ponta a ponta com paus e foices** não conseguiam me encontrar. (Llamazares) (OLBERTZ; GARCIA; PARRA, p. 106).

No exemplo (23), a oração concessivo-condicional escalar “*aunque cosieran el pajar de extremo a extremo con palos y guadañas*” se realiza com o imperfeito do subjuntivo e remete, portanto, a um conteúdo contrafactual. Nesse sentido, Olbertz, Garcia e Parra (2016) subclassificam as orações concessivo-condicionais escalares em potenciais ou contrafactuais.

Conforme as pesquisadoras, quanto às distinções entre construções concessivo-condicionais e concessivas, apesar de, em geral, as propriedades semânticas e pragmáticas das concessivas também serem aplicáveis às concessivo-condicionais, existem diferenças notáveis no que diz respeito ao escopo entre os dois tipos, tanto no uso descritivo quanto no interpessoal.

Em seu uso descritivo, o escopo da prótase concessivo-condicional pode ser um conteúdo proposicional, mas também um estado de coisas, o que não acontece com as construções concessivas.

Uma categoria específica de cláusulas concessivo-condicionais, conforme pontuam as autoras, são aquelas do tipo *aunque (solo) sea* (embora seja apenas), que expressam uma “condição mínima” como apontado por Camarero (1999, p. 198) e Rae (2009, p. 3604 apud OLBERTZ; GARCIA; PARRA, 2016, p. 107). Nestes casos, a prótase não estabelece um contraste com uma apódose, mas a cláusula concessivo-condicional serve exclusivamente para descrever uma propriedade, em termos predicativos ou adverbiais, de um elemento nominal ou verbal da frase. Considere o seguinte exemplo dado pelas autoras:

24) *Lo invitaré, aunque solo sea por cortesía.*

Vou convidá-lo, embora seja apenas uma cortesia. (RAE, 2009, p. 3604 apud OLBERTZ; GARCIA; PARRA, 2016, p. 107).

A condição mínima hipotética é o valor extremo de uma escala característica das concessivo-condicionais, sendo esse valor mínimo atípico da propriedade designada pelo elemento modificado. É nesse sentido que a prótase concessivo-condicional expressa um contraste com o que seria esperado **em circunstâncias normais**, pois convidar alguém apenas por cortesia é um convite **mínimo** no sentido de ser feito com má vontade ou mesmo sem

vontade. Ao convidar alguém para algum evento, o que se espera é que de fato a pessoa que fez o convite queira uma companhia, e não o faça simplesmente por educação.

No que diz respeito às concessivo-condicionais interpessoais, as pesquisadoras não encontraram nenhum caso no *corpus* analisado, mas afirmam que elas se limitam a modificar atos discursivos.

O estudo revela que o mais interessante nas construções concessivo-condicionais é que elas têm propriedades da concessão, relação que se estabelece no nível interpessoal, e da condição, que, como a hipótese, é uma propriedade proposicional. Para dar conta dessas propriedades na GDF, tanto o nível interpessoal quanto o representacional devem ser considerados. O estudo de Olbertz, Garcia e Parra (2016) é norteador para esta pesquisa, uma vez que a grande maioria dos sentidos estabelecidos pela locução *nem que* e pelo conector *nem* no *corpus* analisado é concessivo-condicional e, dentre eles, também identificamos casos concessivo-condicionais de condição mínima.

Os estudos apresentados convergem ao caracterizar o fenômeno concessivo a partir de análises funcionalistas e pesquisas ancoradas na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008). É possível perceber que há semelhanças tanto na forma quanto no conteúdo das orações concessivas em inglês, espanhol e português. Na presente pesquisa, assumem-se as definições de König (1994) e Hengeveld e Mackenzie (2008).

Para König (1994), as construções concessivas possibilitam ao falante proferir duas sentenças com conteúdos conflitantes de modo que ambas sejam factuais, isto é, consideradas verdadeiras. Logo, o conteúdo factual das duas sentenças é incompatível. A incompatibilidade se situa na conclusão a que se chega a partir das duas informações contidas em *p* (oração concessiva) e *q* (oração principal). Nesse caso, tendo em vista que a relação existente entre o conteúdo da subordinada e o da principal é de incompatibilidade, só é possível garantir a validade de ambas as orações mediante a ruptura de um pressuposto lógico.

Complementarmente à definição de König (1994), que traz as noções de contraste, incompatibilidade e factualidade, importantes para a conceitualização do objeto, reconhecemos a definição de Hengeveld e Mackenzie (2008) como norteadora do trabalho. De acordo com os autores, tanto a oração concessiva quanto a principal constituem atos discursivos, de modo que a oração principal é um ato nuclear e a oração concessiva, um ato subsidiário. Ao ato subsidiário, atribui-se, nesses casos, a função retórica de concessão.

Além de conceituar o objeto de estudo, as pesquisas mencionadas anteriormente demonstram como a concessão é analisada a partir da hierarquia em níveis e camadas da GDF. Como foi possível perceber, a atuação das orações concessivas em diferentes níveis e

camadas da gramática revela que essas orações apresentam usos e funções distintos, a depender do contexto em que ocorrem.

Nesta pesquisa, defende-se que a locução *nem que* e o conector *nem* são multifuncionais. Dentre as funções que veiculam, é possível identificar os sentidos escalares extremos, assim como se verifica em Fante (2018) sobre *incluso si* e em Fontes (2016) sobre *ainda que* – os quais evidenciam que essas locuções conjuncionais, a depender do contexto, encabeçam o argumento mais forte dentro de uma escala pragmática – e em Olbertz, Garcia e Parra (2016) sobre *aunque*, conjunção que, em determinados usos, insere o argumento mínimo ou de menor força argumentativa dentro de uma escala de possibilidades. Esses usos e funções de *nem que* e *nem* serão descritos e analisados no capítulo 6.

3.2 Os sentidos de *nem* e *nem que* e a noção de concessividade

Para discutirmos os sentidos de *nem*, apresentamos os estudos de Santos (1990) e Novaes e Pezatti (2016) como casos em que esse item é classificado como um operador. Apesar de reconhecermos a validade desses estudos para a descrição dos sentidos de *nem*, destacamos que os referidos usos não contemplam os objetivos desta pesquisa; no entanto, os trabalhos demonstram como *nem* é compreendido com relação às múltiplas funções semânticas que pode estabelecer e como ele é tratado no âmbito da GDF.

O estudo de Santos (1990) apresenta o comportamento semântico do operador *nem* em diversos contextos de uso, e a pesquisa de Novaes e Pezatti (2016) estuda o *nem* a partir da perspectiva da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008). Esses autores consideram que o elemento *nem* pode atuar tanto como uma categoria semântica que indica polaridade negativa quanto como uma categoria pragmática de intensificação.

Santos (1990) investiga o comportamento semântico do operador *nem*. A autora parte do pressuposto de que *nem* exerce a função de um **operador argumentativo**, descreve seu funcionamento em diversos contextos de uso e apresenta a contribuição que esse item traz para o significado dos enunciados nos quais ele ocorre. A partir de seus dados, Santos (1990) verificou que o operador *nem* pode ocorrer:

- i) Sozinho, como em “*nem* João foi a festa”;
- ii) Junto a outros operadores, como *nem sequer/nem mesmo*;
- iii) Combinando-se com outros itens: *que nem/nem que/nem por isso/nem tanto*;
- iv) Com expressões negativas polares: *nem coisa nenhuma*;
- v) Promovendo exclusão de alternativas: *nem...nem...*

Santos (1990) explica que, quando se compara a função de *nem* com a de *até*, seu caráter de operador argumentativo fica evidente – uma vez que esses itens trazem conteúdos que não são somente informativos, mas se prestam a trazer orientação argumentativa para o enunciado e levam o destinatário a chegar a determinada conclusão ou mesmo a se afastar dela. Vejamos os exemplos abaixo:

25) ***Nem*** João foi a festa.

26) ***Até*** João foi a festa.

Ao enunciar que “***Nem*** João foi a festa”, o locutor argumenta em favor do insucesso da festa. Assim, a ausência de João é posta como o argumento mais forte do que outras ausências para levar o interlocutor a concluir que a festa foi ruim porque muitas pessoas não foram, nem mesmo João – que seria alguém que, muito provavelmente, compareceria ao evento.

No caso da enunciação “***Até*** João foi a festa”, *até* orienta o interlocutor para a conclusão de que a festa foi um sucesso; a presença de João é utilizada como o argumento mais forte do que a presença de outras pessoas para favorecer a conclusão de que a festa foi muito boa. Logo, o interlocutor compreende que João não seria alguém que provavelmente fosse à festa, mas *até* ele foi.

Santos (1990) enfatiza que tanto o *nem* quanto o *até* podem combinar-se com *mesmo* sem que haja prejuízo semântico em casos como (27) e (28) – desde que não haja o advérbio de negação *não* antes do verbo da oração; caso ele exista, a argumentação será invertida:

27) ***Nem mesmo*** João foi à festa.

28) ***Até mesmo*** João foi à festa.

Conforme Santos (1990), nos exemplos acima, os elementos *nem* e *até* não só trazem orientação argumentativa para o enunciado, mas também revelam julgamento sobre a atitude de João, ou seja, um juízo de valor a respeito de quem se fala: no primeiro exemplo, João pode ser considerado alguém tímido; no segundo exemplo, é visto como festeiro, uma vez que essa conclusão só pode ser acessada por meio da presença de *nem* e *até*. Isso equivale a dizer que, além da organização hierárquica numa escala, esses itens apresentam a capacidade de

transmitir o julgamento do locutor sobre o conteúdo por ele enunciado, que aparece após os operadores.

Santos (1990) também mostra que a dificuldade em explicar as ocorrências de *e nem* indica que esse item deve ser incluído na classe dos operadores argumentativos. Primeiro porque, conforme a autora, *e nem* não corresponde a *e não*, ou pelo menos não corresponde a apenas isso. Segundo porque, ao utilizar *e nem*, estabelecemos uma hierarquia: o que é introduzido por *não* tem um valor argumentativo mais fraco do que o conteúdo que é inserido por *nem*; o papel de *e* é ligar os dois argumentos com forças argumentativas distintas. Terceiro: é possível distinguir os usos em que *e nem* estabelece uma hierarquia daqueles em que não se estabelece a hierarquia; nesses casos, há a coordenação de alternativas que são apresentadas e excluídas, como em “um nariz *nem* grande *e nem* achatado”.

Outro aspecto que valida a função de *nem* como operador argumentativo é o fato de ser possível usar o *não* após o elemento *nem* quando ambos estão antepostos ao verbo, como em “...*nem* cicatriz *não* ficou...” – uma vez que em enunciados negativos, quando os termos negativos ocorrem antepostos ao verbo, o advérbio *não* pode ser suprimido sem causar um prejuízo semântico, como em “*nem* cicatriz ficou”. Essa possibilidade só ocorre devido ao caráter argumentativo de *nem*.

Santos (1990) afirma ainda que o elemento *nem* pode combinar-se com *mesmo*, *sequer* e *tampouco*, de modo que os operadores formados podem ser substituídos uns pelos outros porque, além de manter, acentuam as características já existentes desses itens. Além disso, a pesquisa atesta que *nem* é um item que introduz numa escala argumentativa os elementos que estão sob seu escopo.

Com base nas observações da autora, *nem* se mostra um item multifuncional na língua portuguesa, pois além de poder ocorrer sozinho ou em combinação com outros itens, ele estabelece diversas relações semânticas na língua, como em:

a) Negação de condição ou hipótese (*nem se ...*):

29) ***Nem se Pedro vier, João sairá*** (SANTOS, 1990, p. 51).

b) Como forma de expressão de concessão (*nem que ...*):

30) ***Pedro faz esta viagem nem que seja de ônibus*** (SANTOS, 1990, p. 54).

c) Como forma de expressão da negação de uma relação conclusiva (*nem por isso*):

31) ***Ele é brasileiro, nem por isso joga bem*** (SANTOS, 1990, p. 60).

d) Como forma de expressão de comparação (*que nem*):

32) *Fa1e com o Roberto: é **que nem** falar comigo* (SANTOS, 1990, p. 69).

e) Como forma de expressão de retificação (*nem tanto*):

33) *...a princípio os participantes do grupo teatral eram todos do meu curso... do meu curso **nem tanto**... da minha área* (SANTOS, 1990, p. 71).

f) Como forma de exclusão de alternativas (*nem...nem...*):

34) ***Nem** por amor **nem** por dinheiro.* (SANTOS, 1990, p. 75).

g) Reforço da negação em expressões idiomáticas:

35) *Ele não mexeu **nem um dedo**.*

36) ***Nem sonhando.***

37) ***Nem que a vaca tussa.*** (SANTOS, 1990, p. 78).

Quanto ao escopo de *nem*, a autora assinala que esse item pode escopar apenas um constituinte tanto quanto uma proposição inteira, como segue:

38) a) ***Nem Carlos sabe disso***

b) *Carlos **nem sabe disso**.*

c) *Car1os não sabe **nem disso**.* (SANTOS, 1990, p. 779).

Como se observa em (38), o escopo de *nem* é, conforme pontua Santos (1990), o constituinte que o segue em cada exemplo listado.

Por fim, a autora ressalta que os estudos sobre *nem* não podem desconsiderar três fatos: i) a presença de *nem* em enunciados introduz um jogo argumentativo; ii) *nem* é um operador argumentativo que insere o argumento mais alto de uma escala; e iii) a negação efetuada por *nem* nega todos os elementos de uma escala.

A pesquisa de Novaes e Pezatti (2016) versa sobre o estatuto do *nem* na perspectiva teórica da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), tendo como hipótese que o *nem* (assim como o *não*) representa, morfossintaticamente, um operador de polaridade negativa acrescido de ênfase. Segundo as autoras, esse operador pode ocorrer numa relação de justaposição, relacionando dois atos discursivos ou negando termos de categorias semânticas diferentes

(estado de coisas, propriedade, indivíduo, lugar, modo). Além da negação, o *nem* introduz uma intensificação na proposição em que ocorre.

Novaes e Pezatti (2016) demonstram que *nem* não é uma conjunção aditiva, como postula a tradição gramatical, mas sim um operador complexo que manifesta, simultaneamente, intensidade e negação, categorias, respectivamente, interpessoal e semântica.

Ao pesquisarem a que categoria pertence o *nem* na literatura linguística, as autoras verificam que: i) o *nem* pode ser classificado como um advérbio de negação e como conjunção, como aponta Neves (2000); ii) quando exerce a função de conjunção, pode relacionar estruturas coordenadas ou sentenças correlatas, segundo Neves (2000) e Rosário (2009); e iii) a oração introduzida por *nem* é “marcada”, como propõem Neves (2000) e Rosário (2009) – ou seja, o *nem* se caracteriza como estratégia de intensificação.

No âmbito da GDF, Novaes e Pezatti (2016) afirmam que como elemento de intensificação, seja de um constituinte, seja de uma expressão linguística inteira, o *nem* se revela uma estratégia de ênfase. A ênfase é uma categoria pragmática que pode ocorrer em qualquer uma das camadas do nível interpessoal; é um recurso adicional, que pode ser utilizado pelo falante para atingir seus objetivos comunicativos. Assim, ao utilizar *nem*, o falante faz com que o conteúdo que ele julga mais importante seja intensificado. Para as autoras, *nem* pode enfatizar tanto um conteúdo comunicado quanto um subato.

Portanto, o estudo das autoras evidencia que *nem* se apresenta como uma categoria pragmática de intensificação e também como uma categoria semântica que indica polaridade negativa, assim como o *não* – no entanto, pouco falam sobre o uso concessivo de *nem*. A categoria pragmática de intensificação é formulada no nível interpessoal; a categoria semântica de polaridade negativa é formulada no nível representacional, e no nível morfosintático essas estratégias são codificadas pela partícula *nem*. A distinção entre *nem* e *não* está no caráter intensificador de *nem*, propriedade que faz de *nem* um operador de ênfase. No nível morfosintático, *nem* se apresenta como operador enfático de polaridade negativa, conforme comprovam Novaes e Pezatti (2016).

Neves (2000, p. 863-864) lista *nem que* como uma locução que expressa a relação de concessividade; porém, a autora não discute os aspectos que caracterizam essa locução e a diferenciam de outras conjunções e locuções concessivas. Os exemplos dados pela autora para ilustrar a noção de concessividade seguem abaixo:

39) *Nem que o quiséssemos, não poderíamos sobreviver conservando-nos nação pastoril e agrícola, no velho estilo (JK-O)* (NEVES, 2000, p. 864).

40) *Ele vai levantar esse cerco nem que Getúlio Vargas venha até aqui para ordenar. (HO)* (NEVES, 2000, p. 864).

Neves diz ainda que a “expressão típica da relação concessiva contrafactual não se faz com a conjunção *embora*, mas com conjunções do tipo *mesmo que*, *ainda que* e *nem que*” (NEVES, 2000, p. 883); no entanto, como veremos no capítulo de análise, a locução *nem que* pode ser também factual no português brasileiro.

A partir do que foi apresentado em Santos (1990), vimos que *nem* se mostra multifuncional na língua portuguesa, pois pode ocorrer sozinho ou em combinação com outros itens e estabelecer diversas relações semânticas na língua. No âmbito da GDF, como se observa no estudo de Novaes e Pezatti (2016), esse item se apresenta como categoria pragmática de intensificação, no nível interpessoal; como categoria semântica que indica polaridade negativa, no nível representacional; e como um operador enfático de polaridade negativa, no nível morfossintático. O que nos interessa particularmente na descrição de Novaes e Pezatti é o valor de intensificação (ênfase) de *nem*, pois acreditamos que esse valor é o que compõe a base da locução *nem que*, que expressa a relação concessivo-condicional de natureza escalar.

Os estudos de Santos (1990) e Novaes e Pezatti (2016) comprovam a multifuncionalidade do *nem* em português, considerado um operador – isto é, uma partícula pertencente a uma categoria semântica dentro da arquitetura da GDF. No entanto, esta tese defende que tanto *nem que* quanto *nem* operam como conectores concessivos no português; por isso, podem ser caracterizados como modificadores, a depender do contexto em que ocorrem.

A seguir, discutiremos os parâmetros de Kortman (1994) e Oliveira (2014), a fim de explicar as propriedades que caracterizam as conjunções – categoria à qual acreditamos que o item *nem que* pode pertencer.

3.3 As conjunções adverbiais em português

3.3.1 O estatuto categorial das conjunções

Esta seção se destina à caracterização dos conectivos adverbiais no português numa perspectiva funcionalista, a fim de evidenciar que o conector *nem que* apresenta propriedades tipicamente conjuncionais em determinados usos no português do Brasil. Para comprovar a funcionalidade desse item, trazemos a discussão proposta por Oliveira (2014) e observamos o comportamento de *nem que* diante dos parâmetros listados por Kortmann (1994) para a identificação de conjunções. Além da definição de conjunção, abordamos brevemente como a conjunção e a oração adverbial são concebidas a partir da perspectiva teórica de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Oliveira (2014) discute a natureza categorial das conjunções adverbiais no português num enfoque funcionalista, rejeitando a visão tradicional de que o significado é estável e pode ser alocado em categorias fixas. Conforme a autora, frequentemente as conjunções são concebidas como palavras gramaticais e funcionais, desprovidas de significado lexical. No entanto, as conjunções adverbiais, em diversos contextos, chamam a atenção pelo fato de assumirem traços próprios de elementos lexicalmente plenos, segundo diversos estudos sobre gramaticalização de conjunções – como Paiva (2001), Oliveira (2008), Longhin-Thomazi (2003), entre outros. Diante disso, a pesquisadora pontua que é necessária uma distinção lexical/gramatical para compreender as conjunções adverbiais no português.

Tradicionalmente, a conjunção adverbial é definida com base em sua função na oração adverbial. No entanto, Oliveira (2014) destaca que essa definição é problemática para o entendimento da categoria conjunção adverbial. Primeiro porque a subordinação não ocorre somente entre orações: ela pode se estabelecer entre sintagmas ou porções textuais maiores do discurso; logo, definir a categoria com relação à sua função intraoracional não é suficiente para explicá-la. Segundo porque as relações de subordinação adverbial podem ser estabelecidas sem um elemento conectivo subordinador – por exemplo, por meio da justaposição de orações –; assim, a conjunção passa a ser dispensável para estabelecer a relação entre as orações que compõem a construção adverbial. Terceiro porque as conjunções são itens multifuncionais, haja vista que, frequentemente, exercem outras funções sem deixar de indicar uma função semântica que estabeleça uma relação circunstancial.

Diante do exposto, Oliveira (2014) afirma que para definir as conjunções adverbiais é necessário considerar um conjunto de critérios que associem a forma, a função e as relações existentes entre a conjunção adverbial e outros domínios semânticos. De acordo com a autora, Kortmann (1994) avalia que esses elementos são essenciais para a definição das conjunções adverbiais e elenca os seguintes critérios que caracterizam os itens conectivos:

- i) São formas não flexionáveis; isso quer dizer que não sofrem marcação de caso, número e gênero, o que as diferencia de pronomes relativos;
- ii) Atuam sobre uma oração, geralmente finita, que funciona como um adjunto;
- iii) Não assumem funções argumentais de sujeito e objeto da oração em que ocorrem;
- iv) Assumem uma posição fixa na margem da oração;
- v) Não pertencem a um determinado registro ou modalidade da língua.

Em relação aos critérios eleitos por Kortmann (1994), um aspecto importante a se destacar é que eles foram pensados para identificar as propriedades morfosintáticas e semânticas de um conectivo prototípico dentro de uma categoria que é essencialmente híbrida e complexa. Portanto, é de extrema importância considerar a noção de prototipia quanto se tenta conceituar as conjunções adverbiais em português, porque assim se entende que alguns elementos podem ser mais representativos dessa categoria do que outros, ao passo que pode haver itens de categorias intermediárias e outros localizados em zonas mais periféricas no universo das conjunções adverbiais, como também postulam autores como Croft (1991) e Taylor (2004 apud OLIVEIRA, 2014).

Diante dessa consideração, Oliveira (2014) defende que é possível identificar uma ampla categoria composta por variadas unidades linguísticas no português que atuam como conjunções adverbiais, à qual pertencem elementos tradicionalmente considerados conjunções, como *se*, *quando*, *como*, *que*, *enquanto*, *para*, *porque*, *pois*, *embora*, *porquanto*, *conquanto que*, além de diversos outros elementos e construções que claramente cumprem as mesmas funções e demonstram, ainda que minimamente, as mesmas propriedades sintático-semânticas.

Juntamente a essa extensa categoria, situamos o objeto de análise da referida pesquisa: a locução conjuncional *nem que*, que atende aos critérios estabelecidos por Kortmann (1994) arrolados acima, de (i) a (v), para a definição das conjunções adverbiais – como podemos observar nos exemplos abaixo:

41) *Salvou porque quis e matou porque quis. Nada tínhamos a ver com isso. Não havia mal nenhum. Vendido é que é pecado. Reza logo um padre-nosso pedindo perdão. E acho bom você jejuar amanhã, sexta-feira, de um tudo.. O que lhe digo é isso: se eu fosse S. Benedito, **nem que você me desse o dinheiro todo do capado**, eu não lhe perdoava. (19:Fic:Br:Morais:Igaraunas)*

No exemplo (41), estamos diante de uma construção adverbial composta por uma oração subordinada concessivo-condicional (“*nem que você me desse o dinheiro todo do capado*”) e uma oração principal (“*eu não lhe perdoava*”), de modo que o elo estabelecido entre essas orações é efetivado pela locução conjuncional *nem que*, que estabelece a relação concessivo-condicional de condição máxima.

A identificação desse item como conjunção adverbial do português partiu de seu funcionamento como introdutor de um elo semântico entre uma oração secundária e uma oração matriz, assim como Oliveira (2014) propõe em seu trabalho. Além disso, ao relativizar o funcionamento de *nem que* com os parâmetros de Kortmann (1994), verifica-se que:

- i) Não pode flexionar-se quanto à marcação de caso, número e gênero e não pode ser considerado pronome relativo, uma vez que não retoma algum termo da oração anterior;
- ii) Atua sobre uma oração finita e funciona como adjunto, pois a oração subordinada adverbial concessivo-condicional inserida por *nem que* expressa uma circunstância que contraria, de algum modo, o conteúdo que é expresso na oração principal;
- iii) Não funciona como sujeito ou objeto da oração em que ocorre, mas insere uma situação que modifica a interpretação a que se chegaria a partir do que é expresso na oração principal;
- iv) Assume uma posição fixa anteposta à oração em que ocorre;
- v) Manifesta-se em ambas as modalidades da língua.

Com relação ao item (ii), que faz referência ao fato de as conjunções atuarem sobre uma oração finita, reconhecemos que não é o que ocorre com *nem*, como se pode notar no exemplo abaixo:

42) *Quando temia constipar-se, aspirava cautelosamente o fartum do conhaque. “Isto e o bastante para me fazer ficar tonto!...” afirmava com uma repugnância virtuosa. Tinha honor às cartas e sabia tocar clarinete, mas nunca tocava, porque o médico lhe dissera “não achar prudente”. Fumara em tempo, mas o médico dissera do charuto o mesmo que do clarinete. – Nunca mais fumou. Não dançava, para não suar; falava com raiva das mulheres e, **nem caindo de fome**, seria capaz de comer à noite. “Além do chá, nada! nada” protestava com firmeza; estivesse*

onde estivesse, havia de retirar-se impreterivelmente à meia-noite.
(18:Azevedo:Mulato)

Esse item, conforme exemplificado em (42) e como será possível perceber no capítulo de análise, atua sobre uma oração não finita, geralmente reduzida de gerúndio. Pelo fato de *nem* não atender a esse parâmetro arrolado por Kortmann (1994), identificamos que esse item ainda não atingiu todos os traços ou propriedades das conjunções genuínas e, por isso, ainda não é uma conjunção. *Nem que* pode se comportar como uma locução conjuncional, de acordo com os parâmetros de Kortman (1994), uma vez que esse item pode inserir tanto orações finitas quanto orações não finitas; por outro lado, *nem* insere somente orações não finitas. No entanto, apesar de reconhecer que *nem que* pode pertencer à classe das conjunções, preferimos tratar tanto *nem que* quanto *nem* como conectores, dada a natureza desses itens.

Assim, percebe-se que as orações encabeçadas pelos conectores *nem que* e *nem* são consideradas secundárias e atuam como adjuntos da oração matriz. Essas orações, segundo Oliveira (2014), exprimem uma situação que modifica a situação principal e, dessa forma, acrescentam especificações semânticas que realçam, restringem ou condicionam o conteúdo descrito na oração matriz.

A partir da discussão exposta e como se comprova por meio da pesquisa da autora, a classe das conjunções adverbiais é mais ampla e diversificada do que prescrevem as gramáticas tradicionais. Ao se considerar a instabilidade própria da gramática e das categorias, muitas construções gramaticais podem fazer parte da categoria das conjunções adverbiais em português. Entende-se, assim como Oliveira (2014), que a aquisição de novas funções de itens que já compõem o sistema da língua é um processo natural do uso linguístico.

Oliveira (2014) destaca que as conjunções adverbiais podem ser classificadas com base em sua complexidade interna. Em razão disso, distinguem-se conjunções simples, formadas de apenas um elemento formal; e as complexas, como a locução conjuncional *ainda que*, formadas por mais de um elemento. Entendemos, com base em Oliveira, que *nem que* constitui uma conjunção complexa.

As conjunções adverbiais também podem ser classificadas quanto ao tipo de relação circunstancial que codificam. As relações de circunstância são estabelecidas entre uma oração matriz e uma oração adverbial. Nesta pesquisa, adotamos a definição de Hengeveld e Mackenzie (2008), para quem as orações adverbiais são concebidas como uma espécie de modificador oracional – quando uma oração dependente inserida pelos conectores *nem que* ou

nem atua como adjunto de uma oração matriz. Nesse sentido, as orações adverbiais são concebidas em relação à modificação semântica que promovem sobre a oração matriz e classificadas de acordo com a natureza da modificação que exercem. Além disso, uma subclassificação é possível para as conjunções adverbiais, a depender da função semântica que cumprem nas orações.

A definição da natureza das conjunções adverbiais, com base em Oliveira (2014) – e adotada nesta tese –, se dá com base na noção de gradualidade, pois se assume que os membros de uma mesma classe que possuem as mesmas funções proposicionais podem pertencer a uma mesma categoria sem necessariamente apresentar as mesmas propriedades estruturais.

As diferentes categorias apresentam pontos de intersecção; com isso, não podem ser entendidas como estanques. É fundamental uma perspectiva que considere a contiguidade entre elas. Portanto, entende-se que a gradualidade é um traço inerente às categorias (AARTS, 2004 apud OLIVEIRA, 2014) e é relevante em dois domínios da organização gramatical: i) no estabelecimento das fronteiras entre as categorias, pois prevê zonas de intersecção; e ii) no próprio modo como as categorias são organizadas internamente, na medida em que possibilita a coexistência de membros com diferentes graus de determinação categorial.

Conforme a autora, assumimos que as conjunções adverbiais constituem uma classe extensa e híbrida que abriga tanto elementos mais básicos, de natureza altamente abstrata, quanto elementos que carregam traços de significado lexical. Com base nessa definição, a investigação de Oliveira (2014) revela que as conjunções adverbiais no português se organizam em três grupos que variam quanto ao grau de lexicalidade/gramaticalidade:

- 1) O grupo das conjunções lexicais;
- 2) O das conjunções lexicais com mudança acentuada de significado; e
- 3) O das conjunções gramaticais.

As conjunções lexicais do tipo 1 caracterizam-se por apresentar traços lexicais e pela concretude do seu significado. No *continuum* lexicalidade/gramaticalidade, essas conjunções estariam mais próximas ao polo da lexicalidade. Estão mais próximas desse núcleo conjunções como *no caso em que*, *no momento em que*, *a fim de que*, *de modo que*, *de maneira que*, *antes que*, *depois que*, *logo que*, *sempre que*, *à medida que*, *conforme*, *consoante*, *segundo*, *por causa (de) que*; conforme a autora, essas conjunções estão mais predispostas à gramaticalização (OLIVEIRA, 2014).

As conjunções do tipo 2 também são de natureza lexical, porém já atuam com mudança de significado e demonstram um grau de lexicalidade mínimo – pois nesses casos as conjunções já sofreram mudanças como subjetivização e metáfora, que levaram à abstratização do conteúdo lexical e fizeram com que essas conjunções se tornassem mais fundidas em comparação às do primeiro grupo. Fazem parte do grupo 2 as conjunções *caso*, *uma vez que*, *desde que*, *dado que*, *posto que*, *visto que*, *ainda que*, *mesmo que*, *já que*. No *continuum* lexicalidade/gramaticalidade, elas se situam num nível intermediário, visto que ainda apresentam traços lexicais, mas relativamente menos concretos. Esse grupo é menos produtivo que o primeiro e as conjunções podem ser consideradas casos iniciais de gramaticalização. Os dois grupos se diferenciam pelo fato de que, no primeiro, traços originais do significado atuam diretamente no estabelecimento da relação circunstancial e, no segundo, já houve algum tipo de mudança no significado base que coopera para que a relação circunstancial seja estabelecida.

Por fim, no terceiro grupo apontado pela autora, o das conjunções gramaticais, as conjunções são altamente abstratas e parecem desprovidas de conteúdo lexical; por isso, apresentam-se com pouco material fônico e são aplicáveis a uma grande variedade de contextos. Segundo Oliveira (2014), apesar de ser o menor grupo devido ao estatuto mais gramaticalizado e abstrato, os dados mostram que essas conjunções são altamente produtivas, especialmente na linguagem oral. Consequentemente, estão mais próximas do polo da gramaticalidade. Compõem esse grupo as conjunções adverbiais *se*, *quando*, *porque*, *pois*, *como*, *enquanto*, *para* e *embora*.

Após a comprovação do caráter conjuncional de *nem que*, é válido mencionar o tipo de relação que pode ser estabelecida pelos conectivos no geral. Koch (1995 apud SOUZA, 2009), a partir dos estudos de Ducrot, postula dois tipos de relações instituídas pelos conectivos:

- i) Relações do **tipo lógico-semântico**: expressam relações que podem ocorrer entre estados de coisas, entre “fatos” do mundo real e/ou de outros mundos possíveis (proposições); essas relações são de natureza mais semântica;
- ii) Relações do **tipo discursivo-argumentativo**: nesses casos, há dois ou mais atos de fala. O primeiro pode ser independente do segundo, mas encadeado ao primeiro para justificá-lo, contradizê-lo, explicitá-lo, entre outras possibilidades. São relações que operam no plano interacional da linguagem.

Para Souza (2009), as relações discriminadas por Koch são muito úteis para entender o funcionamento dos elementos conjuncionais no âmbito da GDF, uma vez que elas viabilizam a separação dos tipos de conectivos que operam em cada um dos níveis de organização da gramática. Conforme o autor, as relações do tipo lógico-semântico situam-se no nível representacional, pois lidam com relações que se estabelecem entre estados de coisas, proposições, episódios (mais especificamente) – diferentemente das relações do tipo discursivo-argumentativo que se estabelecem no nível interpessoal, pois são relações que se constituem entre atos discursivos e movimentos. No entanto, para Souza (2009), na proposta de Koch é ainda necessário distinguir as relações argumentativas das relações discursivas; isso porque as relações argumentativas podem ser encaixadas no nível representacional, uma vez que, frequentemente, as unidades articuladas por conectivos argumentativos são proposições e pertencem, portanto, ao nível semântico. Já as relações discursivas podem ser alocadas no nível interpessoal, pois o estatuto linguístico das unidades articuladas por conectivos discursivos é de natureza interpessoal, ou seja, interacional.

3.4 A proposta de classificação das conjunções baseada na GDF

Hengeveld e Wanders (2007), a partir da perspectiva da GDF, propõem uma classificação de conjunções e sintagmas conjuncionais. Em seus estudos, evidenciam as diferentes propriedades léxico-gramaticais de diferentes tipos de elementos conjuncionais. Os resultados revelam que os elementos linguísticos usados para combinar orações formam um *continuum* que vai desde elementos gramaticais paralelos a preposições até elementos lexicais paralelos a construções de cadeias verbais, e que há uma correlação entre os tipos de conjunção e seu domínio de atuação.

Na definição dos autores, as orações adverbiais são cláusulas dependentes e opcionais que adicionam uma informação à oração principal, o que significa que elas podem ser retiradas da construção sem afetar a gramaticalidade da oração principal com a qual se combinam. Além disso, uma característica definidora das cláusulas adverbiais, conforme os autores, é conter um marcador específico, indicativo da relação semântico-funcional entre a oração principal e a oração dependente, que pode assumir várias formas nas línguas. Os Evenki,² por exemplo, dispõem de um grande conjunto de verbos não finitos especializados que podem ser usados em orações adverbiais de vários tipos.

² Evenki (também chamada Ewenki, Ewenke, Owenke, Solon, Suolun) é a língua mais usada dentre as Tungúsicas Norte. É falada pelos Evenkis na Rússia, Mongólia e China.

Primeiramente, os autores subdividem as conjunções entre conjunções simples (quando formadas por um elemento) e complexas (quando formadas por mais de um elemento). Uma discussão importante para esta pesquisa promovida pelos autores é aquela entre conjunções lexicais e gramaticais.

Uma característica importante que as distingue é o fato de que conjunções lexicais podem ser modificadas por meios lexicais, geralmente advérbios. As modificações são impossíveis no caso de conjunções gramaticais, uma vez que elas não carregam conteúdo lexical. Os modificadores lexicais modificam a conjunção ou parte da frase, adicionando alguma especificação a ela. No caso das conjunções gramaticais, as quais não aceitam nenhuma modificação, o escopo dos modificadores abrange toda a oração subordinada; logo, é um escopo que os autores denominam frasal, justamente porque recai sobre toda a oração. Assim, as conjunções gramaticais em si não podem ser modificadas porque seu escopo é mais amplo em comparação com o escopo de conjunções lexicais.

Além disso, os autores demonstram que as conjunções gramaticais e lexicais se diferenciam quanto à combinabilidade. Para Hengeveld e Wanders (2007), elas podem combinar-se mantendo a ordem conjunção gramatical-conjunção lexical quando pertencem a categorias diferentes; a ordem inversa, conjunção lexical-conjunção gramatical, não é possível.

Hengeveld e Wanders (2007) também mostram que conjunções lexicais e gramaticais se comportam de modo diferente nos níveis representacional e interpessoal da GDF. Para distinguir as conjunções lexicais das conjunções gramaticais, Hengeveld e Wanders se baseiam nos estudos de Mackenzie (1992, 2001), nos quais o autor faz uma distinção semelhante à que é feita entre as conjunções, mas com relação às preposições lexicais e gramaticais – representando as primeiras como sintagmas lexicais e as últimas como expressão de vínculo de funções semânticas.

No nível representacional, observa-se que a oração dependente como um todo é um acréscimo opcional à cláusula principal e, portanto, é representada como um modificador. A conjunção lexical especifica lexicalmente a natureza da relação entre as orações. As conjunções gramaticais são representadas na estrutura subjacente desse nível como uma função semântica. É no nível representacional que se analisa a diferença de escopo entre os modificadores que antecedem as conjunções adverbiais. Além da diferença de escopo, o comportamento das conjunções lexicais e gramaticais quanto ao seu estatuto também pode ser verificado nesse nível.

Portanto, a diferença básica entre as conjunções lexicais e gramaticais é que a noção designada pela conjunção gramatical é, ela própria, definida por um estado de coisas, que opera no nível da oração; enquanto isso, a conjunção lexical é embutida como um argumento da oração. Essas representações ajudam a capturar as diferenças de comportamento das conjunções lexicais e gramaticais. Além disso, os autores destacam que existem dois tipos de modificadores de cláusulas adverbiais, um com escopo estreito (modificador lexical) e outro com escopo amplo (modificador gramatical). Assim, as conjunções lexicais não expressam uma função, mas um elemento léxico; o *slot* de função está disponível apenas para conjunções gramaticais. Nesse sentido, para Hengeveld e Wanders (2007), as conjunções lexicais desempenham um papel apenas no nível representacional.

No nível interpessoal, de acordo com os autores, atuam somente conjunções num estágio mais avançado de gramaticalização. Isso se justifica pelo fato de que somente conjunções gramaticais – isto é, com ausência de conteúdo lexical – podem atuar na camada do ato discursivo. Nesse nível, as conjunções gramaticais são em geral avaliadas como uma função retórica e manifestam um comentário sobre a adequação do ato discursivo expresso na oração principal. Assim, elas qualificam uma unidade interpessoal em vez de uma unidade representacional. Um fato relevante sobre as conjunções adverbiais empregadas no nível interpessoal é que elas são altamente gramaticalizadas, o que se reflete na impossibilidade de modificação. O alto grau de gramaticalização das conjunções interpessoais não é inesperado: já é previsto pela GDF que os elementos gramaticais, quando têm sua origem nas camadas internas da estrutura hierárquica, desenvolvem funções cada vez mais abstratas nas camadas e níveis de organização linguística seguintes.

Apesar de apresentar algumas limitações, algumas delas já superadas e discutidas por Oliveira (2008), Souza (2009), Garcia (2010) e Fontes (2016), a proposta de análise elaborada por Hengeveld e Wanders (2007) é adequada para o estudo das conjunções – uma vez que, ao subdividir as conjunções em lexicais e gramaticais, como também propõe Oliveira (2014), é possível analisar e explicar os diferentes sentidos veiculados pelas conjunções.

Além disso, é válido ressaltar que, nesta pesquisa, os conectores não serão interpretados considerando-se puramente as noções dicotômicas – conector lexical ou conector gramatical –, mas serão avaliados considerando-se a gradualidade existente entre o polo lexical e o polo gramatical. Logo, consideramos que há um *continuum* entre lexical e gramatical, não havendo uma distinção discreta entre essas categorias.

3.5 Em suma

A concessão é um fenômeno linguístico estudado por diversos autores em diversas perspectivas. A partir da apresentação de alguns dos trabalhos mais relevantes sobre o tema, mostramos como a concessão é abordada e quais as suas diferentes classificações nos estudos funcionalistas.

A opção por autores funcionalistas justifica-se porque, em suas pesquisas, esses linguistas apresentam características que vão além de aspectos puramente sintáticos e apontam que, além das peculiaridades sintáticas, há aspectos semânticos e pragmáticos que devem ser considerados. De modo geral, os trabalhos sobre concessão dentro do paradigma funcionalista revelam que a relação concessiva não se restringe a uma relação semântico-sintática estabelecida entre as orações principal e subordinada, mas pode atuar em domínios mais amplos que o interacional; nesses novos domínios, a concessão se caracteriza como uma estratégia interativa, voltada à argumentatividade empreendida pelos participantes da comunicação.

Além dos estudos sobre concessão, tratamos também da multifuncionalidade do item *nem*. Como foi possível perceber nos estudos outrora apresentados, *nem* é compreendido com relação às múltiplas funções semânticas que pode estabelecer. No âmbito da GDF, esse item pode estabelecer-se em três níveis diferentes de atuação da gramática: no nível interpessoal, como uma categoria pragmática de intensificação; no nível representacional, como uma categoria semântica de polaridade negativa; e no nível morfossintático, como um operador enfático de polaridade negativa.

Por fim, apresentamos a definição e a caracterização das conjunções adverbiais em português, a fim de evidenciar quais aspectos licenciam aos itens *nem* e *nem que* a atuação como conjunções adverbiais, a depender do contexto em que ocorrem, e qual o estatuto categorial das conjunções, que pode variar entre o polo lexical e o polo gramatical, de modo que há um *continuum* entre os dois extremos. Portanto, não se considera que há uma distinção rígida entre as categorias lexical e gramatical.

A seguir, discutimos o valor escalar inferencial que pode ser codificado por diversas conjunções como *incluso si* e *aunque*, em espanhol; *even* e *even if*, em inglês; e *ainda que*, *nem* e *nem que*, em português.

4 O VALOR ESCALAR INFERENCIAL

Este capítulo destina-se à apresentação do valor escalar, acionado por meio do uso de conjunções como *incluso si* e *aunque*, do espanhol, e *ainda que*, do português. O objetivo é demonstrar por meio da análise que os conectores *nem* e *nem que* do português também podem veicular valores escalares.

4.1 Definição e caracterização de escalaridade

Iten (2002) e Schwenter e Vasisht (2000) explicam que o conector *even* (mesmo/até), do inglês, manifesta um sentido extra quando inserido num enunciado. Ao utilizar a partícula *even* numa oração, os autores mencionam que um sentido escalar é pragmaticamente acionado. Em linhas gerais, pode-se dizer que o argumento escopado por *even* tende a ocupar os valores extremos de uma escala – tanto o inferior quanto o superior –; a partir disso, todos os demais argumentos da escala são acionados como parte do significado da oração em que o conector *even* ocorre. Em seguida, apresentamos a proposta de análise para a partícula *even* de cada um desses autores.

Iten (2002), ao estudar qual é a natureza do significado codificado por *even* (mesmo/até) e *even if* (mesmo se), em inglês, e qual é exatamente o significado que esses itens codificam, defende que, quando uma dessas partículas de foco é adicionada num enunciado, existe uma diferença clara em sua interpretação. Conforme a autora, essa diferença tem sido muito debatida nos estudos linguísticos. Os exemplos (43) e (44) podem ilustrar o quanto o item em estudo afeta a interpretação de seus enunciados:

43) *Neville passed the exam.*

Neville passou no exame. (ITEN, 2002, p. 119).

44) ***Even*** *Neville passed the exam.*

Mesmo/Até *Neville passou no exame.* (ITEN, 2002, p. 119).

O enunciado em (43) transmite uma informação que a autora diz ser neutra: a oração, de forma mais objetiva, declara que Neville passou no exame. No entanto, no mesmo cenário, o enunciado de (44) sugere uma informação extra: a de que outras pessoas além de Neville passaram no exame.

Com base em exemplos como o apresentado acima, a autora propõe o estudo dos itens *even* (mesmo/até) e *even if* (mesmo se) a partir de uma noção de escalas, uma vez que ela é necessária para uma análise satisfatória desses elementos. Fauconnier (1975 apud ITEN, 2002) analisa que o item *even* marca a existência de uma escala de probabilidade pragmática em que o elemento focalizado por *even* é o ponto mais baixo da escala. A partir dessa alegação, a autora propõe o seguinte esquema proposicional para as orações com *even*: R e (a) representam o elemento em foco; $R(a)$ pragmaticamente implica $R(x)$; (x) é qualquer elemento na escala acima de (a) .

Nesse sentido, o esquema proposto é $[R(a) \text{ implica } R(x)]$. Aplicado ao exemplo (44), $R(a)$ = Neville ter passado no exame implica que $R(x)$ = Susi, Mike, Davi e outros também passaram. Isso significa que o elemento focalizado por *even*, ou seja, Neville, era o menos provável entre um grupo de pessoas de ser aprovado no exame e que sua aprovação pragmaticamente implica que todos os demais na escala passaram também. Logo, *even* indica que Neville é o elemento mais baixo numa escala de probabilidade, de modo que sua aprovação sinaliza que todos os outros também foram aprovados.

No entanto, essa não é a única implicação pragmática possível para *even*. Conforme Kay (1991 apud ITEN, 2002), parece claro que *even* nem sempre focaliza o elemento menos provável entre um conjunto de alternativas. O autor sugere uma análise que difere da proposta de Fauconnier, primeiramente, porque Kay não assume que a escala em questão é necessariamente de probabilidade e, em segundo lugar, porque ele não vê que *even if* marca o elemento mais baixo da escala. Em vez disso, propõe que *even* indica que a cláusula em que esse elemento ocorre expressa uma proposição que é mais forte (ou mais informativa) do que alguma proposição particular distinta assumida como pertencente ao contexto. A noção de informatividade com a qual Kay opera é definida em relação ao que ele chama de “modelo escalar”. Vejamos o exemplo abaixo:

45) *Even if Neville passed the exam, he won't get the job.*

Mesmo que Neville passe no exame, ele não conseguirá o emprego. (ITEN, 2002 p. 148).

A análise de Kay prevê que, em (45), implica-se que Neville não conseguirá o trabalho apenas se assumirmos que a escala pressuposta é tal que S^* (ou seja, [*Se Neville passou no exame, ele não conseguirá o emprego*]) é o argumento máximo, isto é, a proposição informativa mais forte em uma escala e, portanto, envolve todas as outras proposições do tipo

[Se *x*, *Neville não vai conseguir o emprego*]. Kay (1991 apud ITEN, 2002) assume que o modelo escalar contém um conjunto de proposições que fazem parte da experiência compartilhada do ouvinte e do falante.

Diferentemente de Fauconnier (1975) e de Kay (1991), Iten (2002) não defende as noções de probabilidade pragmática ou a noção de informatividade, mas afirma que *even* e *even if* codificam informações procedimentais, sugerindo que *even* restringe o contexto no qual é inserido, como indicado a seguir: S* situa-se num contexto em que está no extremo final de uma escala contendo pelo menos uma suposição (ou seja, representação mental proposicional) diferente de S* focalizado por *even* (Sj), de modo que a verdade de S* torna manifestas ou mais manifestas todas as suposições na escala.

O que Iten (2002) descreve acima é uma escala de implicação pragmática. Nesse caso, a verdade de S* implica a verdade provável de qualquer Sj, mas não o contrário. Dependendo do contexto, pode haver uma série de razões pelas quais S* implica Sj: poderia ser que S* é tão improvável que sua verdade torna possível que qualquer outra coisa possa ser verdade também. Por exemplo: em “*Neville passou no exame*” (43), poderia estar implicado que Sebastian passou no exame porque sabemos que Sebastian sempre estuda uma hora a mais do que Neville. No entanto, é válido ressaltar que o número e a natureza exata das suposições na escala são inteiramente determinados pragmaticamente.

Assim, o ouvinte acessa ou constrói uma escala do tipo apropriado usando a estratégia de compreensão da teoria da relevância, ou seja, seguindo um caminho de menor esforço. Isso significa que o número e a natureza das suposições na escala, bem como o motivo pelo qual S* implica Sj, podem variar amplamente dependendo do que é mais acessível no contexto. Por exemplo: se o ouvinte não sabe nada sobre Neville ou qualquer outra pessoa que tenha feito o exame, é altamente provável que tudo a que ele terá acesso no decorrer da interpretação de um enunciado como (45) é algo semelhante a *Alguém que não seja Neville passou no exame* e essa pessoa tinha mais probabilidade de passar (talvez porque Neville seja realmente ruim para passar nos exames ou porque a outra pessoa estudou mais).

No entanto, um ouvinte que está familiarizado com o grupo de alunos do exemplo apresentado acima acessará uma escala que contém suposições que variam de *Sebastian passou no exame* a *April passou no exame*, em que “*Neville passou no exame*” (43) implica todas as outras suposições porque Neville é o aluno menos talentoso e, por essa razão, seria o menos provável de passar no teste.

Em relação aos exemplos com *even if*, a explicação do autor também se mostra satisfatória. No caso do exemplo (45), a escala que deve ser acessada deve conter pelo menos

uma suposição da forma [*Se x, Neville não conseguirá o trabalho*], que é manifestada ou mais manifestada pela verdade [*Se Neville passou no exame, ele não vai conseguir o trabalho*]. Assim, S* neste caso é tão extremo (ou seja, localizado no extremo final da escala) que é altamente provável que sua verdade implique a verdade de qualquer suposição da forma [*Se x, Neville não conseguirá o trabalho*].

Dessa forma, a proposta de Iten (2002) para lidar com a natureza e o significado de *even* e *even if* parece ser capaz de lidar com diferentes exemplos envolvendo esses itens, e ainda faz as previsões sobre como os exemplos podem ser manipulados para mudar as intuições relativas às suas interpretações. O que a autora pretende mostrar é que a análise escalar inferencial captura adequadamente as intuições relativas à interpretação de orações como (45). Ou seja, isso explica, conforme a autora, por que alguém sente que (45) implica o seguinte: i) outras pessoas além de Neville passaram no exame; ii) Neville não era tão provável quanto essas outras pessoas para passar no exame; e, talvez, também iii) a aprovação de Neville no exame foi contrária às expectativas.

4.2 Escalaridade, informatividade e graduação argumentativa

A grande contribuição da autora quanto à elucidação da natureza e do significado das orações que ocorrem com *even* e *even if* consiste em conseguir explicar por que a verdade de S* é muitas vezes considerada inesperada, uma vez que, como mencionado anteriormente, *even* indica que a verdade de S* implica pelo menos um Sj. Conforme a autora, a explicação para isso é que, quando Sj é inesperado, parece haver uma tendência humana para concluir que, se algo inesperado aconteceu, outras coisas, mais esperadas, também são passíveis de ocorrer. Logo, o fato de Sj ser menos provável de ocorrer é uma razão razoavelmente boa pela qual S* implica outras alternativas dentro de uma escala que vai do menos para o mais provável de acontecer. Assim, a verdade de S* torna manifestas ou mais manifestas todas as outras suposições na escala.

Schwenter e Vasisht (2000) também retomam os estudos de Kay (1990) para tratar da partícula escalar *even* (até) do inglês. No que se refere à noção de escalaridade, os autores a definem da seguinte forma:

46) *John can jump 6 feet?*

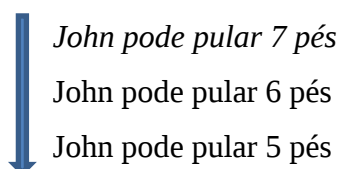
*Yes, he can **even jump 7 feet**.*

John pode pular 6 metros?

Sim, ele pode pular até 7 metros. (SCHWENTER; VASISHTH, 2000, p. 225).

Tomando como base o exemplo acima, a partícula *even* (mesmo/até) na resposta para a pergunta marca uma proposição expressa como mais informativa do que alguma outra proposição inferível contextualmente de acordo com o modelo escalar de Kay (1990). Isso se dá porque, ao enunciar a proposição que é a mais informativa dentro de uma escala, ou seja, aquela que tem maior força, as demais proposições menos informativas situadas abaixo na escala são pragmaticamente implicáveis, conforme se ilustra na escala abaixo:

Argumento máximo/mais forte



Argumento mínimo/mais fraco

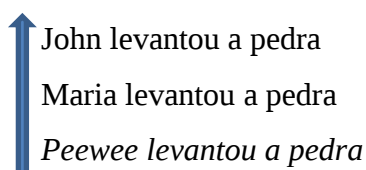
Vejamos, agora, outro exemplo em que o sentido escalar de *even* também é acionado:

47) *Even* Peewee lifted the rock.

Até Peewee ergueu a pedra. (SCHWENTER; VASISHTH, 2000, p. 225).

No fragmento (47), a partícula *even* escopa o argumento mais baixo na escala. Nesse sentido, o falante assume que outras pessoas além de Peewee levantaram a pedra e que Peewee era o membro menos provável do conjunto capaz de fazer isso:

Argumento máximo/mais forte



Argumento mínimo/mais fraco

Os exemplos e suas respectivas escalas ilustram a capacidade que a partícula *even* (até) tem de escopar argumentos com diferentes pesos/forças argumentativas dentro de uma escala. Ao considerar a primeira escala, observa-se que *even* insere o elemento mais informativo, localizado no extremo superior da escala. Por outro lado, ao analisarmos a escala seguinte, como visto em (47), verifica-se que *even* escopa o elemento de menor peso argumentativo, isto é, o de menor força dentro da escala, pois localiza-se no extremo inferior dentro da gradação dos argumentos possíveis.

Assim, no primeiro caso, o falante lança o argumento mais forte, de modo que os demais elementos possíveis situados abaixo na escala são pragmaticamente implicados. No segundo exemplo, enuncia-se o argumento mais fraco, e os demais elementos possíveis, localizados mais acima na escala, são pragmaticamente acarretados. Desse modo, a orientação/direção da escala muda a depender da força do argumento que a partícula escopa. Além disso, esteja o argumento localizado no extremo superior ou no extremo inferior da escala, a informação por ele inserida é a mais informativa em comparação aos demais argumentos distribuídos ao longo da escala, pois ao enunciar os elementos finais da escala, os demais argumentos da sequência são também implicados/acionados.

4.3 Em suma

Apesar das especificidades dos estudos de Iten (2002) e Schwenter e Vasishth (2000) – o primeiro explica o sentido de *even* com base na noção de implicação pragmática; o segundo, com base na noção de informatividade –, entendemos que as duas concepções se complementam na explicação dos sentidos veiculados pelo conector *even* e são igualmente importantes para a descrição dos sentidos veiculados pela locução *nem que* e pelo conector *nem*.

Mais adiante, a análise desses itens nesta pesquisa evidenciará que tanto *nem que* quanto *nem* em português compartilham com o *even*, do inglês, a função de transmitir um sentido escalar para as orações que eles correlacionam. Desse modo, entendemos que as noções de Iten (2002) e Schwenter e Vasishth (2000) são complementares, pois a descrição dos usos de *nem que* e *nem* revelam que o sentido escalar é acionado devido à implicação pragmática possível em seus usos, na medida em que os conectores inserem o argumento mais informativo dentro de uma escala discursivo-pragmática.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho fundamenta-se nos princípios da teoria funcionalista da linguagem, sobretudo na abordagem funcional da gramática discursivo-funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), que concebe a linguagem como sendo hierarquicamente organizada em níveis e camadas de complexidade linguística.

Estudar o modo de organização de uma língua do ponto de vista funcionalista só é possível se antes for compreendido que a forma de uma expressão linguística é motivada pelas funções que essa expressão desempenha no processo comunicativo. Sendo a língua um instrumento de interação social, as propriedades formais das expressões linguísticas não existem por si mesmas, mas são codeterminadas pelas informações contextuais e situacionais disponíveis aos participantes da interação.

Tanto do ponto de vista tradicional quanto do ponto de vista funcionalista de análise da língua, a concessão constitui um fenômeno complexo que, de acordo com a segunda abordagem, só pode ser devidamente explicado se forem considerados não somente os aspectos formais como também os aspectos semânticos e pragmáticos atrelados ao processo de articulação de orações concessivas.

O objeto de análise deste estudo são as relações concessivas introduzidas pelo conector *nem* e pela locução *nem que*, como se vê em:

48) *Uma coisa, porém, ele soubera conservar: a força física, impondo-se cada vez mais aos outros marinheiros, que não ousavam agredi-lo **nem brincando**. Sua fama de homem valente alargara-se de modo tal que mesmo na província falava-se com prudência no “Bom-Crioulo”.* (18:Caminha:Bom-crioulo)

49) *Eu sempre fui assim, gosto de participar e trabalhar pelo elenco. Todos têm de estar com o mesmo objetivo. Como todos aqui têm nível, sabem jogar bola e por isso estão no Corinthians, procuro dar a minha contribuição para unir o grupo. Estado – **Nem que para isso seja preciso chamar a atenção do goleiro e capitão Ronaldo**, num dos momentos mais críticos de relacionamento entre os jogadores ao longo do semestre? Donizete – Lógico. O problema com o Ronaldo foi o jeito de ele se expressar em campo...* (19Or:Br:Intrv:ISP)

A iniciativa de elaboração da presente pesquisa surgiu quando, diante de construções como as exemplificadas em (48) e (49), nos fizemos os seguintes questionamentos:

- i) Quais funções relacionais são veiculadas pelos conectores *nem* e *nem que*?
- ii) Como se comportam pragmática, semântica e morfossintaticamente os conectores *nem* e *nem que* no tocante à expressão de concessividade?
- iii) Qual é a relevância dos sentidos veiculados pelo conector *nem* para a formação da locução *nem que*?
- iv) A escolha do conector está relacionada ao tipo de estrutura articulada por esses elementos e/ou ao tipo de sentido veiculado por eles?

Após o levantamento desses questionamentos, partimos para a organização dos objetivos geral e específicos da pesquisa e para a definição dos parâmetros de análise. Em seguida, iniciamos o levantamento e a seleção dos dados. Cada ocorrência encontrada foi analisada considerando-se cada um dos parâmetros elencados para a análise do objeto. Nessa etapa, foi feito o levantamento quantitativo dos dados e, a partir da aplicação dos parâmetros às ocorrências encontradas, foi possível descrever e analisar os dados. Por fim, interpretamos as análises para chegar aos resultados da pesquisa.

5.1 O universo de investigação: *corpus* de análise

Nesta pesquisa, tomamos como *corpus* de análise textos do português brasileiro nas modalidades falada e escrita produzidos entre os séculos XIX e XX. Para ambas as modalidades do português brasileiro, utilizou-se o *Corpus do Português*, mais especificamente a subamostra Histórico/Gênero, composta por mais de 45 milhões de palavras, com quase 57 mil textos em português brasileiro e europeu produzidos desde o século XIV até o século XX.

No *Corpus do Português*, filtramos somente os usos em que *nem* e *nem que* atuam como conectores, inserindo os seguintes códigos no campo de pesquisa:

Quadro 14 – Códigos utilizados no levantamento dos dados

Código	Resultado da pesquisa	Exemplo
NEM [V*G]	Nem + verbos no gerúndio	<i>Nem brincando diga isso.</i>
NEM [V*R]	Nem + verbo no infinitivo	Nenhuma ocorrência de nem +

		infinitivo com sentido concessivo foi identificada.
NEM [V*K]	Nem + verbo no particípio	<i>Nem</i> escaropichado sai daí um tostão.
NEM SE	Nem + se	<i>Nem</i> se for um filho meu.
NEM QUE	Nem + que	<i>Nem</i> <i>que</i> me cobrissem de ouro.

Fonte: própria autora (2022).

Como se observa por meio do quadro acima, utilizamos os códigos NEM [V*G], para os usos de *nem* seguido de verbo no gerúndio; NEM [V*R], para capturar os usos de *nem* seguido de verbos no infinitivo; NEM [V*K], para as ocorrências com *nem* seguido de verbos no particípio; e ainda buscamos por dados de *nem* seguido de *se* nos quais também se verificou a presença de verbos no infinitivo inserindo o código NEM SE no campo de pesquisa.

Para os usos de *nem que*, inserimos no campo de pesquisa o código NEM QUE. As ocorrências com essa combinação são muitas; inclusive, foram trazidos dados em que o uso de *nem que* não era conjuncional, mas de adição ou ênfase, por exemplo. Então, antes da seleção do dado para a presente pesquisa, em alguns casos nos quais não se sabia com precisão se o uso era conjuncional, fizemos a substituição de *nem que* por *ainda que*; nos contextos em que foi possível substituir os termos sem prejuízo semântico, consideramos que o uso era conjuncional.

Além disso, para cada código de pesquisa – NEM [V*G], NEM [V*R], NEM [V*K], NEM SE e NEM QUE –, selecionamos os séculos XIX e XX; o idioma português do Brasil; e os gêneros textuais acadêmico, notícia, ficção e oral. Ao todo, levantamos para análise 229 ocorrências em que esses itens apareceram: 198 orações prefaciadas por *nem que* e 31 encabeçadas por *nem*. Todas as ocorrências levantadas no *corpus* de investigação foram codificadas e classificadas de acordo com diferentes critérios de análise.

Na sequência, apresentamos as hipóteses de trabalho, os parâmetros de análise e as justificativas para cada um deles. O propósito é evidenciar as restrições entre domínios conceituais, tipos estruturais e as relações codificadas por meio dessas estruturas para então verificar o modo como o português constrói o sistema de codificação da relação concessiva por meio de *nem* e *nem que*. Espera-se com isso que os resultados ofereçam subsídios para uma teorização eficiente e consistente da estruturação e da conceitualização do objeto em estudo.

5.2 Detalhamento dos objetivos, hipótese e relevância da pesquisa

Em vista do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar as orações concessivas prefaciadas pelos conectores *nem* e *nem que* no português brasileiro, de modo a identificar seus diferentes usos e levantar evidências morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que possam explicar seu caráter multifuncional no português.

A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que envolve tanto a análise explicativa dos dados levantados quanto a análise de frequências *type* e *token* dos casos de orações articuladas por *nem* e *nem que*. O tratamento quantitativo, realizado por meio do Programa Goldvarb, possibilita que todos os parâmetros de análise sejam aplicados de forma equânime a todas as ocorrências levantadas no *corpus*.

Nossa hipótese é a de que a seleção de um ou outro elemento conector (*nem* ou *nem que*) pode estar relacionada não somente ao tipo de estrutura articulada por esses elementos (se oração finita ou oração infinitiva) como também ao tipo de sentido veiculado por esses itens, que, a nosso ver, apontam para diferentes valores, graus de gramaticalização, tipos de concessividade e gradações de argumentos distribuídos em uma escala argumentativa que vai do menos para o mais improvável, esperado e tolerado de ocorrer. Logo, supõe-se que as construções concessivas prefaciadas por *nem* e *nem que* manifestam sentidos diferentes e específicos em termos de escalaridade argumentativa; por isso, não podem ser consideradas como equivalentes às construções prototípicas introduzidas pelo conector concessivo *embora*.

No português, o item *nem*, base de formação da perífrase *nem que*, apresenta uma natureza multifuncional e um uso mais pragmatizado. Nesse sentido, pode-se afirmar que a função de *nem* é assinalar a existência de uma escala pragmática acionada por meio do contexto em que aparece o enunciado e situar no extremo dessa escala a informação por ele escopada. Essa propriedade escalar enquadra o *nem* entre as partículas escalares absolutas (SCHWENTER; VASISHTH, 2000). Assim, o *nem* marca uma informação como o ponto extremo de uma escala pragmática implicada contextualmente. Vejamos os exemplos a seguir em que há o acionamento de uma escala:

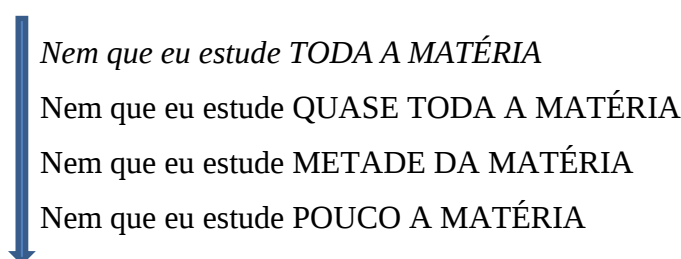
ESCALA MÁXIMA

50) **NEM QUE** eu estude toda a matéria, vou conseguir passar na prova.

51) **NEM ESTUDANDO** toda matéria, vou conseguir passar na prova.

No exemplo (50), observa-se que a locução *nem que* introduz o argumento mais forte, que é “estudar toda a matéria”, para que o evento descrito na oração principal (“*vou conseguir passar na prova*”) se realize. Em outras palavras, quando se estuda toda a matéria, o esperado, de acordo com o conhecimento de mundo dos falantes, é que se consiga passar em uma prova. Assim, nesse exemplo, *nem que* introduz a oração de maior força argumentativa para que o evento descrito pela oração principal aconteça. Vejamos como ficariam os argumentos para essa afirmação distribuídos em uma escala:

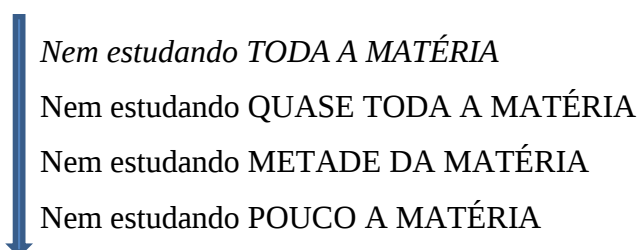
Argumento máximo/mais forte



Argumento mínimo/mais fraco

Assim como no exemplo (50), em (51) nota-se que o *nem* vem acompanhado do verbo pleno estudar no gerúndio, “estudando”, que também serve para introduzir o argumento mais forte para que o fato descrito na oração principal se realize. Nesse caso, espera-se que estudando bastante seja possível tirar nota na prova. Abaixo, apresenta-se a escala para o exemplo (51):

Argumento máximo/mais forte



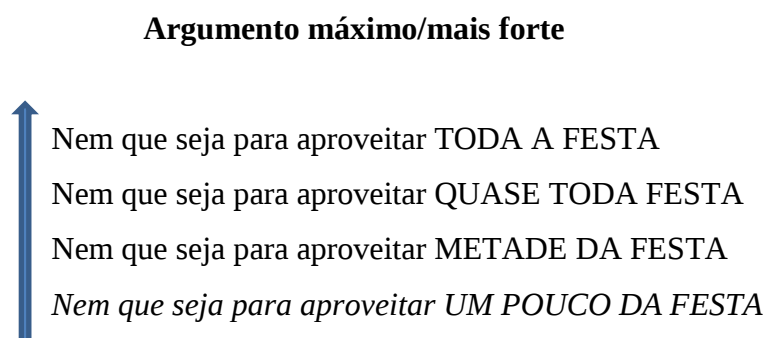
Argumento mínimo/mais fraco

A partir dos exemplos e suas respectivas escalas argumentativas, é possível depreender que as orações adverbiais introduzidas por meio da locução *nem que* e do conector *nem* nos exemplos (50) e (51) inserem o conteúdo que se localiza no topo de uma escala pragmática. Assim, a oração adverbial traz consigo o argumento mais forte do ponto de vista do falante, “estudar toda a matéria” (localizado no extremo superior da escala), a partir do qual o que está expresso na oração principal, que é “*passar na prova*”, irá se cumprir.

ESCALA MÍNIMA

52) **NEM QUE** *seja para ver apenas um pouco da festa, eu vou.*

Diferentemente do que ocorre nos exemplos (50) e (51), no exemplo (52) *nem que* introduz o argumento mais fraco (na oração “*seja para ver apenas um pouco da festa*”) para a aceitação do que vem descrito na oração principal (“*eu vou*”) se concretize. Com base no conhecimento de mundo dos falantes, espera-se que alguém que vá a uma festa tenha como objetivo aproveitar o evento como um todo, e não apenas parte dele. Dessa forma, nesse exemplo, o conector *nem que* introduz uma oração de baixa força argumentativa, considerando-se o que vem descrito em seguida pela oração principal. Vejamos a escala argumentativa referente a esse exemplo:



Como mencionado anteriormente, aproveitar um pouco da festa é o mínimo necessário/esperado de quem vai a uma festa. Assim, a oração adverbial insere o argumento mais fraco, localizado no extremo inferior da escala, para a aceitação/realização do conteúdo expresso na oração principal.

Em vista do exposto, acredita-se que as construções concessivas com *nem* e *nem que* manifestam múltiplos sentidos a depender do contexto em que ocorrem como uma estratégia para atender aos propósitos comunicativos do falante; por isso, não podem ser consideradas como equivalentes às construções prototípicas introduzidas pelo conector concessivo *embora*, o que implica a necessidade de um modelo de análise que permita considerar a real complexidade dessas construções nas situações de uso efetivo da linguagem.

Uma das justificativas para a realização desta pesquisa consiste no fato de que não há, pelo menos para o português brasileiro, um estudo funcionalista detalhado sobre as orações inseridas por *nem* e *nem que*, especialmente com base no modelo da GDF. Diversos estudos apresentam as construções concessivas como objeto de descrição, em especial as orações concessivas introduzidas pela conjunção *embora*; no entanto, um tratamento ausente nessas análises é aquele que contempla as estruturas abaixo:

Quadro 15 – Estruturas de *nem que* e *nem*

<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>
q, <i>nem que</i> p	q, <i>nem</i> p
<i>Nem que</i> p, q	<i>Nem</i> p, q

Fonte: própria autora (2022).

Partindo da definição dada por König (1994) e Hengeveld e Mackenzie (2008), assumimos que as orações concessivas apresentam um conteúdo que contrasta de alguma forma com o que é expresso na oração principal. Compreende-se, portanto, a concessividade como uma categoria de natureza híbrida, uma vez que, como será possível perceber, o conector *nem* e a locução concessiva *nem que* codificam diversos valores semânticos a depender do contexto, da posição, da correlação modo-temporal, da camada de atuação, entre outros fatores. Além disso, a configuração que predomina nas construções concessivas encabeçadas por *nem* e *nem que* é: a oração principal factual e a oração adverbial contrafactual (hipotética) – diferenciando-se, dessa forma, de outros conectivos concessivos como *embora* e *ainda que*, que apresentam factualidades distintas.

5.3 Parâmetros de análise

Os parâmetros de análise aqui arrolados para estudar as orações concessivas inseridas pelo conector *nem* e pela locução *nem que* no português brasileiro incluem tanto aspectos formais quanto aspectos semânticos, pragmáticos e textuais:

- 1) Tipo de conector utilizado: *nem* ou *nem que*;
- 2) Tipo de relação estabelecida pelo conector: concessivo-condicional de condição mínima, contraste, concessivo-condicional de natureza retórica, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de condição máxima, concessivo-condicional independente;
- 3) Posição da oração adverbial em relação à oração principal: anteposta/posição inicial (PI), intercalada/posição medial (PM) ou posposta/posição final (PF). Por meio desse parâmetro, pretende-se descobrir a posição mais recorrente do objeto em análise e se esses itens exercem papéis distintos a depender da posição em que se encontram;
- 4) Correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e adverbial: sujeitos idênticos ou diferentes. A verificação da identidade ou não dos sujeitos nos permite analisar o grau de vinculação entre as orações envolvidas na relação concessiva. Quando os sujeitos das orações principal e subordinada são idênticos, percebe-se que o grau de vinculação sintático-semântica entre as duas orações é maior; quando são diferentes, a relação entre as duas orações evidencia-se mais frouxa;
- 5) Camada de atuação da oração adverbial: propriedade, indivíduo, estado de coisas, episódio, conteúdo proposicional, conteúdo comunicado, ato discursivo, movimento;
- 6) Forma da oração adverbial: oração finita, oração infinita, reduzida de gerúndio, reduzida de particípio, reduzida de infinitivo ou sintagma;
- 7) Factualidade: factual, eventual e contrafactual. Espera-se que este parâmetro possa demonstrar a proposição assumida pelos interlocutores, tendo em vista o conhecimento sobre o mundo em que vivem;
- 8) Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial: pretende-se analisar as combinações entre o conector concessivo e as formas verbais e a correlação entre o valor e o tempo e modo verbais das orações concessivas. Além disso, nesta pesquisa, propõe-se também analisar a correlação entre os demais fatores de análise destacados. Assim, relacionando os fatores aqui apresentados

com a hipótese lançada na seção anterior, acredita-se que seja possível chegar à explicitação dos usos concessivos de *nem* e da locução concessiva *nem que*;

9) Gênero textual: acadêmico, oral, ficção e notícia;

10) Período de coleta dos dados: século XIX e século XX.

5.3.1 Descrição dos parâmetros de análise

5.3.1.1 Tipo de conector e tipo de relação estabelecida

O objetivo destes parâmetros é verificar, primeiro, o tipo de conector utilizado – *nem* ou *nem que* – e, em seguida, o tipo de relação estabelecida por esses conectores – concessivo-condicional de condição mínima, contraste, concessivo-condicional de natureza retórica, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de condição máxima ou concessivo-condicional independente. Notamos que há ocorrências em que o sentido veiculado pela locução *nem que* é de comparação. No entanto, traçamos um recorte que recai sobre essa relação que pode ser estabelecida pela locução *nem que*. Esses usos aparecem em três orações, conforme se demonstra a seguir:

- Função comparação

53) *Eu maguei-a, ó patroazinha?... perguntou o trabalhador, com humildade, quase sem poder vencer ainda o cansaço. E o imprudente tocou com a mão no ombro de Magdá, procurando, coitado, dar-lhe a perceber o quanto estava consumido por vê-la chorar daquele modo. Ela estremeceu toda e fugiu com o corpo, **nem que se houvessem chegado um ferro em brasa**; e abraçou-se ao pai, escondendo no peito deste os soluços que agora borbotavam sem intermitência. O pobre covoqueiro, ainda com o peito para cima e para baixo, quedava-se a olhar para os dois com uma cara palerma de desgosto. (18:Azevedo:Homem)*

No exemplo acima, a locução *nem que* estabelece um paralelo entre o que está enunciado na oração principal, “*Ela estremeceu toda e fugiu com o corpo*”, e o que foi proferido na oração introduzida por *nem que* (“*nem que se houvessem chegado um ferro em brasa*”). Trata-se de uma comparação. Além disso, é possível parafrasear o trecho utilizando o conectivo *como* ao invés de *nem que* sem prejuízo semântico: “*Ela estremeceu toda e fugiu*

com o corpo, como se houvessem chegado um ferro em brasa”. Assim, a função exercida pela locução nesse contexto é de comparação, uma vez que o objetivo do falante é ressaltar algo em comum entre o que está expresso na oração principal e na oração subordinada.

Por ser tratar, portanto, de um uso que extrapola os interesses desta tese, nossa pesquisa se restringirá à análise e à descrição das funções concessivo-condicionais e de contraste expressas pelos conectores *nem* e *nem que*. Considerando-se essas funções exercidas pelos objetos em análise, pretende-se identificar qual é a função estabelecida por esses itens na relação concessiva, para que assim possamos descrever seus usos em diversos contextos comunicativos.

Para Neves (1999), as construções concessivas apresentam um caráter factual; logo, *p* e *q* são verdadeiros/assertivos/factuais. Vejamos o exemplo:

54) *Even if we do not get any financial support, we will go ahead with our project.*

Embora não tenhamos conseguido apoio financeiro, continuaremos com o projeto. (HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 335).

Factual

Factual

No exemplo (54), o obstáculo descrito na oração concessiva não interfere na realização do que está descrito na oração principal. Nesse sentido, de acordo com Fontes (2016), nas construções concessivas há uma relação de implicação entre a prótase e a apódose, pois *p* implica *q*. Ainda de acordo com a análise de Fontes (2016), em construções como essa, *p* contém uma noção apesar da qual *q* se mantém; na concessiva, a escolha do elemento disjunto é irrelevante; *q* é verdadeira independente de *p*; o conectivo concessivo relaciona conteúdos incompatíveis que ocorrem simultaneamente; a condição descrita por *p* é desfavorável a *q*; pressupõe-se uma incompatibilidade entre fatos.

As construções concessivo-condicionais, conforme Neves (1999), diferentemente das construções concessivas, apresentam um caráter eventual/semifactual, pois *p* é hipotético (podendo ser verdadeiro ou falso/ acontecer ou não) e *q* é verdadeiro/assertivo/factual. Vejamos um exemplo:

55) *Even if we do not get any financial support, we will go ahead with our project.*

Mesmo se não conseguirmos apoio financeiro, continuaremos com o projeto. (HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 335).

Hipotética

Factual

Conforme se observa no exemplo (55), o evento descrito na oração principal ocorre independentemente da factualidade da oração subordinada concessiva. Por apresentarem um conteúdo hipotético na oração subordinada e um conteúdo factual na oração principal, as construções concessivo-condicionais são tipicamente semifactuais. Segundo Fontes (2016), as construções concessivo-condicionais pressupõem uma incompatibilidade entre uma condição e o que é expresso na oração principal. Além disso, as orações concessivo-condicionais expressam uma circunstância por meio da prótase e implicam outras que ficam suspensas, mas são acessíveis através do contexto.

5.3.1.2 A posição da oração adverbial com relação à oração principal

A partir da análise da posição ocupada pela oração prefaciada pelo conector *nem* e pela locução *nem que* em relação à oração principal, visamos investigar se há alguma tendência de ordenação das orações prefaciadas por esses conectores e quais aspectos semânticos, pragmáticos ou textuais explicariam essa preferência de ordenação.

Salgado (2007) constatou em sua pesquisa que a oração concessiva pode ocorrer em qualquer uma das três posições – anteposta, posposta ou intercalada. A posição da oração concessiva permite diversas formas de organização da informação. Na posição anteposta, a oração concessiva funciona como tópico; na posição posposta, exerce o papel de *afterthought* (adendo); e na posição intercalada, ocorre a topicalização de elementos da oração nuclear.

Neves (1999) observou que a grande maioria – cerca de 71% das orações concessivas – são pospostas; na sequência, aparecem as antepostas e as intercaladas entre a oração nuclear e a subordinada. A partir desses dados, a autora considera, assim como Decat (2001), que as orações concessivas pospostas não desempenham o papel de tópico em todos os casos, e sim de *afterthought*, ou seja, de adendos discursivos, cuja função é retomar o que se acabou de enunciar. Por outro lado, as orações antepostas topicalizam o conteúdo expresso pela oração concessiva, em concordância com o estudo de Salgado (2007).

Diante do exposto, é possível perceber que há uma estreita relação entre a posição da oração concessiva e a função por ela exercida, e que a determinação da ordem apresentada com maior frequência nas construções concessivas está intimamente ligada às funções cumpridas no discurso. Acredita-se, assim, que esses fatores refletem uma escolha, por parte do falante, que se baseia em suas necessidades comunicativas e nas condições da situação em que o discurso está inserido.

5.3.1.3 A correferencialidade

Já com a observação da correferencialidade entre sujeitos, busca-se verificar se o sujeito da oração principal é idêntico ou diferente do sujeito da oração subordinada. Quando os sujeitos das orações principal e subordinada são idênticos, percebe-se que o grau de vinculação sintático-semântica entre as duas orações é maior, ao passo que, quando são diferentes, a relação entre as duas orações evidencia-se mais frouxa.

Garcia (2014) verificou que as construções encabeçadas por *embora* ocorrem exclusivamente com verbos no subjuntivo e, na maioria das ocorrências, apresentam identidade entre os participantes. A autora, baseada em Crevels (1998), admite que essas orações são altamente integradas às principais, uma vez que, de acordo com Crevels (1998 apud GARCIA, 2014), o subjuntivo predomina entre as construções concessivas que são fortemente integradas às orações nucleares, uma vez que o subjuntivo tende a ocorrer em construções concessivas pertencentes às camadas mais baixas.

5.3.1.4 A camada de atuação da oração adverbial

Quanto à verificação da camada de atuação da oração adverbial, o nosso propósito é identificar o tipo de articulação estabelecida pelo conector e pela locução, isto é, verificar, por exemplo, se há casos de orações concessivas inseridas por *nem* e *nem que* que podem atuar em diferentes camadas e níveis de organização da GDF e o que motivaria esse comportamento diversificado.

Em geral, os estudos voltados à descrição da concessão na GDF reconhecem três tipos de orações concessivas. O primeiro tipo corresponde às orações concessivas localizadas na camada do conteúdo proposicional, pertencente ao nível representacional. Nessas orações, a concessão é uma função semântica que se aplica a uma oração dependente semântica e sintaticamente de sua oração principal.

Já o segundo tipo corresponde às orações localizadas na camada do ato discursivo, no nível interpessoal. Na camada do ato discursivo, a oração principal realiza-se como um “ato nuclear” que expressa a principal intenção do falante em termos de comunicação – e a oração adverbial concessiva se realiza como um “ato subsidiário” que indica a justificativa para a comunicação do ato nuclear. Nessa camada, a oração adverbial concessiva que se realiza como um ato subsidiário recebe a função retórica de concessão.

O terceiro tipo de oração concessiva corresponde às orações localizadas na camada do movimento, também pertencente ao nível interpessoal. Na camada do movimento, a relação concessiva exerce uma função interativa e a oração introduzida pela conjunção concessiva é independente semântica e sintaticamente. O quadro 16, abaixo, apresenta melhor essa classificação:

Quadro 16 – Níveis, camadas de atuação e classificação das orações concessivas de acordo com os estudos que descrevem a concessão na perspectiva da GDF

Camada de atuação	Nível de atuação	Classificação da oração concessiva
Conteúdo proposicional	Nível representacional	Concessivas predicativas Concessivas proposicionais
Ato discursivo	Nível interpessoal	Concessivas ilocutivas
Movimento	Nível interpessoal	Concessivas textuais > Concessivas de retificação

Fonte: própria autora (2022).

Assim, com base no que foi observado por esses autores, busca-se descobrir se as orações com *nem* e *nem que* ocorrem igualmente nas diversas camadas e níveis de organização da GDF e quais são as funções exercidas por elas nessas camadas.

5.3.1.5 Forma da oração adverbial

No sexto critério, o objetivo é descrever as diferentes formas morfossintáticas assumidas pelas orações adverbiais inseridas por *nem* e *nem que*, como oração finita, oração infinita, reduzida de gerúndio, reduzida de particípio, reduzida de infinitivo ou sintagma. Entendemos que o mapeamento do tipo de estrutura codificada pela oração adverbial em diferentes contextos de comunicação nos permitirá identificar qual é a estrutura verbal mais comum dessas construções e quais as implicações dessas escolhas.

5.3.1.6 A factualidade

Ao investigar a factualidade expressa pelas orações concessivas inseridas por *nem* e *nem que*, espera-se demonstrar a proposição assumida pelos interlocutores, tendo em vista o conhecimento sobre o mundo em que vivem. As construções concessivas *factualis* apresentam

em sua constituição um contraste de valores. Assim, nessas estruturas, a oração subordinada manifesta um contra-argumento com relação ao conteúdo expresso na oração principal. Além disso, esse tipo de concessiva ocorre por meio da sequência [*q*, *conector p*] ou [*conector p*, *q*]. As construções concessivas contrastivas *hipotéticas*, por sua vez, expressam um acontecimento que ainda não se realizou, pois há apenas uma possibilidade de se concretizar. Segundo Mira Mateus *et al.* (1989), as conjunções *mesmo se* e *mesmo que* são as que tipicamente expressam essa ideia semântica. Já as construções concessivas contrastivas *contrafactuais* caracterizam-se por expressar uma hipótese em que se nega um fato ou em que se contraria uma informação sobre a realidade. Exemplos desses casos são as construções com *mesmo que* ou *ainda que*, de acordo com Mira Mateus *et al.* (1989), conforme articulado por Salgado (2007).

A factualidade, portanto, distingue as orações concessivas quanto à probabilidade de ocorrência do evento enunciado em factuais, eventuais e contrafactuais. A factualidade é um contínuo em que não há divisões claras ou discretas entre os tipos; as diferentes línguas simplesmente distinguem factualidades ao longo desse contínuo, de modo que a escolha por uma forma é determinada mais por uma avaliação subjetiva do falante do que pela própria semântica das orações.

Dessa forma, a factualidade é entendida como o grau de probabilidade de realização das situações referidas na concessiva (prótase). Nesse sentido, orações factuais têm maior probabilidade de ocorrência, e orações não factuais indicam menor probabilidade de realização do evento expresso na prótase/apódose. Desse modo, uma sentença factual é não hipotética, ou seja, é expressa como verdadeira e certa, enquanto uma sentença contrafactual é expressa como hipotética e incerta.

A partir desse parâmetro de análise, espera-se que possamos chegar a uma caracterização do modo como as orações com *nem* e *nem que* se realizam no português brasileiro, tanto na fala como na escrita. Em outras palavras, busca-se por meio desse parâmetro identificar se as construções concessivas expressam conteúdos factuais, eventuais ou contrafactuais; qual é o valor usado com maior frequência; e se há alguma relação entre o valor e a posição da concessiva, a depender da factualidade expressa.

5.3.1.7 A correlação modo-temporal entre as orações principal e a adverbial

Com relação à correlação modo-temporal, considera-se relevante para a análise identificar o tempo e o modo da oração núcleo e da oração concessiva. De acordo com a

análise de Salgado (2007), em todas as orações concessivas com *mesmo que*, *nem que*, *por mais que*, *por menos que* e *posto que*, o modo verbal utilizado é o **subjuntivo**. A autora observou as seguintes correlações: **indicativo (nuclear) x subjuntivo (concessiva)**; indicativo (nuclear) x indicativo (concessiva); e subjuntivo (nuclear) x subjuntivo (concessiva), de modo que a correlação modal destacada é a mais frequente nessas construções. Desse modo, a correlação temporal predominante é o presente do indicativo (nuclear) x presente do subjuntivo (concessiva), o que está de acordo com as análises de Neves (1999), nas quais 40% das ocorrências também apresentam essa correlação. Portanto, pretende-se observar quais as correlações modo-temporais que as construções com *nem* e *nem que* expressam com maior frequência, uma vez que a escolha do tempo e do modo verbal utilizados reflete em outros fatores, como a factualidade.

5.3.1.8 O tipo e o gênero textual

Selecionamos o gênero textual – acadêmico, oral, ficção ou notícia – seguindo a classificação do *Corpus do Português* por entendermos que, a depender do contexto de comunicação, o tipo de texto e o gênero textual podem favorecer ou bloquear a ocorrência de determinados usos de *nem* e *nem que*.

Os conceitos de tipo e gênero adotados neste trabalho baseiam-se em Marcuschi (2008). Segundo o autor, o tipo é definido pela natureza linguística de sua composição, que considera aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais e relações lógicas; nesse sentido, os textos são agrupados em cinco categorias: narração, descrição, argumentação, exposição e injunção. Já os gêneros textuais se definem pelas práticas sociais que estão em função do discurso e do texto. Segundo o autor, cada gênero acomoda uma atividade discursiva culturalmente preestabelecida e sua escolha provoca diversas consequências formais e funcionais no texto a ser elaborado (MARCUSCHI, 2008, p. 85).

5.3.1.9 Período de coleta dos dados

Por fim, observamos como se dá a atuação da locução *nem que* e do conector *nem* nos séculos XIX e XX do português do Brasil.

No próximo capítulo, apresentamos a análise dos dados catalogados.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 O tipo de conector

O primeiro parâmetro analisado diz respeito ao **tipo de conector**; ou seja, o objetivo é verificar a frequência de uso dos conectores *nem* ou *nem que*. Ao todo, levantamos 229 ocorrências de *nem que* e *nem*; dessas, 198 orações ocorrem com *nem que* e 31 são introduzidas por *nem*, como se vê no quadro 17, abaixo:

Quadro 17 – Tipos de conectores

Tipo de conector	Total	%
<i>Nem que</i>	198	86%
<i>Nem</i>	31	14%
Total	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

A maioria significativa das ocorrências (198), que corresponde a 86% dos dados, é encabeçada pela locução *nem que*. Vejamos algumas ocorrências:

56) *Eu gostaria de trazer liberdade, paz para sempre. Sei que é uma utopia, mas é por isso que me tornei um artista. Para tornar isso real, **nem que seja por duas horas**. Tenho esperanças de que, com o tempo, o mundo vai melhorar.*
(19Or:Br:Intrv:ISP)

57) *Se o mundo for só uma farsa, de que vale existir? No começo deste século, aqui no Rio de Janeiro, um grupo de artistas fez um pacto de morte: cada um que morresse teria seu cadáver retratado como a um modelo vivo, **nem que para isso fosse preciso desenterrá-los**. E foi o que fizeram. Quando alguém do grupo morria, era enterrado, os outros artistas o desenterravam e o pintavam em estranhos quadros, como se estivessem vivos, como modelos vivos.* (19:Fic:Br:Carvalho)

As orações introduzidas pelo conector *nem* totalizam 31 ocorrências, isto é, 14% dos dados levantados. Essas orações ocorrem conforme se vê abaixo:

- 58) *Eis, em resumo, essa figura estranha: Tem mil léguas quadradas de vaidade Por centímetro cúbico de banha.. A. A. Dizem que às vezes, quer se achar bonito, Mas, **nem sendo Amadeu e sendo amado**, Mas muito amado mesmo, eu não hesito: Se não é feio é bem desengraçado. (18:Menezes:Mortalhas)*
- 59) *Que só de pensar nisto, estou tremelicando toda por dentro e por fora, que nem passarinha de carneiro.. e um pucarinho d'água benta com seu raminho de alecrim, que todos os domingos trago do colégio, que me dão os bons padres. Santos homens, agarradinhos, é verdade, que **nem escorropichado sai daí um tostão**.. Ia continuar a Pôncia, tosando um tanto a pele aos jesuítas, com que aliás tinha suas privanças; mas agitaram-se outra vez as turmas de gente que cercavam a casa da Câmara por não poderem penetrar no interior, e foi a beguina enrolada em um remoinho, produzido pelo retrocesso da multidão. (18:Alencar:Garatuja)*
- 60) *Quando Marcos a enxergou, retornava, a cavalo, de um passeio a Batéia. Num instante entrou no rio e retirou a afogada, reconhecendo, surpreso, a Maria Piedade, companheira de folgedos das jovens donzelas Bento. Provocou um alvoroço quando adentrou na sede carregando tal embrulho - Piedade arreventada, sem dúvida, nem embaraço, uma vítima de atentado à santa e boa pureza. A fazenda veio abaixo. Sofia enlouqueceu, arrebanhou Paulo Bento nos lados do cafezal, exigindo punição ao autor da peripécia: – **Nem se for um filho meu**. O feitor dessa tragédia não escapará da morte. Armou-se um deus-nos-acuda. Zarparam dois negros velozes. Um a Magistrado, na busca de Antônio Castro; outro à casa da vítima para avisar aos parentes. (19:Fic:Br:Abreu:Santa)*

A partir dessas ocorrências e da quantidade de orações que cada conector encabeça, pode-se perceber no *corpus* investigado que a preferência do falante é pelo uso da locução *nem que* – que manifesta, em boa parte dos casos, o sentido concessivo-condicional. O conector *nem* ocorre com menor frequência entre os dados analisados, e o sentido veiculado por esse item é concessivo-condicional em todas as ocorrências.

Em vista do exposto, podemos depreender que o tipo de conector utilizado está intimamente relacionado ao tipo de relação estabelecida. Além disso, a análise das ocorrências revela que as construções com *nem* e *nem que* manifestam sentidos diferentes a

depender do contexto, pois atendem a determinados propósitos comunicativos; por isso, não podem ser consideradas equivalentes às construções prototípicas introduzidas pelo conector concessivo *embora*.

6.2 Os tipos de relação estabelecida por *nem que* e *nem*

Quanto ao tipo de **relação estabelecida pelos conectores** *nem que* e *nem*, a análise dos dados permite verificar que esses conectores são itens multifuncionais na língua, pois podem estabelecer diversas relações/sentidos e relacionar diferentes tipos de estruturas oracionais. No quadro 18, abaixo, podemos visualizar quais são as relações identificadas nos usos de *nem que* e *nem*:

Quadro 18 – Tipo de relação estabelecida por *nem que* e *nem*

Tipo de relação	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Concessivo-condicional de condição máxima	117	25	142	62%
Concessivo-condicional de condição mínima	41	-	41	17,9%
Concessivo-condicional padrão	20	-	20	8,7%
Concessivo-condicional de natureza retórica	12	6	18	7,9%
Concessivo-condicional independente	4	-	4	1,7%
Contraste	1	-	1	0,4%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

Evidencia-se que a locução *nem que* pode estabelecer várias relações/sentidos: concessivo-condicional de condição mínima, contraste, concessivo-condicional de natureza retórica, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de condição máxima e concessivo-condicional independente. O conector *nem*, por sua vez, estabelece as relações concessivo-condicional de natureza retórica e concessivo-condicional de condição máxima.

6.2.1 A relação estabelecida por *nem que*

Ao considerar as ocorrências com *nem que*, verificamos que essa locução estabelece com maior frequência a relação concessivo-condicional de condição máxima, seguida das relações concessivo-condicional de condição mínima, concessivo-condicional padrão,

concessivo-condicional de natureza retórica e concessivo-condicional independente – e de um único caso de contraste.

As orações adverbiais com *nem* realizam com maior frequência o sentido concessivo-condicional de condição máxima e, com menor frequência, a relação concessivo-condicional de natureza retórica. Como é possível notar, ambos os conectores instauram com maior frequência o sentido concessivo-condicional de condição máxima.

No que se refere especificamente ao conector *nem que*, verificamos que ele pode estabelecer seis valores semânticos distintos, conforme apresentamos acima. O quadro 19, a seguir, ilustra a distribuição das funções entre as ocorrências com *nem que*:

Quadro 19 – Relações estabelecidas por *nem que*

Função	Quantidade	%
Concessivo-condicional de condição máxima	117	59%
Concessivo-condicional de condição mínima	41	21%
Concessivo-condicional padrão	20	10%
Concessivo-condicional de natureza retórica	12	6%
Concessivo-condicional independente	4	2%
Contraste	1	1%
Total	198	100%

Fonte: própria autora (2022).

A relação instituída com maior frequência por *nem que* é a concessivo-condicional de condição máxima, verificada em 117 ocorrências das 198 analisadas – o que corresponde a 59% das orações que contêm essa locução. Apresentamos esse uso de *nem que* logo abaixo.

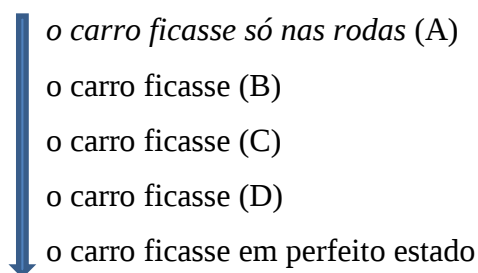
6.2.1.1 Função concessivo-condicional de condição máxima

As orações concessivo-condicionais de condição máxima introduzem o argumento de maior peso argumentativo dentro de uma escala de possibilidades. Nesses casos, assim como prevê Iten (2002) para os usos de *even* e *even if* no inglês, o elemento inserido pela locução *nem que* é o menos provável de ocorrer e situa-se no extremo final dentro de uma escala pragmática. No entanto, ao inserir o elemento menos provável de ocorrer, ficam pragmaticamente implicados os demais elementos abaixo na escala:

61) *Embora fosse caso raro, alguns haviam conseguido tal proeza. Por que duvidar de Ticuca? Em certo trecho, logo depois do riacho, onde se estendia o vale das macaíbas, avistou-o correndo. Acelerou. **Nem que o carro ficasse só nas rodas,** chegaria a Ticuca. O coronel aprovaria aquela caçada. O furgão saltava, estalava, Jesuíno segurava o volante com mãos firmes. (19:Fic:Br:Louzeiro:Devotos)*

Na ocorrência acima, a oração concessivo-condicional de condição máxima apresenta um fato que contrasta com o conteúdo da oração principal e é posto como o argumento mais forte, de maior peso argumentativo dentro de uma escala pragmática. A oração adverbial “*Nem que o carro ficasse só nas rodas*” expressa um conteúdo que contraria o fato de alguém conseguir chegar a algum lugar. Logo, percebe-se que as orações concessivas de condição máxima transmitem conteúdos não factuais que se localizam no extremo superior de uma escala de possibilidades ao inserir no discurso o argumento mais denso, isto é, mais informativo – que contrasta com o conteúdo da oração principal, sem, no entanto, impedi-lo de se realizar. Abaixo, exemplificamos a escala pragmática considerando o exemplo em questão:

Argumento máximo/mais forte



Argumento mínimo/mais fraco

Em exemplos como esse, ao introduzir a oração concessivo-condicional de condição máxima por meio da locução *nem que*, que traz o conteúdo que se localiza no topo de uma escala pragmática, ficam implicadas todas as outras alternativas situadas logo abaixo na escala. Então, considerando-se o exemplo acima, é possível depreender que o falante enuncia que até mesmo diante da situação menos provável (o carro ficasse só nas rodas) ele chegará ao seu destino e mesmo diante de outras situações mais favoráveis, e por isso localizadas mais

ao centro ou mais no início/na base da escala de gradação de argumentos, o conteúdo expresso pela oração principal se realizará. É válido ressaltar, conforme postulado por Iten (2002), que a quantidade e a natureza exata das suposições na escala são determinadas pragmaticamente.

6.2.1.2 Função concessivo-condicional de condição mínima

As orações concessivo-condicionais de condição mínima introduzidas por *nem que* aparecem em segundo lugar, totalizando 41 ocorrências (21% dos dados analisados). Esse tipo de relação aponta para a presença de um argumento de menor intensidade na escala de argumentos que mensura a relação entre a oração principal e a oração adverbial; isto é, a realização do que está expresso na oração principal é calibrada pela relação concessivo-condicional de condição mínima, que indica que, daquilo que foi enunciado na oração principal, pelo menos uma parte ou o mínimo de uma condição necessária para a realização de algo será respeitado ou considerado. Vejamos os exemplos abaixo:

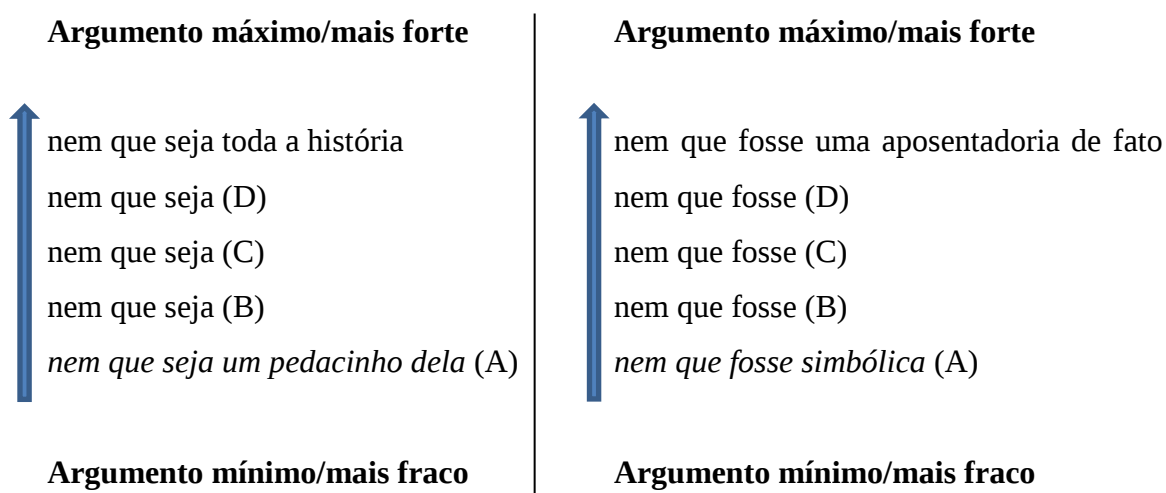
62) *A maior ambição de um cineasta é contar a história do próprio país, **nem que seja um pedacinho dela**. Estado – Pelo visto, o filme já está pronto em sua cabeça...*
(19Or:Br:Intrv:ISP)

63) *Acho que os jogadores que jogaram em seleção brasileira e fizeram alguma coisa pelo país, que ganharam Copas do Mundo. Esses sim mereciam uma pensão por parte dos ‘homens’. O governo deveria pensar em uma aposentadoria, **nem que fosse simbólica**, para os jogadores. Como dos políticos.*
(19Or:Br:Intrv:Web)

As orações concessivo-condicionais “*nem que seja um pedacinho dela*” e “*nem que fosse simbólica*”, em (62) e (63), respectivamente, introduzem a condição mínima dentro de uma escala pragmática. Conforme também observou Parra (2016) sobre as orações introduzidas por *aunque*, em espanhol, as orações de condição mínima também podem ser expressas por locuções, como é o caso de *nem que*, e são seguidas por verbos (especialmente o verbo “ser”) no modo subjuntivo.

Além da estrutura **nem que + ser + subjuntivo**, as orações concessivo-condicionais de condição mínima inseridas por *nem que* apresentam um conteúdo não factual, uma vez

que, ao dizer “*nem que seja um pedacinho dela*” e “*nem que fosse simbólica*”, o falante transmite esses conteúdos de forma hipotética. Por serem estruturas que veiculam um valor escalar, observamos que as orações concessivo-condicionais de condição mínima focalizam o ponto extremo inferior de uma escala de possibilidades, o ponto mais baixo de uma escala argumentativa; o conteúdo transmitido por elas é o mínimo aceitável para a realização do evento descrito na oração principal. Abaixo, exemplificamos a escala com base nos exemplos comentados:



Semelhantemente às orações concessivo-condicionais de condição máxima, essas orações também manifestam sentidos que se localizam no extremo de uma escala pragmática. No entanto, diferentemente daquelas, as orações concessivas que expressam uma condição mínima situam-se no extremo inferior/inicial da escala e transmitem o mínimo necessário ou aceito para a realização do evento que vem descrito na oração principal, de modo que ficam implicadas as demais alternativas que se seguem acima na escala, as quais são mais favoráveis à realização do que está expresso na oração principal. Assim, seja diante do argumento mínimo – “*nem que seja um pedacinho dela*” e “*nem que fosse simbólica*” –, seja diante de qualquer outro mais favorável, esteja ele localizado mais ao meio ou no extremo superior da escala, o evento descrito na oração principal se realizará.

Conforme Moliner (2001) e Camarero (1999), articulados por Parra (2016), as orações de condição mínima não transmitem a ideia de contraste ou de quebra de expectativa, como fazem as orações concessivas. As estruturas que veiculam o valor de condição mínima impulsionam com um conteúdo pouco relevante dentro de uma escala argumentativa a ocorrência do que está expresso na oração principal. Logo, essas orações exercem, na nossa avaliação, a função de justificar, ainda que minimamente, o conteúdo da oração principal. De

acordo com Camarero (1999 apud PARRA, 2016, p. 93), apesar de não ser a justificativa argumentativamente mais forte para a realização da oração principal, a oração de condição mínima traz uma alegação suficiente para a aceitação do conteúdo expresso pela oração principal.

6.2.1.3 Função concessivo-condicional padrão

A terceira relação mais frequentemente estabelecida por *nem que* é a concessivo-condicional padrão. Identificamos essa relação em 20 ocorrências, o que corresponde a 10% dos fragmentos analisados. A função concessivo-condicional padrão corresponde ao tipo de relação exercida pelas orações concessivo-condicionais prototípicas, como aquelas orações que são introduzidas por *ainda que* ou *mesmo que*:

64) *P – Divulgou-se, recentemente, que o acidente que provocou o seu coma foi uma fatalidade, sem culpados. Como é que você recebe esta notícia agora? R – Eu sempre encarei como uma fatalidade. **Nem que não fosse**, era a maneira como eu achava, mesmo porque há fatalidades na vida. (19Or:Br:Intrv:Tar)*

Como se pode notar na ocorrência (64), a oração adverbial é apresentada como hipotética (“*nem que não fosse*”), uma vez que o modo verbal utilizado é o subjuntivo; é possível perceber que somente a oração adverbial é implicada (FONTES, 2016), ou seja, considerada verdadeira. A oração principal (“*era a maneira como eu achava*”) apresenta-se de forma factual, e ocorre independentemente da factualidade da oração subordinada.

Desse modo, em (64), temos a seguinte configuração: *p* (concessiva) designa proposições irreais, ou seja, projeções possíveis frente ao que é enunciado em *q* (oração principal). Logo, assim como postula Fontes (2016), as construções concessivo-condicionais pressupõem uma incompatibilidade entre uma condição (“*nem que não fosse*”) e o que é expresso na oração principal (“*era a maneira como eu achava*”).

6.2.1.4 Função concessivo-condicional de natureza retórica

A relação que aparece em quarto lugar é a relação concessivo-condicional de natureza retórica. Esse tipo de relação foi verificado em 12 construções, o equivalente a 6% das ocorrências analisadas. Segue o exemplo abaixo:

65) *Entrou no Monte de Socorro Federal. Auxiliado pela Elvira o Totônio tanta malcriação fez, abrindo a boca, pulando, batendo o pé, que convenceu Dona Sinhara. – Crispiniano, não há outro remédio mesmo: vamos dar uma volta com as crianças.*

*– **Nem que me paguem!** O Totônio fantasiado de caçador de esmeraldas (sugestão nacionalista do Doutor Andrade que se formara em Coimbra) e a Elvira de rosa-chá ameaçaram pôr a casa abaixo. (19:Fic:Br:Castilho:Laranja)*

As orações concessivo-condicionais de natureza retórica são aquelas em que não há uma dependência sintático-semântica entre a oração adverbial e a oração principal de maneira convencional (GARCIA, 2010, 2014; PARRA, 2016), pois o que acontece nesses casos é que as orações concessivo-condicionais mantêm apenas uma relação discursiva com porções textuais anteriores ou posteriores. As orações concessivo-condicionais de natureza retórica são explicadas apenas em termos de relevância pragmática (e não de relação argumentativa).

Nesse excerto, a oração “*Nem que me paguem!*” exerce a função concessivo-condicional de natureza retórica, uma vez que essa relação é estabelecida considerando-se dois turnos. Como é possível perceber no exemplo, há primeiramente a porção textual emitida por Dona Sinhara e, em seguida, a oração adverbial proferida por Crispiniano ao recusar o convite de Dona Sinhara, que é introduzida pela locução *nem que*. Nesse caso, a oração concessivo-condicional ocorre em relação ao que o outro (Dona Sinhara) disse anteriormente.

No âmbito da GDF, verificamos que essas orações atuam no nível interpessoal, na camada do movimento, pois o que existe é uma relação de natureza pragmática entre o ato discursivo que é inserido por *nem que* e *nem* e outro ato anterior ou posterior a ele. Assim, a contribuição das orações concessivo-condicionais de natureza retórica é de cunho interpessoal, uma vez que envolve a relação entre falante e ouvinte e se estabelece entre duas unidades do nível interpessoal. Portanto, a oração concessivo-condicional de natureza retórica estabelece uma relação entre duas porções textuais, aqui classificadas como atos discursivos – por isso a relação é de natureza mais frouxa e mais voltada à interação.

6.2.1.5 Função concessivo-condicional independente

A relação concessivo-condicional independente apareceu em quatro ocorrências nos dados analisados com orações introduzidas por *nem que*, que equivalem a 2% do total de ocorrências. Vejamos um exemplo desse uso de *nem que*:

66) *Cá estou! – disse entrando. – Agora é arrumar os baús e tocar! Amanhã os jornais dão a minha ida, isto é, amanhã estoura a bomba! Evaristo chamava “estourar a bomba” ao efeito que a notícia havia de produzir entre os seus inimigos, que não eram poucos.*

– Que embrulho trazes aí? – perguntou Adelaide, curiosa.

– Um paletó de alpaca para a viagem.

*Adelaide cruzou as mãos, meneando a cabeça. – Oh, homem vexado! **Nem que fosses embarcar amanhã...***

– Não há tempo a perder, não há tempo a perder. Faça-se logo o que se tem de fazer! (18:Caminha:Tentação)

Como se vê no exemplo acima (66), a oração adverbial concessivo-condicional independente introduzida por *nem que*, “*Nem que fosses embarcar amanhã...*”, não depende sintática ou semanticamente de outras orações. Além disso, não está relacionada a porções textuais anteriores ou posteriores, como acontece com as orações concessivo-condicionais de natureza retórica. Em outras palavras, as orações concessivo-condicionais independentes não precisam de uma oração principal para se estabelecer no discurso, pois são independentes, conforme nomeiam Garcia (2010) e Stassi-Sé (2012). Assim, diferentemente das orações concessivo-condicionais de natureza retórica, as orações concessivo-condicionais independentes não se relacionam a nenhuma outra oração, nem mesmo pragmaticamente.

O uso não prototípico de construções complexas é um fenômeno linguístico que a GDF reconhece como casos de insubordinação. Esse fenômeno tem sido estudado por diversos autores em diferentes perspectivas, dentre os quais destacamos Evans (2007), Schwenter (1999, 2016), Hirata-Vale (2015), Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017) e Hirata-Vale e Pires (2021). A insubordinação é o nome atribuído a construções que, embora apresentem alguma marca de subordinação, são utilizadas de forma independente, sem estar relacionadas a uma oração principal. Esse termo, de acordo com Hirata-Vale e Pires (2021), foi cunhado por Evans (2007) em um de seus trabalhos a partir de uma concepção tipológica, e é entendido, desde então, como o uso de orações que, à primeira vista, parecem formalmente

ser orações subordinadas, mas são convencionalizadas como orações principais (EVANS, 2007, p. 367 apud HIRATA-VALE; PIRES, 2021, p. 506).

De acordo com Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), os trabalhos que se dedicam à descrição e à análise da insubordinação mostram que essas construções não só são bastante frequentes nas línguas como também realizam estratégias discursivo-pragmáticas específicas, assumindo um papel importante na constituição textual e interacional na medida em que expressam significados interpessoais como ordens, pedidos, avisos ou sugestões.

Essas orações se realizam como o acréscimo de uma informação que o falante julga importante para a interação; esses acréscimos são reconhecidos como parênteses, nos termos de Jubran (2006), e como orações desgarradas, conforme identifica Garcia (2014). Segundo Garcia (2010) e Stassi Sé (2012), orações desse tipo exercem a função interacional de *adendo*, ou seja, são informações novas que o falante julga relevante acrescentar e que contrastam de alguma forma com o que vinha sendo dito.

Portanto, podemos afirmar que as orações inseridas pela locução *nem que* não se limitam a contextos prototípicos, pois podem realizar-se como orações independentes – reconhecidas pela GDF como casos de insubordinação, desempenham um papel importante na interação entre falante e ouvinte.

6.2.1.6 Função contraste

Por fim, tratamos da função semântica de contraste. Esse tipo ocorreu apenas uma vez no *corpus*, o que representa 0,43% dos dados analisados. O contraste é uma estratégia utilizada pelo falante para estabelecer uma oposição entre duas instâncias, como em (67):

67) *A TV mostrou o Guga. Ele já é um ídolo. Isso ajuda o tênis? Maria Esther – Ajuda, **nem que seja temporariamente**. Aumenta o interesse pelo esporte. Mesmo as pessoas que não são tenistas estão falando, gostam de ver, perguntam os resultados do Guga. Isso é bom para o tênis. Estado – Você ainda é reconhecida pelo público? Maria Esther – Ainda sou reconhecida, mas por pessoas mais velhas, que demonstram sempre muito carinho. (19Or:Br:Intrv:ISP)*

No exemplo (67), observamos que a locução *nem que* estabelece uma relação contrastiva entre a oração principal “Ajuda” e a oração adverbial “*nem que seja temporariamente*”. Como se pode notar, nesse contexto, o *nem que* pode ser substituído sem

prejuízo semântico pela conjunção adversativa *mas*, possibilitando a seguinte paráfrase do enunciado: “Ajuda, ***mas temporariamente***”. Esse tipo de estratégia é usado para evidenciar as diferenças entre os elementos contrastados.

A oração adverbial inserida por *nem que*, no fragmento acima, veicula o valor de contraste porque deixa explícito que o fato de a TV mostrar o Guga, apesar de contribuir, não é suficiente para ajudar o tênis – mostrar o Guga na TV é uma ajuda temporária; logo, são necessárias também outras medidas para impulsionar esse esporte.

6.2.2 A relação estabelecida por *nem*

Dentre as 31 ocorrências em que a oração adverbial é introduzida por *nem*, podemos notar que a relação estabelecida pelo conector pode ser concessivo-condicional de condição máxima ou concessivo-condicional de natureza retórica. Vejamos a distribuição das funções de *nem* no quadro 20, abaixo:

Quadro 20 – Relações estabelecidas por *nem*

Função	Quantidade	%
Concessivo-condicional de condição máxima	25	81%
Concessivo-condicional de natureza retórica	6	19%
Total	31	100%

Fonte: própria autora (2022).

Conforme se observa, a relação veiculada por *nem* com maior frequência é a concessivo-condicional de condição máxima e, em algumas ocorrências, a relação estabelecida é a concessivo-condicional de natureza retórica. Abaixo, comentamos cada uma dessas funções com seus respectivos exemplos.

6.2.2.1 Função concessivo-condicional de condição máxima

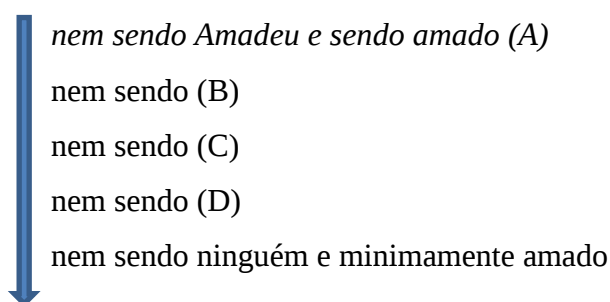
A relação concessivo-condicional de condição máxima ocorreu em 25 das 31 orações analisadas, o que corresponde a 81% das orações adverbiais encabeçadas por *nem*. Abaixo, um exemplo desse uso:

68) *Eis, em resumo, essa figura estranha: Tem mil léguas quadradas de vaidade Por centímetro cúbico de banha.. A. A. Dizem que às vezes, quer se achar bonito, Mas, **nem sendo Amadeu e sendo amado**, Mas muito amado mesmo, eu não hesito: Se não é feio é bem desengraçado.* (18:Menezes:Mortalhas)

No exemplo (68), a oração concessiva introduz um argumento que se opõe ao conteúdo descrito pela oração principal, pois a oração concessivo-condicional “*nem sendo Amadeu e sendo amado*” é uma forte alegação para que se aceite o que está expresso na oração principal, ou seja, “*se achar bonito*”. No entanto, nem diante do argumento mais forte o conteúdo da oração principal é totalmente aceito, como se percebe pelo que vem enunciado logo adiante: “*Se não é feio é bem desengraçado*”.

Assim como ocorre com a locução *nem que*, o conector *nem* também manifesta um sentido concessivo-condicional escalar ao introduzir na construção o argumento mais forte argumentativamente, mais informativo, que contrasta com o conteúdo descrito na oração principal. Assim, o conector *nem*, por meio de seu valor escalar, insere na construção o argumento que é menos provável ou esperado de ocorrer, deixando implicados pragmaticamente os demais argumentos situados logo abaixo na escala:

Argumento máximo/mais forte



Argumento mínimo/mais fraco

Ao mensurar o argumento mais forte dentro de uma escala pragmática – “*nem sendo Amadeu e sendo amado*” –, o falante, por meio do conector *nem*, deixa implicado que diante do argumento de maior peso, mais informativo e menos provável de ocorrer ele não hesita em dizer “*Se não é feio é bem desengraçado*” e que se diante da situação menos favorável a oração principal se realiza, ela também se realizará perante as situações mais favoráveis situadas ao meio ou na base da escala.

6.2.2.2 Função concessivo-condicional de natureza retórica

A função concessivo-condicional de natureza retórica foi identificada em seis ocorrências, o equivalente a 19% dos casos em que a oração adverbial é introduzida pelo conector *nem*. Abaixo, destacamos um exemplo em que o *nem* exerce essa função:

69) *Acontece que o ajuste da economia tem sido em cima dos pequenos e médios por conta da elevadíssima taxa de juros. O governo alega que tem de ficar assim para equilibrar as finanças. Claro, está alta porque financia o déficit interno. Se baixar, o governo não vai suportar porque a pressão das taxas é precisamente dos credores da dívida interna brasileira. Não estou vendo saídas.*

JC – *Nem sendo, o próximo, ano eleitoral?* (19Or:Br:Intrv:Com)

Assim como ocorre com as orações concessivo-condicionais de natureza retórica introduzidas por *nem que*, nas orações adverbiais introduzidas por *nem* que exercem essa relação não há uma dependência sintático-semântica entre uma oração adverbial e uma oração principal, mas a oração adverbial relaciona-se pragmaticamente a porções textuais anteriores ou posteriores a ela.

No fragmento (69), a oração “*Nem sendo, o próximo, ano eleitoral?*” exerce a função concessivo-condicional de natureza retórica porque o que se observa é uma dependência pragmática estabelecida entre dois turnos de fala diferentes – o turno de fala do entrevistado e o turno de fala do entrevistador (JC). Como é possível perceber no exemplo, a concessão ocorre em relação ao que o entrevistado proferiu anteriormente.

Na construção concessivo-condicional de natureza retórica, o que existe é uma relação entre porções textuais e a oração adverbial introduzida por *nem*. Logo, essas orações apresentam uma relevância pragmática para a construção, uma vez que ainda existe uma relação de dependência entre porções textuais anteriores ou posteriores à oração adverbial.

Portanto, conforme já mencionado anteriormente, a oração concessivo-condicional de natureza retórica estabelece uma relação entre duas porções textuais, aqui classificadas como atos discursivos, que compõem a camada do movimento na GDF. O movimento é a camada mais alta do nível interpessoal e, nessa camada, a contribuição das orações concessivo-condicionais de natureza retórica é de natureza interpessoal, uma vez que envolve a relação entre falante e ouvinte e relaciona dois atos: um inserido por *nem* e outro que pode se localizar

antes ou após a oração encabeçada por esse conector. Assim, a relação estabelecida entre os atos discursivos é de natureza mais frouxa, mais voltada à interação.

6.3 A posição das orações adverbiais com relação à principal

A verificação da **posição em que as orações adverbiais se realizam com relação à oração principal** nos permite identificar qual é a ordem mais comum apresentada por essas orações e se elas assumem funções distintas a depender da posição que ocupam. Abaixo, apresentamos o quadro 21, a seguir, com o quantitativo de ocorrências com *nem que* e *nem* entre as posições possíveis:

Quadro 21 – Posição da oração adverbial em relação à principal

Posição da oração adverbial	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Posposta à oração principal	141	10	151	65,9%
Anteposta à oração principal	31	15	46	20,1%
Intercalada	14	1	15	6,6%
Posposta a uma porção textual	10	5	15	6,6%
Anteposta a uma porção textual	2	-	2	0,9%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

Conforme se verifica no quadro acima, a locução *nem que* pode se realizar em cinco posições diferentes: posposta, anteposta, intercalada, anteposta a uma porção textual e posposta a uma porção textual. As orações adverbiais com *nem* podem ocorrer em quatro posições diferentes: posposta, anteposta, intercalada e posposta a uma porção textual.

Ao considerar as 229 ocorrências analisadas com *nem que* e *nem*, observamos que a ordem dessas orações adverbiais estabelecida com maior frequência é a posposta, na qual ocorrem 151 orações, o equivalente a 65,9% dos dados; em seguida, aparecem as orações antepostas, com 46 ocorrências (20,1%); depois, as orações intercaladas e as pospostas a uma porção textual, ambas com 15 ocorrências (6,6% do *corpus*); e, por fim, a posição anteposta a uma porção textual, em que ocorrem duas amostras (0,9% dos dados).

6.3.1 A posição das orações com *nem que*

As orações adverbiais com *nem que* ocorrem preferencialmente, no *corpus* analisado, na posição posposta; a segunda posição mais recorrente é a anteposta, seguida das intercaladas e das pospostas a uma porção textual; a posição menos frequente é a anteposta a uma porção textual. Vejamos essa distribuição das orações entre as posições no quadro 22, abaixo:

Quadro 22 – Posição das orações adverbiais com *nem que*

Posição	Quantidade	%
Posposta	141	71%
Anteposta	31	16%
Intercalada	14	7%
Posposta a uma porção textual	10	5%
Anteposta a uma porção textual	2	1%
Total	198	100%

Fonte: própria autora (2022).

Em seguida, apresentaremos os valores quantitativos, os exemplos em que as orações com *nem que* se realizam em cada uma das posições mencionadas e quais são as funções que essa locução desempenha com maior frequência, a depender da posição em que ela ocorre.

6.3.1.1 Orações adverbiais com *nem que* pospostas

As orações adverbiais pospostas – ou, nos termos de Pezatti (2021), as orações que ocorrem em PF (posição final) – foram as que mais ocorreram em todo o *corpus* analisado: das orações introduzidas por *nem que*, identificamos 141 ocorrências de um total de 198, o que equivale a 71% dos dados. Vejamos um exemplo em que a oração adverbial ocorre nessa posição:

70) *Eu gostaria de trazer liberdade, paz para sempre. Sei que é uma utopia, mas é por isso que me tornei um artista. Para tornar isso real, **nem que seja por duas horas**. Tenho esperanças de que, com o tempo, o mundo vai melhorar.*
(19Or:Br:Intrv:ISP)

No exemplo acima, vemos que a oração principal ocorre na primeira posição da construção adverbial “*Para tornar isso real*” e, em seguida, é introduzida a oração com *nem que*, “*nem que seja por duas horas*”, posposta à oração principal.

Nessa posição, as orações adverbiais tendem a veicular com maior frequência o sentido concessivo-condicional de condição máxima e o sentido concessivo-condicional de condição mínima. No entanto, verificamos que nessa posição a locução *nem que* pode veicular os seis valores semânticos identificados na análise das relações estabelecidas por essa locução. No quadro 23, abaixo, observa-se o quantitativo de ocorrências com orações adverbiais introduzidas por *nem que* de acordo com a função que exercem:

Quadro 23 – Posição posposta x função de *nem que*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de condição máxima	80	57%
Concessivo-condicional de condição mínima	37	26%
Concessivo-condicional padrão	15	11%
Concessivo-condicional de natureza retórica	3	2%
Concessivo-condicional independente	2	1%
Contraste	1	1%
Total	141	100%

Fonte: própria autora (2022).

A maioria das orações adverbiais introduzidas por *nem que* pospostas à oração principal veiculam o sentido concessivo-condicional de condição máxima – 80 ocorrências de um total de 141 orações analisadas que se manifestam pospostas. Esse valor corresponde a 57% das orações que ocorrem após a oração principal. Abaixo, demonstramos um exemplo em que a oração adverbial está posposta e exerce a função concessivo-condicional de condição máxima:

71) *E se a gente for morar na Ilha, você deixa a tenda? Eu já andei indagando, só vou poder voltar para casa pela penúltima barca, a que chega depois das dez. E não vou consentir você andar sozinha altas horas pela Praça Onze, **nem que seja com a comadre**. Além disso, quem fica com a menina?* (19:Fic:Br:Queirós:Galo)

No fragmento acima (71), a oração adverbial introduzida por *nem que* ocorre posposta e insere o argumento de maior força argumentativa que contrasta com o conteúdo da oração principal, porém não o impede de ocorrer. Estamos diante de um caso em que o conector insere uma oração concessivo-condicional de condição máxima. Ao proferir “*e não vou consentir você andar sozinha altas horas pela Praça Onze*”, na oração principal, e “*nem que seja com a comadre*”, percebe-se que o fato de ir andar com a comadre talvez pudesse fazer o falante permitir que a moça saia, mas nem isso fará com que ele lhe dê a permissão. Logo, apesar de contrariar o conteúdo da oração principal, trazendo o argumento mais forte dentro de uma escala de possibilidades, a oração adverbial concessivo-condicional não modifica o evento descrito anteriormente.

Notamos que um número significativo de ocorrências em que a oração adverbial ocorre posposta à principal manifesta o sentido concessivo-condicional de condição mínima. Ao todo, somam-se 37 ocorrências, o equivalente a 26% das orações que ocorrem pospostas. Vejamos um exemplo:

72) *Mas ele barrou-lhe o caminho, segurou-a por uma das mangas, dizendo: – Não faça isso.. pelo amor de Deus.. Ah, se soubesse! Esperei o dia inteiro.. sabia que haveria de vir.. **nem que fosse um minuto**.. – Não me segure – disse ela ofegante...* (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)

No exemplo (72), estamos diante de um caso em que a locução *nem que* se insere na posição posposta e introduz uma oração concessivo-condicional de condição mínima. Primeiramente, nesse exemplo, a oração adverbial apresenta a estrutura **nem que + ser + subjuntivo**. Além disso, a oração introduzida por essa estrutura indica a realização parcial de uma condição – “*nem que fosse um minuto*..” – que justifica a oração principal – “*Esperei o dia inteiro.. sabia que haveria de vir*” –, típico de orações que estabelecem o sentido de condição mínima.

As orações adverbiais pospostas encabeçadas por *nem que* são as mais frequentes em todo o *corpus*, assim como também ocorre com as orações concessivas, conforme comprovado nos estudos de Neves (1999), Salgado (2007) e Parra (2016). De acordo com Decat (1999), as orações pospostas são menos integradas à oração principal e por isso são mais independentes do que as antepostas dentro da construção adverbial.

6.3.1.2 Orações adverbiais com *nem que* antepostas

As orações adverbiais introduzidas pela locução *nem que* ocorrem antepostas, na posição inicial (PI), em 31 casos, o que corresponde a 16% dos dados analisados. Depois das orações adverbiais pospostas, as orações antepostas manifestam-se como a segunda posição preferida por essas construções no *corpus* analisado. Vejamos o exemplo:

73) *Tu és o meu discípulo amado, o meu califa, bradou Quincas Borba, com uma nota de ternura, que até então lhe não ouvira. Posso dizer como o grande Muamede: **nem que venham agora contra mim o Sol e a Lua**, não recuarei das minhas idéias. Crê, meu caro Brás Cubas, que esta é a verdade eterna, anterior aos mundos, posterior aos séculos. (18:Machado:Memórias)*

Na ocorrência (73), o conector *nem que* introduz uma oração adverbial que se realiza na primeira posição da construção, “*nem que venham agora contra mim o Sol e a Lua*”; em seguida, é proferida a oração principal, “*não recuarei das minhas idéias*”. Logo, estamos diante de um exemplo em que a oração adverbial inserida por *nem que* ocorre anteposta à oração principal.

Na posição anteposta, o conector *nem que* introduz, na grande maioria dos casos, orações com o sentido concessivo-condicional de condição máxima, como é o caso do exemplo exposto acima (73), em que a oração adverbial “*nem que venham agora contra mim o Sol e a Lua*” introduz o argumento mais forte dentro de uma escala argumentativa que contraria, mas não impede, o cumprimento do conteúdo expresso na oração principal. E em algumas orações, essa locução encabeça uma oração concessivo-condicional padrão. No quadro 24, abaixo, podemos visualizar o quantitativo de ocorrências na posição anteposta que estabelecem cada uma dessas funções:

Quadro 24 – Posição anteposta x função de *nem que*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de condição máxima	28	90%
Concessivo-condicional padrão	3	10%
Total	31	100%

Fonte: própria autora (2022).

Como se pode notar, das 31 ocorrências em que a oração adverbial vem anteposta à principal, em 28 delas o sentido veiculado é concessivo-condicional de condição máxima. Essa quantidade equivale a 90% das orações antepostas inseridas por *nem que*. Em três ocorrências, isto é, 10% dos fragmentos analisados em que as orações ocorrem antepostas e são introduzidas por *nem que*, a relação estabelecida é concessivo-condicional padrão.

A anteposição, assim como postulado por Garcia (2010) para as orações concessivas introduzidas por *embora*, revela que o falante, ao posicionar a oração concessivo-condicional no início da construção adverbial, adianta uma possível refutação por parte do ouvinte e expressa na oração principal o conteúdo que considera argumentativamente mais importante.

6.3.1.3 Orações adverbiais com *nem que* intercaladas

As orações adverbiais intercaladas – em posição medial (PM) – introduzidas por *nem que* totalizam 14 ocorrências e correspondem a 7% dos 198 excertos analisados. Na posição intercalada, as orações encabeçadas por *nem que* exercem as funções concessivo-condicional de condição máxima, concessivo-condicional de condição mínima e concessivo-condicional padrão. Vejamos um exemplo em que a oração inserida por *nem que* ocorre intercalada na oração principal:

74) *Pois pelo sangue de Cristo e pela alma de todos os meus te juro, que se me não dás neste instante essa mulher que eu quero e que me quer, sem filho ficas, que por minhas mãos, diante de ti e **nem que todo o Céu acuda**, lhe acabo o resto da vida! Já na mão lhe lampejava um punhal. Mas num ímpeto de sublime orgulho, um ímpeto sobre-humano, em que cresceu como outra escura torre entre as torres da Honra, Tructesindo arrancara a espada – Com esta, covarde! com esta!*
(18:Queirós:Ramires)

No exemplo (74), a oração adverbial “*nem que todo o Céu acuda*” ocorre intercalada na oração principal, que se inicia em “... te juro, que se me não dás neste instante essa mulher que eu quero e que me quer, sem filho ficas, que por minhas mãos, diante de ti...” e termina em “... *lhe acabo o resto da vida!*”. Nesse excerto, o valor semântico introduzido pela locução *nem que* é concessivo-condicional de condição máxima, pois o falante menciona, por meio da oração adverbial, o argumento de maior força argumentativa – “*nem que todo o Céu acuda*” –, que contrasta com o conteúdo que é expresso na oração principal – *lhe tirará a vida caso o*

impeça de ficar com a mulher que ama. No entanto, nem mesmo proferindo o argumento mais forte capaz de impedir a realização da oração principal será possível impedir que ela aconteça. Uma forma de parafrasear essa oração seria: “*Aconteça o que acontecer, se me impedir de ficar com a mulher que eu amo e que também me ama, eu lhe tiro a vida*”. Isso equivale a dizer que a contrariedade expressa por meio da oração concessivo-condicional é irrelevante frente ao cumprimento da oração principal.

No quadro 25, a seguir, podemos visualizar a quantidade de orações intercaladas, a depender das funções que elas desempenham:

Quadro 25 – Posição intercalada x função de *nem que*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de condição máxima	8	57%
Concessivo-condicional de condição mínima	4	29%
Concessivo-condicional padrão	2	14%
Total	14	100%

Fonte: própria autora (20220).

Como se pode perceber a partir dos dados expostos acima, de um total de 14 casos em que a oração adverbial ocorre intercalada, em oito fragmentos (que correspondem a 57% das orações analisadas) a função desempenhada pela locução *nem que* é concessivo-condicional de condição máxima.

Além da função concessivo-condicional de condição máxima, nessa posição, a oração adverbial encabeçada por *nem que* desempenhou a função concessivo-condicional de condição mínima em quatro fragmentos, o equivalente a 29% das orações adverbiais intercaladas. Vejamos abaixo um exemplo:

75) *Já eu, sou rato de cidade. Nasci numa meia-água em Vila Isabel, criei-me num porão da Rua Marquês de São Vicente e, para mim, casa tem que ter parede de tijolo e tábua de ferro, e a água, **nem que seja pouca**, há de vir pela torneira. Mas já que você quer.. Não tem medo que a menina pegue alguma doença? – Criança pega doença é abafada como a gente vive, tudo amontoado em lata de sardinha, com a respiração de meio mundo misturada com a respiração da gente.*
(19:Fic:Br:Queirós:Galo)

No fragmento (75), a oração adverbial concessivo-condicional de condição mínima introduzida por *nem que* ocorre na posição intercalada com relação à oração principal. No exemplo, a oração “*nem que seja pouca*” se realiza entre as duas partes da oração principal, em que a primeira é “*e a água*” e a segunda, “*há de vir pela torneira*”.

Por fim, a relação estabelecida com menor frequência entre as orações inseridas por *nem que* que ocorrem intercaladas é a concessivo-condicional padrão, a qual identificamos em somente duas das 14 orações, o correspondente a 14% dos fragmentos analisados.

6.3.1.4 Orações adverbiais com *nem que* pospostas a uma porção textual

A posição posposta a uma porção textual ocorre em dez orações adverbiais das 198 observadas, o equivalente a 10% das orações com *nem que*. Apesar de reconhecer que, nesses contextos, estamos diante de um caso de posposição ou posição final (PF) da oração prefaciada por *nem que*, essa distinção é necessária e importante para a referida análise, uma vez que esse arranjo sinaliza uma atuação diferente das orações pospostas a outras orações com relação à função – e ainda no que se refere aos níveis e camadas de atuação da GDF.

Nesses casos, a oração adverbial exerce a função concessivo-condicional de natureza retórica, na grande maioria dos casos, ou o valor concessivo-condicional independente. Nessas orações, não há uma dependência sintático-semântica entre orações, mas sim uma relação pragmática, quando a oração exerce a função concessivo-condicional de natureza retórica, ou mesmo independência da oração adverbial com relação à oração principal, quando a função exercida pela oração adverbial é concessivo-condicional independente. Abaixo, um exemplo em que a oração inserida por *nem que* ocorre nessa posição:

76) *Entrou no Monte de Socorro Federal. Auxiliado pela Elvira o Totônio tanta malcriação fez, abrindo a boca, pulando, batendo o pé, que convenceu Dona Sinhara. – Crispiniano, não há outro remédio mesmo: vamos dar uma volta com as crianças.*

– ***Nem que me paguem!*** O Totônio fantasiado de caçador de esmeraldas (sugestão nacionalista do Doutor Andrade que se formara em Coimbra) e a Elvira de rosa-chá ameaçaram pôr a casa abaixo. (19:Fic:Br:Castilho:Laranja)

No exemplo (76), a oração adverbial inserida pela locução *nem que* ocorre no início de um novo turno conversacional, “*Nem que me paguem!*”, e relaciona-se pragmaticamente à

porção textual anterior, “*Entrou no Monte de Socorro Federal. Auxiliado pela Elvira o Totônio tanta malcriação fez, abrindo a boca, pulando, batendo o pé, que convenceu Dona Sinhara. – Crispiniano, não há outro remédio mesmo: vamos dar uma volta com as crianças*”. Logo, nesse caso, a oração adverbial ocorre posposta a uma porção textual.

No contexto acima, a oração encabeçada pela locução *nem que* exerce a função concessivo-condicional de natureza retórica, uma vez que a relação estabelecida entre a oração adverbial e a porção textual anterior é de natureza pragmática. No quadro 26, abaixo, é possível visualizar o quantitativo das orações que ocorrem pospostas a uma porção textual, a depender da função que desempenham:

Quadro 26 – Posição posposta a uma porção textual x função de *nem que*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de natureza retórica	8	80%
Concessivo-condicional independente	2	20%
Total	10	100%

Fonte: própria autora (2022).

De acordo com os dados apresentados, as orações pospostas a uma porção textual que exercem a função concessivo-condicional de natureza retórica ocorrem em oito fragmentos, o equivalente a 80% dos casos em que essa posição ocorre. Em duas ocorrências, nessa posição, as orações desempenham a função concessivo-condicional independente, pois não se relacionam a uma outra oração e nem a porções textuais anteriores ou posteriores a ela.

6.3.1.5 Orações adverbiais com *nem que* antepostas a uma porção textual

As orações adverbiais introduzidas por *nem que* ocorrem com menor frequência antepostas a uma porção textual. Das 198 ocorrências analisadas, somente duas ocorrem nessa posição, o correspondente a 2% das orações inseridas por *nem que*. Em uma das ocorrências, o valor semântico veiculado pela oração adverbial é concessivo-condicional de natureza retórica e, na outra, o sentido é concessivo-condicional de condição máxima, conforme se expõe no quadro 27, abaixo:

Quadro 27 – Posição anteposta a uma porção textual x função de *nem que*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de natureza retórica	1	50%
Concessivo-condicional de condição máxima	1	50%
Total	2	100%

Fonte: própria autora (2022).

Como se pode observar, em uma oração (50% das ocorrências), o valor da oração adverbial é concessivo-condicional de natureza retórica; em outra (50% das ocorrências), o sentido é concessivo-condicional de condição máxima.

Vejamos abaixo um exemplo em que a oração adverbial inserida por *nem que* desempenha a função concessivo-condicional de natureza retórica:

77) *Josetti continuava a gritar: – Canta, Manfredo! Eu tenho aqui na gaveta um “38” para acabar com a valentia de quem aparecer querendo fechar o bar. Aquele negócio de Santinha foi porque eu não estava aqui.*
– Nem que tu estivesse. – p.,. Nem que tu estivesse, tu escalavas a liberdade. – Outra Santinha não morre nesta sala. – Ora se morre – disse Lourdinha querendo adiantar-se ao fado. (19:Fic:Br:Holanda:Burro)

No excerto (77), a oração adverbial “*Nem que tu estivesse*” encontra-se na posição anteposta a uma porção textual: “*tu escalavas a liberdade. – Outra Santinha não morre nesta sala. – Ora se morre – disse Lourdinha querendo adiantar-se ao fado*”. Nesse contexto, a oração inserida por *nem que* veicula o valor semântico concessivo-condicional de natureza retórica, pois a oração que a locução introduz relaciona-se pragmaticamente à porção textual que ocorre em seguida.

Assim como fizemos com as orações postpostas a uma porção textual, também subdividimos as orações antepostas a uma porção textual, pois apesar de reconhecê-las como um caso de anteposição, é necessário e importante para a referida análise distinguir se o que vem depois da oração concessiva é outra oração ou um fragmento maior de texto, justamente pelo fato de esse tipo de construção propiciar, em alguns contextos, uma atuação diferente das orações antepostas a outras orações com relação à função e aos níveis e camadas de atuação da GDF.

A análise da posição das orações com *nem que* revela que elas são flexíveis quanto à ordem em que podem ocorrer. Essas orações se realizam com maior frequência na posição

posposta. É possível depreender que, a depender da posição em que ocorrem, essas orações inseridas por *nem que* desempenham determinada função. Vejamos no quadro 28, a seguir, a comparação entre a posição da oração adverbial introduzida por *nem que* e a função exercida com maior frequência quando ocorre numa determinada posição:

Quadro 28 – Posição x função mais recorrente com *nem que*

Posição	Função
Posposta	Concessivo-condicional de condição máxima
Anteposta	Concessivo-condicional de condição máxima
Intercalada	Concessivo-condicional de condição máxima
Anteposta a uma porção textual	Concessivo-condicional de condição máxima OU concessivo-condicional de natureza retórica
Posposta a uma porção textual	Concessivo-condicional de natureza retórica

Fonte: própria autora (2022).

As orações adverbiais inseridas por *nem que*, quando ocorrem nas posições posposta, anteposta ou intercalada, licenciam com maior frequência o sentido concessivo-condicional de condição máxima. Na posição posposta a uma porção textual, elas tendem a veicular com maior frequência o sentido concessivo-condicional de natureza retórica e, na posição anteposta a uma porção textual, elas podem desempenhar a função concessivo-condicional de condição máxima ou a função concessivo-condicional de natureza retórica.

6.3.2 A posição das orações com *nem*

As orações adverbiais inseridas por *nem* podem ocorrer antepostas, pospostas, intercaladas ou ainda pospostas a uma porção textual. No quadro 29, abaixo, podemos visualizar o quantitativo de ocorrências com *nem* em cada uma dessas posições:

Quadro 29 – Posição das orações adverbiais com *nem*

Posição	Quantidade	%
Anteposta	15	49%
Posposta	10	32%
Posposta a uma porção textual	5	16%

Intercalada	1	3%
Total	31	100%

Fonte: própria autora (2022).

As orações adverbiais com *nem* realizam-se preferencialmente, no *corpus* levantado, na posição anteposta/inicial (PI); porém, também são recorrentes na posição posposta/final (PF). Identificamos algumas orações que ocorrem pospostas a uma porção textual, e somente uma oração na posição intercalada. Em seguida, explicitamos os exemplos em que as orações adverbiais introduzidas por *nem* ocorrem nessas posições.

6.3.2.1 Orações adverbiais com *nem* antepostas

Diferentemente do comportamento das orações adverbiais com *nem que*, as orações adverbiais introduzidas por *nem* ocorrem com maior frequência na posição anteposta (PI). Ao todo, identificamos 15 ocorrências de um total de 31 – o equivalente a 49% das orações analisadas que ocorrem antepostas. Vejamos um exemplo:

78) *Como ele a amava! Entretanto, D. Guilhermina procurava reanimar a conversa: – É um milagre, vê-lo, já não digo em nossa casa, porque a não ser uma visita de cartão, não lhe merece mais; mas aqui! **Nem passando lembrou-se de entrar.** – Tenho desculpa, minha senhora. Falta-me o tempo. (18:Alencar:Sonhos)*

No exemplo acima (78), a oração adverbial “*nem passando*” realiza-se anteposta à oração principal “*lembrou-se de entrar*”. Assim como ocorre em todas as orações adverbiais concessivas introduzidas por *nem* que estão antepostas à oração principal, o sentido veiculado por *nem* é concessivo-condicional de condição máxima – conforme o quadro 30, a seguir:

Quadro 30 – Posição anteposta x função de *nem*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de condição máxima	15	100%
Total	15	100%

Fonte: própria autora (2022).

Conforme se observa no exemplo (78), a oração inserida por *nem* introduz o argumento mais forte dentro de uma escala de possibilidades ao expressar que “*nem passando*”, ou seja, nem estando na frente da casa o rapaz “*lembrou-se de entrar*”. Logo, estamos diante de um exemplo em que a oração adverbial se insere na posição anteposta à oração principal exercendo a função concessivo-condicional de condição máxima, pois enunciar que uma pessoa está na frente de um lugar em que reside alguém conhecido e de quem se gosta muito é um forte argumento para concluir que a pessoa vai tirar um tempo para uma visita. No entanto, como se vê pelo conteúdo descrito na oração principal, nem assim o rapaz lembrou-se de entrar e realizar a visita.

6.3.2.2 Orações adverbiais com *nem* pospostas

A segunda posição mais recorrente entre as orações adverbiais inseridas por *nem* é a posposição ou posição final (PF). Identificamos dez orações, o equivalente a 32% das orações com *nem* que se realizam pospostas à oração principal. O exemplo demonstra o uso do conector *nem* nessa posição:

79) O DUQUE – *Justificai-vos perante todos os da minha casa; não quero que se diga que eu mato uma inocente. Olá! A DUQUESA – Senhor, eu leio a minha condenação nos vossos olhos; vejo que me não haveis de perdoar, **nem fazendo o céu um milagre para me salvar e para vos mostrar a minha inocência**. A minha vida tem sido constantemente um estorvo para os vossos projetos, e eu conheço que ocultais a vossa convicção para mais facilmente vos livrardes de mim, eu o sei e o vejo; (18:Gonçalves:Leonor)*

No exemplo (79), a oração adverbial inserida por *nem* – “*nem fazendo o céu um milagre para me salvar e para vos mostrar a minha inocência*” – ocorre após a oração principal “*eu leio a minha condenação nos vossos olhos; vejo que me não haveis de perdoar*”.

Além disso, a oração adverbial exerce a relação concessivo-condicional de condição máxima, pois o conector *nem* introduz o argumento de maior força argumentativa “*nem fazendo o céu um milagre para me salvar e para vos mostrar a minha inocência*”, que contraria o conteúdo expresso na oração principal “*eu leio a minha condenação nos vossos olhos; vejo que me não haveis de perdoar*”. Isto é, o céu fazer um milagre é o argumento mais forte dentro de uma escala de possibilidades, da perspectiva do falante, para se aceitar o

conteúdo proferido na oração principal, que é dar o perdão; porém, nem assim o conteúdo da oração principal pode ser impedido, ou seja, ser concedido o perdão.

Na grande maioria das orações adverbiais encabeçadas por *nem* que ocorrem pospostas, o valor veiculado por esse conector é o concessivo-condicional de condição máxima.

Quadro 31 – Posição posposta x função de *nem*

Função	Ocorrências	%
Concessivo-condicional de condição máxima	9	90%
Concessivo-condicional de natureza retórica	1	10%
Total	10	100%

Fonte: própria autora (2022).

Em conformidade com o quadro 31, acima, em nove das dez ocorrências com *nem* em que a oração adverbial ocorre na posição posposta, a função estabelecida pelo conector é concessivo-condicional de condição máxima, o equivalente a 90% das orações pospostas. Somente em uma oração adverbial que se realiza após a oração principal identificamos a função concessivo-condicional de natureza retórica, o que corresponde a 10% das ocorrências em que a oração adverbial vem posposta à oração principal.

6.3.2.3 Orações adverbiais com *nem* pospostas a uma porção textual

As orações adverbiais introduzidas por *nem* ocorrem em cinco fragmentos de um total de 31 (16% das ocorrências) na posição posposta a uma porção textual. Vejamos um exemplo em que essa posição se manifesta:

80) *Ninguém é superior a ninguém. Quem pensa que é, acaba fazendo mal aos outros. E aí junta um pecado com outro. Uma velha de vestido estampado em verde, amarelo e azul: * O sexo não é pecado? * Sexo sem amor é pecado. Qualquer coisa sem amor é pecado. Mesmo quando o homem é o seu ou a mulher é a sua, quando há casamento legal, no civil e na igreja, sexo sem amor é pecado. Um homem de barba preta: * **Nem se for só para ter filho?** – Fazer um filho com amor ajuda a fazer um bom filho, capaz de ser feliz no futuro. Depois de uma pausa, acrescentou: * Fala-se muito em prazer. Pois com amor até o prazer é*

*maior. Ninguém disse palavra. Uma jovem de olhos verdes, jeito meio de zombaria, comentou com Antonio, terminada a pregação: * Padre Antonio parece especialista em sexo. (19:Fic:Br:Olinto:Sangue)*

No excerto (80), a oração adverbial “*Nem se for só para ter filho?*” realiza-se após a porção textual “** O sexo não é pecado? * Sexo sem amor é pecado. Qualquer coisa sem amor é pecado. Mesmo quando o homem é o seu ou a mulher é a sua, quando há casamento legal, no civil e na igreja, sexo sem amor é pecado. Um homem de barba preta: * Nem se for só para ter filho*”. Logo, não há, nesse contexto, uma dependência sintático-semântica entre uma oração principal e uma oração subordinada, mas uma relação pragmática entre a oração adverbial introduzida por *nem* e uma série de fragmentos textuais anteriores.

Em todas as orações encabeçadas por *nem* que ocorrem pospostas a uma porção textual, a função desenvolvida pelo conector é concessivo-condicional de natureza retórica, como se vê no exemplo apresentado, pois a relação estabelecida entre a oração adverbial e os segmentos textuais anteriores constitui-se pragmaticamente.

6.3.2.4 Orações adverbiais com *nem* intercaladas

Em apenas uma das 31 ocorrências de orações adverbiais introduzidas por *nem* identificou-se a posição intercalada/medial (PM) – o que corresponde a 3% do total. Apresentamos esse exemplo abaixo:

81) *Tu queres desfazer-te do nosso cupê e da nossa caleça? Ah! ah! ah! Deixa-me rir! Que diabo tens tu hoje? Foi com a chegada do teu amigo? - Não! por amor de Deus, não me digas, **nem brincando**, que devemos suprimir os carros! Seria muito ridículo! Que bonita figura nós faríamos! (18:Azevedo:Dote)*

No excerto (81), a oração adverbial “*nem brincando*” encontra-se intercalada na oração principal que começa em “*não me digas*” e termina em “*que devemos suprimir os carros!*”. Nesse caso, a oração adverbial encabeçada pelo conector *nem* exerce a relação concessivo-condicional de condição máxima, uma vez que o conteúdo por ela expresso é o argumento de maior força que contrasta com o conteúdo declarado na oração principal.

Semelhantemente ao comportamento das orações adverbiais introduzidas por *nem que*, as ocorrências encabeçadas por *nem* são versáteis quanto à posição em que podem ocorrer. No

corpus analisado, elas ocorrem preferencialmente antepostas; em seguida, as posições mais recorrentes são: posposta, posposta a uma porção textual e intercalada.

As orações adverbiais introduzidas por *nem* que se estabelecem frequentemente nas posições anteposta, posposta e intercalada desempenham, em grande parte das ocorrências, a função concessivo-condicional de condição máxima no *corpus* analisado. Por outro lado, as orações adverbiais pospostas a uma porção textual manifestam, na maior parte das ocorrências, o valor semântico concessivo-condicional de natureza retórica. O quadro 32 nos permite visualizar as posições mais frequentes e as funções estabelecidas por esse conector, a depender da posição em que se encontra:

Quadro 32 – Posição x função mais recorrente com *nem*

Posição	Função
Posposta	Concessivo-condicional de condição máxima
Anteposta	Concessivo-condicional de condição máxima
Intercalada	Concessivo-condicional de condição máxima
Posposta a uma porção textual	Concessivo-condicional de natureza retórica

Fonte: própria autora (2022).

Como foi possível perceber, a posição em que as orações adverbiais com *nem que* e *nem* ocorrem licenciam frequentemente uma determinada função ao invés de outra. No quadro 33, a seguir, é possível comparar a posição e a função mais recorrentes de *nem que* e *nem*:

Quadro 33 – Conector x função x posição

Conector	Posição	Função
<i>Nem que e nem</i>	Posposta, anteposta e intercalada	Concessivo-condicional de condição máxima
<i>Nem que</i>	Anteposta a uma porção textual	Concessivo-condicional de condição máxima OU Concessivo-condicional de natureza retórica
<i>Nem</i>	Posposta a uma porção textual	Concessivo-condicional de natureza retórica

Fonte: própria autora (2022).

Assim, percebe-se que as diferentes posições licenciam diversas formas de organização da informação e codificam determinadas funções e não outras, a depender da ordem em que ocorrem.

6.4 A correferencialidade

A análise da correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e adverbial nos permite identificar o grau de vinculação sintático-semântica entre essas orações. Esse grau de vinculação reflete se essas orações são mais ou menos integradas dentro da construção. Vejamos no quadro 34 o quantitativo de *nem que* e *nem* para esse parâmetro:

Quadro 34 – Correferencialidade entre os sujeitos das orações principal e adverbial

Correferencialidade	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Sujeitos diferentes	118	20	138	60.3%
Sujeitos idênticos	80	11	91	39.7%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

Quando os sujeitos das orações principal e subordinada são idênticos, isso reflete um alto grau de vinculação sintático-semântica entre as orações; podemos dizer que as orações estabelecem maior dependência e integração entre si. Por outro lado, sujeitos não idênticos revelam um baixo grau de vinculação sintático-semântica e menor dependência e integração entre as orações que compõem a construção.

Como se pode perceber a partir dos dados apresentados acima, tanto a locução *nem que* quanto o conector *nem* estabelecem com maior frequência uma relação mais frouxa entre a oração principal e a subordinada. Dentre as 229 ocorrências, somando-se as orações introduzidas por *nem que* e *nem*, em 60,3% dos dados analisados os sujeitos das orações principal e subordinada são diferentes. Vejamos abaixo os exemplos em que esses conectores ocorrem relacionando orações com sujeitos diferentes:

82) *Agora que estás um homem, e que parece que tens propósito, não me importa que fiques fora, até às onze ou onze e meia.. Em todo o caso a essa hora quero estar já de porta fechada, e tudo pronto, para começarmos o terço. Ela não viu o triunfante lampear dos meus olhos. Eu murmurei, requebrado, a babar-me de*

*gosto devoto: – Lá o terço, Titi, lá o meu querido terço não perdia eu, nem pelo maior divertimento.. **Nem que El-Rei me convidasse para um chazinho no paço!** Corri, delirante a enfiar a casaca. E este foi o começo dessa anelada liberdade que eu conquistara laboriosamente, vergando o espinhaço diante da Titi, macerando o peito diante de Jesus! (18:Queirós:Reliquia)*

83) *Em Paris há teatros que representam pesadelos assim, – piores do que o seu porque são mais compridos. Mas o que eu vejo também é que essa moça não o deixa **nem dormindo**. – Nem dormindo! Soares disse estas duas palavras quase como um eco, sem consciência. (18:Machado:Parasita)*

No primeiro excerto (82), a oração subordinada “*Nem que El-Rei me convidasse para um chazinho no paço!*” tem como sujeito “El-Rei”, pois é sobre ele que se fala; trata-se de um sujeito simples, pois seu núcleo é o substantivo “Rei”. Diferentemente, na oração principal o sujeito é “o meu querido terço”, também simples, pois o núcleo é o substantivo “terço”. No segundo fragmento (83), a oração subordinada “*nem dormindo*” tem como sujeito “essa moça”, sujeito simples, pois é constituído por um único núcleo, “moça”. A oração principal “*Mas o que eu vejo também é que essa moça não o deixa*” tem como sujeito o pronome “eu”.

A não correferencialidade entre os sujeitos demonstra que a oração principal e a subordinada estão sintática e semanticamente menos vinculadas. As orações que possuem um menor grau de vinculação entre si são menos dependentes e integradas uma à outra. Logo, essas orações apresentam uma relação mais tênue entre elas.

A identidade entre os sujeitos das orações principal e subordinada ocorre na menor parte das ocorrências analisadas, tanto com *nem que* quanto com *nem*. Vejamos os exemplos em que há correferencialidade entre os sujeitos das orações que compõem a construção adverbial:

84) *Vai ver que Beto faz anos.. Pode muito bem ser.. Esse menino é fechado, não fala de sua vida com ninguém " À proporção que o tempo passava, o entusiasmo dela ia aumentando: " Se for mesmo aniversário dele, eu faço uma festinha, **nem que seja apenas um jantar**. (19:Fic:Br:Gattai:Cronica)*

No exemplo acima (84), o sujeito da oração principal “*eu faço uma festinha*” é o pronome “eu”; já a oração adverbial “*nem que seja apenas um jantar*” traz o sujeito “eu”

elíptico, isto é, não está explícito na oração, mas pode ser identificado e retomado pelo contexto. Caso o sujeito estivesse evidente nessa oração, ela seria expressa da seguinte maneira: “eu faço uma festinha, nem que seja apenas um jantar eu faria”.

85) *maioria dominara-o positivamente; aquele caráter dócil e tolerante, deixara-o ele no alto-mar ou nas terras por onde andara. Agora tratava com desdém os superiores, abusando se esses lhe faziam concessões, maldizendo-os na ausência, achando-os maus e injustos. Uma coisa, porém, ele soubera conservar: a força física, impondo-se cada vez mais aos outros marinheiros, **que não ousavam agredi-lo nem brincando**. Sua fama de homem valente alargara-se de modo tal que mesmo na província falava-se com prudência no “Bom-Crioulo”.* (18:Caminha:Bom-crioulo)

No fragmento (85), nota-se que a oração principal “*Uma coisa, porém, ele soubera conservar: a força física, impondo-se cada vez mais aos outros marinheiros*” e a oração adverbial “*que não ousavam agredi-lo nem brincando*” têm o mesmo sujeito: os “marinheiros”. Na oração principal, o sujeito está explícito; na oração subordinada adverbial, ele está implícito, porém pode ser retomado por meio da forma verbal “ousavam”.

Como foi possível perceber, nos exemplos acima em que a oração é encabeçada por *nem que* e por *nem*, respectivamente, há a identidade entre os sujeitos das orações principal e subordinada, ou seja, o sujeito de uma é retomado na outra oração. A correferencialidade entre os sujeitos das orações que compõem a construção adverbial indica que a relação sintático-semântica instituída entre elas é forte, isto é, as orações estabelecem um grau maior de vinculação entre elas e, por esse motivo, apresentam maior dependência e integração entre si.

6.5 A camada de atuação da oração adverbial

O quinto parâmetro analisado refere-se à camada de atuação da oração adverbial. A GDF é uma abordagem funcionalista hierarquicamente organizada em níveis e camadas de análise linguística. Uma característica distintiva dessa gramática é sua organização de cima para baixo (*top-down*), uma vez que a análise começa com a intenção do falante e evolui até a articulação. Essa hierarquia descendente é sustentada pelo pressuposto de que um modelo de

gramática será mais eficaz à medida que sua organização refletir o processamento linguístico no indivíduo.

Os quatro níveis propostos pela teoria são: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico, apresentados dentro do componente gramatical e internamente organizados em camadas hierárquicas. A análise do tipo de entidade semântica codificada pela oração subordinada nos permite verificar o tipo de articulação estabelecida pelo conector e pela locução, isto é, se há casos de orações adverbiais inseridas por *nem* e *nem que* que podem atuar em diferentes camadas e níveis de organização da GDF, desde casos de orações que atuam na camada do estado de coisas até aquelas que operam na camada do ato discursivo. Vejamos os dados quantitativos referentes a esse parâmetro no quadro 35, abaixo:

Quadro 35 – Camada de atuação da oração adverbial inserida por *nem que* e *nem*

Camada de atuação da oração adverbial	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Conteúdo proposicional	95	15	110	48%
Estado de coisas	91	11	102	44%
Movimento	10	5	15	6,6%
Ato discursivo	2	-	2	0,9%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

De acordo com os dados dispostos no quadro 35, tanto as orações inseridas pela locução *nem que* quanto aquelas encabeçadas pelo conector *nem* podem atuar em diversas camadas no âmbito da GDF. Preferencialmente, considerando o *corpus* analisado, esses conectores se estabelecem no nível representacional nas camadas do conteúdo proposicional e do estado de coisas. Com menor frequência, constituem-se no nível interpessoal, nas camadas do movimento e do ato discursivo.

6.5.1 Camada do conteúdo proposicional (nível representacional)

As orações introduzidas por *nem que* relacionam conteúdos proposicionais em 95 das 198 ocorrências; naquelas inseridas pelo conector *nem*, identificamos 15 dos 31 fragmentos analisados em que a relação é estabelecida nessa camada. Ao todo, considerando as ocorrências de *nem que* e *nem*, somam-se 110 casos em que a relação estabelecida pela

locução e pelo conector pertencem à camada do conteúdo proposicional, o equivalente a 48% dos dados levantados.

A camada do conteúdo proposicional é a mais alta do nível representacional. Nesse nível, é possível identificar como as línguas representam semanticamente os tipos de eventos. Assim, o nível representacional lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas e é responsável por atribuir conteúdo semântico às representações advindas do nível interpessoal. Logo, as questões relacionadas ao sentido podem ser descritas independentemente da intenção comunicativa do falante; por isso, não são contempladas no nível interpessoal, conforme postula Keizer (2015). Abaixo, apresentamos um exemplo em que a locução *nem que* e o conector *nem* constituem-se na camada do conteúdo proposicional:

86) *Por dois minutos, suportou Cristina aquela tensão: ser fitada atentamente por aqueles olhos que brilhavam de fulgor húmido em meio às pestanas ruivas de pó. Depois, deu-lhe uma estranha dor no peito, uma sufocação, a tremedeira nas pernas, a vontade de chorar e de rir. **Nem que quisesse** – não poderia ali ficar conversando com Tiago. A espera demasiada dera tanta solenidade e importância àquele encontro que acreditava não ter mais nem voz nem animo.*
(19:Fic:Br:Queirós:Muralha)

87) *Segue-se, daí, que, sendo as ciências extensivas sobre as coisas, a filosofia a bom título pode constituir um conhecimento, constituindo como que um resíduo, que se vai alterando sem cessar, para se perder finalmente no sistema de ciências. A unidade relativa das ciências, a conexão entre a inteligência e as coisas, a natureza dos princípios científicos, a validade deles, a legitimidade e ilegitimidade das interrogações' que se apõem às ciências, e que, às vezes, são postas por elas mesmas, **nem respondendo à solução**, constituem o objeto da filosofia, donde partirá uma concepção rígida das coisas e da vida, e da sua harmonia geral.*
(19:Fic:Br:Barreto:Diário)

Nos exemplos (86) e (87), as orações adverbiais “*Nem que quisesse*” e “*nem respondendo à solução*” estabelecem-se na camada do conteúdo proposicional porque constituem construtos mentais, isto é, não podem ser localizados no tempo e no espaço, mas estão na mente do falante. Os conteúdos proposicionais podem ser avaliados quanto ao seu

estatuto de verdade e são informações que podem ser conhecidas, acreditadas, afirmadas ou desejadas; logo, os conteúdos proposicionais são informações de natureza epistêmica.

Desse modo, as orações adverbiais que atuam nessa camada podem expressar conteúdos factuais ou não factuais, ou seja, verdadeiros ou não. No primeiro exemplo, em (86), a oração adverbial inserida por *nem que* expressa um conteúdo não factual, isto é, não verdadeiro, por remeter a algo que está no imaginário do locutor: “*Nem que quisesse*”. Como se pode notar, a locução transmite uma informação hipotética, pois expressa um evento irreal. No exemplo (87), a oração introduzida pelo conector *nem*, “*nem respondendo à solução*”, expressa um conteúdo proposicional semifactual, ou seja, um evento que pode ou não ocorrer no mundo real.

Nos exemplos (86) e (87), a função semântica desempenhada pela locução *nem que* e pelo conector *nem* é concessivo-condicional de condição máxima. Essa função é a mais recorrente em todas as ocorrências encabeçadas por *nem que* e por *nem* que atuam na camada do conteúdo proposicional. O quadro 36, abaixo, nos traz um panorama das funções que podem ser desempenhadas pela locução *nem que* e pelo conector *nem* quando se constituem na camada do conteúdo proposicional no nível representacional:

Quadro 36 – Funções desempenhadas por *nem que* e *nem* na camada do conteúdo proposicional

Função	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Concessivo-condicional de condição máxima	56	14	70	64%
Concessivo-condicional de condição mínima	24	-	24	22%
Concessivo-condicional padrão	10	-	10	9%
Concessivo-condicional de natureza retórica	3	1	4	4%
Contraste	1	-	1	1%
Concessivo-condicional independente	1	-	1	1%
Total	95	15	110	100%

Fonte: própria autora (2022).

Como se observa, quando a locução *nem que* atua na camada do conteúdo proposicional pode desempenhar as funções concessivo-condicional de condição máxima, concessivo-condicional de condição mínima, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de natureza retórica, contraste e concessivo-condicional independente. As orações introduzidas por *nem* que atuam na camada do conteúdo proposicional podem desempenhar as

funções concessivo-condicional de condição máxima ou concessivo-condicional de natureza retórica. No entanto, a função preferida para os dois conectores em análise é a concessivo-condicional de condição máxima quando ambos atuam nessa camada.

6.5.2 Camada do estado de coisas (nível representacional)

Às orações que se constituem na camada do conteúdo proposicional, seguem-se aquelas que atuam na camada do estado de coisas, também pertencente ao nível representacional. As orações introduzidas por *nem que* relacionam estado de coisas em 91 das 198 ocorrências; naquelas inseridas pelo conector *nem*, identificamos a atuação nessa camada em 11 dos 31 fragmentos analisados. Ao todo, considerando as ocorrências de *nem que* e *nem*, somam-se 102 casos em que a relação estabelecida pela locução e pelo conector ocorre na camada do estado de coisas, o equivalente a 44,5% dos dados levantados.

O estado de coisas é constituído por um evento e apresenta uma unidade de tempo relativo, de localização e de indivíduos. Segundo Lyons (1977), compreende-se um estado de coisas como entidade de segunda ordem, ou seja, que se localiza no tempo e no espaço e é interpretado de acordo com seu estatuto de realidade. Seguindo essa lógica e em concordância com Parra (2020), os estados de coisas podem ser reais ou não, acontecer ou não, num determinado lugar e num intervalo de tempo; têm como núcleo uma propriedade configuracional, que é composta por uma propriedade que se aplica a um ou mais indivíduos. Abaixo, podemos ver um exemplo em que as orações inseridas por *nem que* e *nem* atuam nessa camada:

88) *O comitê do comércio vai financiar as eleições. Só o Chico, na Casa Congolesca, já deu cinquenta contos. Fora outros. Enfim, como o meu amigo não pode, que se há de fazer..*

– *Eu não sabia disso, aventurou o coronel; o sr. sempre me disse que não se meteria em política **nem que D. João voltasse ao Brasil.***
(19:Fic:Br:Moraes:Igaraunas)

89) *Não era tão bem-dotado quanto se alardeava. – Engano ótico, minha senhora – replicou dona Cotinha, com a autoridade de quem o viu nu e alteradíssimo. – Para diminuir o volume, botaram uma colhoneira no defunto. Um orgulho para qualquer família que se preze: **nem morrendo, negou fogo.** Ao alcance dos olhos,*

a prova. Quem duvidasse, suspeitasse de artifício, tocasse lá nele, se certificasse. (19:Fic:Br:Guerra:Vila)

Nos exemplos (88) e (89), tanto a oração encabeçada por *nem que*, “*nem que D. João voltasse ao Brasil*”, quanto a inserida por *nem*, “*nem morrendo, negou fogo*”, atuam na camada do estado de coisas porque são eventos tematicamente coerentes no sentido de que apresentam unidade e continuidade e contêm descrições de tempo, localização e indivíduos.

No primeiro exemplo (88), o tempo está contido no verbo “voltasse”; a localização, na locução adverbial “ao Brasil”; e o indivíduo é representado pelo nome “D. João”. No segundo excerto, em (89), a oração adverbial inserida por *nem* contém as categorias de tempo e indivíduo, ambas contidas no verbo “negou”. Como se pode perceber, um estado de coisas pode ser localizado no tempo e no espaço e ser avaliado em termos de sua existência sem que haja uma relação hierárquica entre indivíduo, localização e tempo.

Nos dois exemplos expostos, a função exercida pela oração adverbial é concessivo-condicional de condição máxima, pois insere o conteúdo de maior força argumentativa dentro de uma escala de possibilidades implicada pragmaticamente. Essa função predomina nas ocorrências que atuam na camada do estado de coisas. No quadro 37, a seguir, podemos visualizar as demais funções desempenhadas pelas orações adverbiais inseridas por *nem que* e *nem* que atuam nessa camada:

Quadro 37 – Funções desempenhadas por *nem que* e *nem* na camada do estado de coisas

Função	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Concessivo-condicional de condição máxima	58	11	69	67,5%
Concessivo-condicional de condição mínima	17	-	17	16,5%
Concessivo-condicional padrão	10	-	10	10%
Concessivo-condicional de natureza retórica	-	-	-	0%
Contraste	-	-	-	0%
Concessivo-condicional independente	3	-	3	3%
Total	91	11	102	100%

Fonte: própria autora (2022).

Considerando os dados analisados, a locução *nem que*, quando atua na camada do estado de coisas, exerce preferencialmente a função concessivo-condicional de condição máxima. No entanto, também pode desempenhar outras funções: concessivo-condicional de

condição mínima, concessivo-condicional padrão e concessivo-condicional independente. Diferentemente, as orações adverbiais inseridas por *nem* estabelecem, unicamente, a relação concessivo-condicional de condição máxima.

6.5.3 Camada do movimento (nível interpessoal)

Outra camada em que a locução *nem que* e o conector *nem* podem atuar é a do movimento. Ao todo, identificamos 15 ocorrências que relacionam movimentos, o equivalente a 6,6% dos 229 dados analisados. Dessas, dez são inseridas por *nem que* e cinco encabeçadas por *nem*.

A camada do movimento é a mais alta do nível interpessoal. Assim como identificado nas pesquisas de Garcia (2010) e Stassi-Sé (2012), as orações adverbiais que atuam nessa camada não precisam de uma oração principal para se estabelecer no discurso, pois são orações concessivas independentes e estão ligadas a porções textuais apenas por meio de uma relação pragmática. Abaixo, apresentamos os exemplos em que as orações inseridas por *nem que* e *nem* atuam nessa camada:

90) *Entrou no Monte de Socorro Federal. Auxiliado pela Elvira o Totónio tanta malcriação fez, abrindo a boca, pulando, batendo o pé, que convenceu Dona Sinhara. – Crispiniano, não há outro remédio mesmo: vamos dar uma volta com as crianças.*

– ***Nem que me paguem!*** O Totónio fantasiado de caçador de esmeraldas (sugestão nacionalista do Doutor Andrade que se formara em Coimbra) e a Elvira de rosa-chá ameaçaram pôr a casa abaixo. (19:Fic:Br:Castilho:Laranja)

91) *Creio que não será sempre tão.. incivil. Nem sei como podes ficar com esse sangue-frio! A mim faz-me mal aos nervos!*

– *É-me indiferente.*

– *Mas a injúria ao sexo.. não te indigna?*

– *Pouco.*

– *És feliz.*

– *Que queres que eu faça a um homem que diz aquilo? Se não fosse casada era possível que me indignasse mais. Se fosse livre era provável que lhe fizesse o que fizeste ao outro. Mas eu não posso cuidar dessas cousas..*

– *Nem ouvindo a preferência do voltarete? Pôr-nos abaixo da dama de copas! E o ar com que ele diz aquilo! Que calma, que indiferença! – É mau! é mau! – Merecia castigo..* (18:Machado:Linha)

Nos exemplos (90) e (91), a oração introduzida pela locução *nem que* – “*Nem que me paguem!*” – e a oração encabeçada por *nem* – “*Nem ouvindo a preferência do voltarete?*” – não dependem sintática e semanticamente de outras orações, pois estão pragmaticamente relacionadas a fragmentos textuais anteriores a elas. Nesses casos, a oração adverbial atua como uma inserção parentética, nos termos de Jubran (2006). Essas orações correspondem a um movimento, uma vez que se realizam como o acréscimo de uma informação que o falante julga importante para a interação. Logo, estamos diante de uma contribuição autônoma do falante para levar a interação adiante, como postula Garcia (2010).

Em ambos os fragmentos apresentados, as orações adverbiais inseridas por *nem que* e *nem* exercem a função concessivo-condicional de natureza retórica, uma vez que inserem na construção adverbial uma concessão com relação a porções textuais e não se relacionam sintática e semanticamente a uma oração principal. Assim, a natureza da relação estabelecida entre a oração adverbial e as porções textuais é de natureza pragmática. Essa é a função exercida na maioria expressiva das ocorrências que atuam na camada do movimento, como podemos observar no quadro 38, abaixo:

Quadro 38 – Funções desempenhadas por *nem que* e *nem* na camada do movimento

Função	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Concessivo-condicional de natureza retórica	9	5	14	93%
Concessivo-condicional de condição máxima	1	-	1	7%
Concessivo-condicional de condição mínima	-	-	-	0%
Concessivo-condicional padrão	-	-	-	0%
Contraste	-	-	-	0%
Concessivo-condicional independente	-	-	-	0%
Total	10	5	15	100%

Fonte: própria autora (2022).

Conforme o quadro 38, vemos que a locução *nem que*, quando atua na camada do movimento, estabelece a relação concessivo-condicional de natureza retórica em quase todas as ocorrências analisadas. Em um fragmento, observamos que a função desempenhada por

essa locução é concessivo-condicional de condição máxima. As orações introduzidas por *nem*, quando relacionam movimento, estabelecem unicamente a relação concessivo-condicional de natureza retórica.

6.5.4 Camada do ato discursivo (nível interpessoal)

Por fim, constatamos que em apenas duas ocorrências a relação estabelecida ocorre na camada do ato discursivo – o correspondente a 0,9% das 229 orações analisadas. Nesses dois casos em que a oração adverbial atua na camada do ato discursivo, elas são inseridas pela locução *nem que*.

O ato discursivo corresponde à camada que está logo abaixo da camada do movimento; também pertencente ao nível interpessoal, ela constitui a unidade básica de análise da GDF. Quando atuam nessa camada, as orações adverbiais funcionam como *backchannels*, ou seja, como respostas que encorajam o falante a continuar com seu discurso. O estatuto de ato discursivo pode ser atestado pela presença de um modificador (como um advérbio, por exemplo) no primeiro ato. Além do modificador, o estatuto de ato discursivo também pode ser atestado, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), pela possibilidade de inserir o predicado performativo “eu admita que”.

Os atos discursivos são avaliados quanto ao sucesso de sua declaração. Quando os atos se unem numa relação de dependência, há um ato nuclear e um ato subsidiário, e ao ato subsidiário é atribuída uma função retórica de concessão, pois é o ato subsidiário que marca o tipo de relação de dependência estabelecida pelo ato nuclear. Abaixo, trazemos um exemplo em que a oração adverbial atua nessa camada:

92) *Cinquenta por cento pra mim! O resto pode ficar pro que quiserem! Zizi disse: – Eu proponho que o dinheiro inteirinho.. – Nunca! – berrou Nicolau. – A metade tem que ser pra mim! O Tenente Messias disse engrossando a voz: – Eu proponho que se obrigue o Nicolau a dizer já, mas já, imediatamente, **nem que seja à força**, onde é que está o cobre! Nicolau quis falar mas não pôde. (19:Fic:Br:Castilho:Avulsos)*

No exemplo (92), a oração adverbial “*nem que seja à força*” atua na camada do ato discursivo porque se trata de um ato de fala proferido com relação a outro ato, “*Eu proponho que se obrigue o Nicolau a dizer já, mas já, imediatamente,*”. Assim, na primeira oração tem-

se a oração principal definida pela GDF como ato nuclear e, em seguida, realiza-se a oração adverbial ou o ato subsidiário, encabeçada por *nem que*. Nesses casos, estão relacionados dois atos discursivos: um principal, correspondente à oração principal, e um subsidiário, constituído pela oração inserida por *nem que*.

Além disso, é possível perceber a presença do modificador “imediatamente” anterior à locução. Atos discursivos incentivam o falante a continuar a interação; essa estratégia é reconhecida pela teoria como função retórica. Nesses casos, como também observou Fante (2018) nas orações introduzidas por *incluso si*, a oração adverbial tem como propósito comunicativo fazer uma ressalva ou explicação para justificar o ato discursivo subsidiário enunciado anteriormente por meio de um ato discursivo nuclear, com a intenção de conceder algo.

Quanto à função desempenhada pela locução nessa camada, nas duas ocorrências encontradas o valor semântico veiculado foi concessivo-condicional de condição máxima, uma vez que trazem o argumento de maior força argumentativa dentro de uma escala acionada pragmaticamente. No quadro 39, abaixo, podemos visualizar a função que a locução *nem que* e o conector *nem* exercem preferencialmente nos dados analisados, a depender da camada em que atuam:

Quadro 39 – Níveis de atuação, camadas e funções mais recorrentes de *nem que* e *nem*

Nível	Camadas	Função
Representacional	Conteúdo proposicional	Concessivo-condicional de condição máxima
	Estado de coisas	
Interpessoal	Movimento	Concessivo-condicional de natureza retórica
	Ato discursivo	Concessivo-condicional de condição máxima

Fonte: própria autora (2022).

De acordo com os dados apresentados no quadro acima, no nível representacional, tanto na camada do conteúdo proposicional quanto na camada do estado de coisas a função que as orações introduzidas por *nem que* e *nem* desempenham com maior frequência é a concessivo-condicional de condição máxima. No nível interpessoal, na camada do movimento, a função que elas desenvolvem preferencialmente é a concessivo-condicional de natureza retórica; na camada do ato discursivo, a função mais recorrente é a concessivo-condicional de condição máxima.

Diante do exposto, percebe-se que as orações inseridas por *nem que* e *nem* atuam em diferentes níveis e camadas da GDF e apontam um comportamento diversificado na língua portuguesa. Esse comportamento se justifica pela natureza das entidades que a locução *nem que* e o conector *nem* relacionam na construção adverbial. Logo, evidencia-se que as orações adverbiais introduzidas por *nem que* e *nem* atuam, na maioria dos dados, no nível representacional, na camada do conteúdo proposicional – mas também podem estabelecer-se na camada do estado de coisas e, no nível interpessoal, na camada do movimento. Na camada do ato discursivo, também pertencente ao nível interpessoal, atuam somente aquelas orações instanciadas pela locução *nem que*, considerando o *corpus* analisado.

A análise das camadas de atuação das orações prefaciadas pela locução *nem que* e pelo conector *nem* demonstra que esses conectores estão mais gramaticalizados, uma vez que, quanto mais um conector é capaz de articular unidades de diferentes níveis e camadas da GDF, principalmente nos níveis e camadas mais altos, mais gramaticalizados esses itens tendem a estar – ao passo que, quando se restringem mais aos níveis e camadas mais baixos, menos gramaticalizados eles estarão no processo natural de variação das línguas. Dessa forma, percebe-se que em alguns contextos a locução *nem que* mostra-se mais gramaticalizada que o conector *nem*, pois atua nas camadas superiores do nível interpessoal: movimento e ato discursivo. Assim, compreende-se gramaticalização neste trabalho com base no escopo que os conectores *nem que* e *nem* podem alcançar com relação aos níveis e camadas da gramática discursivo-funcional.

6.6 A forma verbal da oração adverbial

O sexto parâmetro analisado diz respeito à forma da oração adverbial. Por meio da análise da forma verbal assumida pela oração adverbial, é possível descrever os diferentes arranjos morfossintáticos nos quais as orações adverbiais inseridas por *nem* e *nem que* podem se manifestar na construção adverbial. Além disso, será possível mapear o tipo de estrutura codificada pela oração adverbial em diferentes contextos de comunicação – e identificar tanto qual é a estrutura verbal preferida dessas construções no *corpus* utilizado como quais são os efeitos dessas escolhas. No quadro 40, podemos observar as formas verbais por meio das quais as orações encabeçadas por *nem que* e *nem* ocorrem:

Quadro 40 – Forma verbal da oração adverbial

Forma verbal	Nem que	Nem	Total	%
Oração finita	198	5	203	88,6%
Reduzida de gerúndio	-	23	23	10%
Oração infinitiva	-	2	2	0,9%
Reduzida de particípio	-	1	1	0,4%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

Como se pode notar a partir dos dados do quadro acima, as orações adverbiais inseridas pelos conectores *nem* e *nem que* se comportam diferentemente quanto à forma verbal manifestada. Em todas as ocorrências com a locução *nem que*, a oração concessiva se manifesta com formas finitas, ou seja, com verbos que expressam as categorias de pessoa, número, tempo e modo em sua estrutura. Por outro lado, as orações introduzidas por *nem* escopam orações reduzidas de gerúndio na maioria das ocorrências, isto é, em 23 construções das 31 analisadas. No entanto, observamos que o *nem* pode inserir orações com verbos em sua forma finita – essa forma verbal ocorreu em cinco das 31 ocorrências –; pode também encabeçar oração infinitiva – duas ocorrências. A estrutura verbal menos frequente nas orações introduzidas por *nem* é a reduzida de particípio, observada em somente uma ocorrência. Abaixo, apresentamos os exemplos das orações com o conector *nem* e a locução *nem que* que se manifestam com essas formas verbais.

6.6.1 Oração finita com *nem que*

93) *Atenção, por favor, atenção: ouço passos e vozes. E risos. Não muitos. Talvez único que se multiplica. E ele, eu sei que é. Os passos próximos, lentos. E uma voz que se arrasta do passado, os olhos duros, “você me paga, **nem que seja no inferno**, você”.. responda! Quem vem lá? (19:Fic:Br:Guerra:Vila)*

94) *As damas que o acompanhavam, embevecidas pelo canto do carachué, queriam ir até onde estava o maravilhoso tenor silvestre. Aí o tapuio se opôs. – Daqui é p’ra casa, disse ele energicamente, **nem que venha abaixo um pedaço do céu velho**. As mulheres, porém, decididas e já de dedo no gatilho, fizeram menção de atirar no mariscador. (19:Fic:Br:Morais:Igaraunas)*

Nos exemplos acima, assim como em todas as demais ocorrências inseridas pela locução *nem que*, a oração concessiva é constituída por um verbo que se encontra em sua forma finita, isto é, conjugado. Logo, as orações inseridas pela locução *nem que* – em “*nem que seja no inferno*” (93) e “*nem que venha abaixo um pedaço do céu velho*” (94) – apresentam os verbos “seja” e “venha”, passíveis de variação com relação às categorias de pessoa, número, tempo e modo.

De acordo com Givón (2001), há uma relação implicacional entre a forma verbal das orações concessivas e o grau de vinculação estabelecido entre a oração principal e a oração concessiva. Conforme o autor, a forma verbal finita tende a ocorrer em construções que apresentam um grau de vinculação semântico-pragmática menor, ou seja, ocorre em construções que apresentam orações menos integradas entre si. Assim como a verificação da correferencialidade, as formas verbais utilizadas nas orações inseridas por *nem que* confirmam que essas orações tendem a ser menos integradas à oração principal.

Diferentemente das orações inseridas pela locução *nem que*, as orações inseridas pelo conector *nem* se realizam, em grande parte das ocorrências, com formas reduzidas de gerúndio: identificamos 23 ocorrências com essa forma de um total de 31. No entanto, também ocorrem com formas finitas em cinco ocorrências; com oração infinitiva, em duas ocorrências; e em uma única oração a forma verbal utilizada é a reduzida de particípio. Abaixo, apresentamos os exemplos das orações inseridas pelo conector *nem* que se manifestam por meio dessas formas verbais.

6.6.2 Oração reduzida de gerúndio com *nem*

95) *É isso mesmo – continuou Umbelina em ar de gracejo –, já não conhece os seus amigos velhos ou daqui a pouco é senhor padre, senhor vigário, e nem há de querer mais olhar para a gente, não é assim, senhor Eugeninho? – Não diga isso **nem brincando**, tia Umbelina – replicou Eugênio cada vez mais enfiado. – Deus me livre de fazer pouco caso de ninguém,... (18:Guimarães:Seminarista)*

No exemplo (95), observamos que a forma verbal da oração adverbial “*Não diga isso nem brincando*” se manifesta como uma oração reduzida de gerúndio, pois o verbo presente na oração, “brincando”, não pode variar quanto à expressão de categorias como pessoa, número, tempo e modo. Logo, apresenta-se em forma de oração infinita reduzida de

gerúndio. Nessas orações, apesar da presença do conector *nem*, o verbo se encontra em sua forma nominal, no gerúndio.

De acordo com a relação implicacional formulada por Givón (2001), quanto mais integrados cognitiva e semanticamente são os eventos da oração principal e da oração concessiva, mais recorrente é o uso das formas nominais do verbo. Logo, percebe-se que as orações encabeçadas por *nem* que apresentam verbos não finitos (gerúndio, particípio ou infinitivo) tendem a estabelecer uma relação mais integrada com a oração principal. Nesses casos, portanto, pode-se afirmar que há um maior grau de vinculação semântico-pragmático entre as orações que compõem a construção concessivo-condicional.

6.6.3 Oração finita com *nem*

O segundo tipo mais comum de forma verbal da oração adverbial introduzida por *nem* é a oração finita. Nessas orações, o verbo apresenta-se em sua forma conjugada; por isso, é possível reconhecer por meio de sua estrutura a presença de categorias de pessoa, número, tempo e modo. Vejamos um exemplo desse uso abaixo:

96) *Considero de mau gosto vê-la coroando a Virgem. Falou e se arrepiou, começava a acontecer a previsão de Filomena – a coisa-ruim ajeitando de se instalar entre nós. Apenas um pensamento, a opinião do padre abafou-se nos aplausos, a maioria gostou. Principalmente os herdeiros, todos emocionados, agradecendo a Libório: – **Nem se o senhor fosse filho faria algo melhor.** Também, suspirou Libório, se nascesse das entranhas de Sofia, não a saberia tanto. Conheceu-a na amizade, nas longas conversas íntimas, ela observando, provocando quase sempre para um dia, de repente, externar opinião. E falou toda a verdade, exato o acontecido – incrível a dona Sofia, se contasse lá no Rio, diriam que inventava, só combinado com o demo alguém comportava assim. (19:Fic:Br:Abreu:Santa)*

No exemplo (96), a oração adverbial “– *Nem se o senhor fosse filho faria algo melhor*” apresenta-se com o verbo “fosse” em sua forma finita, ou seja, conjugada, uma vez que a flexão verbal é possível nesses casos. Ao contrário do exemplo anterior, e com base no postulado de Givón (2001), as construções com formas verbais finitas normalmente apresentam um grau menor de vinculação semântico-pragmática entre as orações que a compõem, a saber, entre a oração principal e a oração subordinada. Logo, nesses usos de *nem*,

as orações adverbial e concessivo-condicional estão menos integradas uma à outra.

6.6.4 Oração infinitiva e oração reduzida de particípio com *nem*

De todos os tipos de orações que podem ser inseridas pelo conector *nem*, aquelas que apresentam a forma verbal por meio de oração infinitiva e por meio de oração reduzida de particípio são as menos comuns no *corpus* analisado. Em seguida, comentamos os exemplos desses usos.

6.6.4.1 Oração infinitiva

97)– *Quer enganar-me, José? Para que eu acreditasse em suas palavras fora preciso não o ter visto levantar há pouco a faca para seu pai. – É verdade; assim foi. Eu estava fora de mim – respondeu com ar pesaroso que indicava remorso, vergonha e arrependimento do feio ato que tinha praticado. Mas que importa isso? continuou ele. O tanto matar já me aborrece, e eu quero mudar de vida. – Não creio, não posso crer no que você diz – observou Luísa. – **Nem se eu jurar?** – Eu sei.. – Que razão tem para duvidar tanto de mim, Luisinha? Estou vendo que você nunca me quis bem. – Eu é que posso dizer isso de você. – Se eu não lhe quisesse bem, não a tinha deixado livre como está. (18:Távora:Cabeleira)*

6.6.4.2 Oração reduzida de particípio

98) *Que só de pensar nisto, estou tremelicando toda por dentro e por fora, que nem passarinha de carneiro.. e um pucarinho d'água benta com seu raminho de alecrim, que todos os domingos trago do colégio, que me dão os bons padres. Santos homens, agarradinhos, é verdade, que **nem escorropichado sai daí um tostão..** Ia continuar a Pôncia, tosando um tanto a pele aos jesuítas, com que aliás tinha suas privanças; mas agitaram-se outra vez as turmas de gente que cercavam a casa da Câmara por não poderem penetrar no interior, e foi a beguina enrolada em um remoinho, produzido pelo retrocesso da multidão. (18:Alencar:Garatuja)*

Nos exemplos (97) e (98), o conector *nem* introduz orações em sua forma não finita ou infinita. Na primeira ocorrência (97), a oração adverbial interrogativa “*Nem se eu jurar?*” é

composta pelo verbo “jurar”, o qual se encontra em sua forma infinitiva, ou seja, não conjugada. Nesse caso, entende-se que o *nem* escopa toda a oração “*se eu jurar?*”. No segundo exemplo (98), a oração adverbial inserida por *nem* – “*que nem escorropichado sai daí um tostão*” – é proferida com o verbo “escorropichado”, o qual se encontra em sua forma nominal, no particípio. Logo, nos dois casos, não é possível a flexão verbal dentro das categorias pessoa, número, tempo e modo. É válido retomar que, nesses usos, a morfologia do verbo implica uma relação mais integrada entre as orações adverbial e principal e um maior grau de vinculação entre essas orações do ponto de vista semântico-pragmático na perspectiva de Givón (2001).

Diante dos dados apresentados, podemos mencionar que a locução *nem que* está mais presa às formas verbais finitas, ou seja, àqueles verbos que apresentam flexão e variação verbal – ao passo que o conector *nem* é mais flexível quanto à forma verbal que o acompanha e pode ser preferencialmente, nos dados catalogados, seguido de orações reduzidas de gerúndio; também pode ser seguido de orações finitas, orações infinitivas e, com menor frequência, acompanha as orações reduzidas de particípio.

6.7 A factualidade da oração adverbial

O sétimo fator analisado refere-se à factualidade da oração adverbial. A verificação desse parâmetro evidencia a proposição assumida pelos interlocutores, tendo em vista o conhecimento sobre o mundo em que vivem. Nesse sentido, a factualidade distingue as orações concessivas quanto à probabilidade de ocorrência do evento enunciado em factuais, eventuais e contrafactuais. O quadro 41, abaixo, traz a frequência de ocorrência das orações prefaciadas pela locução *nem que* e pelo conector *nem*, a depender da factualidade:

Quadro 41 – Factualidade da oração adverbial

Factualidade da oração adverbial	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Contrafactual	113	5	118	51,5%
Eventual	85	4	89	38,9%
Factual	-	22	22	9,6%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

As orações adverbiais que são objeto de estudo desse trabalho se comportam de forma distinta com relação à factualidade, como se pode observar nos dados dispostos no quadro 41. As orações inseridas por *nem que* ocorrem como orações contrafactuais na maioria dos casos, e também podem ocorrer como orações eventuais com menor frequência. Por outro lado, o conector *nem* ocorre na maior parte das ocorrências em orações factuais; pode igualmente encabeçar orações contrafactuais e, com menor frequência, inserir orações eventuais.

As orações introduzidas pela locução *nem que*, na maioria das ocorrências do *corpus* analisado, realizam-se através de formas contrafactuais: das 198 orações analisadas, 113 manifestam-se como não factuais. Vejamos em seguida um exemplo em que a locução *nem que* acompanha esse tipo de oração.

6.7.1 *Nem que* acompanhando orações contrafactuais

99) *MEDIDA DE UTILIDADE Neste ponto, dispomos de uma definição operacional – e, por incrível que pareça, formal – de utilidade, o que representa um salto qualitativo. Mas não alto o suficiente: o ideal seria dispor de uma definição de medida de utilidade, **nem que fosse meramente para poder ordenar listas de candidatos a correção**. Felizmente, os elementos de que já dispomos se prestam naturalmente a essa extensão. A idéia é simples: transformar os atributos do argumento de utilidade em grandezas contínuas e definir algo como a força de um argumento de utilidade.* (19Ac:Br:Lac:Misc)

As construções concessivas contrafactuais caracterizam-se por expressar uma hipótese em que se nega um fato ou em que se contraria uma informação sobre a realidade. No exemplo acima (99), vemos que a oração prefaciada pela locução *nem que* é uma oração concessivo-condicional de condição mínima; nesses casos, o conteúdo transmitido por essas orações trata-se de uma hipótese que contém o mínimo aceitável para a realização do evento descrito na oração principal. Assim, a oração “*nem que fosse meramente para poder ordenar listas de candidatos a correção*” apresenta um conteúdo incerto, uma vez que o tempo e modo verbal é o pretérito imperfeito do subjuntivo, que contém o mínimo necessário para a concretização do conteúdo proferido na oração principal “*o ideal seria dispor de uma definição de medida de utilidade*”. Na oração principal, o tempo e modo verbal é o futuro do pretérito do indicativo.

Pelo fato de ambos os tempos verbais, tanto da oração adverbial quanto da oração principal, remeterem ao passado, vemos que essas são proposições que não ocorrerão. As proposições contrafactuais são aquelas em que o conteúdo expresso pela oração adverbial tem menor probabilidade de ocorrer; logo, quanto mais próximas do polo não factual, mais o conteúdo é concebido como incerto e menos realizável.

Quando realizadas a partir de proposições não factuais, as orações adverbiais inseridas por *nem que* ocorrem na maioria das ocorrências analisadas na posição posposta, ou seja, após a oração principal, como fica evidente no exemplo apresentado.

6.7.2 *Nem que* acompanhando orações eventuais

Na sequência das orações contrafactuais, a locução concessiva insere as orações adverbiais eventuais. Entre as 198 ocorrências analisadas, as proposições assumidas na oração adverbial são semifactuais em 85 casos. Em seguida, comentamos um exemplo em que a oração acompanhada por *nem que* apresenta um conteúdo eventual:

- 100) *Segundo funcionários de o Banco Central em o Rio, o processo de incineração, todo feito em o Rio, é responsável por a destruição de aproximadamente 70 % de as cédulas retiradas de circulação. O restante de o dinheiro é triturado por máquinas em Brasília e em oito capitais de Estados, e vira lixo, porque ainda não existe em o país tecnologia de reciclagem de papel-moeda, devido a problemas químicos. nbr-fol-13149## O segundo ângulo é o psicológico. Itamar Franco é um complexado e tenta por todos os meios mostrar-se poderoso. **Nem que tenha de praticar humilhações públicas.** Ele ganhou de presente a Presidência da República. Chegou lá não por os seus méritos, mas por as falhas de Collor. (19N:Br:Folha)*

As construções concessivas eventuais, por sua vez, expressam um acontecimento que ainda não se realizou, mas que pode se concretizar. No exemplo apresentado (100), o conteúdo expresso por meio da oração adverbial “*Nem que tenha de praticar humilhações públicas*” ainda não se realizou, mas pode vir a se realizar diante do que é enunciado na oração principal, “*Itamar Franco é um complexado e tenta por todos os meios mostrar-se poderoso*”. A interpretação semifactual é possível, uma vez que a oração principal é proferida no presente do indicativo por meio dos verbos “é” e “tenta”, enquanto a oração adverbial se

realiza com o verbo no presente do subjuntivo. Logo, a proposição expressa na construção em análise é passível de concretização.

Quando realizadas a partir de proposições eventuais, as orações adverbiais encabeçadas pela locução *nem que* tendem a ocorrer também pospostas à oração principal, como ocorre com as orações adverbiais contrafactuais. Não identificamos nenhuma ocorrência em que a locução *nem que* acompanha orações adverbiais factuais.

6.7.3 *Nem* acompanhando orações factuais

Diferentemente do comportamento da locução *nem que*, o conector *nem* se manifesta na maior parte das ocorrências encabeçando orações adverbiais factuais. Entre as 31 orações analisadas, 22 descrevem proposições consideradas verdadeiras. Vejamos um exemplo:

- 101) *á pra mim, ninguém me tira da cabeça que ali anda tentação do cão.. Ali anda rabo de demônio! – Ou talvez de saia.. acudiu o hortelão, coçando a cabeça. – Credo, mestre Jerônimo! Não diga isso **nem brincando**, que brada aos céus! Aquilo é um santo! (18:Azevedo:Mortalha)*

As construções concessivas factuais apresentam em sua constituição um contraste de valores. Assim, nessas estruturas, a oração subordinada manifesta um contra-argumento com relação ao evento expresso na oração principal. Nesses casos, tanto o conteúdo da oração principal quanto o da oração adverbial é proferido como verdadeiro e/ou assertivo.

No exemplo (101), percebe-se que a oração principal “*Não diga isso*” é expressa como verdadeira e como uma certeza, pois o verbo da oração, “*diga*”, encontra-se no imperativo – e a oração adverbial “*nem brincando*” igualmente transmite a ideia de verdade/assertividade por meio da forma infinita do verbo, que se realiza como oração reduzida de gerúndio.

Além disso, no exemplo apresentado, a oração concessivo-condicional expressa a condição máxima em “*nem brincando*”, que contrasta com o conteúdo da oração principal “*Não diga isso*” e é posto como o argumento mais forte, de maior peso argumentativo dentro de uma escala implicada pragmaticamente. A oração adverbial “*nem brincando*” contraria o fato de alguém dizer “*Não diga isso*”, uma vez que, quando se brinca ou se diz algo brincando, a brincadeira não tem caráter de verdade, mas de distração.

Nesse tipo de construção, o falante se compromete com a verdade das informações. Assim, quanto menos hipotética, maior é probabilidade de ocorrer. Logo, as orações factuais

apresentam um grau menor de hipoteticidade, e são, portanto, mais realizáveis, pois são conteúdos concebidos como certos/assertivos/verdadeiros.

Mais da metade das orações inseridas pelo conector *nem* que correlacionam conteúdos factuais ocorrem antepostas.

6.7.4 *Nem* acompanhando orações contrafactuais e eventuais

O número de ocorrências em que o conector *nem* relaciona conteúdos contrafactuais e eventuais apresenta uma diferença discreta. Entre as 31 orações analisadas, em cinco o conector articula conteúdos contrafactuais, e em quatro associa conteúdos eventuais.

Vejamos um exemplo em que o conector *nem* relaciona conteúdos contrafactuais:

102) *Até revelou-lhe um segredo, um segredo muito honroso. Na verdade, Paulo Bento conformou-se com o genro após conhecer o caso: aquele espanhol fugira porque matara a família do assassino do pai, limpou a honra em sangue, a honra e a dor, ao jeito de homem macho: – **Nem se nascesse em Minas**, bom herdeiro das Gerais, ele faria melhor – aprovou o coronel, emprestando ao estrangeiro uma fazenda das boas, perto de Santa Sofia. Escolha apropriada, Jesus a enobreceu, arrancou lucro dos pastos. Das quatro filhas casadas, nenhuma acertara tanto quanto a infeliz da Tecla – infeliz, coisa nenhuma, bastava ver-lhe o sorriso, o espanhol, um sabido, entendia além das terras, pelo jeito da menina, entendia de mulher. (19:Fic:Br:Abreu:Santa)*

Nas orações adverbiais contrafactuais, o conteúdo da oração concessiva é expresso como incerto, não assertivo e com pouca probabilidade de realização. No exemplo exposto acima (102), vemos que o conteúdo da oração adverbial “*Nem se nascesse em Minas, bom herdeiro das Gerais*” e o conteúdo proferido na oração principal “*ele faria melhor*” trazem os verbos “*nascesse*” e “*faria*” com referência ao passado. Logo, o que é enunciado no passado já não pode mais ocorrer. Por esse motivo, as orações concebidas como não factuais apresentam uma menor probabilidade de ocorrência.

A maior parte das orações adverbiais contrafactuais tende a ocorrer na posição anteposta à oração principal, como se pode notar no exemplo comentado.

Com menor frequência, o conector *nem* relaciona conteúdos eventuais. Entre as 31 orações analisadas, quatro orações adverbiais são semifactuais. Em seguida, comentamos um exemplo em que o *nem* articula orações eventuais:

- 103) *Acontece que o ajuste da economia tem sido em cima dos pequenos e médios por conta da elevadíssima taxa de juros. O governo alega que tem de ficar assim para equilibrar as finanças. Claro, está alta porque financia o déficit interno. Se baixar, o governo não vai suportar porque a pressão das taxas é precisamente dos credores da dívida interna brasileira. Não estou vendo saídas.*
JC – *Nem sendo, o próximo, ano eleitoral?* (19Or:Br:Intrv:Com)

A oração adverbial do exemplo (103), “*Nem sendo, o próximo, ano eleitoral?*”, transmite um conteúdo que ainda não ocorreu, mas que futuramente (no próximo ano) pode ocorrer. Logo, estamos diante de uma oração semifactual porque, apesar de ainda não ter se realizado, pode se concretizar.

Uma constatação relevante sobre as orações adverbiais semifactuais é que quase todas estabelecem a relação concessivo-condicional de natureza retórica; por esse motivo, tendem a ocorrer na posição posposta a uma porção textual. Nas orações concessivo-condicionais de natureza retórica, não há uma relação de dependência sintático-semântica entre a oração adverbial e uma oração principal. Nesses casos, a oração adverbial está relacionada pragmaticamente a uma série de porções textuais anteriores ou posteriores a ela.

De modo geral, podemos afirmar que são variadas as proposições assumidas pelos interlocutores, tendo em vista o conhecimento sobre o mundo em que vivem, na expressão de relações adverbiais concessivas. Além disso, observamos que cada elemento conector (*nem que* e *nem*) articula preferencialmente uma proposição em detrimento de outra no *corpus* analisado e que, a depender da factualidade apresentada na oração adverbial, é mais comum uma determinada posição.

Em resumo, a locução *nem que* associa na maioria das ocorrências conteúdos contrafactuais, mas também pode relacionar conteúdos eventuais com menor frequência. Tanto nas orações adverbiais contrafactuais quanto nas orações adverbiais eventuais, a posição mais recorrente é a posposição.

Nas orações prefaciadas pelo conector *nem*, a factualidade e a posição das orações adverbiais são mais diversificadas: na maior parte das orações, *nem* relaciona conteúdos factuais em que a posição mais recorrente é a posposição. Na sequência das orações factuais,

nem articula orações adverbiais com conteúdos contrafactuais e aparece na posição anteposta na maioria das ocorrências. Por fim, o conector *nem* associa conteúdos eventuais em algumas ocorrências e, nesses casos, a posição mais comum da oração adverbial é posposta a uma porção textual.

6.8 A correlação modo-temporal entre a oração principal e a oração adverbial

O oitavo parâmetro analisado contempla a correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial. A observação da correlação modo-temporal nos permite verificar as combinações possíveis e mais comuns entre os conectores. Além disso, na análise das formas verbais, é possível identificar se há correlação entre o valor veiculado pelas orações e o tempo e o modo verbal. No quadro 42, abaixo, podemos visualizar as correlações encontradas nas orações adverbiais que ocorrem com a locução *nem que* e com o conector *nem*:

Quadro 42 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial

Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Presente do indicativo + presente do subjuntivo	62	-	62	27,1%
Pretérito imperfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	32	-	32	14%
Futuro do pretérito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	27	3	30	13,1%
Presente do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	23	-	23	10%
Pretérito perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	13	-	13	6,7%
Futuro do presente do indicativo + presente do subjuntivo	12	-	12	6,2%
Pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	8	-	8	3,5%
Presente do indicativo + gerúndio	-	8	8	3,5%
Futuro do subjuntivo + presente do indicativo	1	3	4	1,7%
Pretérito perfeito do indicativo + presente do subjuntivo	4	-	4	1,7%
Presente do indicativo + presente do indicativo	2	2	4	1,7%

Pretérito imperfeito do indicativo + gerúndio	-	4	4	1,7%
Presente do subjuntivo + gerúndio	-	4	4	1,7%
Pretérito perfeito do indicativo + gerúndio	-	3	3	1,3%
Futuro do subjuntivo + presente do subjuntivo	1	1	2	0,9%
Gerúndio + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	-	2	0,9%
Presente do subjuntivo + presente do subjuntivo	2	-	2	0,9%
Presente do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	-	2	0,9%
Infinitivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	-	2	0,9%
Futuro do pretérito do indicativo + gerúndio	-	2	2	0,9%
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	1	-	1	0,4%
Imperativo afirmativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	1	-	1	0,4%
Presente do indicativo + pretérito mais-que-perfeito do indicativo	1	-	1	0,4%
Presente do indicativo + futuro do presente do indicativo	1	-	1	0,4%
Infinitivo + presente do subjuntivo	1	-	1	0,4%
Presente do indicativo + particípio	-	1	1	0,4%
Total	198	31	229	100%

Fonte: própria autora (2022).

A partir dos dados apresentados no quadro 42, depreende-se que os comportamentos da locução *nem que* e do conector *nem* são diferentes com relação à codificação de modos e tempos verbais. Por isso, logo abaixo, comentamos somente as correlações estabelecidas por *nem que* e, posteriormente, aquelas relacionadas pelo conector *nem*.

Quadro 43 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por *nem que*

Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por <i>nem que</i>		Ocorrências	%
1	Presente do indicativo + presente do subjuntivo	62	31%
2	Pretérito imperfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	32	16%

3	Futuro do pretérito + pretérito imperfeito do subjuntivo	27	14%
4	Presente do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	23	12%
5	Pretérito perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	13	7%
6	Futuro do presente do indicativo + presente do subjuntivo	12	6%
7	Pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	8	4%
8	Pretérito perfeito do indicativo + presente do subjuntivo	4	2%
9	Presente do indicativo + presente do indicativo	2	1%
10	Gerúndio + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	1%
11	Presente do subjuntivo + presente do subjuntivo	2	1%
12	Presente do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	1%
13	Infinitivo + pretérito imperfeito do subjuntivo	2	1%
14	Futuro do subjuntivo + presente do indicativo	1	1%
15	Futuro do subjuntivo + presente do subjuntivo	1	1%
16	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	1	1%
17	Imperativo afirmativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	1	1%
18	Presente do indicativo + pretérito mais-que-perfeito do indicativo	1	1%
19	Presente do indicativo + futuro do presente do indicativo	1	1%
20	Infinitivo + presente do subjuntivo	1	1%
Total		198	100%

Fonte: própria autora (2022).

As construções adverbiais que apresentam a locução *nem que* manifestam, na maioria das vezes, a seguinte correlação modo-temporal: presente do indicativo (na oração principal) + presente do subjuntivo (na oração adverbial). Essa correlação se repete em 62 construções, o equivalente a 31% das orações analisadas que contêm essa locução. Abaixo, demonstramos um exemplo em que essa correlação se expressa:

- 104) *Fez, e não vá sem resposta--concluiu o surrador--; olhe se se lembra que eu, quando a sua filha fugiu com o segundo-sargento, não fui a sua casa. Importa-me*

*lá que as filhas dos outros fujam, **nem que as leve o Diabo!** #155 Depois que as visitas saíram despedidas com a mais original ingratidão que tenho divulgado em letra redonda, Joaquim Pereira dirigiu à filha palavras extraordinariamente meigas. (18:Branco:Viúva)*

No exemplo (104), a oração principal “*Importa-me lá que as filhas dos outros fujam*” apresenta o verbo “importa” no presente do indicativo, e a oração adverbial “*nem que as leve o Diabo!*” é realizada com o verbo “leve” no presente do subjuntivo. No fragmento acima, tanto o presente do indicativo, na oração principal, quanto o presente do subjuntivo, na oração adverbial, codificam uma leitura factual para essa construção. Nesses casos, o conteúdo transmitido pelas orações é proferido como verdadeiro e assertivo. Logo, o falante está comprometido com a verdade da informação. Além disso, o indicativo e o subjuntivo são formas verbais que indicam menor dependência sintático-semântica entre a oração principal e a adverbial porque ambas podem apresentar verbos com tempo e modos distintos, como postula Garcia (2010).

Em seguida, a correlações que aparecem e também se mostram produtivas quando se utiliza a locução *nem que* são: pretérito imperfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; futuro do pretérito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; presente do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; e pretérito perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo. Como se pode perceber, a correlação modal indicativo x subjuntivo é muito comum nas orações prefaciadas pela locução *nem que*. Com relação ao tempo verbal, podemos afirmar que, além do presente, tanto na oração principal quanto na oração subordinada, variadas formas de pretérito se mostraram produtivas acompanhando essa locução.

Apesar de mencionar acima as correlações verbais mais recorrentes das orações encabeçadas pela locução *nem que*, outras correlações, apesar de menos frequentes, também são possíveis, tais como: futuro do presente do indicativo + presente do subjuntivo; pretérito imperfeito do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo; pretérito perfeito do indicativo + presente do subjuntivo; presente do indicativo + presente do indicativo; gerúndio + pretérito imperfeito do subjuntivo; presente do subjuntivo + presente do subjuntivo; presente do subjuntivo + pretérito imperfeito do subjuntivo; infinitivo + pretérito imperfeito do subjuntivo; futuro do subjuntivo + presente do indicativo; futuro do subjuntivo + presente do subjuntivo; pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; pretérito mais-que-perfeito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; imperativo

afirmativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; presente do indicativo + pretérito mais-que-perfeito do indicativo; presente do indicativo + futuro do presente do indicativo e infinitivo + presente do subjuntivo.

Na sequência, apresentamos as correlações observadas nas construções que se constituem com o conector *nem*.

Quadro 44 – Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por *nem*

Correlação modo-temporal entre as orações principal e adverbial estabelecida por <i>nem</i>		Quantidade	%
1	Presente do indicativo + gerúndio	8	26%
2	Pretérito imperfeito do indicativo + gerúndio	4	13%
3	Presente do subjuntivo + gerúndio	4	13%
4	Futuro do pretérito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo	3	10%
5	Futuro do subjuntivo + presente do indicativo	3	10%
6	Pretérito perfeito do indicativo + gerúndio	3	10%
7	Presente do indicativo + presente do indicativo	2	6%
8	Futuro do pretérito do indicativo + gerúndio	2	6%
9	Futuro do subjuntivo + presente do subjuntivo	1	3%
10	Presente do indicativo + particípio	1	3%
Total		31	100%

Fonte: própria autora (2022).

As construções adverbiais que contemplam o conector *nem* se mostraram mais restritas no *corpus* analisado, quando comparadas às construções com a locução *nem que* no que se refere às correlações modo-temporais. Verificamos que com o conector *nem* ocorre com maior frequência na seguinte correlação modo-temporal: presente do indicativo (na oração principal) + gerúndio (na oração adverbial). Essa correlação se manifestou em oito ocorrências entre as 31 analisadas – o que corresponde a 26% das orações com o conector *nem*. Em seguida, apresentamos um exemplo com essa correlação:

- 105) *Não cercam a morada lutuosa Os salgueiros, os fúnebres ciprestes, Nem lhe guarda os umbrais da sepultura Pesada laje de espartano mármore, Somente*

*levantado em quadro negro Epitáfio se lê, que impõe silêncio! – Descansam neste lar caliginoso O mísero cativo, o desgraçado.. Aqui não vem rasteira a vil lisonja Os feitos decantar da tirania, **Nem ofuscando a luz da sã verdade** Eleva o crime, perpetua a infâmia. Aqui não se ergue altar ou trono d'ouro ao torpe mercador de carne humana. (18:Gama:Trova)*

No exemplo apresentado acima (105), a oração adverbial “*Nem ofuscando a luz da sã verdade*” traz o verbo “ofuscar” em sua forma infinita, no gerúndio – “ofuscando” –, e a oração principal que se encontra logo em seguida, “*Eleva o crime, perpetua a infâmia*”, é proferida com os verbos “eleva” e “perpetua” no presente do indicativo.

A presença de uma forma verbal finita na oração principal e não finita na oração adverbial codifica uma leitura factual nesse tipo de relação, assim como se observou nas construções com a locução *nem que*. Devido à leitura factual, os eventos descritos na oração principal e na oração adverbial são expressos como verdadeiros, uma vez que o falante está comprometido com a verdade das informações. Pelo fato de o conector *nem* correlacionar orações que apresentam formas verbais distintas – um verbo finito na oração principal e um verbo em sua forma não finita na oração adverbial –, pode-se considerar que, nesses casos, estamos diante de orações que apresentam uma maior dependência sintático-semântica, uma vez que os verbos não finitos dependem do tempo e do modo do verbo presente na oração principal, conforme Garcia (2010).

Como se pode observar no quadro 44, acima, as correlações de formas finitas com formas não finitas de gerúndio são bem produtivas nas orações adverbiais com o conector *nem*, pois além da correlação presente do indicativo + gerúndio, há as correlações pretérito imperfeito do indicativo + gerúndio e presente do subjuntivo + gerúndio. Com menor frequência, as seguintes correlações foram identificadas: futuro do pretérito do indicativo + pretérito imperfeito do subjuntivo; futuro do subjuntivo + presente do indicativo; presente do indicativo + presente do indicativo; futuro do pretérito do indicativo + gerúndio; futuro do subjuntivo + presente do subjuntivo e presente do indicativo + particípio.

Com a análise das correlações modo-temporais das orações com *nem que* e *nem*, podemos observar que esses conectores manifestam correlações diferentes: a locução *nem que* encabeça em todas as suas ocorrências orações com verbos em sua forma finita, preferencialmente no subjuntivo – mas também podem aparecer no indicativo. As orações prefaciadas pelo conector *nem* tendem a ocorrer com verbos em sua forma não finita,

principalmente com gerúndio, mas também podem aparecer as formas verbais no particípio e, com menor frequência, com as formas finitas do subjuntivo e do indicativo.

6.9 O gênero textual

O gênero textual constitui o nono fator de análise. Ao observar as ocorrências da locução *nem que* e do conector *nem* considerando-se o gênero textual, buscamos identificar se o uso de um ou outro conector é favorecido ou suspenso por um determinado gênero textual. No quadro 45, abaixo, podemos observar a distribuição dos usos de *nem que* e *nem* entre os gêneros contemplados pelo *Corpus do Português*:

Quadro 45 – Gênero textual

Gênero textual	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Ficção	173	29	202	88,2%
Oral	9	2	11	4,8%
Notícia	9	-	9	3,9%
Acadêmico	7	-	7	3,1%
Total	198	31	229	100

Fonte: própria autora (2022).

Os dados do quadro acima nos mostram que a probabilidade de ocorrência das orações adverbiais prefaciadas pela locução *nem que* e pelo conector *nem* é semelhante quando consideramos os gêneros ficção e oral.

Na maioria significativa das ocorrências, esses conectores ocorrem em textos do gênero ficção. Entre os 198 fragmentos analisados nos quais a oração adverbial é introduzida pela locução *nem que*, elas aparecem no gênero ficção em 173 casos. De um total de 31 orações introduzidas pelo conector *nem*, 29 também se manifestam nesse gênero. Juntas, as ocorrências das orações com os dois conectores correspondem a 88,2% do *corpus* investigado. Na sequência, apresentamos os exemplos em que os conectores *nem que* e *nem* instauram orações no gênero ficção:

106) *senhora é que tem culpa de tudo isto com os seus caprichos.. Opinião*

– *E você? Zé*

– *E se nós fizermos as pazes? Boato*

- *O quê? Zé (A Boato)*
- *Sai-te daqui para fora.. Opinião*
- *Eu não faço as pazes **nem que você me vista do novo dos pés à cabeça.** Boato*
- *E eu sei onde há excelentes e baratíssimas popelines. (18:Azevedo:Rio)*

107) *Caramba, come dicono gli spagnuoli! Mas tinha um desgosto. Desgosto patriótico e doméstico. Tanto o Lorenzo como o Bruno (Russinho para a saparia do Brás) não queriam saber de falar italiano. **Nem brincando.** O Lorenzo era até irritante. (19:Fic:Br:Castilho:Brás)*

As orações adverbiais inseridas pela locução *nem que* e pelo conector *nem* se mostraram muito produtivas em textos do gênero ficção no *corpus* analisado. Esse gênero textual favorece os usos do tipo de oração adverbial estudada. A ficção é um gênero textual em que predominam os segmentos narrativos e se encontra mais próxima do polo da escrita. Acreditamos que a alta frequência de uso das relações concessivas nesse gênero ocorra devido à complexidade que envolve essas construções, pois as relações concessivas demandam maior esforço cognitivo para serem formuladas. Logo, relações que demandam maior empenho cognitivo do falante tendem a ser mais utilizadas nos gêneros com características mais próximas da escrita, uma vez que a escrita pode ser mais planejada e mais bem elaborada.

Na língua escrita, de acordo com Neves (2012), há um forte planejamento prévio. Ela é, portanto, bem planejada – a ênfase maior recai sobre como dizer para bem dizer. Na escrita, predomina a linearidade; além disso, no ofício da produção do texto escrito, há total liberdade a quem escreve, em seu isolamento, para avaliar, direcionar e redirecionar sua elaboração textual. Quem escreve tem certo controle sobre tudo aquilo que enunciou, devido ao registro gráfico à sua disposição. Na língua escrita, portanto, os fenômenos conversacionais vêm de estratégias e processamentos mais conscientes.

Por outro lado, os gêneros que se aproximam mais da fala caracterizam-se por apresentar um planejamento simultâneo à produção; assim, se coloca mais ênfase no que se quer comunicar e no próprio ato de interação. Isso aponta para um monitoramento da produção e da recepção, que são sempre simultâneas ao planejamento; além disso, quem fala não pode controlar seus enunciados já produzidos.

O que se pretende a partir dessa discussão é reconhecer que, embora pertençam à mesma gramática, as modalidades falada e escrita apresentam suas particularidades – e tanto

uma quanto a outra são práticas multissistêmicas, isto é, não atuam numa única dimensão expressiva, mas podem valer-se de outros recursos além da oralidade e da grafia.

O funcionalismo defende a existência de um sistema gramatical único para ambas as modalidades da língua, as quais, no entanto, apresentam suas especificidades de uso. Portanto, aqui reconhecemos que língua falada e língua escrita são metodologicamente comparáveis, pois o fato de apresentarem suas peculiaridades de uso não implica propor uma dicotomia. O falado e o escrito diferem-se quanto aos modos de aquisição, aos métodos de produção, transmissão e recepção e mesmo quanto a estruturas de organização, e essas diferenças constitutivas de cada modalidade geram repercussão na interação. No entanto, apesar das diferenças, considera-se nessa pesquisa que há um *continuum* entre a língua falada e a língua escrita. Dessa forma, a língua falada e a língua escrita não são compreendidas como duas modalidades estanques.

Diante da discussão apresentada, ressaltamos a ideia de que fala e escrita constituem modalidades distintas e as diferenças entre elas não são exclusivas nem categóricas, mas sim graduais e contínuas, como afirma Marchuschi (2006), uma vez que não existe uma propriedade que seja encontrada unicamente em uma dessas modalidades e que se faça presente em todos os gêneros textuais, autorizando uma dicotomização entre fala e escrita. Logo, consideramos neste estudo que as especificidades nos usos do conector *nem* e da locução *nem que* não se justificam por uma polarização entre texto falado e texto escrito.

Estudos como o de Neves (2002), voltado ao fenômeno da concessão, comprovam que a frequência de estruturas concessivas pode variar entre uma modalidade e outra. Neves (2002), ao analisar a ocorrência de orações adverbiais no português falado e escrito, observou uma maior frequência das orações concessivas na modalidade escrita, assim como também ocorre no *corpus* aqui analisado.

O uso menos recorrente de subordinadas concessivas em textos orais também foi verificado no inglês por Barth (2000 apud PARRA, 2016). Os resultados obtidos levaram o autor a concluir que a estratégia mais utilizada para marcar oposição na modalidade falada não é o uso de orações concessivas, mas sim o de orações adversativas.

No gênero oral, tanto as orações adverbiais prefaciadas pela locução *nem que* quanto aquelas inseridas pelo conector *nem* são menos frequentes. Identificamos nove ocorrências com *nem que* e duas com *nem* nesse gênero; a soma das ocorrências com os dois conectores totaliza 11 exemplos, o correspondente a 4,8% dos dados levantados. O conector *nem* restringe-se aos gêneros ficção e oral no *corpus* analisado, e a locução *nem que* demonstra que pode aparecer nos gêneros notícia e acadêmico.

De modo geral, a locução *nem que* pode ocorrer em gêneros diversos; no entanto, seu uso predomina no gênero ficção. O conector *nem*, assim como *nem que*, também é muito recorrente no gênero ficção, mas não se mostra produtivo no gênero oral – e não foram identificadas orações com esse conector nos gêneros notícia e acadêmico.

6.10 Período de coleta dos dados

O décimo e último parâmetro investigado foi o recorte do período de coleta dos dados. Com a análise desse critério, verificamos a frequência de ocorrência desses conectores entre os séculos XIX e XX. O quadro 46, a seguir, apresenta os dados com relação ao período de coleta dos dados:

Quadro 46 – Período de coleta dos dados

Período de coleta dos dados	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>	Total	%
Século XX	109	11	120	52,4%
Século XIX	89	20	109	47,6%
Total	198	31	229	100

Fonte: própria autora (2022).

Os dados expostos no quadro acima evidenciam que os conectores analisados ocorreram em dados tanto do século XIX quanto do século XX. No entanto, a locução *nem que* foi mais recorrente nos dados datados do século XX, ao passo que o conector *nem* foi mais usado no século XIX e teve um declínio de uso no século XX.

7 CONCLUSÕES

O presente estudo baseado nos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, especialmente no modelo da gramática discursivo-funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) e em estudos sobre concessão em outras línguas, vinculados a uma orientação funcionalista de tratamento do tema – tais como König (1985, 1994), que analisa dados do inglês; Olbertz, Garcia e Parra (2016) e Parra (2016, 2020), que analisam dados do espanhol; e Garcia (2010) e Fontes (2016), que analisam dados do português, dentre outros –, viabilizou a descrição e análise da locução *nem que* e do conector *nem* no português, uma vez que chegamos às evidências morfossintáticas, semânticas e pragmáticas que explicam o caráter multifuncional desses itens na língua. Além disso, chegamos a uma classificação dos diferentes usos desses conectores em conformidade com os níveis e as camadas de organização da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), evidenciando que as diferentes funções de *nem*, incluindo a da locução concessiva *nem que*, estão ligadas a diferentes níveis e a diferentes camadas de organização da gramática.

A análise do tipo de conector demonstrou que a locução *nem que* foi mais produtiva no português do que o conector *nem*. A locução codificou na maior parte das ocorrências o sentido concessivo-condicional. O conector *nem* mostrou-se mais restrito quanto ao sentido por ele estabelecido: em todas as ocorrências, foi codificado o sentido concessivo-condicional.

As relações semântico-pragmáticas estabelecidas pela locução *nem que* foram diversas. Na maior parte das ocorrências, a locução estabeleceu o sentido concessivo-condicional de condição máxima, mas também veiculou os sentidos concessivo-condicional de condição mínima, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de natureza retórica e concessivo-condicional independente; um único caso de contraste foi verificado no *corpus* analisado. O conector *nem* estabeleceu, assim como *nem que*, o sentido concessivo-condicional de condição máxima na maioria das orações – e, em alguns contextos, veiculou o sentido concessivo-condicional de natureza retórica, o que reforçou a tese de que esses conectores exercem múltiplas funções no português brasileiro.

A posição mais recorrente das orações prefaciadas pela locução *nem que* foi a posposta; nessa posição, predominou a função concessivo-condicional de condição máxima. Além da posposição, essas orações admitiram as posições anteposta, intercalada, anteposta a uma porção textual e posposta a uma porção textual. As orações instauradas pelo conector *nem* ocorreram em sua maioria na posição anteposta e, quando anteriores à oração principal,

manifestaram em todas as ocorrências o sentido concessivo-condicional de condição máxima, assim como as orações adverbiais com *nem que*. Além da anteposição, as orações com *nem* aceitaram as posições posposta, intercalada e posposta a uma porção textual. A investigação da posição evidenciou que os diferentes arranjos das orações inseridas por *nem que* e *nem* licenciam diversas formas de organização da informação e codificam determinadas funções e não outras, a depender da ordem em que ocorrem.

Na maioria dos fragmentos analisados, observamos a não correferencialidade entre os sujeitos da oração principal e da oração adverbial, tanto para a locução *nem que* quanto para o conector *nem*. Os sujeitos não idênticos revelaram baixo grau de vinculação sintático-semântica e menor dependência e integração entre as orações que compõem a construção. Logo, notou-se que, na maior parte das ocorrências, as orações principal e subordinada se mostraram sintática e semanticamente menos vinculadas.

A locução *nem que* e o conector *nem* estabeleceram-se na maioria dos casos no nível representacional, nas camadas do conteúdo proposicional e do estado de coisas – e, com menor frequência, constituíram-se no nível interpessoal, nas camadas do movimento e do ato discursivo. Os conteúdos proposicionais podem ser avaliados quanto ao seu estatuto de verdade e são informações que podem ser conhecidas, acreditadas, afirmadas, desejadas; logo, os conteúdos proposicionais são informações de natureza epistêmica. O estado de coisas, camada também pertencente ao nível representacional, é constituído por um evento e apresenta uma unidade de tempo relativo, de localização e de indivíduos. Quando atuantes nas camadas do conteúdo proposicional e do estado de coisas, as orações prefaciadas por *nem que* e *nem* codificaram o sentido concessivo-condicional de condição máxima na maior parte das ocorrências. No nível interpessoal, os conectores se mostraram menos produtivos. As orações com *nem que* e *nem* estabeleceram-se na camada do movimento desempenhando a função concessivo-condicional de natureza retórica, e a locução *nem que* pôde, ainda, constituir-se na camada do ato discursivo com a função concessivo-condicional de condição máxima.

A partir das informações levantadas, percebeu-se que as orações inseridas por *nem que* e *nem* atuaram em diferentes níveis e camadas da GDF e apontaram um comportamento diversificado na língua portuguesa. Esse comportamento se justifica pela natureza das entidades que a locução *nem que* e o conector *nem* relacionaram na construção adverbial.

As formas verbais utilizadas nas orações com a locução *nem que* e com o conector *nem* também se mostraram diferentes. As orações com a locução *nem que* ocorreram, em todos os fragmentos analisados, em sua forma finita – ou seja, com verbos que expressam as categorias de pessoa, número, tempo e modo em sua estrutura. Por outro lado, as orações

introduzidas por *nem* escoparam orações reduzidas de gerúndio na maioria das ocorrências. As formas finitas do verbo, como tendência, ocorreram em construções que apresentaram um grau de vinculação semântico-pragmática menor, ou seja, em construções que apresentaram orações menos integradas entre si, conforme postulado por Givón (2001). Por outro lado, as orações que se manifestaram em sua forma não finita denotaram que os eventos das orações principal e concessiva eram mais integrados cognitiva e semanticamente.

A factualidade revelou comportamentos distintos entre as orações articuladas por *nem que* e por *nem*. A locução *nem que* ocorreu na maior parte dos dados correlacionando conteúdo contrafactuais. Nas proposições contrafactuais, o conteúdo expresso pela oração adverbial tem menor probabilidade de realização; logo, conteúdos não factuais são concebidos como incertos e menos realizáveis. As orações adverbiais contrafactuais apresentam uma informação que contraria o que está expresso na oração principal. Em contrapartida, o conector *nem* normalmente relaciona orações de conteúdo factual. Oações factuais são aquelas em que o falante está comprometido com a verdade das informações e essas orações são concebidas como tendo maior probabilidade de realização/ocorrência, pois seus conteúdos são transmitidos como verdadeiros/assertivos. Nesses casos, se observa um contraste de valores entre a oração principal e a adverbial. Além disso, foi possível depreender que os conectores *nem que* e *nem* podem ser usados assumindo-se variadas proposições.

A correlação modo-temporal predominante nas ocorrências com a locução *nem que* foi presente do indicativo (na oração principal) + presente do subjuntivo (na oração adverbial). Nesses casos, o conteúdo transmitido pelas orações é proferido como verdadeiro – portanto, factual –, uma vez que o falante está comprometido com a veracidade da informação. Além disso, o indicativo e o subjuntivo são formas verbais que refletem um menor grau de dependência sintático-semântica entre a oração principal e a adverbial porque ambas podem apresentar verbos com tempo e modo distintos, como postula Garcia (2010). As orações prefaciadas pelo conector *nem* foram mais recorrentes com a correlação presente do indicativo (na oração principal) + gerúndio (na oração adverbial). Mas, diferentemente das orações com *nem que*, as orações adverbiais com *nem* se constituíram, de forma geral, com um verbo em sua forma não finita na oração adverbial; isso demonstra que, nesses casos, as orações adverbiais apresentam uma maior dependência sintático-semântica da oração principal, pois os verbos não finitos dependem do tempo e do modo do verbo presente na oração principal, conforme Garcia (2010).

O gênero textual em que esses conectores se mostraram mais produtivos foi o gênero ficção. A alta frequência de orações adverbiais concessivas em textos escritos também foi

comprovada nos estudos de Neves (2002) – que pesquisou a concessão no português falado e escrito – e nos estudos de Barth (2000 apud PARRA, 2016). A concessão é um fenômeno complexo que exige esforço cognitivo do falante para ser processada. Logo, relações que demandam maior empenho cognitivo do falante tendem a ser mais comuns nos gêneros com características mais próximas da escrita, uma vez que a escrita pode ser mais planejada e mais bem elaborada.

A locução *nem que* foi mais recorrente nos dados do século XX, diferentemente do conector *nem*, que se mostrou mais produtivo nos textos do século XIX. No quadro 47, abaixo, é possível visualizar os resultados mais recorrentes obtidos nas análises dos conectores *nem que* e *nem*:

Quadro 47 – Comportamento de *nem que* e *nem* diante dos parâmetros analisados

Tipo de conector	<i>Nem que</i>	<i>Nem</i>
Relação/sentido	Concessivo-condicional de condição máxima	
Posição adverbial x principal	Posposta	Anteposta
Correferencialidade	Sujeitos não idênticos (- vinculadas/integradas)	
Camada de atuação	Conteúdo proposicional	
Forma da adverbial	Oração finita	Oração não finita
Factualidade	Contrafactual	Factual
Correlação modo-temporal	Presente do indicativo + presente do subjuntivo	Presente do indicativo + gerúndio
Tipo de texto	Ficção	
Período de coleta dos dados	Século XX	Século XIX

Fonte: própria autora (2022).

Como se pôde perceber por meio do quadro 47, os critérios posição da oração adverbial, forma verbal da oração adverbial, factualidade, correlação modo-temporal e o período de coleta dos dados distinguiram a atuação da locução *nem que* do conector *nem* no português do Brasil. Além de terem demonstrado as especificidades dos usos de *nem que* e de *nem*, os resultados evidenciaram que os conectores *nem* e *nem que* atuam em diferentes níveis

e camadas de organização da GDF – tais como conteúdo proposicional, estado de coisas, ato discursivo e movimento – e confirmaram a nossa hipótese de que a seleção de um ou outro elemento conector, *nem* ou *nem que*, está de fato relacionada não somente ao tipo de estrutura articulada por esses elementos – oração finita ou oração infinitiva –, como também ao tipo de sentido veiculado por esses conectores, que apontam para diferentes valores, graus de gramaticalização, tipos de concessividade e gradações de argumentos distribuídos em uma escala argumentativa que vai do menos para o mais improvável, esperado e tolerado de ocorrer.

Conforme comprovado no artigo de Souza Santos (2021), os dados analisados mostraram que, no português brasileiro, o conector *nem que* pode operar tanto no nível representacional quanto no nível interpessoal, exercendo diferentes funções – conforme se observa no quadro 48, abaixo:

Quadro 48 – Níveis, camadas de atuação e classificação das orações concessivo-condicionais prefaciadas pelo conector *nem que* no português brasileiro

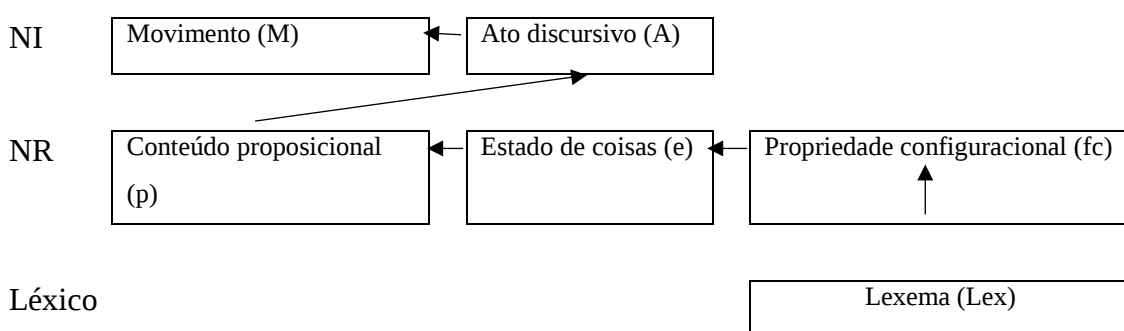
Camada de atuação	Nível de atuação	Classificação da oração concessivo-condicional
Estado de coisas	Nível representacional	Concessivo-condicionais de condição máxima (potencial) Concessivo-condicionais de condição mínima (potencial)
Conteúdo proposicional	Nível representacional	Concessivo-condicionais de condição máxima (contrafactual) Concessivo-condicionais de condição mínima (contrafactual) Concessivo-condicionais padrão (contrafactual)
Ato discursivo	Nível interpessoal	Concessivo-condicionais de natureza retórica (adendo)
Movimento	Nível interpessoal	Concessivo-condicionais independentes (resposta/recusa)

Fonte: Souza Santos (2021, p. 26).

O fato de o conector *nem que* articular diferentes tipos de estruturas que designam diferentes tipos de categorias semânticas e pragmáticas reforçou a nossa tese de que esse elemento está se gramaticalizando no português brasileiro, partindo de camadas mais baixas do nível representacional para as camadas mais altas do nível interpessoal. Essa trajetória de gramaticalização (nível representacional > nível interpessoal) já foi aferida em outros estudos por autores como Souza (2009), Garcia (2010), Stassi-Sé (2012), Parra (2016), Fontes (2016), Fante (2018) e Parra-Araujo (2020).

O esquema 10, abaixo, ilustra a trajetória de gramaticalização de *nem que* no português brasileiro, a partir do modelo hierárquico de mudança proposto por Hengeveld (2017), considerando as diferentes funções expressas por esse elemento:

Esquema 10 – Trajetória de mudança de *nem que* em termos de conteúdo, segundo a proposta de Hengeveld (2017)



Fonte: própria autora (2022).

Embora este trabalho tenha considerado apenas os usos de *nem que* como conectores concessivos no português brasileiro, sabemos, com base em outros estudos, que o item *nem*, que integra a locução *nem que*, começou a atuar inicialmente na língua como um advérbio de negação (NEVES, 2000) e passou a desenvolver outros valores ao longo do tempo – dentre os quais estão os usos como conjunção aditiva (NEVES, 2000); conjunção correlativa quando opera por meio do par *nem... nem* (NEVES, 2000; ROSÁRIO, 2009); operador de polaridade negativa e operador de ênfase (NOVAES; PEZATTI, 2016); e conjunção concessiva no português (SANTOS, 1990). A multifuncionalidade de *nem* e a alta produtividade do esquema [X-que] no português certamente favoreceram o recrutamento desse elemento para o *slot* de X, formando assim o conector complexo *nem que*, de natureza escalar.

Nesse caso, o item *nem* começa a atuar na camada da propriedade configuracional como advérbio de negação e passa posteriormente, já como o conector *nem que*, a operar nas camadas do estado de coisas e do conteúdo proposicional exercendo as funções concessivo-condicionais de condição máxima e de condição mínima – até chegar às camadas do ato discursivo e do movimento. Essa trajetória de mudança evidencia o processo de expansão funcional de *nem que* na gramática do português, em que se nota o aumento da abstratização (do mais concreto para o mais abstrato) e o ganho de novas funcionalidades do referido item na língua.

Em termos de mudança formal, verificamos que desde a atuação de *nem* como advérbio de negação até integrar a gramática do português como conector complexo, o conector *nem que* trilhou o seguinte percurso de mudança:

Esquema 11 – Trajetória de mudança formal de *nem que* no português brasileiro, segundo a proposta de Hengeveld (2017)

				Concessivo-condicional de condição máxima		Concessivo-condicional de natureza retórica
Advérbio de negação	>	Polaridade negativa	>	Concessivo-condicional de condição mínima	>	↓
				Concessivo-condicional padrão		Concessivo-condicional independente
				Outros usos conjuncionais/conectores		
Lexema	>	Operador lexical	>	Operador	>	Função

Fonte: Souza Santos (2021, p. 28).

Em suma, o esquema 11 mostra que no processo de gramaticalização do conector *nem que* há tanto mudanças de conteúdo (expansão funcional em relação às camadas dos níveis representacional e interpessoal) quanto mudanças formais (de lexema à função, passando pelos usos como operador lexical/gramatical).

Vimos neste trabalho que o conector *nem que* funciona no português brasileiro como um conector concessivo-condicional justamente por apresentar uma natureza híbrida: a oração principal é definida como factual e a oração adverbial, como contrafactual (hipotética) – diferenciando-se, dessa forma, de outros conectivos concessivos como *embora* e *ainda que*, que apresentam factualidades distintas. No entanto, constatamos que o conector *nem que* pode

diferenciar-se ainda no que se refere ao estatuto da categoria designada pela oração concessivo-condicional: nesse caso, verificamos que, quando as orações concessivo-condicionais de condição máxima ou mínima designam eventos potenciais/reais – que podem ocorrer, segundo Olbertz, Garcia e Parra (2016) –, elas pertencem à camada do estado de coisas; por outro lado, quando essas orações designam fatos avaliados como possíveis, ou seja, são irreais/contrafactuais, elas devem ser entendidas como pertencentes à camada do conteúdo proposicional. Isso explica a classificação das orações concessivo-condicionais proposta no quadro 48.

Os resultados mostraram que o conector *nem que* pode exercer diferentes tipos de relação entre orações no português brasileiro, quais sejam: concessivo-condicional de condição máxima, concessivo-condicional de condição mínima, concessivo-condicional padrão, concessivo-condicional de natureza retórica e concessivo-condicional independente. Esses valores semântico-pragmáticos são reflexos, como vimos, da atuação de *nem que* em diferentes camadas do nível representacional e do nível interpessoal, o que, por sua vez, evidencia o processo de gramaticalização experimentado por esse item.

O quadro 48 e os esquemas 10 e 11 mostraram que a expansão funcional de *nem que* constitui um processo de mudança gradual e unidirecional, com aumento crescente de escopo – que vai da camada do estado de coisas e passa pela camada do conteúdo proposicional até chegar às camadas do ato discursivo e do movimento, no nível interpessoal.

Por fim, foi possível concluir que a locução *nem que* e o conector *nem* são itens gramaticais no português brasileiro, uma vez que os resultados da pesquisa revelaram a atribuição de um caráter gramatical a um item anteriormente autônomo, como é o caso de *nem*, que era comumente utilizado como advérbio de negação e, atualmente, é um termo amplamente utilizado como conector – de acordo com os resultados obtidos por meio do presente estudo – e como conjunção – como comprovam os estudos de Neves (2000), Rosário (2009) e Santos (1990), segundo os quais *nem* pode estabelecer as relações de conjunção aditiva, conjunção correlativa quando opera por meio do par *nem... nem* e conjunção concessiva, respectivamente.

Nesse sentido, e conforme defendem Hopper e Traugott (1993), a gramaticalização é o processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos linguísticos, a exercer funções gramaticais; observamos que isso ocorre com *nem* e com a forma mais gramaticalizada *nem que*. O presente estudo revelou que a locução *nem que* pode correlacionar orações que atuam nos níveis e camadas mais altos da GDF. Esses itens estabelecem relações nas camadas do estado de coisas e do conteúdo proposicional, no nível

representacional, e na camada do movimento, no nível interpessoal. A locução *nem que* pode, ainda, correlacionar orações que se constituem na camada do ato discursivo, também pertencente ao nível interpessoal.

Assim, observamos que o uso semântico desses conectores seguindo em direção a usos pragmáticos – portanto, de um nível mais baixo para um nível mais alto e, igualmente, de camadas mais baixas para camadas mais altas da GDF. Nesse sentido, os conectores marcam uma função semântica e já podem estabelecer uma função retórica. Ao marcar o valor concessivo-condicional, operam semanticamente relacionando enunciados (camada do conteúdo proposicional – nível representacional), avançam para um uso retórico (camada do ato discursivo – nível interpessoal), atuam na relação entre falante e ouvinte e atingem um uso textual (camada do movimento – nível interpessoal), em que atuam como organizadores do discurso.

Todavia, reconhecemos a necessidade de um estudo específico sobre a gramaticalização desses itens em português, haja vista que a verificação dos estágios de gramaticalização em que essas formas se encontram não foi tomada como objetivo da pesquisa. Assim, uma proposta de estudo mais aprofundado e completo sobre o mapeamento das mudanças e dos processos de gramaticalização dos conectores *nem que* e *nem* é lançada como encaminhamento futuro.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Cristopher S. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 2 v. (Studies in Language Companion Series, 63, 64).
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COUPER-KUHLEN, Elizabeth; THOMPSON, Sandra A. Concessive patterns in conversation. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (ed.). **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2000. p. 381- 410. (Topics in English Linguistics Series, 33).
- CZOPEK, Natalia. Expressão de concessão nas línguas espanhola e portuguesa por meio das formas do *subjuntivo*/conjuntivo – estudo contrastivo. **Romanica Cracoviensia**, v. 12, n. 1, p. 75-89, 2012.
- DECAT, Maria Beatriz N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, jan./jun. 1999.
- DECAT, Maria Beatriz N. *et al.* (org.). **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- DIK, Simon C. On the semantics of conditionals. In: NUYTS, Jan; BOLKESTEIN, A. Machtelt; VET, Co (ed.). **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. p. 233-262.
- DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**. Org. Kees Hengeveld. Berlim: Mouton de Gruyter, 1997. 2 v. (Functional Grammar Series, 20, 21).
- DIK, Simon C. **The theory of functional grammar: the structure of the clause**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- FANTE, Bárbara R. **As orações prefaciadas por “incluso si” no espanhol escrito peninsular à luz da gramática discursivo-funcional**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018.
- FONTES, Michel G. Construções concessivas e concessivo-condicionais com *ainda que*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 126-141, 2016.
- GARCIA, Talita S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional**. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.
- GARCIA, Talita S. Orações concessivas introduzidas por *embora*: uma análise discursivo-funcional. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-160, 2014.

GARCIA, Talita S.; PEZATTI, Erotilde G. Orações concessivas independentes à luz da gramática discursivo-funcional. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 475-494, 2013.

HALLIDAY, Michael A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Hodder Arnold, 1994.

HASPELMATH, Martin; KÖNIG, Ekkehard. Concessive conditionals in the languages of Europe. In: AUWERA, Johann van der (ed.). **Adverbial constructions in the languages of Europe**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419. (Empirical Approaches to Language Typology, 20; EUROTYPE, 3).

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John L. **Functional discourse grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John L. Gramática discursivo-funcional. Trad. Marize Matos Dall'Aglia-Hattner. In: SOUZA, Edson R. F. de. **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-86.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John L. Interpersonal functions, representational categories and syntactic templates in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, John L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los Ángeles A. (ed.). **Studies in functional discourse grammar**. Berne: Peter Lang, 2005. p. 9-27. (Linguistic Insights, 26).

HENGEVELD, Kees; WANDERS, Gerry. Adverbial conjunctions in functional discourse grammar. In: HANNAY, Mike; STEEN, Gerard J. (ed.) **Structural-functional studies in English grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 209-226.

HIRATA-VALE, Flávia B. de M. **O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil**. Relatório Científico Final (Bolsa de Pesquisa no Exterior – FAPESP processo 13/24523-2), Katholieke Universiteit Leuven, 2015.

HIRATA-VALE, Flávia B. de M.; ALVES, Camila P. Construções condicionais insubordinadas adversativas no português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 504-522, jul. 2021.

HIRATA-VALE, Flávia B. de M.; OLIVEIRA, Taísa P. de; SILVA, Camila F. da. Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise. **Odisseia**, Natal, v. 2, n. esp., p. 25-41, 2017.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ITEN, Corinne. *Even if and even: the case for an inferential scalar account*. **UCL Working Papers in Linguistics**, v. 14, p. 119-157, 2002.

JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. (v. 1, A construção do texto falado).

KEIZER, Evelien. **A functional discourse grammar for English**. Oxford: Oxford University Press, 2015. (Oxford Textbooks in Linguistics).

KOCH, Ingedore G. V. Especificidade do texto falado. *In*: JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 39-48. (v. 1, A construção do texto falado).

KÖNIG, Ekkehard. Concessive clauses. *In*: ASHER, Robert E. (ed.). **The encyclopedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon, 1994. p. 679-681. (v. 2).

KÖNIG, Ekkehard. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. *In*: TRAUGOTT, Elizabeth C. *et al.* (ed.). **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 229-246.

KÖNIG, Ekkehard. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. **Lingua**, Amsterdam, v. 66, n.1, p. 1-19, 1985.

KÖNIG, Ekkehard; SIEMUND, Peter. Causal and concessive clauses: formal and semantic relations. *In*: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (ed.). **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2000. p. 341-360. (Topics in English Linguistics Series, 33).

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 2 v.

MARCUSCHI, Luiz A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MIRA MATEUS, Maria H. *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

NEVES, Maria H. de M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Unesp, 2002.

NEVES, Maria H. de M. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola, 2012.

NEVES, Maria H. de M. As construções concessivas. *In*: NEVES, Maria H. de (org.). **Gramática do português falado**. 2. ed. São Paulo, Campinas: Humanitas, Unicamp, 1999. p. 545-591. (v. 7, Novos estudos).

NEVES, Maria H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, Maria H. de M.; BRAGA, Maria L.; HATTNER, Marize M. D. As construções hipotáticas. *In*: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria H. de M. (org.); CASTILHO, Ataliba T. (coord.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 937-1015. (v. 2, Classes de palavras e processos de construção).

NOVAES, Norma B; PEZATTI, Erotilde G. O estatuto de nem na gramática do português. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 168-185, 2016.

OLBERTZ, Hella G.; GARCIA, Talita S.; PARRA, Beatriz G. G. El uso de *aunque* en el español peninsular: un análisis discursivo-funcional. **Linguística**, Montevideu, v. 32, n. 2, p. 91-111, dez. 2016.

OLIVEIRA, Taísa P. de. **Conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. 155 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

OLIVEIRA, Taísa P. de. Conjunções adverbiais no português. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2014.

PARRA, Beatriz G. G. **A trajetória de gramaticalização dos jutores concessivos *aunque*, *a pesar de (que)* e *por mucho (que)* no espanhol peninsular**. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2020.

PARRA, Beatriz G. G. **Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por *aunque* em dados do espanhol peninsular**. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

PEZATTI, Erotilde G. Ordenação de constituintes sintagmáticos no português dos séculos XIX e XX. **Rev. Estud. Ling.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 77-98, 2021.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ROSÁRIO, Ivo C. Construções aditivas – uma análise funcional. In: OLIVEIRA, Mariângela R.; ROSÁRIO, Ivo C. (org.). **Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências**. Niterói: Leo Christiano, 2009.

SALGADO, Erika. **As construções concessivas no português brasileiro do século XIX**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Liliane M. **Nem: negação/adição/argumentação**. 1990. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SOUZA, Edson R. F. de. **Gramaticalização dos itens linguísticos “assim”, “já” e “ai” no português brasileiro: um estudo discursivo-funcional**. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA SANTOS, Gabriela A. **Um estudo discursivo-funcional dos usos conjuncionais de “nem que” no português brasileiro: gramaticalização em curso**. Artigo de qualificação especial. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2021.

STASSI-SÉ, Joceli C. **Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

SWEETSER, Eve E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ZAMPRONEO, Silvana. **Multifuncionalidade e intersubjetividade em construções concessivas**: uma análise em ocorrências do português contemporâneo do Brasil. 2014. 169 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.